

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HENRIQUE WITOSLAWSKI

**DISCURSOS SOBRE MODERNIZAÇÃO E MILITARIZAÇÃO JUVENIL EM
CURITIBA (1919-1928)**

CURITIBA

2009

HENRIQUE WITOSLAWSKI

**DISCURSOS SOBRE MODERNIZAÇÃO E MILITARIZAÇÃO JUVENIL EM
CURITIBA (1919-1928)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.

Orientadora: professora Dra. Judite M. B. Trindade.

CURITIBA

2009

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado às três pessoas que mais o vivenciaram junto comigo, nas horas de empolgação e euforia, desânimo e tristeza. É dedicado aos três que mais apoiaram, riram, choraram, se preocuparam e se orgulharam: minha mãe, meu pai e minha namorada, Lí. Qualquer situação que eu tenha conseguido suportar e ultrapassar, foi por vocês. Amo muito vocês!

AGRADECIMENTOS

Em outubro de 2006 vi meu nome na lista de aprovados na seleção de mestrado do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFPR. Isso foi e ainda é motivo de alegria e orgulho. Naquele momento eu imaginava que passaria o resto da minha vida profissional no ambiente acadêmico – congressos, mesas redondas, palestras, bancas, enfim, tudo que a academia exige e proporciona. Em 2007, no entanto, me tornei professor. A partir daí as coisas mudaram um pouco: na correria de preparar aulas, corrigir provas, reuniões pedagógicas, conhecer alunos e enfrentar diversas situações (divertidas e problemáticas) com eles, minha visão foi modificada e minha atenção ficou dividida entre esses dois mundos, que deveriam ser tão próximos e são tão distantes.

Só hoje, quando escrevo esses agradecimentos, vejo o quão rápido passaram esses dois anos. Só agora vejo que meu ciclo de seis anos na Universidade acabou, ou melhor, está sendo interrompido por tempo indeterminado. Acredito que nesta parte da dissertação estão os nomes das pessoas mais importantes da minha vida hoje em dia. Se estão aqui é por causa do carinho, do companheirismo, da compreensão, das risadas, das puxadas de orelha, enfim, por tudo que passaram e ainda passarão comigo. Este trabalho não é somente resultado do meu esforço, mas é também da assistência e do respaldo que me foi dado por todos que me cercam. Além de escrever seus nomes, pretendo abraçar e agradecer a todos pessoalmente, pois sem essas pessoas provavelmente eu teria parado pelo meio do caminho. Então, meu mais sincero *muito obrigado*

Aos meus pais, por sempre estarem ao lado, apoiando incondicionalmente.

Professora Judite, que me orientou desde a graduação. Além das aulas e das conversas acadêmicas, vou levar comigo todas as histórias e lições de vida.

Professora Roseli Boschilia, pelos dois exames de qualificação e pela presença na defesa pública. Mais do que isso, pela crença na validade do trabalho e na minha capacidade de retomá-lo e concluí-lo. Sua participação foi absolutamente fundamental na reestruturação do trabalho, com empenho, encorajamento, trancos, conselhos, histórias e bom humor. Se não fosse pelo período de orientação após a primeira banca, eu não teria terminado a dissertação. Além disso, não vou esquecer as observações mais constantes – *sua introdução ainda está muito solta; o leitor precisa ser lembrado o*

tempo inteiro dos referenciais que lhe são caros; cadê teu objeto? Espero ter amarrado tudo e conseguido explicar minhas escolhas!

Professor Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, que é responsável direto não só pela minha formação como historiador/pesquisador, mas é considerado um amigo por todos os momentos de ensinamento, discussões, concordâncias, discordâncias e descontração. Os conselhos serão lembrados e levados sempre. Ah sim, e obrigado também pela constante pergunta – nas conversas acadêmicas ou não: *por que você está dizendo isso?* Essa insistência sempre me faz pensar que preciso ler um pouco mais, ou explorar melhor minhas fontes. Junto com o Marcus, um muito obrigado a todos que fizeram parte, junto comigo, do projeto de pesquisa *Levantamento e catalogação de fontes...* foram quase três anos ótimos, em todos os sentidos.

Aqui também vale um pedido de desculpas aos dois professores: não consegui incluir todas as sugestões na versão final, por diversos motivos. No entanto, estão todas anotadas para o futuro!

Muitíssimo obrigado à Nívea e à Mariana pela ajuda enorme e fundamental no levantamento de fontes.

Ao pessoal do Colégio Medianeira, onde encontrei pessoas que contribuíram decisivamente para minha formação/evolução profissional, além do bom humor, sempre. Em especial, preciso destacar os historiadores Tânia, Rodrigo, Luciana, Valesca, Geralda e Cláudia, assim como os geógrafos Adriana, Chicho, Elenir, Leandro e Mauro. Junto com estes, os amigos do setor de quinta e sexta série: Eliane, Fernando, Anderson, Eliege, Carlos, Casagrande, Elzério, Rosana, Elena, Gislene, Carmen, Ana Lúcia, Lilian, Gláucia e Clea.

Meus amigos, meus irmãos, que estão comigo desde sempre, para sempre: Tiago e Denise, Baia, Marina e Ney, Dessa (e família), Lari, Tuti, Tábata, Dadá e Dani. Vale abraço também para Rodrigo e Gabi, Mari (de novo!) e William.

Lú, quem mais escutou e aguentou com muita paciência, carinho e amor, todos os acessos de desânimo e euforia, de empolgação e mau humor, de tensão e descontração, para falar bem pouco do que foram esses dois anos. Te amo muito!

*Você pode dizer adeus a sua família e a
seus amigos e afastar-se milhas e milhas e,
ao mesmo tempo, carregá-los em seu
coração, sua mente, em seu estômago, pois
você não apenas vive no mundo, mas o
mundo vive em você.*

(Frederick Buechner)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir os discursos sobre modernização e militarização que tratavam sobre a cidade de Curitiba, entre 1919 e 1928. Foram explorados também conceitos inerentes a esses temas, a saber, progresso, modernidade e disciplina. Para fundamentação do debate, fez-se um recuo temporal no primeiro capítulo para que fossem exploradas crônicas de Nestor Vitor e Rocha Pombo, que mostravam a cidade e sua mudança na virada do XIX para o XX e no fim da primeira década deste último. A partir do segundo capítulo, as fontes privilegiadas foram reportagens dos periódicos curitibanos Diário da Tarde e Gazeta do Povo, localizando textos que abordassem as mudanças urbanas pelas quais passava a cidade e o enfoque sobre a educação militarizada. São discutidos também os posicionamentos de ambos os veículos sobre o assunto, além de aproximar as falas dos dois do pensamento reinante no Brasil da década de 1920.

Palavras-chave: urbanização, modernização, militarização, discursos.

ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss the discourse about modernization and militarization that dealt with the city of Curitiba, between 1919 and 1928. Were also explored concepts related to these topics, namely, progress, modernity and discipline. For reasons of debate, there was a temporary setback in the first chapter to explore the chronics of Nestor Vitor and Rocha Pombo, showing the city and its change at the turn of the XIX to the XX century, and the end of the first decade of the latter. On the second chapter, were privileged the curitibano's periodic reports "Diário da Tarde" and "Gazeta do Povo", locating texts that focused urban changes that passed by the city and focus on education militarized. We also discuss the positions of both vehicles on the subject, and the closer the two lines of thought prevailing in Brazil in the 1920s.

Keywords: urbanization, modernity, modernization, militarization, speeches.

SUMÁRIO

Introdução	1
1 A Curitiba dos cronistas: moderna e progressista	12
1.2 A questão dos imigrantes.....	30
1.3 Aproximações entre educação e trabalho.....	39
2 A cidade através dos periódicos: cenários e concepções	48
2.2 Os jovens como esperança de um futuro melhor.....	53
2.3 As reformas e o ufanismo.....	57
2.4 Os locais e os desfiles.....	68
3 A República e a valorização do pensamento militar	86
3.2 Os periódicos e as imagens da militarização.....	93
3.3 Tiros, escoteiros, datas cívicas e desfiles.....	125
4 Conclusões	151
5 Referências	157
5.2 Fontes.....	159

INTRODUÇÃO

Para discutir algumas ideias sobre Tiros de Guerra e Grupos Escoteiros, entre os anos de 1919 e 1928, buscou-se como referência o ano de 1908, quando foi instituída pelo Ministro da Guerra, o Marechal Hermes da Fonseca, a disciplina de *educação militar* nas escolas que possuíam ensino secundário no Brasil. A provável intenção dos que instituíram essa prática era que esta auxiliasse na construção de uma nacionalidade através do trabalho com valores, como honra, disciplina, altruísmo e ordem. Além disso, a sua inserção no currículo escolar seria uma maneira de colocar em prática a ideia de educar simultaneamente o corpo, pela saúde física, e o intelecto, pelos valores. Essa educação era focada nos jovens, devido à noção de que estes, ainda pela sua formação física e intelectual inacabada, estariam em um momento capaz de absorver melhor os ensinamentos e utilizar esse conjunto de ensinamentos para a construção de um futuro melhor para o país.

A República havia sido proclamada em 1889 pelos militares, mas nas duas primeiras décadas do novo regime não houve estabilidade política ou social¹. Por isso, os republicanos buscaram uma série de estratégias destinadas a consolidar o novo momento sócio-político. Daí a utilização do discurso nacionalista, acompanhado pela manipulação do mito das origens – o 7 de Setembro, quando o Brasil tornou-se independente – e dos heróis – Tiradentes, o mártir da liberdade na República (CARVALHO, 1990, pp. 9-15). Dessa forma, adaptou-se também o pensamento positivista, que dava destaque à ordem, ao civismo, a boa educação, aos bons costumes e ao amor à pátria, hábitos que poderiam ser vistos no comportamento militar. Basicamente, foi este pensamento que justificou as práticas educacionais aqui denominadas *militarização juvenil*.

Podemos entender como *militarização* não só o comportamento estabelecido dentro dos quartéis e destinado a homens com idade igual ou superior a dezoito anos, com horários rígidos, hierarquia e disciplinarização do corpo e dos hábitos. Ela pode ser vista também como o ato de transmitir as ideias que permeiam o modelo do exército, como ordem, amor à pátria, corpo sadio, altruísmo, obediência e, principalmente,

¹ Como exemplo disso houve a Revolução Federalista no Sul, em fins do século XIX e a Revolta de Canudos, no Nordeste e a chacina de Anhatomirim, na Ilha de Desterro, no início do XX, todas com forte intervenção militar.

disciplina. Esse conjunto de valores e hábitos não precisa ser necessariamente ensinado só nas casernas, podendo ser transmitidos a um outro público, de uma outra forma e em outros lugares: aos jovens, através da disciplina de exercícios militares ou do escotismo, feitos dentro dos colégios ou em associações independentes.

A maneira mais enfática para mostrar essa militarização à população, e ao mesmo tempo destacar sua eficácia, foram os desfiles pelas ruas da cidade. Dessa forma, a ideia de militarização será visualizada neste trabalho na forma dos Tiros de Guerra (também referenciados como Batalhões Escolares) e do Escotismo. Embora sejam atividades diferentes, possuem a mesma concepção: disciplina, higiene, ordem, honra, altruísmo, educação. O objetivo deste trabalho é, portanto, discutir a representação discursiva dos desfiles presentes e dois periódicos diários curitibanos. Foram tomadas como fontes privilegiadas os jornais Gazeta do Povo e Diário da Tarde, no período que vai de 1919 a 1928.

É necessário ressaltar que a partir dos anos 30, a ênfase na militarização foi reforçada. Desde o Governo provisório até o Estado Novo, houve um investimento muito grande em uma educação do corpo e dos comportamentos mais disciplinarizados, inclusive com uma aliança muito mais forte e declarada entre o governo e o exército. Desejava-se exibir, através dessa prática, a eficiência das políticas educacionais: oferecer escolas em grande quantidade e com ensino voltado ao nacional, ao que deveria ser amado e defendido; o melhoramento físico e mental, através de exercícios e disciplina, e defesa do que era brasileiro era exaustivamente propagado pelo governo, pelas escolas e pelos meios de comunicação. Por este motivo, a maioria da bibliografia que aborda o tema se refere ao período do primeiro Governo Vargas – 1930-1945. Entretanto, na prática, estava presente na sociedade e ganhava visibilidade na imprensa já na Primeira República. Daí a singularidade desse estudo, que destaca o enfoque do tema pela imprensa por ocasião dos desfiles cívicos e, mais do que isso, as ideias que permeavam a prática militarizadora.

Ao longo dos anos 20 explicitou-se o desapontamento de parte da sociedade e dos intelectuais com a República. A decepção quanto à expectativa de que a República significaria a realização de um ideal de progresso e o advento de uma sociedade nova adquiriu uma dimensão explosiva, com a presença de greves operárias, movimentos da jovem oficialidade militar reivindicando representações e justiça, surgimento do Partido

Comunista, Semana da Arte Moderna em São Paulo etc. É por isso que durante os anos 20 houve uma demanda de ordem que exigia a unificação do país. Recuava o liberalismo da Carta de 1891 por seu caráter excludente e pretendia-se afirmar um projeto realmente eficiente de nação². Os sujeitos políticos que realizaram a ruptura com o regime vigente na República compartilhavam a ideia de que o moderno representava o fim dos particularismos e consideravam que a condição para a mudança exigia a superação do liberalismo (LAHUERTA, 2003, pp. 223-225).

A pesquisa centrou-se em datas cívicas, pois era principalmente nesses momentos em que ocorriam os desfiles, por isso, as fontes são mais evidentes nessas datas. Em algumas outras oportunidades eram feitas matérias sobre os alunos do Tiro de Guerra, algumas escolas e sua instrução militar e também sobre o Escotismo, mas como apareciam de maneira espaçada, foi mais direto centrar a análise nos momentos cívicos. A escolha pelas reportagens que abordam os desfiles dos adolescentes foi feita pelo caráter particular que esses desfiles possuíam: embora fosse um desfile juvenil, era organizado com absolutamente todos os trejeitos militares, ou seja, marcha, ordem, manuseamento de fuzis etc. Todos os elogios ou críticas feitas pelos periódicos remetem diretamente não só aos meninos, mas às concepções de ordem, disciplina, educação, elegância, enfim, um conjunto do que se chamava de “bons valores”. Se em diversas reportagens a política governamental empregada pelos militares era contestada, os desfiles juvenis normalmente ganhavam destaque nas páginas dos jornais, por refletir esses “bons valores” que eram transmitidos aos meninos.

Um dos estudos pioneiros sobre a importância dos militares na vida política e pública do Brasil republicano foi feito por José Murilo de Carvalho, publicado originalmente na obra *História Geral da Civilização Brasileira*, volume 9 (1977), intitulado *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. A partir desse texto, republicado em uma coletânea do autor – *Forças armadas e política*

² A concepção de Regime Liberal entendida aqui, refere-se a um regime político não centralizado, ou seja, com o presidente da república com poderes muito limitados. Dessa forma, os estados tinham grande autonomia em relação ao governo central. No caso brasileiro da Primeira República havia um forte ideal de liberalismo, mas a realidade que se buscou ao longo das primeiras décadas foi de centralização, a cobrança constante de uma presença maior do Estado na organização social. O liberalismo brasileiro, pela sua configuração, proporcionou grande força para oligarquias rurais, em especial paulistas e mineiras, que na prática tomavam as principais decisões políticas da nação. Talvez pela tradição paternalista que o Brasil herdou de Portugal, parte da sociedade reclamava uma presença mais forte do Estado e, com o passar dos anos, isso refletiu-se em uma necessidade de ordem e de um sentimento nacional, que se concretizou com o regime Vargas.

no Brasil (2005) – surgiram diversos estudos, livros, dissertações e teses que seguiam basicamente essa linha: que os militares, embora Carvalho mostre que nem de longe formavam um grupo homogêneo, foram responsáveis pelas principais “desordens” políticas entre 1889 e 1930. Nas palavras do autor, *a Primeira República delimita-se pelos parênteses de duas intervenções militares e pontua-se com várias outras intervenções de menor consequência. Em um país que de 1831 a 1889 não presenciara crise política nacional provocada por interferência das Forças Armadas, o fato sinaliza uma mudança importante* (2005, p 13). Então, *a predominância desses movimentos no Exército [Jovens Turcos, Missão Francesa, Tenentismo etc], acrescida dos movimentos de praças e dos conflitos entre Exércitos e Marinha, deu à atuação política das Forças Armadas na Primeira República um caráter desestabilizador* (2005, pp. 59-60).

Um outro ponto de vista recorrente na historiografia brasileira sobre o momento estudado é a linha de pensamento de Boris Fausto. O historiador localizou em diversos pontos ao longo da década de 1920 as raízes do pensamento autoritário que se estabeleceu nos anos 1930, após a Revolução. Dessa forma, Fausto argumenta que a Revolução não foi fruto de um momento e sim de um processo que se desenvolveu por mais de uma década. Da mesma forma, para ele, 1930 não foi verdadeiramente uma revolução, mas sim uma troca de poder entre as oligarquias rurais e dos grupos urbanos associados ao exército, sem a “quebra” radical de sistemas estabelecidos, o que constitui uma revolução. Embora não caiba aqui uma discussão historiográfica entre o poder desestabilizador de José Murilo de Carvalho e a revolução passiva de Boris Fausto vale apontar que o pensamento militar e seus desdobramentos, como a necessidade de uma ordem interna e uma educação disciplinada, estava na pauta da política nacional.

Também não é coincidência a forte influência do positivismo, que idealizava que para se obter progresso, era necessária a ordem. Quanto mais propaganda fosse feita sobre a ordem interna, mais também deveria ser feita sobre o progresso. Por isso, a constante presença do ideal de industrialização. Enquanto no caso paulista eram criadas indústrias de grande porte, com a contratação de grandes efetivos de mão de obra, além da ligação das indústrias da capital com a produção do interior, no caso curitibano, o termo industrialização parece fazer pouco sentido. Até o fim da primeira década do século XX, entende-se industrialização em Curitiba pela criação de pequenas fábricas e algumas indústrias de maior porte, espalhadas por alguns bairros da cidade. Nem o

tamanho das fábricas nem o seu contingente de trabalhadores pode ser comparado com os números paulistas, embora constantemente cronistas e jornalistas fizessem tal anúncio. O discurso modernizador presente em vários autores, destacando aqui Nestor Vitor, uma das fontes do trabalho, parece não encontrar apoio na realidade, ou seja, na Curitiba da época.

A modernidade – e todas as suas contradições – propiciava esse tipo de paradoxo, nesse caso, o símbolo da desestabilização política podia simbolizar também a esperança de regeneração, de tempos novos e melhores, enraizados na tradição, no passado e no conservadorismo. Para pensar esse contexto é apropriado o conceito de *moderno* de Berman, para o qual ser moderno *é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas organizações burocráticas que detém o poder de controlar e destruir comunidades, valores, vidas. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete poder, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor, mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos* (2007, p. 24).

Ao longo do trabalho, fizeram-se necessárias ainda leituras de referenciais teóricos que tratassem de temas próximos ao objeto, como a questão da *disciplina* de FOUCAULT, *modernidade/modernização* em BERMAN, *república* e *forças armadas* em CARVALHO e CASTRO e *pensamento autoritário* em FAUSTO. As ideias de Foucault sobre a disciplinarização dos indivíduos e o esquadramento em maquinários de poder que pretendiam formar sujeitos obedientes são o referencial para compreender a ordem que se fazia necessária naquele momento. Tanto que o próprio Foucault aproxima exército, fábrica e escola que, em linhas gerais, são locais onde se deve ter obediência à ordens, sem contestação. Quanto a Castro, são importantes suas considerações sobre a formação da identidade militar no Brasil, a partir da Guerra do Paraguai e, além desse momento de reestruturação interna, a preocupação dos militares em se aproximar da sociedade civil de diversas formas.

Em Berman³ a questão da modernidade, ou melhor, da série de contradições inerentes a esse processo é algo ao mesmo tempo fluido e muito concreto, *é uma*

³ Uma das formas de entender o *modernismo* é como uma tentativa das pessoas de se tornarem sujeitos e não apenas objetos da modernização – o conjunto de mudanças que transforma radical e constantemente o atual em ultrapassado e o presente em passado – de aprenderem tudo sobre o mundo em que vivem e de

unidade de desunidade: ela [a modernidade] nos despeja a todos no seu turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia (2007, p. 24). Este é um referencial valioso para a análise das transformações que aconteciam no momento estudado, sobretudo para destacar a sua *unidade e desunidade*.

Esse conjunto de agitações constantes e ininterruptas que conduz a vida moderna, desde meados do XIX, tem sido alimentado por diversas fontes: a explosão demográfica e urbana que obrigou milhões de pessoas a saírem de seu local de origem; sistemas de comunicação de massa, muito eficazes e manipuladores que tratam os mais variados indivíduos e sociedades como se fossem um corpo único, sem diferenças de cultura, desejos ou necessidades; movimentos sociais e de nações, que desafiam governantes e lutam para obter o controle sobre suas próprias vidas. No século XX, os processos sociais que deram vida a esse turbilhão foram chamados de *modernização*. Neste século, o processo de modernização expandiu-se a ponto de abraçar praticamente o mundo todo, pelo menos o ocidental.

Assim, há diversas formas de conceituar a modernização: entende-se por modernização aquele conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social que tem caracterizado principalmente os séculos XIX e XX. A modernização é um processo aberto e contínuo de interação entre as várias instituições, culturas e técnicas produzidas em diversos lugares do mundo, simultaneamente. Lógico que existem lugares que produzem a modernização e lugares que adaptam a modernização alheia, porém, sempre que algo é adaptado necessita atender as demandas do adaptador, nunca sendo idêntico ao original, o que automaticamente torna o adaptado em algo novo, inédito. Este processo envolve todas as esferas do sistema social de forma conjunta e desenvolve-se segundo modelos alternativos que apresentam características semelhantes e peculiares, que permitem identificar sistemas políticos, econômicos e sociais mais ou menos modernos do que outros, com base em categorias comparadas:

se sentirem à vontade dentro dele. Essa visão de modernismo implica uma visão da cultura muito diferente da abordagem tradicional que subdivide e rotula as atividades humanas em termos de tempo, lugar, idioma e gênero. Ela cria condições para o estabelecimento de um diálogo entre o passado, o presente e o futuro, transpondo as fronteiras do espaço físico e social, revelando solidariedades entre grandes artistas e indivíduos comuns, e também entre pessoas que vivem nas regiões que ganharam denominações como Velho Mundo, Novo Mundo e Terceiro Mundo. São todos movidos, simultaneamente, pelo desejo de mudança e pelo terror da desorientação e da desintegração dos seus hábitos e locais de convívio (BERMAN, 2007, pp. 21-24).

o aspecto mais interessante do processo de modernização se relaciona exatamente com o surgimento de formas políticas, econômicas e sociais distintas e diferenciadas. O estudo da modernização pretende fornecer uma resposta aos questionamentos relacionados com os fatores que dão origem à extraordinária variedade de formas políticas, sociais e econômicas e elaborar instrumentos que permitam influir no desenrolar do processo de modernização e controlar sua evolução, dirigindo-a para os fins desejados (BOBBIO, 2004).

Na historiografia brasileira foi, e ainda é, freqüente a tendência de associar os conceitos de moderno, modernidade e, especialmente, modernismo ao movimento paulista de 1922. Em decorrência dessa visão generalizante, apareceram idéias de "pré-modernismo" ou de "vazio cultural" que explicariam o período da virada do século XIX para o XX. Nesses conceitos está subjacente a idéia de um referencial externo: "pré" e "vazio" em relação a que? O ano de 1922, ou o período imediatamente anterior a ele, é visto como o grande referencial explicador. Assim, o que aconteceu de "moderno" na sociedade brasileira nas primeiras décadas do século é considerado uma espécie de "premonição dos temas de 22".

É melhor pensar e tentar entender 1922 como um momento de convergência de idéias que já vinham sendo esboçadas na dinâmica social. Esses sinais de modernização já estavam presentes em várias cidades e capitais brasileiras desde a virada do século XX. O estabelecimento de uma articulação entre o antigo e o moderno, o reconhecimento da dinâmica recíproca e interativa entre esses termos, enfim, a própria reavaliação da tradição de ruptura denotam um esforço reflexivo em relação à temática. Isso significa que o ano de 1922, considerado marco simbólico de instauração do moderno, passa a ser reavaliado (VELLOSO, 1995, pp. 269-270). Logo, o processo de modernização no Brasil, pode ser revisto com seu início recuado para a o fim da primeira década e começo a segunda e, principalmente, seu desenvolvimento pode ser observado e discutido ao longo da década de 1920, mas em outros aspectos que não só os artísticos que foram destacados na Semana de Arte Moderna. Nessa linha de raciocínio, concordo com VELLOSO, quando afirma que

em vez de analisar o modernismo como movimento cultural organizado e com limites espaço-temporais definidos, prefiro situá-lo na dinâmica acidentada do cotidiano, que cobre desde os pequenos gestos de sociabilidade intelectual até as expressões escritas e visuais. Nesse sentido, trabalho com a ideia de uma "cultura do modernismo", entendida como o conjunto de modificações que ocorreram nos padrões de comportamento e de percepção social no período que se estende de 1880 até meados da Primeira Guerra Mundial (1995, p. 270).

O cenário escolhido para se analisar esse turbilhão de mudanças trazidas pela modernidade, pelo regime republicano e pelas novas concepções de educação e trabalho foi a cidade de Curitiba. A capital paranaense era, durante a Primeira República, uma espécie de “periferia da periferia”, ou seja, buscava inspiração na capital do país, o Rio de Janeiro (quando referia-se a moda, costumes, hábitos) e, também em São Paulo (quando referia-se a questões de desenvolvimento, indústria, trabalho), que buscavam suas inspirações na Europa (principalmente) e nos Estados Unidos.

A modernização se manifestava em Curitiba pelas inúmeras reformas do quadro urbano – calçamento, abertura de ruas e avenidas – e também pelas novas relações que se estabeleciam devido à presença de imigrantes e ao próprio crescimento demográfico. A cidade já era projetada como uma ideia de grandeza pelos cronistas desde o início do século XX, ligada ao aparecimento de fábricas e ao bom convívio entre as diferentes etnias que habitavam a capital, assim como a ordem que supostamente se tinha nas ruas.

Em alguns pontos, pode-se entender a modernização como urbanização, ou seja, a ampliação e as constantes mudanças do quadro urbano. A abertura e ampliação de ruas e avenidas, o investimento em locais públicos como praças, centros de compras, enfim, o espaço no qual as pessoas conviviam. Assim, quando grandes obras públicas eram feitas, associava-se a mudança do visual da cidade a uma coisa mais atual, mais moderna, com um sentido de evolução, de melhoria não só para a cidade como para seus habitantes.

É importante a discussão também sobre o que significava a modernização quando esta se referia ao comportamento, aos ideais. Isso foi buscado nas fontes, através das reportagens, entendendo que aqueles que escreviam manifestavam seus pontos de vista e seus anseios através dos veículos, dos periódicos. Enquanto no quadro político-social tinha-se uma constante busca pela urbanização, pela alteração dos espaços, em uma esfera político-cultural, refletida pela educação, buscava-se um modelo mais conservador.

Conservador em um sentido de que a prática da militarização não era algo novo ou inédito na década de 1920. Ela já era carregada de valores e ideias que eram consideradas boas, corretas, atuais para aquele momento. Então, enquanto buscava-se a modernização para o espaço físico, buscava-se, paralelamente, a conservação de alguns

valores de um passado não muito distante. Por um lado, todas as mudanças que aconteciam eram vistas como necessárias para se estar em acordo com a realidade do país (ou, entenda-se, das principais cidades), enquanto manter uma prática como a militarização seria uma forma de não perder um vínculo com o passado.

Para análise e discussão do contexto e do objeto, o trabalho foi dividido em três capítulos distintos que se completam por terem os mesmos referenciais – modernização, disciplina, progresso e discursos elaborados a partir de determinados pontos de vista.

No primeiro capítulo será contextualizado o cenário onde se ancora o objeto, ou seja, Curitiba e toda a mudança pela qual passou no início do século XX na busca por um projeto de modernização. Primeiro, na própria alteração do visual urbano, com a construção de novos prédios, novas casas, fábricas, ruas e avenidas, enfim, toda uma arquitetura e uma paisagem que foram desenvolvidas para que a cidade se atualizasse. Além da literatura que trata do período, o capítulo tem como principais fontes os relatos do cronista Nestor Vitor dos Santos, que escreveu sobre a cidade no ano de 1912 na obra *A Terra do Futuro*, e o livro de Francisco da Rocha Pombo, *O Paraná no Centenário*, que analisou toda a situação do estado (política, cultural, econômica) no ano de 1900⁴. Amparadas nas fontes serão discutidas as ideias correntes no início do XX no espaço urbano, como a beleza das novas construções, sua eficiência e importância, o exemplo a ser seguido – no caso, a cidade de São Paulo, por sua concentração de indústrias, capitais e populações diferentes.

É possível notar também as relações entre as pessoas que habitavam a cidade, principalmente depois da chegada de grande número de imigrantes europeus. Essas relações das pessoas com o meio e com outras pessoas, completamente diferentes na aparência e nos hábitos serão os primeiros reflexos da modernização notados em Curitiba. Naturalmente as pessoas se misturam, migram, mudam-se – por diversos motivos – mas tem uma tendência a manter as tradições do seu local de origem, o que

4 Na primeira obra, o autor relata o que presenciou ao longo de sua viagem pelo estado, descrevendo cidades, pessoas, climas, vegetações, as relações de convivência que teve, remontando a história de alguns lugares, como Curitiba, Paranaguá e a região dos Campos Gerais. Essa obra foi escrita em 1912, por encomenda do governador do Estado, Afonso Camargo, e publicada em 1913. A segunda obra foi escrita em 1900, quando das comemorações do quarto centenário da chegada dos portugueses ao Brasil. Nela, Rocha Pombo retoma desde o contexto das navegações portuguesas do século XV até o momento do estado na virada do XIX para o XX. Assim como a obra de Nestor Vitor, esta trata de todo o estado, na sua constituição física, na sua economia, cultura e política. Dos dois livros foram analisadas as falas que abordavam especificamente a cidade de Curitiba.

muitas vezes gera um conflito tanto com a comunidade local quanto com seu próprio *eu*. O local de origem pode, muitas vezes, significar a lembrança de um passado de pobreza ou sofrimento e, por mais que haja uma vontade de deixá-lo para trás, também pode trazer boas recordações, o que dificulta o rompimento (BERMAN, 2007). Essa talvez seja a principal ideia em relação aos imigrantes. Por mais que venham para o Brasil, a manutenção dos hábitos e tradições em um primeiro momento não era mal visto, porém, no término da segunda década do XX, transformaram-se de exemplo de civilidade em ameaça ao elemento nacional. A análise sobre a questão da imigração em Curitiba merece destaque neste trabalho por este motivo.

Como particularidade desse primeiro capítulo, tem-se que temporalidade do trabalho será deslocada para trás, remetendo-se aos primeiros anos do XX, momento em que os cronistas escreveram e que transparece toda a mudança urbana pela qual passava a cidade. O interesse pelas crônicas se dá porque elas *surgem em um mundo onde a informação estava circulando com maior agilidade, onde o jornal estava assumindo uma importância muito grande como fonte de informação para as pessoas, como lazer, como catalisador cultural, num mundo onde uma grande parte da camada letrada da população já não passa sem ele* (BERBERI, 1998, p. 49). O cronista era observador de tudo que existia e/ou ocorria ao seu redor, e se não era, contava o que outros observavam. Ele era ligado à imprensa e à informação, por isso procurava retratar a realidade e falar *daquilo que de fato acontecia* e que pensava estar sendo visto por outras pessoas. A informação era assimilada e, muitas vezes, incorporada pelo público. Por isso, mais do que uma análise do discurso dos cronistas, importam suas idéias sobre progresso, modernidade e disciplina.

O segundo capítulo retorna às datas baliza de 1919 e 1928. Através da análise dos periódicos Gazeta do Povo e Diário da Tarde, nos quais serão buscadas as expressões que a *modernização* ganhava, assim como os prós e contras levantados pelos intelectuais que escreviam nestes periódicos. Nessa parte do trabalho, foram contemplados, principalmente, dois elementos: a imagem construída da cidade de Curitiba, tanto pelas matérias que relatavam as reformas pelas quais passava a cidade ao longo da década e os efeitos que elas teriam sobre a vida dos curitibanos.

Junto com essas imagens, também foi contemplado o cenário construído para as festas cívicas, comumente feitas nas principais praças da cidade. Os trajetos percorridos

por todos que desfilavam (militares profissionais, Tiros de Guerra, escoteiros, artilharia, tropas montadas, crianças de escolas públicas) indicando quais locais estavam em melhores condições e como era distribuída a população que ia assistir ao evento. A própria alteração do visual da cidade parece um elemento endêmico à modernização: criar um ambiente mais homogêneo, um espaço totalmente *novo*, no qual as marcas e a aparência do velho mundo teriam desaparecido, de preferência sem deixar vestígio (BERMAN, 2007). Este processo era visto pelas reformas urbanas, que ganhavam destaque em diversas reportagens, por ressaltarem o novo visual da cidade, mais moderno, bonito, prático.

O outro elemento é o conjunto de ideias que eram passadas pelos periódicos quando se referiam à educação em geral e às concepções que eram visíveis na militarização. Dessa forma, os elementos de progresso, disciplina e modernização serão vislumbrados já diretamente relacionados ao objeto de estudo.

O terceiro capítulo toma como fontes os periódicos Gazeta do Povo e Diário da Tarde, e explora as reportagens nas quais são destacados elementos da questão nacional: formação da nacionalidade e civilidade brasileira, principalmente através da educação dos jovens. O capítulo traz apontamentos sobre as diferenças e semelhanças dos dois periódicos utilizados como fonte. Nesse capítulo buscou-se também pensar como o corpo era visto e retratado através de práticas como o escotismo e o Tiro de Guerra. Outro ponto a ser explorado eram os momentos em que ambos falavam da nacionalidade, comumente nas datas cívicas, nas quais haviam diversas festividades, homenagens e desfiles para a população. Os pontos de vista dos dois jornais são debatidos, de modo a analisar como os articulistas se posicionavam e sustentavam seus argumentos.

Neste encerramento do trabalho, buscou-se unir todos os elementos que foram levantados nos capítulos anteriores e relacioná-los aos discursos sobre a militarização. Então, mais do que mostrar o que se falava sobre a prática, importou aqui discutir o conteúdo que estava subentendido nas reportagens, levantando hipóteses sobre a real aplicação da militarização. Por fim, buscou-se inserir os Tiros e os Escoteiros no âmbito do moderno, do progresso e da educação civilizada e, a partir dos discursos apontar conclusões que conduzam à abertura desse objeto de estudo, ainda pouco explorado pela historiografia.

1 A CURITIBA DOS CRONISTAS: MODERNA E PROGRESSISTA

A cidade de Curitiba do início do período republicano estava longe de ser considerada uma metrópole. Apesar de ser a capital do estado do Paraná e do aparecimento de um certo número de fábricas, o ambiente nas ruas era de um núcleo urbano com poucos prédios e ruas estreitas. A cidade era mais uma idealização que uma realidade propriamente dita, no sentido de que se fazia uma propaganda nem sempre condizente com o que tinha e acontecia de fato, dando destaque para a boa relação dos curitibanos com os imigrantes e de todos os moradores com o trabalho. As novas concepções de administração pública foram tomando feições mais nítidas à medida que o regime republicano foi se sedimentando em todo o país, surgindo a necessidade de adequar a sociedade à nova razão de um estado que se desejava industrial e capitalista. As cidades brasileiras, nas primeiras décadas do século XX, tiveram (em geral) um impulso de crescimento, justificado por vários fatores: o forte afluxo de imigrantes, sobretudo na região sul; o implemento industrial com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e as novas atribuições político-administrativas das capitais dos estados e das cidades portuárias (TRINDADE, 1998, p.108).

Curitiba havia substituído Paranaguá em importância política e econômica já em meados do século XIX, vindo a ser a maior e principal cidade do Paraná. As crônicas da época que falam da cidade não raras vezes a retratam de uma forma tão bela e ordenada que parece difícil acreditar em tal nível de organização. Diz Nestor Vitor dos Santos: *quando eu fui para Curitiba, em 1885, nossa capital já tinha proporções avantajadas e entre os exemplares da sua construção, aí já quase que completamente à feição germânica, encontravam-se vários prédios importantes. Já era grande a diferença entre tal edificação e a daminha retardatária Paranaguá, quer pela massa total, quer pelo valor de tantos dos seus espécimes. Delineava-se desde esse tempo uma linda cidade.*

O destaque dado aos imigrantes, principalmente os “melhores”, no caso os alemães, que eram envolvidos com obras arquitetônicas é recorrente na obra do cronista. Nesse trecho, percebe-se uma relação entre os germânicos e a modernização da cidade, pois era um dos elementos que colocava a capital à frente da cidade litorânea. Ao leitor contemporâneo é um pouco difícil saber em relação a que eram as “proporções avantajadas” da cidade. Se o autor estivesse comparando Curitiba com Paranaguá, é provável que a arquitetura da capital fosse mais atualizada para aquele momento, até

pelo maior investimento em obras tanto do governo quanto dos imigrantes, que tinham destaque como mão de obra de construções. Apesar de Nestor Vitor ter morado no Rio de Janeiro e ter conhecido Paris, é pouquíssimo provável que tenha comparado Curitiba com qualquer uma das duas cidades, visto que em 1900, a capital paranaense tinha cerca de 50 mil habitantes, e a capital federal, em 1906, tinha cerca 800 mil (PINHEIRO, 2007, p.25).

No caso deste texto, o autor contrapõe, em diversos momentos, a Curitiba do final do XIX à Curitiba da segunda década do XX, fazendo questão de passar uma imagem de um desenvolvimento muito acelerado em um curto espaço de tempo, no caso, entre 1885, sua última visita e 1912. O ambiente notado na cidade, na sua primeira visita, segundo o autor, agradaria

quem saísse à tarde, ainda que num breve passeio, pelos arredores da cidade, naquela época de que falo, já encontrava quase que a dois passos do centro, garridos *chalets* de madeira, de um vivo e alegre azul, ou de um verde-gaio que se harmonizava idealmente com a suave claridade do horizonte. Pelas paredes subiam-lhes implexas trepadeiras viçosas, quando não fossem ramos de parras, transbordantes dos tendais ali próximos. Lindos cachos, roxos ou verdes, de gostosas uvas, entreviam-se nesses folhudos parreirais. Enfileiravam-se nos terrenos do vasto quintal verdes macieiras, ameixeiras ramosas, viridentes pés de marmelo, dando à paisagem feição nitidamente européia. Rescendiam em touças rasteiras grandes violetas brancas ou roxas. Magníficos roseirais e viçavam em latadas por entre cardos e heras. Entremeavam-se nessa flora os variegados amores-perfeitos. As lindas camélias dominavam do alto. À porta, ou ressaíndo da moldura das janelas, quase que sempre um tipo feminino germânico, de touca branca e rendada à cabeça, animava aquele quadro silvestre. Campos e árvores, então, e um céu maravilhoso, de que o sol descambava para o extremo poente numa prodigiosa pompa de cores, com estranhos efeitos de luz, formavam grandioso e original ocaso, como que em apoteose de caráter meio helênico, meio asiático (Santos, op. cit, pp. 75-76).

A preocupação em passar aos seus leitores a aparência bastante calma de Curitiba, descrevendo suas paisagens como se fossem de uma pequena cidade, extremamente bucólica, é algo bastante recorrente nas falas de muitos autores do período. Destaca-se a idéia de que a obra citada aqui foi encomendada pelo governador Afonso Camargo, em 1911, e poderia ser elaborada na forma de uma propaganda da cidade ou do Estado. Tudo que o autor escreveu sobre sua primeira visita, em teoria pelo menos, foi fruto de sua lembrança. Por isso, as descrições de uma pequena cidade, em 1885, podem ser contrapostas a uma imagem de urbanização/modernização em 1912. A atenção dada pelo autor também ao tipo humano apontado: não era uma brasileira que estava em sua casa, ou uma ex-escrava que circulava pelas ruas, mas uma

mulher estrangeira, germânica. Esta cena parece complementar a paisagem campestre montada na narração. Também há outro ponto: se tomarmos a imagem da mulher como dita no trecho, não teríamos uma ligação com o trabalho rural que os imigrantes praticavam em suas colônias para sobreviver. Se a maior parte dos que chegaram aqui eram pobres e dedicavam-se aos trabalhos de plantação e revenda na cidade, ver uma mulher alemã em casa, próximo ao centro e em uma paisagem bucólica, não parece das imagens mais prováveis naquele momento.

Naturalmente, se o leitor não conhecesse a cidade, teria a melhor imagem possível, a da harmonia e tranquilidade. As mudanças listadas pelo autor são inúmeras e apontavam também na direção do aumento da quantidade e tamanhos de prédios e ruas, um inegável processo de urbanização:

Eu vinha observando a notável mudança que fizera em nossa capital. Vinha notando, entretanto, justamente, que Curitiba ganhava outro ar, outro porte, lembrando uma camponesa, nossa antiga conhecida, que encontramos no fim de certo tempo já com os donaires e a louçania de uma cidadã. Aquela rua da Liberdade já estava inteiramente compacta, e era importante, com a estação das estradas de ferro, com o Palácio do Congresso, mais o do Governo, logo de entrada, e tantos bons prédios depois. A rua Quinze, que é a rua do Ouvidor de Curitiba, essa perdera o acaçapado e a vulgaridade antiga de rua minimamente provinciana. Larga e simpática, como sempre foi, ostentava hoje palácios bancários, tinha grandes, importantes armazéns, e, quando menos, quase que sem exceção, oferecia à vista sobrados já bem descentes agora. O antigo Palácio Presidencial, que ainda ali existe, outrora notabilíssimo, é atualmente um prédio secundário (Ibid, pp. 81-82).

O relato referente a 1912 evidencia uma alteração radical no traçado urbano e na própria vida da cidade. O autor mostra o fim do cenário rural descrito anteriormente e a mudança para um cenário reformado, voltado para o comércio e para palácios e prédios. Havia uma constante preocupação em mostrar o que passou como, de fato, ultrapassado, ou melhor, nas palavras do cronista, como provinciano, indicando um tom pejorativo em relação ao que não existia mais. O que costumava parecer belo e notável alguns anos antes, no momento da crônica já era tomado como normal, secundário. Se forem observadas as datas, a primeira lembrança de Nestor Vitor ainda era do tempo do império, e 1912 quando o regime republicano já era vigente há mais de duas décadas, então o que antes era “notabilíssimo”, passou a ser “secundário”. De qualquer forma, a imagem da camponesa não foi abandonada, apenas modificada. Como a cidade, que cresceu e progrediu, a mulher deixou de ser camponesa para ser cidadã, o que já evidencia os tempos republicanos na fala de Santos. Assim, aquele novo momento,

parecia mais evoluído, moderno, um mundo que passava por constantes mudanças, que caminhava em um sentido de cosmopolitismo e industrialização, pelo menos em teoria. Nessa questão de dar destaque à Curitiba, os escritos de Rocha Pombo vão ao encontro aos de Nestor Vitor, quando o primeiro contrapõe a capital em 1853, momento da emancipação política do Paraná e a cidade em que chegou na virada do XIX para o XX:

a nossa capital é uma das mais belas, das mais opulentas e grandiosas do sul. Quem viu aquela Curitiba acanhada e sonolenta, de 1853, não reconhece a Curitiba suntuosa de hoje [1900], com suas grandes avenidas e boulevards, as suas amplas ruas alegres, as suas praças, os seus jardins, os seus edifícios magníficos. É servida por linhas de bonds e a estação de ferro aproveitando quase toda a área urbana. O tráfego diário conta, além do que fazem os bonds, com mais de 1000 veículos diversos. Há em plena atividade, dentro do quadro urbano, mais de trezentas fábricas e oficinas e no município todo, perto de 600. Já se funde em Curitiba tão perfeitamente como no Rio. Já se grava e já se fazem, em suma, todos os trabalhos de impressão tão bem como os melhores da Europa. O movimento da cidade é extraordinário, e a vida de Curitiba é já a mais afanosa de um grande centro. Existem para mais de trinta sociedades, clubes e instituições de ordem popular (POMBO, 1980, p. 141).

Nota-se a contraposição clara ao passado, de sonolenta para suntuosa, uma transformação tão abrupta que nem parece a mesma cidade. Enquanto Nestor Vitor dá um enfoque para a alteração no traçado urbano, com o alargamento de ruas, Rocha Pombo mostra a modernização pelas máquinas, bondes, fábricas. Se em um primeiro momento o autor destaca a beleza da cidade em relação ao sul do Brasil, depois iguala-a industrialmente à capital federal. Assim, não há uma aproximação com uma cidade mediana do período, como Porto Alegre, por exemplo, mas já se compara com o que é referencial de desenvolvimento, de potência, de civilizado para os padrões brasileiros. A chamada para avenidas e boulevards davam o aspecto definitivo de grande centro. O alargamento das ruas e os novos quadros urbanos mais compactos, que facilitassem o deslocamento por dentro da cidade era o sinal dessa modernização. As ruas estreitas remetiam à arquitetura imperial, antiga e pouco prática. Além disso, os novos tempos exigiam um deslocamento mais fácil e rápido devido às fábricas, que precisavam escoar suas produções para as linhas de trem, além da necessidade dos trabalhadores chegarem ao local de trabalho mais rapidamente. Ruas largas e com novos traçados abriam espaço para os bondes elétricos, destaques nas cidades que os possuíam por aumentar o conforto e a velocidade com que se deslocava dentro do traçado urbano. Junto com esse novo desenho da cidade, havia a alteração de nomes de ruas e a nova infra-estrutura:

o que se depreende até do nome com que ficou uma das mais antigas da povoação – a rua Fechada. A parte mais central da área urbana era a praça da Matriz (hoje Tiradentes). As ruas principais eram: a das Flores (mais tarde Imperatriz e hoje Quinze de Novembro); a da Fechada (hoje José Bonifácio); a do Rosário etc. A povoação circunscrevia-se entre os ribeiros Belém e Ivo, e mesmo assim com edificação muito rareada. Não havia nenhum edifício público. As repartições municipais funcionavam em prédios particulares. Não havia também iluminação pública. Contava a paróquia 4 igrejas, quase todas em mau estado, a começar pela que servia de matriz, no meio da praça central. A matriz era ainda a primitiva e se achava arruinada que foi preciso consertá-la para as festas de 19 de dezembro (POMBO, 1980, p. 75).

O relato acima é de uma Curitiba de 1853, quando o governador da província Zacarias Góes de Vasconcelos chegou na cidade após a emancipação política do Paraná. Em primeiro lugar, chama a atenção a alteração dos nomes dos locais públicos: a rua das Flores trocou de nome para Imperatriz como uma forma de homenagear a princesa Isabel, herdeira do trono brasileiro nos tempos do império. Após a proclamação da república, essa nomenclatura não condizia com o novo regime e foi alterada de modo a homenagear a nova data nacional instituída no calendário. Junto com isso, a mudança do nome da praça da Matriz para Tiradentes homenageava um herói republicano, Joaquim José da Silva Xavier. A memória de Tiradentes e da Inconfidência mineira foi resgatada na República por simbolizar um homem idealizador que lutava pela liberdade do Brasil em relação ao regime português, analogia feita igualmente pelos militares que proclamaram a república e tinham necessidade de apagar os rastros da corte lusitana representados na família real. Se na república, a independência ainda era considerada a maior data cívica nacional, fazia-se também referência em Curitiba a José Bonifácio, um dos idealizadores da independência do Brasil. A descrição de raros edifícios e a população largamente distribuída entre dois rios completam a visão de um local acanhado, sem estrutura de uma grande cidade. Por fim, a referência à de falta de infraestrutura pública, sem prédios destinados à servidoria e sem luz elétrica, um dos símbolos da modernidade no Brasil.

Quanto à reestruturação urbana, na fala de Nestor Vitor, há uma menção ao afastamento “dos pobres e dos sapos” do centro da cidade, no qual, supostamente em uma conversa com Emiliano Pernetá, este dizia: *os pobres e os sapos vão indo cada vez mais longe. [...] está aí o motivo principal, porque não achas mais na cidade esse cheiro campesino de que falas, e de que me recordo. Com os pobres vão se distanciando também as culturas.* A referência aos sapos vem dos banhados que existiam próximos ao centro, comumente habitados por esses bichos. Uma referência de

Curitiba do século XIX era o cochar dos sapos ao fim da tarde. Não fica explícito na fala relatada aqui, mas é provável que os pobres sejam os mendigos que habitavam o centro e que foram desabrigados quando as principais ruas foram reformadas. Esses sujeitos habitavam casas velhas e abandonadas do centro e obviamente foram deslocados para o mais longe possível do ponto mais moderno da cidade.

A partir da segunda década do século XX, a condição dessas pessoas se transformou em um problema social considerado grave pelas forças policiais. Re-urbanizar requeria, principalmente, limpar a cidade e expulsar para longe do espaço, que se pretendia purificado, todo um grupo miserável que se amontoava com o lixo nos velhos casarões. Re-urbanizar implicava, também, em afastar do espaço refinado, dos “olhos e narizes” das senhoras e dos cavalheiros a população pobre e suja. Nessa população suja enquadravam-se os trabalhadores pobres “ligeiros e vergados” a caminho da estação; os cegos e aleijados “desfilando seus farrapos”, vendedores ambulantes, cocheiros, colonos descalços, condutores de bondes “cheios de lama e com roupas rotas”, menores abandonados, “criadas polacas”, serventes, meretrizes, bicheiros, vagabundos, gatunos, desocupados, desordeiros, “classes perigosas ou potencialmente perigosas”, enfim, hóspedes habituais das estatísticas de prisão e notícias policiais (BONI, 1985, p. 48). No interior dessa parcela pobre, havia também o grupo de “vagabundos”. A noção de vagabundagem era ligada à ausência de ocupação “honesta e proveitosa”, ausência de família e de domicílio, mas principalmente, à ociosidade. Permitia-se, sim, um tipo de ocioso, aquele que possuía família e dos bens desta auferia sua sobrevivência, mas ao homem pobre, não, este deveria dedicar-se a alguma ocupação e não viver como peso para a sociedade. Vadios seriam, portanto e principalmente, aqueles que se recusavam ao trabalho: mendigos, inválidos, jogadores, meretrizes, etc (KARVAT, 1996, p. 10). Trabalho aqui é entendido com uma ocupação dentro de fábricas, lojas, marcenarias, ou qualquer ocupação “braçal”, com horas diárias dedicadas a esse esforço.

Além disso, há uma insistência na mostra de personagens estrangeiros na construção do visual curitibano:

Outra observação, logo de entrada: os prédios modernos já são mais leves, mais elegantes do que a quase totalidade dos que se faziam no meu tempo, por influência dos mestres alemães. E isso concorre, não pouco, para desde

logo desgermanizar a cidade, aos nossos olhos, de nós outros que anteriormente a conhecemos.

– Estão desaparecendo os construtores alemães? Perguntei no dia seguinte a um amigo.

- Não desapareceram, respondeu-me, mas os italianos estão entrando de cada vez mais em concorrência com eles, oferecendo a vantagem de serem representados, num caso, ou noutro, por arquitetos propriamente ditos (SANTOS, Op. Cit).

Aparentemente nota-se no trecho um aumento da concorrência comercial em Curitiba, embora ainda seja dada toda a ênfase aos imigrantes, como se a cidade não tivesse habitantes brasileiros. O próprio tom de “desgermanizar” não é contraposto por alguma expressão que indicasse predominância brasileira. Os elogios aos novos traçados dos prédios indiretamente são lançados à outros imigrantes, os italianos. Também não é colocada de nenhuma forma, uma expressão pejorativa em relação aos alemães, apenas que com a evolução da cidade, sua arquitetura, construída no passado, já era algo a ser renovado. A própria construção de uma identidade para Curitiba girava em torno dos imigrantes e essa visão não foi desconstruída antes da década de vinte. Se a capital não possuía mais um visual germânico, passou a possuir um italiano, o que também pode ser visto como uma referência de civilização, entendendo o europeu como sujeito moderno, civilizado, em oposição ao brasileiro, ainda sem identidade.

A cidade, tão bela e em vias de desenvolvimento para o cronista, tinha cerca de 50 mil habitantes e era a sétima capital de estado em termos de população em 1900, segundo Romário Martins. Interessante contrapor os números deste com os fornecidos por Nestor Vitor, que aponta 35 mil habitantes quando fala do mesmo ano. O segundo diz em seu relato que os números foram fornecidos por Sebastião Paraná, ao passo que Martins coloca dados obtidos, segundo ele, das secretarias municipais. Os números de Nestor Vitor conferem aproximadamente com os fornecidos por Rocha Pombo. Na descrição da mudança visual da cidade, entre 1853 e 1900, diz o autor que *a cidade de Curitiba naquela época [1853] era menos talvez da décima parte do que é hoje [1900]. Poderia conter de 150 a 200 casas. As ruas não excederiam de umas 8 ou 10 e essas mesmas com muitos claros. Não se pode calcular mais do que 6.000 habitantes a população de Curitiba naquela época* (POMBO, 1980, p. 75).

De qualquer forma, transitavam pelas ruas da cidade um número considerável de veículos (carroças) procedentes das colônias agrícolas, em geral reduto de imigrantes,

que cercavam a cidade. A cidade já possuía serviço telefônico, alguns bondes elétricos e praças arborizadas. Em 1920 o número de pessoas que aqui residiam pulou para cerca de 80 mil (MARTINS, 1941). A economia paranaense tinha como base a exportação de erva-mate e de madeira, e também atividades de pecuária. Mas, além da predominante atividade primária, essencialmente extrativa e voltada para a exportação, encontrava-se uma nascente indústria, que para se ter idéia cresceu de 112 fábricas, em 1918, para 225, em 1920, assim como o número de operários passou de 2.240 para 3.488 no mesmo período. Na imprensa apareciam com frequência os poloneses, os alemães, russos, franceses, italianos e suíços. Eram comuns os anúncios de cozinheiros (as) franceses, amas estrangeiras, cozinheiras espanholas. Naturalmente, então, que

pelo fato de ser a capital, tem ainda a vantagem de poder constituir-se, como já se constituiu, o núcleo social mais complexo do Paraná, sendo além de tudo, pela nossa vizinhança com dois países limítrofes, a sede necessária de consideráveis forças do exército. Demais, sob os olhos imediatos do Governo Estadual, e tendo de ser a prova mais irrecusável do nosso progresso, o espelho da nossa cultura, cabem-lhe benefícios provindos de outras iniciativas que não apenas a dos órgãos municipais, benefícios que possam estar à altura dos recursos gerais do Estado (SANTOS, op. cit, p. 98).

A referência sobre o “núcleo social mais complexo” não necessariamente diz respeito a Curitiba ser a capital do Estado. Os imigrantes que chegaram pelo porto de Paranaguá vieram para a cidade e, mais tarde, se deslocaram ou foram deslocados para as colônias, ou para o interior do estado, com o objetivo da ocupação territorial. Se no começo do século XX, os estrangeiros não tiveram no Paraná a função de mão de obra para a lavoura, como em São Paulo, por exemplo, mas sim para algumas obras públicas, como a construção da ferrovia que ligava Curitiba ao litoral, a partir da metade do século a colonização do interior foi incentivada para tomar posse daquela parte do estado, naquele momento, muito pouco povoada. No momento da crônica, 1912, o extremo oeste do estado ainda era pouquíssimo ocupado por brasileiros ou imigrantes. A referência ao exército e à região de fronteira pode, aqui, ter um outro motivo: cerca de dezessete anos antes, em 1895, Curitiba fora ocupada pela Revolução Federalista e foi ponto de conflitos entre forças do exército governamental e do Rio Grande do Sul. O receio do cronista não foi sem motivo. Além disso, no ano de 1912 explodiu o movimento do Contestado, na fronteira entre Paraná e Santa Catarina. A questão militar no local duraria até 1916, mas foi retratada por diversos periódicos como um problema paranaense o fato do estado ter uma defesa tão vulnerável. Se Curitiba era a capital, havia uma insegurança quanto à possibilidade de uma guerra chegar à cidade e não

haver meios de defesa. Anos antes de Nestor Vitor, Rocha Pombo já indicava que a preocupação do Governo Federal com a questão dos limites do território nacional era antiga:

às aspirações dos povos da antiga comarca de Curitiba associaram-se por meados deste século os mais altos interesses da política nacional. Preocupado com a situação do Brasil no continente, tendo de encontrar-se em toda a linha de suas extensas fronteiras com tantas repúblicas irrequietas e aventureiras, e tendo a dirimir, com quase todas elas, antigas questões sobre limites, tomou o Governo do Império a deliberação de criar, nos pontos em que pareciam mais necessários a vigilância e o testemunho da autoridade imperial, as duas novas províncias: a do Amazonas ao norte, limítrofe com quatro repúblicas, e ao sul, por decreto número 704, de 29 de agosto de 1853, a do Paraná, desmembrada da Província de São Paulo e compreendendo quase toda a antiga comarca de Curitiba (POMBO, 1980, p. 74).

Destaque para a fala do autor que coloca as outras repúblicas como inquietas e aventureiras. A época que Rocha Pombo se refere localiza-se entre a questão da Cisplatina, processo de independência da atual República Oriental do Uruguai, anexado ao Brasil pelo governo de D. Pedro I e a Guerra do Paraguai, maior conflito da América do Sul, responsável por mudanças em várias esferas: política, econômica e sócio-cultural. O país não só esteve envolvido como protagonizou ambas as guerras, o que tornava suas regiões de fronteira perigosas. Se os conflitos no continente eram constantes e as questões territoriais ainda podiam ser discutidas ou motivos de guerra, a localização geográfica do Paraná era desfavorável nesse sentido: o extremo oeste do estado ainda não intensamente ocupado e o centro possuía vilas e cidades com poucas chances de defesas em casos de guerra. Por isso, Curitiba poderia ser o alvo mais direto em caso de conflitos com países, ou até estados (como no Contestado), da região sul do continente.

Mesmo assim, de forma geral, os historiadores e cronistas que se ocuparam em registrar aquele momento se esforçaram no sentido de passar a imagem de *uma cidade que, de sonolenta, pacata e provinciana, transformou-se, graças à ação benfazeja de seus governantes e índole de seu povo, numa “urbs” moderna, higiênica e ordeira, apresentada como cidade ideal e harmônica* (MARTINS, 1939), entre os últimos anos do XIX e os primeiros do XX. Mas era, na verdade, uma sociedade e uma cidade em formação, que sofria constantes transformações. Em primeiro lugar, formação urbana, pelos novos conceitos e arranjos dos espaços; em segundo, política, cultural e intelectual, marcada pelo momento republicano em sua pretensão de estabelecer novos

parâmetros à convivência social. A pequena cidade progredia, mas o progresso esbarrava em contradições que sua estrutura ainda provinciana não podia comportar. O ambiente tornou-se, então, propício para a ação de agentes controladores caracterizada pelas evidências da preocupação na manutenção da ordem. Curitiba deve ser pensada no âmbito de uma cidade não-metrópole, mas que se modificava e que tinha atributos específicos, exigindo políticas, bens e serviços apropriados, tornando-a diferente das demais vilas e cidades que existiam em volta. Ela reunia algumas categorias ocupacionais específicas como, por exemplo, funcionários públicos, com destaque para militares e demais forças de segurança e também os estudantes que afluíam para os cursos superiores recém-criados.

Curitiba era uma cidade onde se tornavam, de fato, cada vez mais evidentes os sinais de urbanização e, por conseqüência, modernização: por todo o plano, ruas eram abertas e pavimentadas, edificações se elevavam, ostentando uma arquitetura inovadora; o traçado se tornou mais compacto. A rua XV de Novembro, artéria central da cidade, recebeu nivelamento e a simetria de passeios em mosaico; ao perder seu antigo aspecto, mais provinciano, pequeno e modesto, a cidade passou a oferecer uma perspectiva de sobrados mais leves e elegantes. Efetivamente, por toda a urbe, e até fora do seu quadro, valorizavam-se os terrenos e surgiam novas construções. Expandiram-se algumas fábricas – como o Engenho de mate David Carneiro e a fábrica da família Leão, a Cervejaria Leitner, as massas alimentícias Todeschini, a Fábrica de fósforos Mimosa, a fundição Müller, entre outros (ALMANACH DO PARANÁ, 1912, pp. 283-315). O governo aprimorou os serviços públicos: higienizou o centro urbano com irrigação, limpeza pública, água e esgotos; implementou a arborização e instalou iluminação pública; criou, inclusive, uma guarda civil. A cidade diversificou, ainda, espaços públicos com cafés e salas de espetáculo, parques e praças. Nas ruas principais, agências bancárias e casas comerciais abriram suas portas (TRINDADE, 1992).

Mas a exemplo de outras cidades médias para o período, como Porto Alegre ou Florianópolis, Curitiba refletia o mesmo problema das maiores cidades do país: ela era projetada para o futuro e reafirmava constantemente o que pretendia – progresso e modernidade. Porquanto, se a aspiração de crescer estivesse explicitada, era também ressaltado que se queria tornar uma metrópole procurando evitar os problemas de outras grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, a despeito da fraca estrutura policial

e do judiciário. Naquele início de século XX, com a emancipação política paranaense ainda relativamente recente (em 1853), talvez fosse natural para algumas camadas da sociedade, como donos de fábrica ou intelectuais, buscar uma aproximação com a maior cidade do país e a mais desenvolvida industrialmente, e até uma busca por uma ligação de São Paulo com o Paraná:

Vejo, meu amigo, que estamos ficando muito ambiciosos, disse eu, como legítimos herdeiros dos paulistas, que somos. Esses desenvolvimentos tão rápidos, tão vertiginosos têm o seu lado mau: eles desequilibram mais ou menos profundamente a vida dos centros em que se operam, dificultando, sobretudo, as condições do proletariado. É o que hoje se dá no Rio e de modo mais pronunciado em São Paulo (SANTOS, op. cit, p. 84).

Apesar de parecer no trecho acima que é necessário um cuidado com o crescimento urbano e com a condição de vida dos trabalhadores, a aproximação com São Paulo parecia ser uma meta. Embora a aproximação entre as duas cidades seja praticamente impossível, se levarmos em conta o tamanho, número de habitantes e indústrias de cada uma, era constantemente feita por cronistas ou por jornais, sempre apoiando o discurso nas idéias do moderno e do progresso, tendo como referência a capital paulista. Existia uma vontade por parte de governante e escritores de se integrar ao republicanismo, e contribuir para o ingresso do Brasil no século civilizado, como um país melhor e mais desenvolvido. Pode-se entender como “civilizado”, um local desenvolvido industrialmente, harmônico, com o mínimo possível de problemas sociais como desordem e crimes. Se num primeiro momento o cronista relatou o ideal curitibano parecendo ser a Europa, nas tentativas em falar sobre os ares germânicos da cidade e da sua população, em um momento republicano esse progresso só poderia ser alcançado através de muito trabalho, seguindo um bom exemplo brasileiro, o da capital paulista:

- Dentro de mais vinte anos, são os estranhos que o dizem, o Paraná pode vir a ser o que é São Paulo de hoje.
- Seja como for, não fazem mal nenhum essas esperanças que os de fora são os primeiros a despertar-nos, uma vez que nos envaidecem perigosamente, que apenas nos sirvam de estímulos para o trabalho fecundo, concorrendo para que os responsáveis políticos pelos destinos desta terra se compenbrem da sua responsabilidade perante o Brasil e não nos embarquem com lutas de campanários mesquinhas, que, mais do que em qualquer parte, aqui, neste momento, seriam vergonhosas e injustificáveis. Cabe-lhes antes colocar-se à frente deste movimento de progresso, que cada vez mais no Paraná se patenteia, elevar-se à altura da hora que lhes coube, por felicidade, presidir, e com seu digno exemplo de união, de bons esforços e de honestidade concorrer para a reação de que tão urgentemente necessita o país (Ibid, p. 268).

A cobrança por uma responsabilidade política vai além do compromisso do governo local com os curitibanos ou com a cidade, mas parece ser uma idéia voltada ao país como um todo, além da concepção de uma necessidade de regeneração necessária ao Brasil inteiro. Quando o autor do depoimento destaca o progresso, refere-se ao progresso industrial e toda a relação de trabalho nele envolvida, ou seja, quando mais produção tiver um país, mais pessoas e máquinas em atividade, melhor será esse país. Se, em 1912, o cronista e seu interlocutor colocam uma responsabilidade do Paraná perante a pátria, como um todo, supostamente o estado tem dois bons elementos para oferecer em favor dela: seu rápido progresso e sua união interna. Comparando esse discurso com a historiografia que trata do momento curitibano, nota-se um exagero quando se falava de todo esse desenvolvimento industrial na cidade, por isso vem à tona que Curitiba era muito mais uma idéia do que uma realidade. Construir uma imagem interessante assim podia fazer parte do objetivo político de propaganda do Estado, ou como uma propaganda governamental voltada para os próprios moradores.

Outro elemento que, segundo a fonte, era favorável ao Paraná, era sua união interna. Isso poderia vir da idéia da harmonia existente aqui entre todas as raças e o suposto bom convívio entre brasileiros e imigrantes do qual o autor falou anteriormente. Não faria sentido se fosse falado em um estado que progredia, mas tinha uma verdadeira desordem entre as etnias, seria um argumento absolutamente contraditório. Também há a possibilidade de questionar essa “união”. União de quem? Entre as pessoas? Entre as pessoas e o Estado? Entre os trabalhadores? A busca e a construção de uma identidade comum dentro de todas as camadas sociais estava na pauta das relações políticas, mascarando os conflitos existentes.

Assim, se as comunidades de imigrantes se fechavam em suas escolas que lecionavam na língua-mãe da comunidade, assim como puderam manifestar a religião trazida pelos seus antepassados, havia também uma busca por essa mesma união entre os brasileiros que começaram a conviver com essas novas pessoas que chegavam em sua terra. “União” parece um termo um tanto generalizador demais para o período. Convivência e relações de comércio, competição, amizade, disputa, sempre existiram, ainda mais em um local que recebeu tantas influências culturais diferentes como Curitiba. Mas a idéia de que todos que moravam na cidade eram unidos por um bem comum, sendo ele regional ou nacional, parece exagerada.

Da mesma forma, valia para o escritor destacar a honestidade. Se o Brasil precisava melhorar e se unir, para todos concorrerem a um futuro de unidade e progresso, eram necessários bons valores, empregados dentro da sociedade, pela fábrica, pela escola e pelos meios de circulação. Daí também toda a construção sobre a ordem dentro da cidade, com pouquíssimos crimes, e estes ainda cometidos por pessoas à margem da sociedade. Na Primeira República, a inclusão ou exclusão dos sujeitos, como bons/maus trabalhadores ou bons/maus cidadãos girava em torno de atitudes e valores que contribuíssem com o bem estar comum, na cidade, no estado e no país.

O autor usa a expressão “lutas campanárias mesquinhas”, sem contudo esclarecer o seu sentido. Talvez seja uma referência ao movimento do Contestado ou às diversas manobras políticas dos membros das oligarquias rurais, fortíssimas no período em estados como São Paulo, Minas Gerais ou Rio Grande do Sul. Pode ser uma referência ao pensamento que o progresso vinha muito mais pelo meio urbano, pela concentração de fábricas, veículos do progresso, do que pelo campo. Por mais que esse setor abrigasse a maioria da população brasileira e fosse fundamental para o sustento econômico no mercado internacional, os “novos tempos” pareciam direcionar para os centros urbanos, em grade expansão, o futuro do país. Por isso também, São Paulo era o exemplo de progresso e ideal a ser atingido, pois era um local absolutamente industrial e urbano.

Se a necessidade de progresso industrial soava como algo natural no pensamento da época, também era natural que governantes e cronistas paranaenses quisessem mostrar o desenvolvimento curitibano, não só em relação às demais cidades do estado como em comparação com várias outras cidades do país e diziam ter como objetivo último o desenvolvimento paulista:

tudo isso, na verdade, é muito animador, tanto mais comparado com o que ainda se vê na maioria dos Estados do Brasil, cujo progresso vai tão lento. Muito mal figurávamos nesta época de verdadeira efervescência em todo o mundo no que respeita à valorização efetiva de forças, ao apercebimento para a luta moderna em todos os terrenos que lhe são peculiares, se não fosse alguns outros desses Estados progredirem vivamente, como nunca se dera até aqui. O Paraná, sem contestação, acha-se entre estes últimos; mas, ainda assim, quando se poderá equiparar o seu progresso ao de São Paulo? (Ibid, p. 267)

Além de uma busca pela aproximação com a capital paulista em termos de urbanização e desenvolvimento industrial, havia um outro ponto que poderia ser visto

como comum entre as duas cidades e, em teoria aproximaria ambas: o fato de terem recebido grandes contingentes de imigrantes, em números absolutamente diferenciados, mas que eram uma ótima linha de aproximação para quem quisesse utilizar como discurso. Segundo Nestor Vitor, o bom desenvolvimento das indústrias e a aplicação da população ao trabalho, garantia a fartura na mesa dos habitantes, contadas em mais uma comparação/aproximação entre as capitais:

parece ainda aquela jovem capital, assim, uma terra de engorda, onde se vive à farta e milagrosamente. Nota-se coisa semelhante em São Paulo, no que respeita às condições de nutrição; mas ali já não se vê a mesma alegria, que anda esmagada pela torva preocupação plutocrática, tão característica da Paulicéia. No que as duas capitais muito se assemelham é no ar cosmopolita, ou, melhor na feição europeia que oferecem, com a diferença de que em São Paulo o italiano ainda predomina muito, ao passo que em Curitiba já não há domínio patente de qualquer nacionalidade estrangeira sobre outras (Ibid, p. 88)

O texto acima pode deixar uma imagem ambígua da cidade: se desejava-se ter um local industrial e urbano, a plutocracia, ou o poder concedido pelo dinheiro, parece algo inerente a um local industrial e capitalista, visto que em uma sociedade em que se vive do próprio trabalho, a busca do sustento financeiro e pelo interesse do consumo soa natural. Se isso era visto como ruim em São Paulo, talvez a concepção de mundo em Curitiba ainda fosse algo de provinciano. O seu ar moderno e cosmopolita, no trecho acima, não vinha da população ou do trabalho, mas sim da presença de imigrantes europeus, símbolos do desenvolvimento social

Daí, também parece ainda mais contraditório aproximar a capital paranaense da paulista pelo ar cosmopolita que ambas tinham, segundo o autor. O que o autor pode entender como cosmopolitismo em Curitiba era o conjunto de mudanças estruturais que a cidade passou na entrada do século XX. Esta teve como uma de suas marcas a forte influência de médicos higienistas, muito sentida, desde então, nos vários campos da vida e mais especificamente nas práticas de higiene e saúde pública, das quais a puericultura é um bom exemplo. Essa influência, somada às propostas dos juristas, introduziu, embora de forma não radical, mudanças no trato dos diversos órgãos governamentais com as pessoas (TRINDADE, 1998, p. 34). Higienizar implicava em drenar pântanos, alinhar e calçar ruas, retificar cursos de rios, instalar água encanada e rede de esgotos, arborizar praças, prevenir focos potenciais de enfermidades onde estivessem (prédios, fábricas, cemitérios), adotar medidas preventivas, como vacinas e, principalmente, combater hábitos anti-higiênicos. Em suma, ordenar o espaço,

disciplinar usos, controlar e regular hábitos (BONI, 1985, p. 30). Re-urbanizar implicava em disciplinar o espaço ordenado, normatizar a circulação de veículos e a higienização de serviços. Assim, além dos casarões de residência coletiva, hotéis, pensões e bares “de baixa categoria” foram retirados do centro da cidade; casas de jogos de azar e pensões de mulheres foram fechados, e os espaços de sociabilidade reprimidos.

Uma das faces dessa intervenção é revelada pelas medidas higiênicas de saneamento das normas médicas. Instituiu-se de forma sutil um re-ordenamento às famílias em torno da conservação e educação das crianças. Isto, somado à filantropia e assistência social, garantiu o sucesso da higiene como instrumento de ordenação social (TRINDADE, 1998, p. 35). A remodelação da estética urbana incluiu, ainda, o que foi chamado de “um processo trágico”, ou seja, a remoção das famílias pobres do perímetro central, em razão do que, na cidade remodelada, não era mais possível o convívio com a miserabilidade, transferida para não “manchar” uma sociedade tida como “civilizada e liberal”. O domínio público foi revestido de mediações grotescas, o engenho humano esteve voltado na sociedade curitibana em consagrar o “progresso” por meio de algumas discriminações, sendo que estes mecanismos estiveram também presentes nos discursos higienistas dos médicos da época (LOREGA, 1991, pp. 23-24).

As cidades mostravam-se “inquietas”, mas ao mesmo tempo fiéis à tendência do urbanismo moderno, pois tentavam encontrar soluções para seus problemas. Curitiba agia da mesma forma: devia ordenar definitivamente seu quadro social, sobretudo a sua parcela mais visível que freqüentava os espaços públicos e, para tal, se propôs a identificar os focos de desordem para em seguida, eliminá-los, quando não fosse possível consertá-los. As preocupações maiores eram com a nova organização, mais racional, do espaço e dos comportamentos. A disciplinarização do espaço urbano que se abateu sobre os pobres resultou em normas de enfrentamento para as questões centrais da nova ordem urbana. Ao aparelho policial foi imposta uma tarefa: identificar a parcela da população a ser controlada. A redefinição de elementos constituintes de ordem social levava em conta, principalmente, fatores determinantes de uma ordem urbana, pequenos crimes, divertimentos populares, brigas e desordens urbanas, como também comportamentos antes tolerados e tidos como suportáveis, foram impedidos, vigiados e

controlados, por serem considerados nocivos ou ameaçadores de um colapso social iminente.

Via-se na manutenção da paz e preservação da ordem elementos indispensáveis para se atingir o objetivo último do progresso, e legitimava a existência de um órgão supervisor encarregado de controlar os comportamentos inadequados à idéia de civilização. Curitiba inseria-se nesta conjuntura de redefinição liberal da ordem pública, da onde emergiu um novo paradigma de subordinação e disciplina social: a manutenção da ordem pública. Chamava-se a atenção para o número de crimes que ocorriam na capital, cada vez mais numerosos e que cada vez mais aconteciam em locais de grande concentração de “cidadãos de bem”. Logo foram buscadas explicações para tal fenômeno, pois, habitada por cidadãos “pacatos e ordeiros”, como se explicaria, em Curitiba, o índice de criminalidade, noticiado pelos jornais?

Advertia-se, no entanto, que se o crime havia evoluído, deviam as autoridades preocupar-se com o alcoolismo, com o uso de armas proibidas, e com a vagabundagem, bem como a jogatina, os bailes e os bordéis, que eram consideradas causas latentes da prática de crimes. Como escreveu Nestor Vitor, ao referir-se à cidade no fim do século XIX, *o verdadeiro vício que se encontrava numa parte da sociedade curitibana era o jogo. Bebia-se e jogava-se principalmente para quebrar a monotonia da vida. Porque, em verdade, esta ainda era ali bem insípida e parada, bem estritamente provinciana*. Se outras ocasiões Vitor estabeleceu um contraponto à vida que se levava na capital já na primeira década do século XX, colocando a urbanização como um ato transformador da vida local, colocando a urbanização como um ato transformador da vida local, contraditoriamente, ele procurava justificar o vício do jogo e da bebida como uma necessidade da vida pacata. Hábitos estes que deveriam ser extirpados, pois não podiam mais fazer parte do cotidiano dos curitibanos.

Seguiam-se a esses fatos a insuficiência da força pública para dar combate aos “maus elementos”, e a impunidade da maioria dos criminosos pelas absolvições do júri, ou o apoio incondicional que o delinqüente que tivesse dinheiro encontrava da parte dos advogados. Mesmo com essa preocupação, pensava-se que o crime não tinha, no Paraná, achado meio propício ao seu desenvolvimento, e que aqui era o Estado do Brasil onde enorme era o respeito à vida e à propriedade dos habitantes. Na explicação das causas e na procura de justificativas para incidência dos crimes e sua natureza,

evidenciava-se o descompasso entre as qualidades que eram conferidas à população, e o desenvolvimento econômico, a educação e as instituições (BONI, 1985, p.72). O discurso dominante utilizava como aval das suas intromissões no contexto social, uma explicação com conotações de cientificidade e racionalidade, e acabou por resguardar com legitimidade as operações voltadas ao condicionamento da conduta do indivíduo e, em nome do bem da coletividade, aplicou seus desmandos. O temor e a preocupação estiveram presentes na sociedade curitibana quanto à possibilidade de ocorrência de desordens que lesassem a propriedade privada e pública, estando a punição vinculada à normatização do indivíduo quando da sua inserção no contexto urbano. Com isso, a participação dos moradores da cidade se deu de maneira diferenciada, a classe pobre foi retirada das áreas centrais, conseqüente punição nas mãos da polícia que não via com bons olhos o transitar dessas pessoas pelas ruas. Com esta perspectiva, aponta-se ainda que a cidade acabou dividida basicamente em duas zonas na forma de anéis concêntricos, situando pobres e ricos em espaços diferentes: a elite habitava os bairros Batel e Alto da Glória, enquanto as ruas Botiatuvinha e Saldanha Marinho eram ocupadas pelos pobres (LOUREGA, 1991, p. 16-17). Atribuiu-se esse fenômeno ao crescido número de elementos de perturbação e desordem fornecido pelas classes inferiores da sociedade, a população ignorante, sem instrução suficiente como guia, a ausência de sentimento religioso que refreia as paixões dos homens de baixa classe, à falta de escolas primárias, à falta de policiamento para conter uma população que crescia dia a dia e à falta de leis apropriadas à polícia na prevenção dos crimes. Com uma população cada vez maior e, em grande parte desfavorecida, para conter as manifestações e preservar a ordem, surgiram os planos urbanos elaborados pelos governos, *vistos como intervenção calculada e projetada capaz de transformar a cidade num mecanismo que funcione de modo adequado, eles reordenam o espaço urbano, de modo que possíveis revoltas possam ser debeladas e que a cidade se transforme em palco da moderna vida burguesa* (BERBERI, 1998, p. 31).

Como salvaguarda da ordem preconizada pelo Estado Liberal, as autoridades policiais assumiram a idéia de que a elas cabia a prática administrativa que incorporava o controle e a direção da vida social. Para melhor exercerem tal controle necessitavam diferenciar o homem honesto, trabalhador, do marginal, vagabundo, como também estabelecer o grau de periculosidade dos indiciados em processos. Objetivando racionalizar a diferenciação, as autoridades determinaram a identificação de todas as

peessoas detidas, independentemente de idade, sexo ou condição social, sem exceção de crimes, contravenções e motivos, como também determinaram que seriam identificadas as pessoas que necessitassem provar seus bons antecedentes. No entender dessas autoridades, identificar-se como trabalhador, era obter cidadania, sendo que o passado político, cultural ou social não tornava o indivíduo necessariamente perigoso. Isso, no entanto, não significava que se pudesse anular registro ou queixa. Assim, as pessoas não teriam o que temer, pois para os “honestos” era garantia de segurança individual, e para os acusados de algum delito, se absolvidos, garantia do silêncio sobre o fato delituoso. E como se tratava de um convênio puramente administrativo, haveria absoluta reserva sobre os antecedentes permutados, restritos exclusivamente para uso de fins policiais e judiciários. Como medida de exemplo, a polícia procederia à identificação de todos os seus funcionários, ou autoridades civis e militares. Tornou-se obrigatório o atestado de “bons antecedentes” aos candidatos às forças armadas. Como o objetivo era garantir a segurança dos cidadãos, esse procedimento foi se estendendo progressivamente a toda a população (BONI, 1985, pp. 83-85).

No entanto, algumas descrições sobre as primeiras décadas do século XX, apresentavam a cidade com um ar absolutamente harmônico, como se todo o processo de formação da cidade tivesse sido feito sem contradições, da forma mais racional e pacífica possível, em uma grande rede de bons acontecimentos:

as indústrias se estabeleceram, expandiram o mercado de trabalho, a cidade cresceu, teve suas ruas alargadas e calçadas, os edifícios públicos e parques a embelezam, foi saneada e iluminada, os bondes e carros circularam com sempre crescente número de passageiros. Os pobres e necessitados eram atendidos pelas entidades assistenciais. Os estrangeiros contribuíram para o progresso através do trabalho, como também pelo conagraçamento moral. A cidade possuía entidades educacionais importantes, jornais diários e um intenso movimento cultural. Seu povo, possuidor de espírito cívico, e suas leis, liberais (MARTINS, 1939).

As demonstrações de modernidade no trecho acima retratam o que teria sido ideal no processo de urbanização da cidade: nenhuma referência à reordenação das camadas mais baixas para bairros mais distantes, além do elogio ao imigrante, como contribuinte do trabalho e da moralização social. Enquanto naquele início de século boa parte da educação ao redor da cidade era feita por grupos escolares e, dentro dela, por escolas pequenas e na maioria de ensino público primário, o autor destaca entidades educacionais. O que foi colocado como espírito cívico por Romário Martins, era o que Nestor Vitor chamou em seus escritos de honestidade, união e vontade de trabalho. A

ação policial contra a vadiagem e a mendicidade, e o apelo à caridade pública ocultavam, na verdade, as contradições vividas em uma sociedade, que se queria liberal e descentralizada, mas que, ao mesmo tempo, reivindicava uma ação eficiente do Estado no combate aos seus males. O trabalhador pobre tornou-se visível e desagradável aos olhos de uma elite que se pretendia “civilizada”.

1.2 A questão dos imigrantes

Entre todos os elementos que contribuíram para marcar em Curitiba uma época de grandes transformações, onde seu ar tipicamente “pacato e ordeiro” e ainda mal conhecido se alterou profundamente, a instalação de novos habitantes, os imigrantes, é um fator indiscutível.

O urbano causava um estranhamento entre indivíduos e comunidades com tradições e hábitos completamente diferentes, levando as pessoas a se precaverem, vendo o perigo onde ele nem sempre existia. O crescimento populacional e o afluxo de pessoas muito diferentes nas aparências, na cultura e nas formas de viver, que eram os imigrantes, povoavam a realidade e o imaginário dos curitibanos que se punham em constante alerta, como se a população já estabelecida se sentisse invadida por algo que não pudesse dominar. Parecia normal a visão dessas pessoas que viviam fechadas em suas colônias, dedicando-se aos trabalhos na terra e preservando como podiam seus costumes e religiões, por estarem em um país estranho, sob olhares muitas vezes curiosos e até hostis nas ruas. A troca cultural foi feita aos poucos, e muitas vezes começou pelo pequeno comércio de produtos agrícolas produzidos nas colônias e revendidos nos bairros, e com receios de ambos os lados.

Muitas vezes, quando as fontes referem-se à chegada dessas pessoas, colocam-nas como mão-de-obra para a lavoura, ou para alguns serviços urbanos, como construções de avenidas e casa. Em alguns momentos podemos perceber as diferenças comportamentais entre brasileiros e estrangeiros no que diz respeito aos costumes e práticas sociais, uma tendência de ambos os lados a não se misturarem muito, por diversos motivos como a competição no mercado de trabalho, pelas mulheres ou o ciúme em bailes e festas. Com o avanço do século XX e do regime republicano, ganhou força, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, a necessidade da criação de uma identidade nacional para o povo brasileiro, muitas vezes os imigrantes foram vistos com maus olhos, más influências para nossa cultura e, mais que isso, uma ameaça. A partir

do fim da segunda década do XX, o fato de muitas colônias fazerem questão de preservar costumes europeus e não aprenderem o idioma local promoveu uma série de discriminações por parte dos brasileiros, com o fechamento de escolas de imigrantes, por exemplo. As fontes deste trabalho apresentam diversos olhares controversos quando falam dos imigrantes: em alguns pontos colocam a feição e a arquitetura germânica como marcas da modernização curitibana, em outros apontam a exclusão sofrida pelos brasileiros em locais de maioria estrangeira. Aparecem as contradições impostas pela convivência de etnias diferentes em uma cidade que buscava sua afirmação e seu desenvolvimento.

A população imigrante era composta, inicialmente, por franceses, espanhóis, suíços, judeus, ucranianos e alemães e foi acrescida de italianos, poloneses e também alguns suíços que passaram a residir nas colônias agrícolas nos arredores da cidade. É preciso não esquecer que a imigração no Paraná não teve por objetivo suprir a carência de mão-de-obra para a grande lavoura de exportação no lugar dos escravos, mas sim, o de criar-se uma agricultura de abastecimento, uma vez que a economia da Província, e depois do Estado, em grande parte girava em torno da atividade ervateira e do comércio de gado. A par desta agricultura de abastecimento, a mão-de-obra imigrante foi demandada para a realização de grandes obras como a construção de estradas de ferro, principalmente a Curitiba-Paranaguá, a instalação de linhas telegráficas e alguns outros serviços públicos.

A instalação dos imigrantes nas proximidades de Curitiba foi abordada de duas formas pelos cronistas aqui utilizados: enquanto Rocha Pombo não concede muito destaque para as pessoas e os grupos imigrantes, Nestor Vitor dedica boa parte da sua descrição de Curitiba a eles. O autor visitou escolas e bairros, falou com moradores e buscou informar-se com amigos sobre as condições desses imigrantes. Rocha Pombo abordou muito mais a questão territorial paranaense em sua obra, falando bem menos da população que habitava o estado. Assim, desse autor temos mais uma descrição física do ambiente onde eles se instalaram e de quando se instalaram:

o município de Curitiba tomava, no primeiro quartel do século [XIX], grande importância. Em todo o seu vastíssimo território já se achavam, também prósperos, infinidade de sítios, fazendas e povoados. A cerca de 20 quilômetros ao sul de Curitiba se formava, numa bela clareira de campinas, núcleo de famílias que foi logo capela curada, sob a invocação de São José dos Pinhais; já em 1852 era elevada a vila. Em toda a redondeza de São José dos Pinhais havia colonos estabelecidos, e um caminho antigo dava comunicação para o sul. Ao nordeste de Curitiba havia muitos bairros, alguns

dos quais, depois da instalação da província, tomaram certo impulso e são hoje outras tantas vilas e freguesias importantes (POMBO, 1980, p. 59).

Na fala de Rocha Pombo, no início do XIX, como já notado anteriormente, temos uma Curitiba em formação. Embora ele não forneça aqui elementos da própria cidade, percebe-se a instalação dos novos habitantes ao seu redor e não dentro de Curitiba. Tanto a capital quanto sua região próxima tinham como característica ainda muito mais a ruralidade do que o urbanismo. A população de São José desenvolveu-se graças à indústria do mate, ligada a Curitiba, e isso ainda trouxe uma abertura de novas estradas e ligações entre as cidades. Quando Rocha Pombo se refere aos imigrantes, retoma a capital na sua fala:

a segunda época da colonização⁵ no Paraná data do tempo em que se foi melhorando a viação – de 1865 por diante, e sobretudo, de 1870. Em 1868 começou-se por uma colônia francesa, a Argelina, a fundar nas imediações de Curitiba os núcleos, hoje florescentes, a quem em grande parte deve a Capital paranaense a sua assombrosa prosperidade. De 1870 a 1878 foram fundadas no município de Curitiba as colônias Pilarzinho, Abranches, S. Venâncio, Santa Cândida, Santo Inácio, D. Augusto, D. Pedro, Revière, Orleans, Lamenha, Tomás Coelho a Alfredo Chaves. Esses núcleos (nenhum dos quais se acha a mais de 20 quilômetros de Curitiba) compreendem cerca de 10.000 colonos, polacos principalmente, grande parte italianos e alguns franceses e ingleses (POMBO, 1980, p. 98).

Nesse trecho já percebemos o grande influxo de imigrantes para a cidade. Mais do que isso, a prosperidade das colônias é diretamente atribuída a Curitiba. O que no século XIX foram colônias de imigrantes dedicadas à agricultura e ao comércio desses produtos com o centro, tornou-se bairros ao longo do XX. Destaca também que nenhum deles *está a mais de 20 quilômetros de Curitiba*, ou seja, estão necessariamente nos limites da cidade. Apesar do autor ter apontado mais para polacos, italianos e franceses, quando esses todos chegaram, a imigração alemã já havia se estabelecido em Curitiba.

Vale retomar o extrato que Nestor Vitor fala sobre a concorrência entre construtores alemães e italianos, por exemplo. Se retomarmos também os dados populacionais apresentados por Nestor Vitor, Rocha Pombo e Romário Martins, que em média apresentam Curitiba com cerca de 40 ou 50 mil habitantes na virada do século, os imigrantes das colônias curitibanas correspondem a 20% de toda a população. Número significativo, ainda mais se pensarmos que estes chegaram nos últimos trinta anos do século XIX. Não era a toa que era preciso uma nova infra-estrutura para essa gente

⁵ Segundo o próprio autor, a primeira época de colonização foi o momento do bandeirantismo no século XVI.

nova, com estradas, bondes, policiamento etc. Dessa forma, os imigrantes tornavam-se causa e consequência da modernização empregada em Curitiba no início do XX.

Desde o início do século XX a presença dos imigrantes foi também propulsora da criação de escolas: dos protestos e reclamações sobre o que os imigrantes achavam ser um descaso das autoridades com o ensino nas colônias resultaram em mais de trinta escolas no perímetro dos núcleos coloniais. Instituições sujeitas à regulamentação maior do ensino público do Estado, elas também apresentavam, em geral, uma orientação nacionalista e laica, como a desejava a República. Dentre as instituições particulares laicas, o decorrer do tempo assistiu, igualmente, à multiplicação das escolas de imigrantes, sustentadas por diversas entidades representativas das comunidades étnicas, as escolas alemãs, polonesas, ucranianas ou italianas, atingiram mais de duas dezenas, em todo o período.

Nas colônias elas eram, segundo TRINDADE (1992, p. 15), construções precárias de tábua-lascada, enquanto funcionavam no centro da cidade em condições muitas vezes privilegiadas – caso da Escola da Communa Allemã, classificada, em 1908, pelo delegado da primeira circunscrição escolar, como um *estabelecimento de primeira ordem* (CERQUEIRA, 1908, p.46). Situava-se a maioria nas proximidades dos núcleos imigrantes: as alemãs, mais numerosas, no centro urbano e nas imediações da rua Treze de Maio; as ucranianas nas proximidades do bairro das Mercês; a polonesas em Abranches, Nova Orleans e nos arredores da rua Aquibadan, e as italianas em Santa Felicidade e na Água Verde. Na leitura de Nestor Vitor, no ano de 1912, quando deparou com uma dessas escolas:

de tudo quanto vimos, o que mais inesquecível impressão me causou foi a escola de crianças, que funciona efetivamente a poucos passos da igreja. É dirigida por irmãs de caridade polacas. Aquela atmosfera *sui generis*, que nos transporta violentamente para as terras de onde tais criaturas são originárias, essa grinalda de crianças, já nascidas no Brasil, mas educadas por completo ainda à lei dos seus pais, vestidas ao caráter de lá, com olhos, com expressões por enquanto tão estrangeiras como se nunca houvessem respirado na nossa atmosfera, isso e depois o trajar, a atitude, toda a ética das irmãs que as ensinam e modelam, representam o quadro mais exótico e afinal mais encantador que com tais elementos se possa organizar ali assim. Esses rostos infantis, embora, na sua maior parte, de traços pouco regulares, com as maçãs salientes tão comuns às mulheres da raça eslava, com certos estigmas já perceptíveis, naturais aos pobres aldeões, entre esse povo subjulgado, semelhantes, em todo caso rubicundas e ingênuas, lembrando flores em botão, criavam naquele limitado âmbito uma risonha primavera, em certo contraste com o pálido, meio descorado tom outonal das searas que vínhamos percorrendo (SANTOS, op. cit, p. 161).

O trecho mostra a total separação entre imigrantes e brasileiros dentro da instituição escolar. A colocação de Nestor Vitor quanto à educação em roupas, língua e leis que não são nacionais remete também a essa separação. A impressão do cronista não parece ser necessariamente ruim com relação à existência da escola, visto que na sua obra a presença imigrante é sempre digna de elogios e orgulho para o estado. Além disso, a educação das crianças não foi discutida pelo cronista (o que aprendiam e como aprendiam), que ficou preso a descrição e à semelhança física entre elas. Nesse ponto é nítida a boa impressão que o autor do relato teve em relação ao local: a fala revela a admiração pelo europeu, descrito com beleza e leveza de traços, quase colocados em oposição ao cenário nativo.

Provavelmente não era estranho para quem vivesse em Curitiba o fato de existirem instituições de ensino estrangeiras, ainda mais por serem espalhadas em vários pontos da cidade. Normalmente as comunidades que vinham para o Brasil mantinham suas escolas bastante próximas das suas igrejas, o que tornava a educação dos jovens estreitamente ligada às suas tradições culturais e religiosas, contrapondo a educação laica desejada por parte da intelectualidade. Assim, as crianças morariam com seus pais no bairro habitado por seus conterrâneos, freqüentaria igrejas/escolas no mesmo local, com missas/cultos/aulas no idioma falado em casa/no bairro que não era o português. Talvez, nesse ponto da obra, nas visitas do cronista as colônias imigrantes da cidade, possamos notar o início de um desconforto por parte do brasileiro, uma certa relação já de ambigüidade quanto à presença estrangeira:

para mostrar-nos que as crianças também ali aprendiam português, o padre ordenou à irmã que as fizesse cantar uns dois hinos dos que hoje se repetem em todas as nossas escolas e quis mais que uns três ou quatro alunos lessem em voz alta uns livros didáticos que se adotam no Paraná. Se desconhecêssemos até então a ignorância em que vivia aquela gente do nosso idioma, teríamos tido com isso a flagrante denúncia de tão aborrecido fato. As pobres criaturinhas, - estava-se vendo, - cantavam ou liam de modo absolutamente automático, sem nada entenderem da letra. Enquanto elas não tenham professores brasileiros que as façam conversar em português, designando todos os objetos e exprimindo a par disso idéias abstratas, há de ser forçosamente assim (Ibid, p. 161).

O tom do discurso sofreu uma mudança: dos elogios contínuos para um aborrecimento. Embora transpareça uma certa pena das crianças, que não foram julgadas culpadas por não saberem português (o autor não apontou reponsáveis pelo acontecimento). Exprimiu, apenas, que não havia professores brasileiros, mas não

necessariamente como uma denúncia de descaso governamental ou algum argumento nessa linha. Em uma cidade que tentava montar uma imagem de ótima relação entre sua população e união, o isolamento dos imigrantes retratado aqui vem a desconstruir essa propaganda. Como seria possível uma cidade ser cosmopolita e industrial, se os seus próprios habitantes não interagem? A própria forma de constituição dessa cidade, com diferentes núcleos – os poloneses de um lado, os alemães de outro, os brasileiros de outro – indica uma dificuldade em harmonizar esse convívio. Se não havia, pelo menos em 1912, uma preocupação do governo em espalhar escolas públicas ou dar ênfase ao idioma português entre os imigrantes, seria normal que os estrangeiros estabelecessem seus próprios métodos de ensino e conservação das tradições. Do mesmo modo, não deveria causar nenhum estranhamento o isolamento dessas comunidades, mas

tornava-se por fim irritante a quem ali se demorava a segregação em que, a respeito de quase tudo, vivia aquela gente do elemento nacional. Era raro ver-se até um simples filho de alemães, já nascido no Brasil, aliar-se a uma moça brasileira. Eles só liam jornais impressos em tipo góticos; publicavam-se uns quatro desses em Curitiba. As crianças só freqüentavam colégios germânicos, onde não havia o ensino de português. Assim, bem comumente, velhos imigrantes, que já estavam naquela terra havia dezenas de anos, mal podiam expressar alguma coisa em nossa língua, e até rapazes e moças de sua prole falavam português com muita imperfeição e deficiência. Nas ruas, freqüentemente, de passagem, ouviam-se louros brados de crianças que estavam a brincar tagarelando *yas* e *nichts*, parece que numa absoluta ignorância do nosso idioma. Acontecia dirigimo-nos a uma moçoila ou a uma dona de casa pedindo qualquer informação e vermos com dolorosa surpresa que não éramos entendidos. Se tomávamos um carro, estávamos na contingência de fazer, às vezes, nossa viagem sem trocar palavras com o cocheiro, porque este só sabia alemão (Ibid, p. 77).

Sabe-se que uma efetiva preocupação com a nacionalização do ensino aconteceu mais rigorosamente no fim da década de 1910, e por mais que Nestor Vitor tenha se sentido incomodado com o fato das crianças não dominarem o português, um dos homens que o acompanhava não pareceu importar-se muito com isso, dando maior importância e ênfase em outro ponto de vista, ou seja, para a presença estrangeira na lavoura:

- Nessas condições, será prudente ficarem entregues a si mesmos, como acabamos de ver que eles estão?
- Seria melhor que não se desse assim. Conviria termos escolas públicas nas colônias e dispormos de outros meios para assimilá-los mais prontamente do que de fato se dá. Em todo caso, não há perigo nenhum em ter-se adiado esse problema até aqui. A segregação em que eles ainda vivem é mais obra dos padres que os dirigem do que coisa de caso por eles pensado. Só aos padres é que ela pode convir para conservarem esta gente por mais tempo sob seu exclusivo domínio. Mas afinal os polacos procuram por si mesmos entrar na nossa comunhão social. Desse ponto de vista, como no que respeita ao trabalho, à disciplina, aos bons costumes, esta é uma imigração muito boa,

deixe lá. No Brasil do que mais se precisa é de lavradores. Ora, há outros mais adiantados, porém nenhum mais apegado à gleba e à rabiça do que eles (Ibid, p. 162).

Em Curitiba, as numerosas etnias que habitavam as colônias de seus arredores ou ocupavam zonas determinadas em seu centro urbano, tornavam bastante complicada a imposição de uma ideologia uniformizante, ou nacionalista, brasileira a todos os seus habitantes. A educação/doutrinação escolar nacionalista adotada em todo o país após o fim da Primeira Guerra, tinha um problema de aplicação muito grande em Curitiba pela resistência do imigrante a esse tipo de aliciamento; as escolas estrangeiras podiam ser vistas como centros dessa resistência nos núcleos coloniais, em um sentido de conflito contra o Estado.

A fundação de escolas nas colônias pelos grupos de imigrantes foi favorecida, em parte, pela lógica governamental do liberalismo, em não intervir diretamente frente à população escolar dessas localidades. Então, como o governo brasileiro não tinha necessariamente uma política educacional que proporcionava estudo ou educação em português, muitas colônias tentaram resolver a questão da alfabetização com seus próprios meios, em sua própria língua mãe. As igrejas coloniais, de qualquer confissão, uniram-se também às iniciativas dos imigrantes na promoção do ensino, mantendo escolas comunitárias dentro do seu território (TRINDADE, 1992, p. 93). No caso da religião católica, essa aliança com os imigrantes tinha um propósito definido: tentar recuperar a instituição do choque sofrido com a proclamação da República, momento em que o catolicismo deixou de ser regulamentado pelo Estado como religião oficial do país. Assim, a Igreja viu na escola um veículo de aproximação com a população civil. Aliado a isso, e a favor da Igreja, havia o fato dos imigrantes muitas vezes já chegarem ao país com a tradição católica, caso dos poloneses e ucranianos, por exemplo. Se o governo não se manifestava quanto a esse isolamento das colônias, e estes imigrantes mostravam-se bons trabalhadores, de acordo com os valores estabelecidos na época, podia ser mais conveniente deixá-los trabalhar e manter suas tradições.

No Brasil que passava do século XIX para o XX, havia diversas questões internas que agitavam as cenas política, econômica e social. *República* podia significar tanto governo livre, como governo da lei, como governo popular. De uma coisa, porém, estavam certos os fundadores, ou a grande maioria deles: a base filosófica da construção

que deveriam empreender, a base do novo pacto político, tinha de ser a predominância do interesse individual, da busca da felicidade pessoal (CARVALHO, 1998, p. 84-85). As repúblicas da América Latina ou eram consideradas simplesmente como derivações do modelo norte-americano, ou não se qualificavam como modelos devido à turbulência política que as caracterizava.

Ainda segundo CARVALHO, a liberdade por alguns defendida era aquela que caracterizava as repúblicas antigas de Atenas, Roma e, sobretudo, Esparta. Era a liberdade de participar coletivamente do governo e da soberania, era a liberdade de decidir na praça pública os negócios da República: era a liberdade do homem público. Em contraste, a liberdade dos modernos, a que convinha aos novos tempos, era a liberdade do homem privado, a liberdade dos direitos de ir e vir, de propriedade, de opinião, de religião. A liberdade moderna não excluía o direito de participação política, mas a participação se faz agora pela representação e não pelo envolvimento direto. O desenvolvimento do comércio e da indústria não permitia mais que as pessoas dispusessem de tempo para se dedicar a deliberar em praça pública, nem elas estavam nisto interessadas. O que se buscava era a felicidade pessoal, o interesse individual; a liberdade política, que tem por função garantir a liberdade civil (CARVALHO, 1998, p. 89).

Um problema maior do que a questão da liberdade ou do ensino para estrangeiros, era que deveria, antes de tudo, garantir a sobrevivência da unidade política do país, de organizar um governo que mantivesse a união das províncias e a ordem social. A versão positivista da República, em suas diversas variantes, oferecia uma saída e o arsenal teórico positivista possuía armas muito úteis. A começar pela condenação da monarquia em nome do progresso. Pela lei dos três estados, a monarquia correspondia à fase que devia ser superada pela fase positiva, cuja melhor encarnação era a República. A separação da Igreja e do Estado era também uma demanda atraente, sobretudo para professores e estudantes. Igualmente, a ideia de ditadura republicana, o apelo a um Executivo forte e intervencionista, servia bem a seus interesses. Progresso e ditadura, o progresso pela ditadura, pela ação do Estado, eis aí um ideal de despotismo ilustrado que tinha longas raízes na tradição luso-brasileira. Por último, a proposta positivista de incorporação do proletariado, já com forte influência estrangeira, ou seja, diferente da sociedade moderna, de uma política social a ser implementada pelo Estado, tinha maior

credibilidade do que o apelo abstrato ao povo e abria caminho para a ideia republicana entre o operariado, sobretudo os trabalhadores do Estado.

O pensamento republicano via na escola o veículo ideal para atingir o desejado nivelamento dos elementos culturais adversos ao projeto nacionalista. Daí o desencadeamento do processo da “nacionalização das escolas”, manifesto, principalmente, pela oposição acirrada aos estabelecimentos estrangeiros a partir de fins da segunda década do século XX. Processo desenvolvido fora das fronteiras familiares, a educação escolar pretendia inculcar elementos de permanência na vida dos indivíduos, repelindo, no ambiente escolar, tudo que fosse representativo das forças políticas das outras nações – língua, cultura e tradições. A questão da língua foi elemento crucial nessa polêmica, aparecendo a escola como núcleo tanto de manutenção quanto de substituição do idioma. Decorreram daí, nessa e nas décadas seguintes, as exigências da ênfase no ensino da história, geografia e hinos pátrios, na escolha de livros didáticos e, sobretudo, no ensino no português, incluindo-se a obrigatoriedade da condução de todas as práticas do ensino nessa língua. Em 1924, o Inspetor Geral do Ensino, César Prieto Martinez, fazia eco dessas observações:

Impressionam bem aqueles rostos corados, de linhas bonitas, com os olhos quase sempre azuis e os cabelos dourados da cor dos trigais, em novembro. Dir-se-ia, que são todos irmãos, tal a uniformidade do conjunto. Seu olhar curioso parece inquirir qual o fim da visita. E se esta lhes dirige a palavra, continuam calados, como se nada entendessem. E, de fato não entendem uma só palavra do que se lhes diz, por mais usual que seja. Comumente, uma freira atende a visita e em péssimo brasileiro presta as informações que se deseja. As outras que passam, ou aparecem, apenas curvam a cabeça em saudação, pois não sabem uma palavra em português. Dentro, na sala de aula, nota-se invariavelmente a presença de mapas, cartas, murais e livros em polaco. Se por ventura uma das crianças sabe falar e se lhe pergunta qual a sua nacionalidade, invariavelmente responde: polaca (MARTINEZ, 1924, pp. 79-80).

Interessante perceber que em tão pouco tempo a concepção sobre os imigrantes foi bastante modificada. Mais para o início da segunda década do século XX, 1912, quando Vítor escreveu a obra que serviu de fonte até aqui, os estrangeiros eram vistos e descritos como uma ótima mão-de-obra, além de elementos que ajudavam na melhoria da paisagem da cidade, não dando-se muita importância para a educação dos seus descendentes por não constituírem nenhuma forma de ameaça. Em contrapartida, em meados da década de 1920, após a Primeira Grande Guerra e a formação de regimes nacionalistas por todo o mundo ocidental, o diferente, de outro país, outra religião ou outra ideologia política, passou a ser visto como ameaça à segurança nacional, à cultura

ou ao Estado. Enquanto Nestor Vitor apresentava um apontamento sobre o fato das crianças não saberem português, colocando-as ainda como “pobres criancinhas”, Prieto Martinez aponta para um ambiente montado à parte do Estado brasileiro, com mapas e livros em outro idioma. Enquanto o primeiro percebia os rostos e a colônia dentro de Curitiba, o segundo via um péssimo português pelos dirigentes do colégio, além de frisar que os alunos viam-se como “polacos”, e não brasileiros.

A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, foi tarefa que perseguiu a geração intelectual da Primeira República. Tratava-se, na realidade, de uma busca das bases para a redefinição da República, para o estabelecimento de um governo republicano que não fosse uma caricatura de si mesmo.

A forte presença estrangeira em Curitiba sem dúvida colaborou para que discursos fossem elaborados ligando a imagem da cidade à cultura e às características européias. Entretanto, os imigrantes pareciam causar um paradoxo: se na questão do trabalho forneciam a disciplina, o apego a esta prática, os bons serviços como construtores e mão de obra, na questão educacional evidenciavam o problema da nacionalidade do Brasil. A presença deles colaborou, e muito, para a mudança da paisagem urbana e para a formação do conceito de trabalho que se buscava na Primeira República. Além disso, o fato de haver habitantes de diversas nacionalidades morando na capital paranaense não necessariamente transformou a cidade num pequeno pedaço da Europa. Ao contrário, trouxe diversos estranhamentos entre brasileiros e imigrantes, quase que numa disputa por comércio, direitos e deveres. Embora os cronistas constantemente utilizem a imagem dos imigrantes para promover uma cidade que progredia e que era moderna, o choque cultural evidenciava que os discursos estavam longe de representar a realidade encarada pelos que nela moravam. Por isso, além de investir nos estrangeiros como exemplo de disciplina e modelo de trabalhadores, era necessário desenvolver nos próprios brasileiros essas idéias, daí o investimento em escolas técnicas e em um discurso que colocasse o homem brasileiro como elemento principal do progresso do país.

1.3 Aproximações entre educação e trabalho

A proclamação da República foi o momento em que se introduziu o desejo de transformar o indivíduo em parte ativa do progresso nacional e da prosperidade pública,

utilizando-se a escolarização e o trabalho industrial como fator dessas mudanças. Embalados por essa utopia, os ideólogos da República olharam com esperança o sistema escolar como um veículo de disseminação da instrução e regulador da oferta de mão-de-obra no mercado nacional. Daí a necessidade de multiplicação das escolas primárias para a alfabetização das massas e da escola profissional, de orientação utilitária. De acordo com esse pensamento buscava-se a elevação do nível da educação popular e a modificação dos padrões do ensino. Dessas propostas vieram, além da proliferação das escolas primárias, a reformulação dos cursos secundários e normal e a valorização das escolas profissionais, às quais se atribuiu um papel significativo na regeneração e formação das categorias menos abastadas.

Como justificativa para uma intervenção ordenadora por parte do Estado, foram criadas técnicas, assimiladas teorias e leis em instituições que, no seu conjunto, formaram a política social adequada para aquele momento. As novas concepções de administração pública tomaram feições mais nítidas à medida que o regime republicano foi sendo sedimentado. Os procedimentos disciplinares que visavam uma nova ordem tratavam de esmiuçar a vida dos indivíduos, impondo sutilmente uma “docilização” e o aumento da produtividade desses corpos, estabelecendo uma série de medidas e organizações dos espaços físicos da cidade, entre outras práticas, vale destacar: a intervenção direta do poder público na constituição de dispositivos táticos, na criação de instituições, contando em alguns casos com a colaboração de particulares; a modificação nos hábitos dos indivíduos; a redefinição da ordem.

A aplicação da disciplina remetia à ordem e a determinadas regras para manter essa ordem. Por sua vez, a ordem transformava técnica e mentalmente o indivíduo, e os constituía em corpos dóceis e rentáveis. Foucault (2002) aponta para a centralidade que os investimentos sobre a vida foram adquirindo como alvos do exercício do poder, do ponto de vista tanto individual, quanto coletiva. A vida pública, em especial, passou a ser cercada, esquadrinhada, medida, analisada, ordenada, controlada, direcionada e manipulada, no sentido do desenvolvimento de saberes e técnicas destinadas a estender ao máximo a rentabilidade, a docilidade e utilidade de forças. Essa produção de indivíduos baseava-se em um processo de individualização, que buscava fixar identidades, definindo a todos e, ao mesmo tempo, a cada um, para o que o estabelecimento das diferenças é central. Todos deveriam tornar-se disciplinados e, portanto, dóceis e úteis, o que significa que aprendam um amplo e complexo conjunto

de maneiras de se relacionar consigo, com os outros, com as autoridades, com o espaço, com o tempo e assim por diante⁶.

No Brasil, com o crescimento urbano houve a necessidade de re-organização do espaço e de seus moradores, e, juntamente com esse crescimento a industrialização, aproximou a escola da fábrica, dando aos educadores a tarefa de melhorar o corpo, principalmente o jovem, no sentido de treiná-lo para esse mercado de trabalho e educá-lo para a utilidade em prol do desenvolvimento da nação.

A partir dos anos 20 reforçou-se a proposta educativa em geral, principalmente no caso dos meninos, explicitamente a educação moral e para o trabalho. Fazia-se referência às oficinas de sapateiros, chapeleiros, alfaiates, entre outras, instaladas nas casas de recuperação, nos asilos somando-se a esses as escolas de aprendizes, artífices ou marinheiros. Essas instituições assumiram funções diversas, como de educar, preservar e conservar, e, sobretudo, a tríplice função: de retirar o jovem das más influências, ou dos meios deletérios; estimular e incutir o amor ao trabalho, ao mesmo tempo que davam aos seus acolhidos uma consciência do que é correto, honroso e salvador. Tudo isso feito com ordem e disciplina, fortalecendo os corpos, criando o que Foucault denominou de uma *política de coerção e manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos e comportamentos* (FOUCAULT, 2002).

Na tentativa de resolver a carência educativa da população curitibana a partir desses novos preceitos, procurou-se ainda estabelecer uma situação limítrofe às escolas profissionalizantes, com a criação das escolas noturnas e dos cursos comerciais. A Escola Noturna da Câmara Municipal e a Escola Noturna Republicana buscavam atender aos trabalhadores que desejavam um aprimoramento intelectual e profissional. Como a idéia de dar a uma criança a possibilidade de ascensão social pela instrução não chegava a permear a sociedade da época de forma significativa, no que respeitava aos trabalhos manuais reservava-se aos alunos pobres atividades de feição utilitária. Já as aplicações das práticas mais elaboradas destinavam-se aos egressos das camadas mais favorecidas, visando à aquisição das noções de ordem e integridade, com vistas ao desenvolvimento da personalidade. Nessa circunstância, deu-se uma revalorização

⁶ Importante considerar que Foucault trabalha essas noções na Europa do século XVIII, tanto as novas visões do corpo como sua utilidade para a sociedade como um todo, mas devido ao momento político-social brasileiro do período estudado, é possível apropriar os conceitos e idéias. Então, a aproximação feita pelo autor entre a educação na escola, no quartel e na fábrica é válida, com algumas ressalvas é claro, para a educação desejada e implantada no contexto histórico deste trabalho.

ideológica do trabalho, que passou a adquirir um cunho educativo e até de redentor social (COSTA, 1982, pp. 6-7).

A preocupação em educar as crianças e tirá-las das ruas ressoou na segunda década do século XX, apontando como solução imediata a educação para o trabalho, que poderia transformar um futuro exército de anti-sociais como *vagabundos, bêbados, jogadores, ladrões e assassinos em legiões de operários, agricultores, etc, úteis à família, à pátria e à sociedade* (**A República**, 1909, A infância abandonada, p. 2). É no contexto dessas preocupações e propostas que foi estabelecida em Curitiba, em 1910, a primeira Escola de Aprendizes, que oferecia habilitação de marceneiro, sapateiro, alfaiate, entre outras. Para se ter idéia da ligação entre indústria e educação, o Código Penal estabelecia, desde 1890, a responsabilidade penal aos menores a partir de 9 anos completos. Esses menores, quando julgados culpados e condenados por terem agido com discernimento, numa faixa entre 9 e 14 anos, deveriam ser recolhidos a estabelecimentos industriais ou de regeneração. O cumprimento da pena disciplinar poderia se estender até os 21 anos, caso o menor fosse considerado vadio. Essa determinação refletia o encaminhamento que se dava à construção da “sociedade civilizada” e se ajustava à realidade da emergência do trabalho livre, quando crianças passavam a fazer parte da força de trabalho nas fábricas e oficinas. Determinado que o menor infrator fosse “corrigido” através de pena disciplinar do trabalho, a lei deixava implícita a preocupação de seus autores com os “meninos pobres” e sua inserção na sociedade como força de trabalho (BONI, 1985, p.144).

Em 1920, quando da realização do recenseamento em Curitiba, este acusou a existência de fábricas têxteis, couros, madeiras, metalurgia, cerâmica, produtos químicos, alimentação, vestuário, mobiliário, edificação, aparelhos de transportes, letras e artes, além das indústrias de luxo⁷. O restante da população diluía-se nas demais atividades, sendo que o item “profissão não declarada” e “sem profissão” abarcava 29.465 na faixa até 14 anos e 21.184 de 15 anos e mais, perfazendo a impressionante cifra de 50.649, além das 2.931 pessoas com profissão mal definida (MARTINS, 1941, p. 29). Uma evolução industrial considerada impressionante e feita em pouco tempo, que Nestor Vitor retratou como

⁷ Todas estas fábricas empregavam 8.017 dos 78.986 habitantes, e, dentre elas, as de vestuário, toucador e edificação, eram as que maior número de operários empregava.

um bonito quadro, apto a inspirar as mais risonhas sugestões, aquele que neste momento representa a organização industrial curitibana, tanto mais por ventura comparado com o esboço grosseiro, tão defectivo, em que ele se debuxava apenas há vinte anos atrás. Vêm-se de dia para dia desenvolver-se e completar-se de melhor para melhor os órgãos que logo no início foram solicitados para a sua composição e deram-lhe uma característica, ao mesmo tempo que outros espontam, e ainda outros, ganhando, em mais de um caso, com rapidez, vulto e importância prodigiosos, para a fase inicial em que ainda hoje se acha o incremento da indústria no Brasil (SANTOS, Op. cit, p. 99).

A relação de fábricas na capital paranaense apresenta-nos uma realidade onde os sistemas produtivos foram basicamente de estrutura com tecnologia rudimentar, constituindo-se de oficinas artesanais com dimensões pequenas e sem a possibilidade de oferecer muitos empregos. Assim, havia empresas muito limitadas e a absorção de trabalhadores era até inexpressiva, o que agravava as contradições no plano social, uma vez que a população crescia, formando um contingente de desempregados cada vez maior. Portanto, apesar de encontrarmos no âmbito do discurso uma celebração da industrialização em Curitiba e verificarmos sua distância das condições existentes, percebe-se, contudo, um vínculo destas idéias com um projeto mais amplo, ou seja, em nome do progresso a sociedade passava a ordenar valores e comportamentos justificadores desta retórica. Deste modo, a modernidade acalentada em Curitiba, através das relações produtivas e do Estado, levou à preocupação de normatizar o contexto urbano que já apresentava uma tessitura permeada de diversos problemas sociais (LOUREGA, p. 16-17). Se Nestor Vitor aponta que “vinte anos atrás”, ou seja, por volta de 1890, a indústria paranaense era um esboço grosseiro e em 1912 já é digno de exemplo, Rocha Pombo localiza o início do desenvolvimento em um ponto mais recuado ainda,

com a inauguração da estrada de ferro [da Graciosa, em 1873] transformou-se toda a vida da antiga Província e dir-se-ia tão subitamente como uma mutação de cenário. Curitiba passou a ser grande cidade, com o seu movimento fabril e o seu aspecto de vasto centro econômico a irradiar amplamente para todos os lados. O espírito de iniciativa deu logo um longo impulso à vitalidade geral: numerosas fábricas se montaram; a edificação aumentou espantosamente; criaram-se bancos e casas bancárias e de câmbio; constituiu-se uma linha de bondes e a fisionomia da vida local mudou completamente. O governo da Província passou a subvencionar uma companhia transatlântica, obrigando-se esta a aportar duas ou três vezes por mês em porto paranaense vapores vindos diretamente de Hamburgo; e com isto o Paraná, pelo comércio de importação, se tornou das mais prósperas entre as antigas províncias (POMBO, 1980, p. 115).

Na concepção de utilização dos cidadãos, um indivíduo que não estivesse trabalhando, poderia estar na escola. No entanto, a aproximação da escola com o

trabalho fabril acontecia muito mais nas escolas públicas primárias e nas escolas de ensino técnico destinadas às camadas mais pobres do que ao ensino médio, altamente elitizado. Houve uma propagação das escolas primárias e, junto com isso seguiu-se a valorização do ensino público secundário de cunho propedêutico e dos cursos profissionalizantes como, por exemplo, a Escola de Aprendizes Artífices, fundada em 1909 por um decreto federal e subordinada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, destinada a ministrar o ensino profissional e primário gratuito (COSTA, 1982, p.8). Nessa escola ingressava principalmente a infância pobre, embora entre eles figurassem meninos que haviam incorrido em pequenos crimes, a maioria dos alunos era oriunda de famílias carentes e de imigrantes. O principal foco da educação para os pobres situava-se na educação moral e profissional. Criada com o fim de atender a infância proletária, a Escola de Aprendizes Artífices recebia aqueles menores vistos como oriundos de ambientes perniciosos e degenerados e buscava assegurar o distanciamento da delinqüência, criminalidade ou ociosidade, que supunham ser o destino natural da infância carente, o oferecendo-lhes educação formal e profissional concedendo-lhes a possibilidade de “ganhar a vida pelo trabalho”. À massa heterogênea de menores aprendizes pretendia-se aplicar educação e disciplinarização capazes de transformá-los em operários aptos a construir o Paraná do futuro, construir família e engrandecer a pátria (PANDINI, 2006, 120). Para tanto, propunham reeducá-los.

A presença das crianças nos locais de trabalho era algo importante, pois ocupá-las era sinônimo de afastá-las da “ociosidade” e dos males que poderiam vir a cometer. Ademais, era pelo viés da formação profissional que se instaurariam hábitos saudáveis de trabalho, abnegação e moralidade. A criação das Escolas de Aprendizes Artífices atendia aos propósitos de formação de mão de obra para as indústrias, contribuía para a manutenção da ordem urbana e idealizava uma disciplina que redimia os menores pobres tornando-os aptos para uma vida produtiva, evitando que se entregassem a “parasitagem” quando chegassem à “idade da ação” (Ibid, 2006, p. 128). A retirada de crianças da rua, problema crescente nos centros urbanos, seria complementada pelo inculcamento em seus corpos e mentes de novos hábitos e costumes voltados para a disciplina do trabalho, ou seja, passariam por um processo de disciplinarização. Era como metamorfosear indivíduos potencialmente perigosos pela sua condição de classe, tornando os menores desvalidos em menores aprendizes, em trabalhadores produtivos (QUELUZ, 2000, p. 80).

Nesses ambientes austeros, pretendia-se disseminar a moral, difundir a ética, enaltecer o progresso e o trabalho, distribuir a disciplina e a ordem, incentivar o civismo e introduzir a saúde e a higiene. O tempo escolar previa um mínimo de ociosidade e o máximo de eficiência. O ambiente educativo era também função de um bom regime de estudos, do sistema disciplinar, dos horários que permitiam aos alunos trabalhar com método, com tranquilidade, com atenção em continuidade necessária para que o estudo fosse fecundo, feito em condições higiênicas, com intervalos de descanso necessário para conservar íntegra a saúde, e, portanto, o otimismo, o estímulo para perseverar no esforço.

A educação seria responsável pelo dinamismo da civilização, que deixava um passado ruim para ir em direção a um futuro mais sadio, tomando a analogia da sociedade como um organismo. A escola era vista como o local onde esse organismo ganharia vida e sentido, pois formaria cada um dos órgãos desse corpo.

Um grupo social que se sentiu particularmente atraído por esta visão da sociedade e da república foi o dos militares. Através da disciplina de Exercícios militares, puderam difundir melhor as idéias de disciplinarização. Eles tinham formação técnica, em oposição à formação literária da elite civil, e sentiam-se fortemente atraídos pela ênfase dada pelo positivismo à ciência e ao desenvolvimento industrial. Por outro lado, por serem parte do próprio Estado, não podiam dele prescindir como instrumento de ação política.

Entre os exércitos latino-americanos, o brasileiro foi o que herdou mais plenamente a tradição européia. O fato de que a independência do Brasil tenha sido um ato muito mais político e decidido pelas elites, sem grandes manifestações ou lutas populares contra a corte, ao contrário de todos os países vizinhos, permitiu que se preservasse aqui a estrutura do Exército português. Nos países em que o processo de independência exigiu lutas mais prolongadas, muitos cidadãos foram incorporados ao exército em todos os escalões, democratizando-as de certo modo, reduzindo seu nível profissional e tornando-as instrumento de fácil manipulação política (CARVALHO, 2005, p. 15) na cidade de Curitiba, entretanto, a presença militar não parecia desagradar nem aos cidadãos, nem ao governo, e nas palavras de Nestor Vitor, o fato de existir aqui uma sede trazia benefícios para o local:

De há muito tempo a capital do Paraná é uma das sedes do exército, permanecendo sempre ali um considerável número de forças federais. Naquele tempo, embora menos numerosas, elas ainda avultavam a ponto de darem à localidade algo da feição de um grande quartel. E um dos fenômenos mais curiosos sob tal aspecto era ver-se a combinação, a boa aliança voluntária, aprazível, que faziam com os nossos soldados, tantos deles negros retintos, às louras e jovens polacas, que vinham para a cidade ganhar dinheiro bastante para seu enxoval e deixavam o noivo a trabalhar na colônia. Diga-se de passagem, esse fato de ser aquela cidade um dos nossos centros de permanência militar também concorre para explicar o progresso material de Curitiba, sendo importante a verba que entra para a receita local com as despesas da guarnição (SANTOS, Ibid, p. 75).

O autor esforçou-se para transmitir uma imagem de tranqüilidade no convívio social entre militares e civis, incluindo a ótima convivência entre os soldados e as meninas imigrantes, em tom ambíguo. Associar o desenvolvimento urbano e industrial de Curitiba com o recebimento de verbas para manutenção da corporação pode ter sido uma boa maneira de justificar a estadia militar na cidade. Afinal, em um momento de grande crescimento, tudo o que fosse somado e trouxesse sossego e não problemas seria bem vindo. Com o afastamento do período turbulento que fora o da Guerra do Paraguai, o exército poderia refazer sua imagem de defensor da pátria, e até mais do que isso, poderia ter a seu favor a vitória na guerra e a presença de presidentes militares no início da República para promover-se. A propaganda militar e a entrada da disciplinarização na sala de aula foram estratégias de aproximação e influência dos militares na sociedade brasileira.

Dessa forma, disseminou-se aqui uma noção de “Nação em Armas”, segundo a qual todo cidadão era um soldado em potencial, e as forças armadas, além de responsáveis pela defesa nacional, uma espécie de “escola da nacionalidade”, já que idealmente recrutariam elementos de todos os setores da população, de todas as origens sociais, dotando-os de um sentimento de unidade nacional (CASTRO, 1995). A hierarquia da instituição militar tendeu, então, a desvincular-se da hierarquia social. Se nos exércitos pré-modernos o corpo de oficiais estava “ancorado” na sociedade em virtude de sua origem aristocrática, com a profissionalização desenvolveu um *ethos*. Tornou-se, dessa forma, um grupo profissional dotado de relativa autonomia em relação ao restante da sociedade. A aristocracia de berço foi progressivamente substituída pela aristocracia do mérito, aferido através da hierarquia das promoções.

Sob o exemplo dos militares, o objetivo nacionalista da escola era fabricar também corpos submissos e exercitados – dignos, asseados e fortes. A disciplina do

corpo induziria à do intelecto e do espírito. Ela era um exercício de poder que se expressava em uma determinada tecnologia formada pelo conjunto de instrumentos, de procedimentos, de níveis de aplicação e de alvos – através da disciplina poderia-se modificar uma sociedade (FOUCAULT, 2002, 189-190). Estreitamente ligada à disciplina, a ordem era a segunda estratégia utilizada na configuração escolar, sob a forma de leis, regulamentos ou programas.

Em seu sentido amplo, a ordem estruturava toda a “máquina de ensino” e as pessoas dentro dela. Unir ordem e disciplina podia tornar-se uma prática muito eficaz. Era a ordem que garantiria a obediência dos indivíduos e a melhoria de seu desempenho, além da economia de tempo e trabalho, fazendo o espaço escolar distribuir-se não só como uma “máquina de ensinar”, mas também de vigiar, hierarquizar e recompensar. Disciplina, ordem e hierarquia eram recursos do discurso educativo que possibilitavam a ênfase na preparação do patriota. Na tentativa de congregar o sentimento patriótico de todos os brasileiros, o sistema escolar enfatizava, ainda, em seus programas os aspectos formadores de um caráter nacional, aos quais não estava alheio nenhum conteúdo, do perfeito conhecimento desde o idioma pátrio até os exercícios de trabalhos manuais. Necessitando a pátria de corpos fortes e adestrados para sua defesa, programas de desenvolvimento físico e agilidade motora eram pensados e incentivados. Completavam o elenco dos estudos que o patriota devia cumprir, as aulas de Moral e Civismo, cuja intenção era despertar nos alunos o amor à República e a consciência patriótica⁸.

⁸ Na verdade, há um grande debate entre o que se pretendia nos planos de ensino e o que realmente era efetivado dentro da sala de aula e do espaço da escola. Seria quase que ingenuidade acreditar que absolutamente todas as determinações governamentais eram prontamente atendidas sem nenhuma adaptação (devido a diversos fatores, como o fator econômico da escola, por exemplo), ou até mesmo que não fossem atendidas ou debatidas entre professores, inspetores e diretores escolares. Como esse trabalho não visa propriamente essa discussão, para aprofundar o tema ver GOODSON (1995); OLIVEIRA, M. A. T de; MEURER, S. dos S (2006).

2. A CIDADE ATRAVÉS DOS PERIÓDICOS: CENÁRIOS E CONCEPÇÕES

Ao longo do primeiro capítulo foram discutidos elementos que apontavam Curitiba como uma capital que tinha uma população em ritmo de crescimento, assim como a economia pelo seu número de fábricas. Também tinham destaque os imigrantes, presentes na vida cotidiana da cidade, e as concepções de trabalho e educação que surgiam no início do século XX. O recuo temporal feito no início do capítulo anterior buscou montar uma idéia de futuro, ou uma expectativa que se tinha sobre a capital paranaense por parte dos cronistas para um futuro próximo, que seria o período deste trabalho. Se aquelas expectativas fossem correspondidas, provavelmente a cidade chegaria na década de 1920 com um nível de desenvolvimento urbano e social bastante satisfatório: ruas/avenidas largas e asfaltadas, habitação e escolas para a população, fábricas aumentando e trazendo divisas para a capital, entre outros fatores.

Neste, e no próximo capítulo, as fontes exploradas serão dois periódicos: *Gazeta do Povo* e *Diário da Tarde*. O destaque será para os retratos de Curitiba, como espaço físico e centro produtor de ideias e indivíduos. Nesse contexto de mudanças, a república colaborou com um processo de individualização que fornecia a possibilidade retirar o indivíduo de comunidades exclusivas e integrá-lo a uma cadeia de divisão de funções, que o tornaram mais exposto à interação social (CARVALHO; VIANNA, 2000, pp. 131-135). Assim, pouco tempo após esse regime ter sido implantado no Brasil, foram difundidos inúmeros veículos midiáticos, formados por grupos de pessoas dispostas a atuar como membros ativos da sociedade, pessoas que queriam mostrar suas vontades, e, mais que isso, queriam ser ouvidas.

A imprensa escrita teve o seu prestígio afirmado na onda modernizadora da sociedade. Segundo HABERMAS, ela foi o ponto fundamental da nova esfera pública, tipicamente moderna e constituiu-se como um dos ícones da modernidade, ou pela tecnologia que incorporou ao processo de produção e de circulação da notícia, ou pela possibilidade que revelava de afirmação de uma esfera pública de discussão capaz de abranger o local, o regional, o nacional e o internacional. Essa globalização que teve início na Europa do XIX e espalhou-se por todo o ocidente teve na imprensa o seu meio de divulgação, tanto social, como político ou cultural. O cosmopolitismo da modernidade utilizou a imprensa como uma ferramenta importantíssima para romper com o provincianismo (ou, como diria BERMAN, os pequenos mundos isolados) e

instalar o debate público em dimensões inéditas. A modernidade foi concebida pelos seus agente e defensores como a ação que finalizaria os conceitos da *razão* (ciência, inovações tecnológicas etc) que universalizaria um novo modo de pensar e de agir tanto na esfera pública quanto na privada.

A validade de um estudo a partir do jornal diário se dá pelo fato que este, *entendido como potente mecanismo de produção de memória, deve ser problematizado de tal forma que o texto jornalístico seja interpretado como enunciado, isto é, como intervenção que visa demarcar e fixar formas de pensar que se expressam como valores, juízos, modos de classificação, enfim, justificativas para a ação social* (VIEIRA, 2007, p. 5). Mais do que isso

a imprensa permite uma ampla visão da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais. Talvez, nas sociedades modernas, urbanas e complexas não tenhamos outro documento que forneça uma perspectiva tão ampla da sociedade e dos seus problemas. Em outras palavras, são incomensuráveis as possibilidades de reconhecimento e de problematização do passado através das páginas da imprensa (Ibid, p. 4).

Quanto ao posicionamento da mídia, há, de um lado, a representação de que a notícia é a expressão de uma realidade que se impõe como fato objetivo e que é narrada de forma isenta pelos profissionais do jornalismo. De outro, em termos opostos, a idéia de tendenciosidade da imprensa. Sendo assim, as questões que se impõem não estão associadas às idéias do verdadeiro e do falso, da imprensa dizer ou não a verdade, mas sim do entendimento dos motivos que a levaram a defender determinadas teses, bem como no desenvolvimento das estratégias discursivas mobilizadas para sustentá-las e, assim, persuadir o seu público leitor. Constantemente deparamos com a defesa de projetos, sejam eles políticos, econômicos, ou culturais e o jornal assume uma função importante no processo de formação das representações sobre o mundo. A produção da matéria jornalística, apoiada em processos conscientes e/ou inconscientes de seleção do que deve ou não ser considerado notícia, tem a força de tornar coisas visíveis ou invisíveis, de criar efeitos de verdade e de objetividade sobre mitos e/ou conferir plausibilidade a posições absurdas (Ibid, pp. 7-8). O cuidar da opinião vai como a “promoção” e a “exploração” além do anúncio: ele atua no processo da “opinião

pública”, na medida em que cria regularmente novidades ou explora ocasiões que despertam a curiosidade. Nesse caso, ele se prende aos meios de comunicação de massa, com seus tópicos amplamente testados: romance, religião, dinheiro, crianças, saúde, animais (HABERMAS, 1984, p. 155).

De acordo com FOUCAULT nas sociedades modernas existem diversos sistemas de exclusão externos que atingem qualquer discurso: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade. O mais evidente, segundo o autor, é a *interdição*. As pessoas não têm o direito de dizer tudo o que pensam/desejam, não podem falar de tudo em qualquer circunstância, qualquer indivíduo não pode falar de qualquer coisa. Se em todo discurso pronunciado ou publicado há uma “vontade de verdade”, esta vontade, assim como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um conjunto de práticas como a pedagogia, o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, os laboratórios. Mas ela também é reconduzida pelo modo como o saber é aplicado em uma determinada sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. Essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. Um bom exemplo fornecido pelo autor da afirmação da vontade de verdade no mundo moderno, há a maneira como o sistema penal procurou seus suportes ou na sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade (2007, pp. 7-9). Da mesma forma, tenta-se colocar como certo, ou, mais ainda, necessário, os discursos sobre educação e república no Brasil do começo do século XX, sustentados por pedagogos, médicos, intelectuais, enfim, um grande aparato que busca legitimar sua aplicação.

Na contramão dos discursos que necessitam de um aparato enorme para serem contestados, está o discurso feito diariamente por jornais e revistas. Apesar de também sofrerem as intervenções e estarem sujeitos a sistemas de exclusão, esses discursos são produzidos e re-produzidos incessantemente, o que os torna interessantes como forma de acompanhamento de uma determinada realidade.

Existem vários tipos de imprensa, uma vez que parte significativa dos grupos sociais organizados produz meios de expressão e instrumentos de persuasão. Grupos religiosos, comunidades científicas e corporativas, partidos políticos, grupos étnicos e, sobretudo, o Estado dispuseram de meios impressos, radiofônicos e televisivos para veicular todos os tipos de idéias para incontáveis tipos de público. O jornal diário buscou uma intervenção pública bastante ampla, evitando filiações explícitas a credos ou ideologias. A rigor, estes meios de comunicação reivindicam a representação da denominada *opinião pública*⁹ (VIEIRA, 2007, p. 4). Os jornais transformaram-se de puras organizações para publicar notícias em, também, portadores e condutores da opinião pública, meios de luta política partidária (HABERMAS, 1984, p. 142). Todo público leitor busca nos meios de comunicação a informação e a opinião dos informantes e é por isso que todos os veículos de mídia têm seu público específico. Assim que a imprensa passou a ser comercializada visando um público leitor extremamente amplo, geral, ou seja, que não fosse de *uma* determinada confissão religiosa ou *um* partido político o discurso passou a ser elaborado dando ênfase à *imparcialidade*. Em teoria, se um jornal é imparcial, ele retrata os fatos e julga sem paixões, o que o aproxima o máximo possível da *verdade*, sem distorções, estas causadas pelo envolvimento passional com a causa.

Para HABERMAS, a transformação dos fundamentos da esfera pública baseou-se na reestruturação dessa esfera como uma dimensão que só pode ser apreendida por meio da mudança de sua instituição principal, a imprensa. O interesse do editor na sua empresa era puramente comercial e sua atividade limitava-se à organização do trânsito de notícias e à própria coleta de informações (1984, p. 141). A partir da mudança da esfera pública e o destaque da imprensa, a informação virou comércio, e como qualquer estabelecimento que vende serviços, necessita de prestígio dos seus consumidores. Para o editor do jornal, contudo, isso significou que ele passou de vendedor de notícia a comerciante de opinião pública (BÜCKER, apud HABERMAS, op. cit, p. 142). Se no horizonte do consumidor o jornal representa acesso à informação, para o Estado ele é um serviço privado com responsabilidades públicas, para as forças políticas ele constitui-se com um meio capaz de alterar ou manter as relações de poder, por fim, para

⁹ Quanto a esse conceito, podemos apontar pelo menos duas distinções: a estática e a dinâmica. A primeira era o resultado das tradições, das estruturas da sociedade, da formação moral e intelectual, constituindo o topo do sistema de idéias próprio de uma época num país. A segunda forma, a opinião pública dinâmica, era a reação da opinião diante do acontecimento (BAUER, 1998, pp. 185-211).

os seus proprietários ele dá voz à opinião pública (VIEIRA, 2007, p. 6). Não é raro observar em jornais manchetes, artigos e notícias cobrando algo do governo em nome do povo. A história dos grandes jornais diários mostra que a imprensa, na medida em que se comercializa, torna-se, ela própria, manipulável. Mas, segundo BECKER (1998, pp. 190-197), não se pode aceitar formulações como “a opinião pública pensa isto”, “deseja aquilo”, cuja utilização esconde uma vontade de dissimular/transpassar as próprias escolhas por trás daquelas tomadas de empréstimo da opinião pública. É irreal considerar que tenham existido situações em que havia apenas uma única tendência, por isso, o que um jornal pode refletir é um consenso de uma parcela da população sobre determinado assunto.

No período estudado, a década de 1920, o jornal diário era o meio mais importante de circulação de notícias, de informação que as pessoas tinham sobre assuntos da sua cidade, estado, país e até de fatos internacionais. A partir do momento em que se consolidou como parte integrante da sociedade, não se desvinculou mais do meio urbano que buscava um cosmopolitismo. Sua importância como meio informativo foi dividida com o rádio, a partir da década de 40, no Brasil, mas manteve-se absolutamente constante em importância ao longo do século XX. Tudo que se passava ou sabia do mundo, sabia-se através da imprensa escrita. Mesmo com toda essa importância, que foi sendo conquistada nas duas primeiras décadas do XX, os jornais buscavam constantemente sua inserção social. Logicamente, cada um tinha seu público específico, já dentro de uma parcela reduzida da população.

No Brasil de 1919, a maioria da população habitava a região rural e não dominava a leitura e, mesmo entre os que moravam nas cidades havia uma parcela considerável de analfabetos. Logo, o público dos periódicos era bastante restrito a uma classe proprietária, uma elite letrada residente nas capitais, além da classe média formada por comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, entre outros. Assim como o público pertencia, grosso modo, a essa parte da sociedade, pode-se ver que os que trabalhavam como escritores, cronistas e repórteres no jornal também. Isso propicia a situação de que alguém que torna sua opinião pública está dirigindo-a aos seus pares dentro da cidade.

Ambas as fontes aqui exploradas, o Diário da Tarde e a Gazeta do Povo tinham como traço geral um conteúdo bairrista, regionalista, sensacionalista, irônico e, muitas

vezes, de oposição às políticas dos governos municipal, estadual ou federal. Ambos, além da política, dedicavam-se aos esportes, à moda, crônicas, cartas, folhetins e poemas. O Diário foi fundado em 1899 e, em 1919 já estava no seu terceiro dono, enquanto a Gazeta fora fundada naquele ano de 1919 (BRANDÃO, 1994, p. 45). Apesar de diversas discordâncias entre os conteúdos dos jornais, um dos principais pontos em comum dos dois periódicos era o seu investimento sobre o jovem, tanto no que se referia ao corpo, quanto à educação. Esse investimento era um reflexo direto do período estudado, no qual para a juventude era destinada uma espécie de missão, que seria resgatar a pátria de um tempo ruim e conduzi-la a dias melhores, pelo trabalho, pela educação e pelos bons valores.

2.2 Os jovens como esperança de um futuro melhor

Qualquer tentativa de refletir sobre o que se chama de *juventude* exige a apropriação de um referencial teórico que possibilite pensar essa categoria como uma construção de um determinado tempo específico. Isso se faz necessário porque o que entendemos como *jovem* é uma determinada fase da vida do indivíduo, intermediária entre o mundo infantil e o adulto, ou seja, um período em que não se trata o sujeito nem como uma criança, pois seu desenvolvimento físico e mental está mais avançado, nem como “homem”, já que não está pronto para arcar com todas as responsabilidades que o amadurecimento social envolve (PASTOUREAU, 1996, p. 250, apud BOSCHILIA, 2005). No entanto, é bastante válido lembrar que essa parcela de indivíduos sempre se singularizou como um conjunto distinto de pessoas, sujeito a comportamentos claramente identificados (SCHNAPP, 1996, p. 35).

Pode-se perceber que em diferentes sociedades essa fase é caracterizada pela sucessão de ritos que marcam a saída da infância e a entrada na vida adulta. A existência de ritos de passagem evidencia essa etapa da vida como um momento de transição em que o processo de socialização do indivíduo se consolida. Esse momento de transformação, que ocorre tanto no plano individual quanto no social, será definitivo para a escolha dos papéis sociais a serem desempenhados na vida adulta. Foi no bojo das transformações trazidas pela modernidade, que a juventude surgiu como uma nova categoria social. A dilatação das bases territoriais, a partir da época moderna, levou os jovens a extrapolarem os limites da aldeia e a estabelecerem novas formas de

sociabilidade. A configuração desse novo contexto implicou a necessidade de homogeneização e controle social (BOSCHILIA, 2005, pp. 90-93).

Não foi à toa que, com o maior desenvolvimento e complexidade das sociedades que aderiram gradativamente ao modelo industrial, o jovem ganhou destaque, tanto pelo maior vigor físico em relação aos adultos e às crianças, quanto pela sua reconhecida capacidade de aprender rápido e se adaptar às constantes mudanças tecnológicas. Como consequência, houve uma necessidade de controle e educação mais rígidos para com esses sujeitos, então

surgiram novas formas de socialização e progressivamente os espaços institucionais passaram a adotar sistemas mais rigorosos de classificação e controle. As práticas pedagógicas procuravam evidenciar o papel preponderante da educação na modelagem do homem e, a partir daí, o ensino secundário, mais do que ensinar, tinha a obrigação de educar moralmente os futuros adultos. Os educadores deveriam conciliar uma instrução de qualidade, sem detrimento dos aspectos ligados ao domínio da moral e da religião. As preocupações em diferenciar os processos de crescimento, formação e educação tiveram como resultado a passagem da educação familiar para o âmbito da escola. Esse processo de substituição da família pela escola transformou o colégio numa instituição essencial à sociedade, abrindo-se para os leigos, burgueses e famílias de renda mais baixa (Ibid, p. 93).

Enquanto a preocupação mais forte no que se referia ao ensino primário, destinado às crianças, era a alfabetização, o ensino secundário, destinado aos jovens, dedicava-se a uma concepção mais laboriosa, industrial. Os modelos educacionais que foram adotados pelo Estado, por colégios particulares e pelas congregações católicas, além de estarem associados a uma concepção de educação estreitamente ligada à disciplina física e mental (sanidade do corpo, obediência), visavam garantir a disseminação de modelos de boa conduta (honestidade, apego ao trabalho) e, nesse sentido, tinham a aprovação das famílias, também interessadas em uma educação mais “moderna” para seus filhos. Dentro do discurso republicano do Estado e dos intelectuais brasileiros da Primeira República, a educação e o apego ao trabalho poderiam ser formas de ascensão social, além da contribuição para o desenvolvimento da pátria, o que ajudava a cativar principalmente as famílias mais humildes. Para satisfazer às demandas da sociedade industrial, que necessitava com certa urgência de cidadãos preparados para o mundo do trabalho, surgiram colégios públicos e também congregações religiosas masculinas e femininas voltadas especificamente para a educação da juventude. Atentas às demandas educacionais provocadas por uma clientela

cada vez mais numerosa e exigente, essas instituições procuraram se adequar ao contexto socioeconômico do início do século XX.

A partir dessa perspectiva, os estabelecimentos de ensino procuraram consolidar um projeto educacional que objetivava a formação de cidadãos disciplinados e virtuosos, que, além de incorporarem as noções aprendidas no espaço escolar, fossem capazes de promover a reprodução desse modelo no espaço social. Para tanto, era necessário oferecer uma educação completa, fundamentada na obediência e na disciplina, consideradas como meios eficazes para a formação da virtude. Dentro dessa educação pela boa moral, *a virtude deveria ser construída da mesma maneira que se constrói um músculo, visando reproduzir atos repetidos da virtude desejada, como, por exemplo, o amor ao trabalho* (**GUIA DAS ESCOLAS MARISTAS**, Apud BOSCHILIA). Nesse sentido, a regularidade das atividades diárias cumpria um papel importante, não somente no sentido de facilitar a interiorização de normas e regras, mas também como uma fórmula de controle e dominação, uma economia de poder que visava enraizar nos alunos o hábito do trabalho (CARVALHO, 2005, pp. 94-97).

Sobre o conceito de disciplina, é muito utilizada pela historiografia a noção de FOUCAULT. O autor trabalha no âmbito de uma nova exploração do corpo e do indivíduo, um momento de descoberta destes como objeto de poder, com destaque para modelagem, treinamento, obediência, habilidade e multiplicação de forças e o nascimento das noções de adestramento, de docilidade, feitas pelas/nas instituições como escolas, hospitais e quartéis. Para controlar e corrigir esse corpo individual, a noção de disciplina às vezes é confundida com dominação. Assim, seria importante não apenas cuidar do corpo, mas trabalhá-lo visando uma eficácia dos movimentos, além da necessidade de organização interna das instituições responsáveis pela educação. *Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de 'disciplinas'* (2002, p. 118). Essas disciplinas surgiram em um momento histórico em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna mais obediente quanto mais é útil (Ibid, 2002, p. 119).

Esta nova disciplina fazia do corpo aptidão, aumentava sua capacidade física, logo, o indivíduo se tornava bem mais educado, no sentido de “útil”. A disciplina pode ser vista também como distribuição do espaço, o que grosso modo, chamamos de “cercas”, que seriam os colégios, os quartéis e as fábricas, por exemplo. Essas instituições acabaram tendo destaque e importância devido a uma necessidade de educar pelo espaço, organizar os corpos. Cada indivíduo ocuparia seu lugar e em cada lugar haveria um indivíduo¹⁰, também relacionado à questão do horário sempre marcado por sinais, tanto em colégios, fábricas, hospitais e quartéis. O tempo deveria ser bem utilizado para acabar com a ociosidade, dando mais rapidez às atividades distintas. A noção de disciplina aqui é a disciplina como a reorganização do tempo, como individualidade celular e orgânica¹¹.

É na articulação combinada das peças elementares que a disciplina se compõe, pois passa a somar forças para obter um aparelho eficiente. O corpo-segmento deveria ser móvel e articulável, reduzido dentro de um conjunto, como uma peça de uma máquina. A escola, por exemplo, *torna-se um aparelho de aprender onde cada aluno, cada nível e cada momento, se estão combinados como deve ser, são permanentemente utilizados no processo geral do ensino* (FOUCAULT, 2002, p. 140). A disciplina também pode ser entendida como uma coerção individual e coletiva dos corpos. Disciplinar adquire em alguns momentos o significado de adestramento, que visava aprimorar os indivíduos, que passaram a serem vistos como objetos e instrumentos de poder.

Havia necessidade de modificação do comportamento, treinar e re-treinar os indivíduos, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública, aumentar a utilidade dos indivíduos, através da majoração de forças, moralização de condutas, modelagem de comportamentos, como corpos em uma máquina. A disciplina pode ser entendida também como um conjunto de técnicas que formam indivíduos úteis e visam acabar

¹⁰ A organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar para o autor. As disciplinas organizando celas, lugares e fileiras criaram espaços complexos arquiteturais, funcionais e hierárquicos.

¹¹ Foucault pensa a questão do tempo de uma forma mais ampla, mais sujeito às normas. Para ele, o tempo deve ser analisado como *uma duração em segmentos, sucessivos ou paralelos. É fundamental então decompor o tempo em seqüências, separadas ou ajustadas, organizar essas seqüências combinando-as segundo uma complexidade crescente e finalizar esses segmentos temporais, fixar-lhes um tempo marcado por uma prova. Deveria então estabelecer-se séries de séries para haver a probabilidade de um controle detalhado e de uma intervenção pontual. Utilizar os indivíduos de acordo com o nível que tem nas séries, acumular, distribuir e aproveitar o tempo e as atitudes. O poder se articula diretamente sobre o tempo. Realiza o controle dele e garante sua utilização* (2002, p. 136).

com problemas sociais: a preguiça, a ociosidade, as tropas de mendigos. Então, há a necessidade de multiplicar as instituições de disciplina e disciplinar os aparelhos existentes, da maior e melhor maneira possível, *assim, a escola não deve simplesmente formar crianças dóceis. Deve também permitir vigiar os pais, informar-se de sua maneira de viver, seus recursos, seus costumes. A escola tende a constituir minúsculos observatórios sociais para penetrar até nos adultos e exercer sobre eles um controle regular* (FOUCAULT, 2002, p. 174).

No Brasil, foi a partir da segunda década do XX que ocorreu a descoberta do corpo como instrumento útil pela sociedade em geral. Além disso, com o grande crescimento urbano houve a necessidade de re-organização do espaço e de seus moradores, e, juntamente com esse crescimento veio a industrialização, aproximando a escola da fábrica, dando aos educadores a necessidade de melhorar o corpo, principalmente o jovem, no sentido de treiná-lo para esse mercado de trabalho e educá-lo para a utilidade em prol do desenvolvimento da nação. Devido a esse cenário, a educação física passaria a se constituir como um importante instrumento.

Sobre a valorização da educação física, CHAVES JR destaca dois pontos: em primeiro lugar, o desenvolvimento físico, que sustentaria o desenvolvimento da moral, teria também por objetivo preparar homens e mulheres para a economia (trabalho) e a defesa da pátria. A formação de “homens de ação”, conscientes de seus valores e responsabilidades indicava que estava estabelecida uma idéia de coletividade, que era própria da idéia de Nação, na qual todas as pessoas deveriam submeter sua vontade individual em nome de algo maior, do bem comum. O segundo aspecto é o fato de que a educação física poderia contribuir para a harmonia social, investindo e desenvolvendo qualidades individuais como a habilidade, iniciativa e a coragem, além de sentimentos de lealdade e tolerância. Todos esses concorrendo para a ordem social alcançável através da disciplina, da concórdia, da colaboração e solidariedade (2004, p. 48).

Todo esse ideário produzido sobre a juventude e sobre o corpo jovem era trabalhado dentro de instituições diversas, principalmente as educacionais. Embora se buscasse que essas crianças e adolescentes tivessem um poder de atuação na sociedade quando chegassem a fase adulta, era interessante para quem as educava mostrar o desenvolvimento desse processo, a evolução e formação desses cidadãos. Mais do que essa mostrar a prática dessa educação, ela poderia ser combinada com outros elementos

que evidenciassem um bom momento político e social. Esses elementos eram representados como as grandes obras de reforma do espaço público feitas pela prefeitura e pelo governo do estado, principalmente na região central da cidade.

2.3 As reformas e o ufanismo

Se o termo *moderno* for entendido como um conjunto de concepções que atende à demandas de um determinado momento, a realização dessas demandas, no caso das cidades por exemplo, é inesgotável, pois invariavelmente elas têm sua população e seu território aumentados e, com isso, sempre surgem novas necessidades. A busca pelo que é moderno é interminável, visto a constante renovação dos costumes, hábitos, práticas, além das descobertas científicas que influenciam no trato entre as pessoas. Normalmente, o moderno é associado ao atual, ao novo, em contrapartida ao velho, ao tradicional e ultrapassado. Por isso, eram comuns chamadas nos jornais que enfatizavam esse novo, como: *Métodos da pedagogia moderna – a educação dos nossos jovens*, *Curitiba moderna – suas ruas e praças*, entre outras manchetes que buscavam mostrar um avanço tecnológico e urbanístico na cidade, mostrá-la dentro do seu tempo, sem elos de ligação com um passado indesejável. Ao contrário disso, o tom pejorativo vem ligado ao atraso, à falta de atualização, aos locais e hábitos vistos como já superados ou às reformas ainda por fazer.

Destacavam-se duas formas de representação desse espaço: a primeira, em reportagens sobre as alterações da paisagem urbana ao longo dos anos, quando os jornais publicavam textos sobre a Curitiba “antiga” (de dez ou quinze anos antes) para contrapor à “moderna” (daquele momento que se escrevia); a segunda forma, elaborada em eventos de participação popular, os desfiles e paradas de datas cívicas, como o 7 de setembro e o 15 de novembro, entre outros. São, porém, duas observações diferentes: nos relatos sobre o desenvolvimento da cidade, nota-se um objeto específico de que se fala – a praça, a avenida, a rua – enquanto no que trata dos desfiles há uma descrição dos locais com mais destaque dentro do quadro urbano – onde se reuniam os que iriam desfilar, onde apareciam para o público, por onde se retiravam. Esta segunda fornece uma imagem mais implícita da cidade e deixa no ar o destaque que cada lugar tinha, em cada ano que os eventos se repetiam, enquanto o primeiro é mais pontual.

O que se observa na fala dos cronistas e repórteres é a idéia constante de que Curitiba deixava o passado pacato e sossegado para um momento de grande transformação, de agitação. Enquanto Rocha Pombo projetava um futuro brilhante para a cidade (em 1900), Nestor Vitor destacava que já no momento em que escrevia (1912), já era uma urbs bem desenvolvida. Em contrapartida, em 1922, uma reportagem localizava o desenvolvimento em outro momento:

Curityba, a ridente capital do Paraná, a decantada Athenas dos poetas, a cidade cheia de luz, é em verdade um centro da actividade onde se nota, por toda parte, *a febril aspiração de progresso. Ella é uma cidade que se está fazendo com um passado curto e um futuro promissor*. E' de poucos annos, oito ou dez, que se vem sentindo o surto de vida que a anima, engrandecendo-a dia-a-dia, não grado a vicissitudes dos últimos annos, tão férteis em derrocadas financeiras, em instabilidades econômicas, em luctas, em crises.

O que é facto, aquillo que ninguém pode negar, sem má fé, é que a nossa formosa capital vem progredindo rapidamente. *Nestes últimos dez annos, tem sido ella dotada com prédios magníficos e melhoramentos radicaes*. A Prefeitura Candido de Abreu reformou-a e os sucessores do saudoso paranaense não tem descurado nas suas obrigações. *Mas o maior progresso que temos feito é no que diz respeito ás construcções*. Não só os poderes públicos, como principalmente a iniciativa particular, tem dotado Curityba de prédios moderníssimos, de impeccavel linha architectonica. Ahi estão, como contribuição daquelles, o Palacio da Municipalidade e a Escola Normal. A grande contribuição porém, deve-se á iniciativa particular, alliada ao trabalho fecundo e tenaz de uma grande firma constructora, trabalho que talvez não tenha sido ainda bem avaliado pelo julgamento do publico, mas que agora deve ser realçado para que se renda justa homenagem a estes trabalhadores inteligentes e dedicados, a quem deve Curityba a maior somma de seu progresso architectonico. Queremos referir-nos á firma Bortolo Bergonse & Cia, engenheiros, architectos, constructores e empreiteiros. E', em verdade, a esta firma que a nossa capital deve a maior parte da belleza de suas construcções (**Gazeta do Povo**, 07 de setembro de 1922, ano 4, n. 1106, p. 22 – matéria intitulada *Curityba moderna – suas construcções e alguns factores de seu progresso*).

Os últimos oito ou dez anos aos quais a reportagem se refere foram realmente de intensa movimentação na cidade: a começar pela fundação da Universidade do Paraná. Além do destaque educacional que Curitiba ganhou, junto com a instituição de ensino superior vieram alguns novos moradores, diferentes daqueles do século XIX. Estes novos habitantes, não eram europeus, mas sim filhos de uma classe abastada como proprietários de terra e industriais. Eles ajudavam a compor a intelectualidade da cidade, fazendo parte de um círculo restrito e elitista, mas que era novo aos olhos de quem via. Ao contrário dos cronistas, que julgavam como “passado” o período anterior ao XX, a reportagem coloca aquele começo de século no tempo já superado pelas reformas urbanas e pela modernidade.

Há também, no discurso, dois pontos sobre o governo: *os últimos anos*, descritos como derrocada financeira e crises e uma localização do início do “surto de vida” em Curitiba nos últimos oito ou dez anos. Em 1913 teve início a gestão de Cândido de Abreu, tido como responsável pela remodelação do quadro urbano da cidade e reformulação de quase todo o perímetro central. Se, no início de 1913 a cidade possuía 2371 instalações familiares de água, luz e esgoto para aproximadamente 65 mil habitantes, essa proporção era muito baixa e isso deveria ser aumentado, como um sinal da melhora de vida da população, com mais infra-estrutura (SÊGA, 2001, p. 5). Foi necessário alterar quase toda a cidade nessa reformulação proposta pela prefeitura: o centro da cidade deixaria de ser habitado por trabalhadores das fábricas, imigrantes desiludidos com as colônias, caiçaras, menores abandonados, camelôs e meretrizes para ser melhor freqüentado, por cidadãos que fossem às compras ou fossem assistir manifestações cívicas (Ibid, p. 43). Os cortiços de madeira foram postos abaixo e foi, bem dizer, erguida uma nova cidade. Se praticamente todas as reformas foram entregues em fins de 1915, a crítica do jornal é direcionada aos governantes posteriores de Cândido de Abreu, embora não seja o foco principal da matéria.

Os “prédios magníficos” de 1922 começavam e entrar no lugar dos sobrados, destacados em crônicas e jornais até o fim da primeira década do século e os “melhoramentos radicaes” eram relativos à abertura de ruas e avenidas. Essa matéria foi publicada em uma edição especial da Gazeta do Povo, comemorativa ao centenário da Independência. Para se ter idéia dessa edição, ela possuía mais de 80 páginas, com todo tipo de anúncios, crônicas, poemas, reportagens e entrevistas. Normalmente, todas essas categorias vinham em 6 ou 7 páginas de jornal, mas pelo momento cívico que se colocava, houve um completo destaque. Essa própria reportagem muda seu foco após esses parágrafos introdutórios e depois destina-se à propaganda da firma de construção e arquitetura Bortolo Bergonse & Cia. Essa firma, de propriedade de estrangeiros, foi a única do ramo a ter um anúncio desse porte na edição. Assim, um dos principais aspectos de modernidade curitibana, sua arquitetura, ainda era ligada ao modelo europeu, e não tipicamente brasileiro.

Além da arquitetura moderna ser inspirada nos moldes europeus, que conferiam à cidade um ar estrangeiro e ordeiro, a modernidade poderia se manifestar pela influência da moda da capital da República:

Numa capital moderna, *como a nossa se preza de o ser*, fazendo parte integrante da vida em sociedade, são elementos indispensáveis daquillo que se chama “vida elegante”, os magazines de modas, as casas que se especializam no commercio de artigos finos. Ellas é que lançam as modas e grandemente concorrem para requintar o gosto esthetico do trajar bem, do vestir elegantemente. Nossa capital possui, felizmente, casas, no gênero, de primeira ordem, onde se encontram os mais custosos artigos e as ultimas creações dos figurinos. [...]

Ora, uma casa assim conceituada [a Casa Carioca] representa para o progresso da cidade uma verdadeira conquista e para os nossos foros de povo modernizado o melhor attestado do nosso bom gosto (**Gazeta do Povo**, 07 de setembro de 1922, ano 4, n. 1106, p. 44 – matéria intitulada *Aspectos de Curityba elegante – a Casa Carioca, na rua 15 de novembro*).

A busca por uma inspiração de fora da cidade mostrava a necessidade de se espelhar no local que fosse considerado melhor, mais desenvolvido, mais civilizado. Se o escritor estivesse falando em indústrias, provavelmente sua inspiração seria em São Paulo, mas na questão de costumes e elegância, a capital federal ainda tinha mais força. Diga-se, a inspiração carioca no período, era Paris. Da mesma forma que Curitiba buscava a moda e os hábitos mais elegantes e refinados dentro do Brasil, o Rio, cidade muito maior e acostumada a receber pessoas oriundas de todas as partes do mundo, tentava copiar Paris. O nome do comércio – Casa Carioca – e sua própria localização – a rua 15 de Novembro, artéria central do comércio na cidade – já a colocam com um destaque interessante. Mais uma vez, a matéria é uma propaganda dentro da edição comemorativa do centenário, mas, assim como a anterior, deu destaque apenas a um estabelecimento comercial do gênero. A cópia indireta do modelo francês tinha força dentro do próprio jornal, como por exemplo na matéria que afirmava: *alguém dissera, e com justa razão, que todo homem civilizado tem duas pátrias: uma é o seu torrão natal, outra é a França. E, é porque assim pensamos que os fracos, aquelles que só crêm na supremacia da força bruta, aquelles que julgavam a poderosa Allemanha invencível, [...] devem assistir a reunião de Versailles, onde scintilam os gênios [...], assentando sobre sólidos alicerces, a paz universal, conquistada com os mais penosos sacrifícios pela gloriosa França de todos os tempos* (**Gazeta do Povo**, 14 de fevereiro de 1919, ano 1, n. 11 – Matéria intitulada *Homenagem*).

A rua 15 de Novembro espelhou as alterações da cidade, pois como sua principal rua, era o palco dessas transformações. Primeiro, chamava-se Rua das Flores, tendo seu nome alterado para Rua da Imperatriz, em homenagem à Princesa Isabel, herdeira do trono no Brasil imperial. Ao fim deste período, a política novamente levou à alteração do nome, em referência à data de início do novo regime. Seu traçado era responsável

pelos principais deslocamentos pela cidade e era nela que as principais lojas se destacavam, além da sua proximidade com a prefeitura e com a Praça da Matriz. Abrigava também os sobrados de nomes destacados na política e no exército e acabava na Praça General Ozório. Nela era onde se mostravam os principais aspectos da modernidade curitibana, portanto, caso houvessem obras significativas, estas deveriam ser mostradas e destacadas:

Foi hontem, finalmente que Curityba assistiu a inauguração official de um de seus melhoramentos mais grandiosos e que ficam para todo o sempre como o patentear o feito intelligente de um governador laborioso e realizador. [...]

Logo pela manhã teve logar a inauguração official, assistida por toda a população e com a presença do sr. Presidente do Estado, secretario geral do Estado, chefe de polícia, presidente do superior tribunal do Estado, governador da cidade e altas autoridades civis e militares, representantes da imprensa e demais pessoas representativas. A´ hora 9,30 o Sr. presidente do Estado abriu a fita que dava entrada á rua 15 de Novembro, asphaltada, com os seus passeis ladrilhados, brilhando ao sol da manhã límpida. Abriam alas em toda a extensão da rua 15, crianças das escolas públicas, como uma manifestação sincera da alma moça da nossa terra. E logo no começo da rua formou-se a Escola de Aprendizes Marinheiros que prestou as continências devidas ao Sr. presidente do Estado. [...]

A seguir, os automóveis desfilaram sobre o asfalto, organizando-se um curso que era puchado pelo auto conduzindo o Sr. dr. Munhoz da Rocha, presidente do Estado, dr. Moreira Garcez, governador da cidade e o Sr. General Deschamps Cavalcanti, chefe da circunscrição militar. [...]

A´ noite, com a nova illuminação e com o transito crescido, a nossa linda rua apresentava um aspecto feerico (**Gazeta do povo**, 19 de dezembro de 1926, ano VIII, n. 2362, p. 1 – matéria intitulada *Com imponentes festejos e expressivas solemidades, Curytiba commemorou hontem a maior data paranaense - os melhoramentos da rua Quinze - o acto official - o aspeto da nossa principal rua a´ tarde e a´ noite*).

Enquanto em 1922 o tom com relação ao governo era de descontentamento e saudosismo de um passado recente que era melhor, em 1926 já eram feitos elogios aos que administram a cidade, classificando-os como trabalhadores e realizadores. Assim, temos a figura pública destacada agora, alguém que cumpre seu papel, assim como fazia Cândido de Abreu, dez anos antes e última boa referência em termos de governo. Importante apontar que essa inauguração da rua 15 foi feita nas comemorações do aniversário de emancipação política do Paraná, em 19 de dezembro de 1926. Nesse mesmo ano foi a primeira vez que essa data apareceu com destaque positivo no jornal. Antes, só havia lamentos quanto ao momento político ruim e a falta de ânimo dos paranaenses para se vangloriarem do acontecimento. Em 1926 o tom foi alterado. Pela primeira vez, pelos menos desde 1919, a data foi celebrada em escolas e nas ruas, com desfiles, discursos, comemorações em sociedades. Nada mais oportuno para o governo

evidenciar grandes obras públicas. Destaque na reportagem para autoridades políticas e militares, além do chefe da polícia. As outras autoridades e pessoas representativas são colocadas em um segundo plano que não possibilita sua identificação. Isso exclui, por exemplo, a Igreja dessa manifestação cívica.

Na inauguração também fizeram parte os alunos das escolas públicas, provavelmente tanto de ensino regular como técnico, já que houve formação da Escola de Aprendizes Marinheiros, assim como a formação de crianças ao longo de toda a extensão da rua. A ideia passada pela reportagem de que as crianças estavam presentes por uma *manifestação sincera da alma* pode ser contestada. Sendo todas elas do ensino público, administrado pelo governo, sua presença seria garantia de pais, familiares e outros curiosos que fossem atraídos pela quantidade de pessoas reunidas. Levar crianças para um evento desse porte era sinônimo de garantia de um bom público, devido ao número de pessoas que poderiam se envolver, por exemplo, pais, outros familiares e amigos que fossem até o centro prestigiar as apresentações. Incomum foi a falta de referência do jornal.

Os aspectos de modernidade que são perceptíveis no discurso são o asfalto, ao invés do chão de terra e as calçadas reformuladas, o que possibilitaria caminhar em dias de chuva sem preocupação com sujeira. O novo aspecto, mais limpo trazia consigo um ar de tempos mais modernos. As boas ações políticas e administrativas do governador da cidade quase não eram mostradas em reportagens, salvo uma ou outra nota dentro dos jornais, inclusive algumas que legitimam aumentos de impostos ou o redirecionamento das verbas municipais. A aparição de grandes obras ou reformas dos espaços públicos servia como essa legitimação, como se cobrassem mais sempre para um melhoramento da cidade. As constantes obras de grande porte indicavam para a população que o governo não parava de buscar soluções modernas para as demandas exigidas pelos moradores e pelo novo estio de vida que se desenvolvia. Além disso, um novo visual para lugares que já eram freqüentados desde o início da cidade, simbolizava uma atualização, ou seja, que Curitiba não deixava no passado os locais importantes.

Um desses locais que mereceu atenção especial da Gazeta foi a Praça Tiradentes. Localizada no núcleo central, é o local de origem da cidade e onde fica a principal igreja, a Catedral, na época chamada de Igreja Matriz. Por causa dela, o primeiro nome da praça foi justamente Largo da Matriz, tendo sido alterado pela mesma imposição

política que mudou a nomenclatura da rua Quinze. Quando da Proclamação da República, a figura de Tiradentes foi escolhida como um dos mártires da liberdade do Brasil, tendo pensado na liberdade e na independência quase um século antes do país se desvencilhar politicamente de Portugal. Dentro das reformas, a praça teve seu momento de destaque também:

Pela sua situação em plena city, a Praça Tiradentes estava reclamando ajardinamento condigno da actual urbanização da nossa linda cidade. A vez da Praça Tiradentes chegou agora, já tendo o ilustre benemérito prefeito, o Sr. dr. Moreira Garcez, ordenado todas as providencias para os melhoramentos que ali vão ser introduzidos de maneira a alterar profundamente a actual e ingênua architettura daquelle logradouro.

Ao centro do vasto quadrilátero será collocada uma rosêta, de 25 metros de diâmetro, feita de lindos motivos da arte indígena, realizados em petit-pavee branco e preto. Compor-se-a a roseta de um frizo marajoara contendo duas ordens de figuras symbolicas, uma ligada em florões e outra isolada nas intercessões destes. Essas figuras representam physionomias humanas que se encontram na cerâmica de Marajó existente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, a mais alta expressão artística dos índios brasileiros. Os adornos isolados teem a mesma significação, e ambos representam o Povo, na estylização guarani. O assumpto central da rosêta é a lenda do cacique Tinguy, que após as luctas mantidas contra os conquistadores dos Campos de Curityba, num largo gesto de hospitalidade os admittio em seus antigos domínios implantando, no local onde se fundou a cidade, a vara symbolica da posse pacifica, vara que floresceu annunciadora da mais bela cidade do planalto.

Os passeios lateraes da praça, também de petit-pavee, representarão os mitos e totems dos nossos antigos índios: - o Sacy, gênio protetor dos caminhos; o Curupira, da floresta; o Anhangá, Ca caça do campo; Mboia, das donzellas; Uiará, dos peixes; Boitatá, dos campos; a Anta, totem da raça guarani, etc.

A praça, convenientemente construída para esse fim, será dedicada ás crianças, o que é uma idéia feliz do nosso preclaro prefeito. Ali serão installados aparelhos de recreio e de educação physica, dirigidos por professor competente, especialmente contractado (**Gazeta do povo**, 06 de setembro de 1927, ano IX, n. 2536, p. 1 – matéria intitulada *O que vae ser a praça Tiradentes*)

Pode-se perceber que a praça parecia defasada em relação ao quadro montado em Curitiba, de urbanização. Essa falta de infra-estrutura vinha das gestões anteriores do governo da cidade, e o que Moreira Garcez fazia, ao modernizar o local, era continuar o trabalho de colocar em Curitiba reformas e melhoramentos dignos de uma cidade que andava junto com seu tempo. Dessa vez, porém, a obra não foi entregue, mas sim anunciada em um dia de comemorações cívicas que possuía grande parte da população nas ruas. Foi escolhida a maior data comemorativa do Brasil e quando se concentravam todos os desfiles e comemorações por vários pontos da cidade. Na matéria, a proposta de *alterar profundamente a atual e ingênua arquitetura* pode ser

interpretada como uma forma de rompimento com o passado, tanto da praça, ingênua, que reclamava melhoramentos para acompanhar a urbanização, como com o passado da própria cidade, pelo marco histórico que aquele lugar representava. Alterando radicalmente a paisagem, o que existia antes ali seria varrido, esquecido, e um tempo novo seguiria da inauguração em diante.

O que há de novo nesse projeto arquitetônico da praça Tiradentes são os símbolos escolhidos para compor a parte central. A referência aos indígenas é bastante escassa nos comentários do jornal e mesmo nas crônicas do começo do século XX. Como já dito no primeiro capítulo, era muito mais lógico para as pessoas daquele tempo associar o desenvolvimento, a urbanização e o progresso aos europeus do que aos nativos. O discurso da reportagem coincide em grande parte com a fala de Rocha Pombo, quando se referiu à ocupação do território de Curitiba pelos primeiros colonizadores: este colocou que os índios haviam se retirado para o interior de forma pacífica, sem guerras ou escravização.

A ideia de que a praça seria dedicada às crianças traduz este espaço como um local de lazer, recreação. Apesar da ideia de se colocar um profissional presente ali para direcionar atividades físicas, ela já teria um aspecto mais familiar, não necessariamente comercial, como tinha a rua Quinze, por exemplo. Por ser a sede da Catedral, provavelmente era freqüentada nos fins de semana, por causa das missas, ao contrário do resto do centro, que normalmente não abria suas portas aos domingos. Talvez pelo próprio desenho da praça, era a única a não ser citada nas datas comemorativas por não receber desfiles, daí o desvio para um local de convivência. Embora as paradas e cantorias dos hinos nacionais acontecessem muito próximo dali, no Paço Municipal, as crianças e os curiosos que iam presenciar não se dirigiam ao Paço pela Tiradentes, mas sim pela rua Quinze ou pela Avenida Barão do Rio Branco.

A reforma da Tiradentes aparece como a última intervenção da prefeitura Moreira Garcez. Não foi possível encontrar a data da entrega dessa obra, nem o que foi falado sobre o evento. O que ganhava destaque ao longo da década era o orgulho que se divulgava da cidade. Orgulho pelo que Curitiba havia se transformado “em tão pouco tempo”, orgulho do pertencimento aos eventos nacionais e da urbanização e modernidade acompanharem os tempos da civilização. No fim da década, o discurso parecia cada vez mais enfático:

Há doze annos passados, Curityba não era isso que ahi está, a encher a gente de ufania, com os seus sobrados altos, com centenas de automóveis a atropelar os descuidados, com omnibus a cruzar as ruas e com estas a reluzir no aspecto moreiragazerano, liso e igual.

Tudo, hoje impressiona bem, ao pisar-se o solo bom da nossa esplendida capital. Na esthetica dos prédios, no movimento borborschante das ruas e das avenidas e das praças, na agitação elegantíssima de uma vida social febril, em tudo e por tudo, Curityba vive, avança, muito embora cause uma certa estranheza o facto de não se notar, ao lado de seu espantoso progresso, o desenvolvimento por igual das suas industrias. Engenhos de matte magnificamente installados salvam, porém, a situação de Curityba industrial, numa affirmação positiva de que, afinal, somos e continuaremos a ser o Estado dominador do mercado da procuradissima “Ilex”, cujo consumo mais e mais se intensifica e alastra, como testemunhos diariamente no Rio, onde os mattes “Real” e “Ildefonso” vão se firmando como francos concorrentes do chá as índias. Estado por excellencia produtor de matte, o Paraná não pode mesmo prescindir de que a sua capital se apresente com o característico apitar dos grandes engenhos que se espalham pela cidade. [...]

A vida nocturna curitybana – queixava-se-nos um dia destes um solteirão inveterado – a vida do rapazzio despreocupado e bohemio não é a que foi nos tempos em que, após as saídas dos cinemas e dos theatros, ainda ficava gente a dançar e a ceiar pelos clubs alegres da época. Effectivamente, nesse ponto, Curityba é uma lastima, é uma decepção. Não tanto para nós, os “sociáveis” e que aqui temos elementos para as distracções indispensáveis, nas reuniões bizarras dos nossos clubs de famílias, nas brilhantes festividades intimas que se realizam aqui e ahi. Para nós, os que aqui vivemos e temos relações, Curityba é a terra ideal, hoje em dia, para se viver. Mas, para os forasteiros bohemios e os solteirões locais, não queiram os senhores ouvir o que dizem elles do senhor arcebispo...(**Gazeta do povo**, 01 de janeiro de 1928, ano X, p. 1 – matéria intitulada *Recordações do passado e orgulho do presente de nossa terra*).

O tom do início da reportagem é muito parecido com o da reportagem de 1922. Recordar-se um passado sem muito brilho para contrapô-lo a um presente que é motivo de orgulho devido ao desenvolvimento urbano. Enquanto na fonte de 1922, indica-se uma grande transformação que teria sido iniciada aproximadamente em 1912 (falava-se em “oito ou dez anos atrás”), em 1928 essa mudança foi localizada em 1916. Na primeira fonte imagina-se que o motivo da mudança da cidade tenham sido as reformas feitas durante o governo de Cândido de Abreu, na segunda as feitas na segunda gestão de Moreira Garcez. A cidade já apresentava aquele quadro urbano redesenhado, concluído em 1916, mas tomar essa data como um passado “atrasado” não parece ter uma razão especial, um marco. Talvez seja mais uma forma, agora indireta, de promover a gestão de Moreira Garcez, deixando pra trás a memória de um tempo em que grandes reformas foram feitas, e aprovadas pela população, para preservar apenas o que foi feito de bom nos últimos quatro anos.

O tom de orgulho e ufanismo parecem mais fortes nesse final de década, principalmente pela modernização vista nas ruas, com sobrados altos, prédios, praças, automóveis e ônibus que andam constantemente pelas ruas asfaltadas. O traçado liso, igual, moderno, indicando as alterações, o rompimento com um tempo de atraso. Um elemento que vale destaque é a colocação da vida social da cidade, apontada duas vezes: primeiro, como agitada e elegante, e depois como a vida noturna sendo decepcionante. A vida social de Curitiba era concentrada, ou boa parte dela, nas noites dos clubes e sociedades, freqüentados por seus sócios ou membros. Em reportagens sobre grandes acontecimentos ou comemorações nota-se que houve um baile comemorativo no Club Curitibano ou na Sociedade Thalia, dando uma idéia clara de elitização. Sendo assim, esses clubes não eram abertos a qualquer indivíduo, ou a qualquer classe. Por serem festas e bailes em datas pontuais, não tinham o perfil de uma vida noturna, como ruas e estabelecimentos que ficassem abertos após o fechamento do comércio. Havia clubes que não eram necessariamente freqüentados pela elite curitibana, como o Concórdia, fundado por imigrantes alemães. Se a vida social era crescente e elegante nesses clubes, nas ruas ela parecia não existir mais. Há a referência de um tempo em que havia confraternizações e diversão após seções de cinema e teatro, mas isso parecia ter acabado em 1928, sem razão dada pelo autor da matéria.

O que aparece como diferente é a situação das indústrias curitibanas, que, segundo o autor, não acompanharam o progresso da cidade. Enquanto os cronistas Nestor Vitor, Rocha Pombo e Romário Martins apontavam o quadro industrial como desenvolvido, ou em processo de grande expansão, o que se lê é um quadro de, no mínimo, estagnação, senão, atraso. A única indústria que se sustentava era a do mate, que já era a mais estruturada desde o XIX. O autor não expõe motivos para essa falta de avanço industrial, ao contrário do que era promovido como uma das imagens de Curitiba no início do século. Mas, como se quisesse disfarçar a ausência do progresso na cidade, a venda de mate é exaltada, colocada como destaque, principalmente por ser bem vendido no Rio de Janeiro.

De qualquer forma, o tom das reportagens exaltam as mudanças urbanas. Essas mudanças também eram vistas em datas comemorativas, pois normalmente as festas aconteciam no centro da cidade. Dentro dessas festas, havia desfiles cívicos, nos quais se viam diversos batalhões escolares.

2.4 Os locais e os desfiles

Enquanto as reportagens que tratavam especificamente de locais reformados da cidade davam um tom de modernização, tem-se um outro aspecto que pode ser explorado nas fontes: os desfiles feitos durante as datas cívicas. As reportagens sobre inauguração de praças e avenidas acabavam sendo publicadas também em datas comemorativas, por ocasião das grandes festas organizadas na cidade nesses dias. Por isso, comumente a prefeitura utilizava a população que estava nas ruas para engrandecer as suas cerimônias e conceder à estas um caráter eminentemente popular. Junto a isso, o foco sobre o jovem tinha dois princípios: primeiro, mostrava-se publicamente o quanto se atingia, em contingente, o número de crianças educadas pelo governo. A participação das escolas públicas nessas cerimônias era ponto fundamental para o sucesso das mesmas. Os resultados da educação feita pelo governo eram mostrados com coreografias de ginástica, entoação dos hinos pátrios, além do aspecto visual fornecido por um conjunto de crianças uniformizadas que se movimentavam de maneira idêntica, o que retratava um aspecto de ordem e disciplina. Apoiado nisso, as crianças bem educadas representavam um futuro melhor para a cidade e, em maior escala, para o país. Foi na Primeira República que a escola pública primária e a educação de massa ganharam força no Brasil. Junto com essas crianças, havia, muitas vezes, os desfiles dos institutos secundários, público ou privados e/ou dirigidos pela Igreja. Os estabelecimentos públicos que ensino que possuíam educação secundária eram destinados aos membros das famílias mais abastadas, porém, também faziam parte do destaque dado à educação nas datas cívicas.

A análise dos desfiles propriamente ditos será feita no terceiro capítulo deste trabalho. O que importa agora é ver onde eles aconteciam, o que colaborará para explorar esse cenário urbano de Curitiba. Em algumas fontes tem-se a descrição dos locais, das ruas, das praças, das avenidas, em outras a própria configuração do desfile remonta ao centro da cidade. Buscar-se-á também mapear os locais onde aconteceram ao longo dos anos 20 e em quais datas eram realizados.

Normalmente, a prefeitura direcionava os desfiles para os pontos mais centrais da cidade. Primeiro, porque eram os locais de mais fácil acesso para toda a população, segundo, porque era lá que estavam as principais obras públicas, como as praças. Além disso, as principais ruas da cidade se concentravam naquela região, ruas e avenidas mais

largas, o que proporcionava maiores contingentes, tanto de quem desfilava quanto de quem assistia. Assim, dava-se a impressão da cidade estar completamente tomada pela população que estava nas ruas. Em vários casos, era muito provável que as ruas realmente estivessem lotadas de curiosos e pais que iam acompanhar seus filhos.

Em homenagem á data da nossa Independência que transcorre a 7 do corrente os corpos desta Guarnição aos quaes se congregam os nossos camaradas da Força Militar do Estado, sociedade do Tiro 19 e Escoteiros, formarão em parada que será passada em revista pelo Exmo Sr. Presidente do Estado a quem acompanhará o Camp. Assistente da brigada, e desfilarão em continência á mesma autoridade. [...]

2 officiaes do 4º R.I; 4 ordenanças do 3º A.M.; 1 clarim do 3º R.A.M. Estará formada na Praça Osorio as 8:30 horas da manhã. Será passada em revista as 9 horas desfilando na Praça da República. O desfile para as tropas a pé em columnas de pelotões, para a Artilharia, Metralhadoras e Pontoneiros em secções. A artilharia dará as salvas regulamentares por ocasião da chegada do Presidente do Estado na Praça Osorio. [...]

O escoamento das tropas a pé pela rua Pedro Ivo e as montadas e viaturas será pela Misericórdia (**Gazeta do Povo**, 06 de setembro de 1919, ano 1, n. 184, p. 2 – Matéria intitulada *o dia da independência – as comemorações á data – A parada de amanhã*).

O primeiro desfile do período estudado aconteceu na antiga Praça da República, atual Rui Barbosa, provavelmente pelo tamanho da praça, que comportava um grande número de espectadores e pela presença, ali, de um dos maiores quartéis da cidade, o que ajudava a reforçar a idéia de marcha, ordem e disciplina já ilustrados pelo próprio desfile de Tiros de Guerra, Escoteiros, Bombeiros e Artilharias. Já nesse desfile percebe-se a proximidade explícita entre governo e exército, algo que não era de forma alguma novidade naquele contexto.

Havia nos jornais, desde o começo de 1920, um clima de expectativa pelas festas que aconteceriam no 7 de setembro de 1922, data do centenário da independência e colocada muitas vezes como ponto máximo de expressão da nacionalidade e amor á pátria. Como se os anos anteriores a 22 servissem de ensaio para o que se organizara no centenário. De fato, as comemorações no ano de 1922 foram incomparáveis com as anteriores:

DIA 7

HORA 9 – Pontifical celebrada por S. Exa. O sr. Bispo Diocesano D. João Francisco Brago, na Praça da Republica.

HORA 10,30 – Inauguração do Palacio da Instrucção. O Exmo. sr. dr. Lysimaco Ferreira da Costa, director do Gymnasio e Escola Normal proferirá o discurso allusivo a essa solemnidade.

HORA 11,30 – Inauguração da Avenida 7 de Setembro, fallando nesse acto o exmo. sr. dr. João Moreira Garcez, Prefeito do Municipio.

HORA 13,15 – Recepção no Palacio Presidencial. Serão recebidos pelo sr. dr. Presidente do Estado todas as pessoas, autoridade e funcionarios que desejarem cumprimentar S. Exa.

HORA 14 – Parada das forças do Exercito e do Estado S. S. Excias os srs. dr. Presidente do Estado e General Commandante da Circumscripção Militar, passarão em revista, na Avenida 7 de Setembro, as tropas que, a seguir, desfilarão pela rua Barão do Rio Branco, assistindo as autoridades, do Palacio da Presidencia, a marcha das forças.

HORA 16 – Inauguração da herma do Padre Ildefonso, na Praça Santos Andrade. Fallará nessa solemnidade o Exmo. sr. dr. Marins Alves de Camargo, Secretario Geral d'Estado. As creanças das escolas, em numero de 5.000, entoarão o Hymno da Independencia, desfilando em torno da Praça e pela rua XV de Novembro, até a Praça Ozorio. S. Excia, o sr. dr. Presidente do Estado e demais autoridades apreciarão, do Palacio da Universidade, as evoluções da legião infantil.

HORA 20 – Exposição Escolar no edificio do Gymnasio Paranaense. O Exmo. sr. Cesar Prieto Martinez. Inspector geral do Ensino, pronunciará o discurso de installação.

HORA 21 – Sessão Civica no Theatro Guayra presidida pelo chefe do Estado. A sessão obedecerá o seguinte programma: Hymno Nacional cantado pelos alumnos da Escola Normal, dos Grupos Annexos, Tiradentes e Oliveira Bello. Discurso dos Exmos. srs. drs. Pamphilo de Asumpção e Sebastião Paraná. Hymno da Independencia cantado por toda assistencia.

HORA 22 – Marcha luminosa realisada pela mocidade das Escolas, Associações e Povo, tendo como ponto de partida o Theatro Guayra.

DIA 9

HORA 9 – Festival escolar, nos campos do Internacional, com gymnastica e hymnos por 1200 creanças.

Concertos publicos

Nos dias 8, 9 e 10, haverá concertos nas praças publicas segundo o horario seguinte:

DIA 8 – Praça General Ozorio – De 1 ás 3 horas pela Banda de Musica do 5.º de Engenharia. Praça Santos Andrade: – das 3 ás 5 horas, pela banda do 15.º Batalhão de Caçadores. Praça Tiradentes: Das 7 ás 9 horas, pela banda da Força Militar.

DIA 9 – Praça Santos Andrade: da 1 ás 3 horas pela banda da Força Militar. Praça Tiradentes: das 3 ás 5 horas, pela banda do 5.º de Engenharia. Praça General Ozorio: das 7 ás 9 horas, pela banda do 15.º de Caçadores.

DIA 10 – Praça Tiradentes: de 1 ás 3 pela banda do 15.º de Caçadores. Praça Ozorio: das 3 ás 5 horas, pela banda da Força Militar. Praça Santos Andrade: das 7 ás 9 horas pela banda do 5.º de Engenharia (**Diário da Tarde**, 06 e 07 de setembro de 1922, ano XXIII, n. 7.297 – matéria intitulada *A Commemoração – Programma Official das festas commemorativas do 1.º Centenario da Independencia do Brasil*).

As comemorações do centenário foram elaboradas para ter uma grandiosidade nunca vista. As festividades ocorreram em quatro dias, além de envolverem todo o centro da cidade, em diversos momentos e espetáculos diferentes. Além disso, o governo municipal aproveitou a suntuosidade do evento para promover duas inaugurações de obras de grande porte, a Avenida Sete de Setembro, que fora construída

a partir da estação ferroviária com o objetivo de ligar aquela região aos bairros Água Verde e Portão, além de servir como via de acesso alternativo ao próprio centro da cidade. Fora isso, a partir da sua inauguração, foi ponto, por diversas vezes, de desfiles e comemorações cívicas. O próprio nome da avenida era uma homenagem à data entendida como a mais importante do Brasil. A outra obra a ser inaugurada foi o Palácio da Instrução¹², sede da Escola Normal de Curitiba, na Rua Aquidaban, uma das principais vias do centro da capital paranaense. Como o próprio nome anunciava, o estabelecimento chamava a atenção pelo tamanho e pela arquitetura. O prédio foi construído para ser modelo de educação, higiene, arquitetura e modernidade em Curitiba e, para tal objetivo foram contratados professores renomados.

Provavelmente, um grande número de pessoas presenciou todo esse acontecimento. Mais do que isso, os eventos foram distribuídos de modo a darem destaque, separadamente, às esferas de poder: uma missa na Praça da República, a inauguração do Palácio da Instrução e depois, a inauguração da Avenida 7 de setembro, seguida pelo desfile de todas as forças militares. Nesses quatro momentos, tiveram ênfase o clero, a intelectualidade, o governo e os militares. Não que cada um estivesse ausente em outras partes da festa, mas houve essa pequena separação, proposital ou não, de todos. A partir da parada militar, o foco do evento voltou-se para os desfiles. No da Avenida 7 de setembro, todas as guarnições da capital, inclusive os Tiros de Guerra. Se estes eram formados por adolescentes e já serviam como uma imagem diferencial da idéia militar, mais próxima à população, e passavam um ar educado, civilizado, de ordem, disciplina e respeito, o desfile que se seguiu era ainda mais simbólico. Organizadas na Praça Santos Andrade, e não mais em frente ao Paço Municipal como no ano anterior, cinco mil crianças praticaram algo também inédito. O número de participantes quase dobrou em relação ao ano anterior (de três para cinco mil) e o trajeto foi consideravelmente aumentado. Se antes a concentração se dava na rua Luis Xavier ou na Praça Carlos Gomes, agora as crianças passaram pela Praça Santos Andrade para depois ocuparem a rua Quinze de Novembro e, em seguida a praça Osório, praticamente tomando conta do centro urbano. Quem estivesse por ali presenciaria esse espetáculo, com um grande número de participantes que tinha como ponto alto a uniformidade das

¹² Atual Instituto de Educação do Paraná.

roupas, do andar e do cantar. Mais do que isso, novamente a idéia de educação, disciplina e ordem transmitidas pelo conjunto de escolas que estavam ali presentes.

Os locais e atividades variaram nos quatro dias. No dia 9, ao que indica a fonte, se concentraram no campo do Internacional, fora do centro, porém em um bairro próximo. Lá, exposições infantis, novamente, de ginástica e hinos. Embora as atividades não fossem parecidas, possuíam idéias muito próximas. Ambas precisavam de muito ensaio, dedicação e disciplina por parte de quem apresentava e, durante as apresentações havia necessidade de uniformidade dos movimentos. Caso as apresentações fossem bem sucedidas, seriam associadas à perfeição, que poderia ser remetida para as instituições/professores que pensaram na organização, ensaiaram e bem prepararam aquelas crianças. Os dias 8 e 10 tiveram somente concertos musicais não cobrados, feitos em três praças públicas, Osório, Tiradentes e Santos Andrade. Esses eventos ocupavam também a parte da tarde toda e não coincidiam em horário, dando tempo para algum espectador assistir aos três, caso desejasse. Novamente uma série de entretenimentos em lugares diversos, que pela movimentação que propiciavam davam às pessoas a sensação de se sentirem parte do evento, se sentirem parte do Brasil.

Se a população assim se sentisse, estaria também se sentindo parte do evento e, relacionado a isso, parte de algo maior, as comemorações por todo o Brasil. Era a formação de um sentimento de pertencimento à pátria, à nação. O que era buscado com essas comemorações, além da exposição de benefícios e realizações governamentais, era a formação de um sentimento, uma coesão nacional. Isso podia ser representado pelo exército, pela escola, enfim, por qualquer instituição que refletisse a brasilidade. Fazer parte destas festas, organizar algo desse porte, fazia com que a própria cidade de Curitiba fosse inserida no cenário nacional. Comum ver nas manchetes frases como *amanhã será comemorada a Independência do Brasil, nos quatro cantos do país, e Curitiba não poderia ficar de fora das comemorações desta, que é a maior data da nossa história* (**Gazeta do Povo**, 06 de setembro de 1921, ano 3, p. 1 – matéria intitulada *As comemorações de amanhã*). Portanto, demonstrar capacidade de organização também era promover a imagem da cidade para além das fronteiras paranaenses e transmitir à população o ideal republicano de unidade nacional.

Enquanto que nos anos anteriores a 1922 as grandes comemorações públicas (em geral o dia 7 de setembro) pareciam ser um ensaio para o ano do centenário, outras datas

cívicas eram aproveitadas para que se criticasse o momento político, como ocorreu no dia 15 de novembro de 1919, na reportagem que apontava o Paraná como, *o reino da mentira; a casa do suborno, da miséria financeira; o campanário da política machiavelica; onde não pode medrar o trabalho honesto dos homens independentes, porque a tristeza, a orientação de uma política imperialista e oligarchica junta-se uma avareza de tal forma insaciável que até as terras do seu solo desaparecem*. Por essas razões absolutamente negativas, *o Brasil não commemora o 15 de novembro! Ajoelha-se, pede a Deus que dê força, coragem aos seus filhos honestos; ao Presidente da Republica, para que possa arrancar os parasitas sanguinários da direcção dos negócios públicos e restituir á Nação ao regimen republicano federativo, que é o regimen da lei, das verdades, dos valores moraes* (**Gazeta do Povo**, ano 1, p.1 – matéria intitulada *15 de Novembro*). Naquele ano, foi a única referência à data, sem nenhum argumento positivo ou um texto elaborado por algum professor, cronista ou historiador que contasse a história da proclamação da república, como às vezes ocorria. Pelo contrário, parecia haver o desejo de que a data passasse mesmo em branco. Isso demonstra também uma oposição forte ao governo federal, já que o regime republicano deveria dar, pelo menos em teoria, valor diferenciado à sua data de origem.

Mesmo no cenário local, a maior data paranaense seria o dia da sua emancipação política, 19 de dezembro. Naquele ano, da mesma forma que a proclamação da república, este era sinônimo de desânimo e críticas ao cenário político: *acorrentado aos vícios de uma polliticagem estéril, o Paraná commemora hoje, sob o governo pé de meia do Sr. Munhoz da Rocha [...] o seu 69º aniversario de emancipação política. Em homenagem, realizou-se no Palacio uma recepção annunciada com cartazes e á qual compareceu o funcionalismo publico, a isso intimado por circular [...]* (**Gazeta do Povo**, 19 de novembro de 1922, ano 4, n. 1190 – nota ao lado do nome do jornal). A crítica absolutamente explícita ao governador transparece um completo desdém para com a homenagem. Além disso, não noticia nenhuma comemoração direcionada ao povo, ou algum evento público. Também não houve, nessa edição, nenhum texto sobre a importância da data para a memória do estado.

Antes de 1925, as publicações sobre o 15 de novembro giravam em torno de críticas pesadas ao governo, à pratica do regime republicano e ao momento econômico. Nesse ano, foi como se a data ganhasse o mesmo destaque que anteriormente era dado à

independência. Tanto foi assim, que houveram, pelo menos, três tipos de comemoração, ou seja, nas sociedades e clubes fechados, um lado mais social, e as outras duas de caráter bastante popular: uma parada militar pelas ruas da cidade e outra manifestação escolar, na qual provavelmente os alunos seriam encarregados de desfilar e cantar hinos nacionais. Enquanto os desfiles anteriores eram feitos em uma praça, ou em direção ao Paço Municipal (a partir de então, o trajeto era iniciado na Sete de Setembro e feito na Barão do Rio Branco), nesse ano foi diferente:

Na guarnição de Curitiba serão reunidas para essa solemnidade todas as unidades, devendo ser observadas a seguinte instrução:

I – Às 8 horas 30, os corpos desta guarnição, o T.G 19º, as E.I.M e o Tiro de Morretes deverão estar formados em columna estando as unidades em linha por quatro na praça da República sob o comando do senhor major Rei e Silva.

II – somente com bandeira o 15º B.C. [...]

VI – terminado o desfile aquelas unidades formarão uma columna ainda sob o comando do major Rei e Silva e marchará obedecendo o seguinte itinerário: Praça da República (lado do quartel do 15º B.C), Rua Pedro Ivo, Barão do Rio Branco, Rua 15 de Novembro, Avenida Luis Xavier e Praça General Ozório.

VII – ao chegar nessa praça as unidades irão parando sucessivamente as [ilegível]¹³. O 15º B.C pela rua Voluntários da Pátria; o 9º R.A.M. pela Travessa Genuíno Marcondes; os Tiros e E.I.M¹⁴ dando volta a praça regressarão pela rua 15 de novembro (**Gazeta do Povo**, 07 de setembro de 1925, n. 1970, matéria intitulada *7 de setembro – as comemorações á data*).

O desfile retratado nessa reportagem foi significativamente maior do que os anteriores. As tropas contornaram praticamente todo o centro, saindo de uma praça e chegando a outra. O número de pessoas espalhadas pelos locais pelos quais passou a parada pode ter sido aumentado muitas vezes em relação a todos os anteriores. Mesmo a retirada das tropas da praça Osório envolveu muito mais ruas do que as demais situações similares. Dessa forma, os espaços públicos maiores e mais centrais tinham fundamental importância para a grandiosidade de um evento como esse. Para isso, era necessário também que esses locais estivessem em boas condições de calçamento, limpeza, asfalto etc, para que a boa imagem da festa fosse completa e não houvesse algum tipo de empecilho como cancelamento por chuva, o que poderia trazer problemas com sujeira por exemplo. A partir deste desfile, as comemorações das duas datas

¹³ Pela continuidade do texto, provável que a palavra seja *debandadas*, ou algum sinônimo, que signifique o abandono do local, a retirada das tropas.

¹⁴ EIM – Escola de Instrução Militar.

passaram a ter o mesmo destaque na cidade, com desfiles, paradas e juramentos à bandeira mais ou menos nos mesmos moldes e com os mesmos trajetos. Em geral, eram na Praça da República, descendo pela Sete de Setembro e entrando na Barão do Rio Branco. Em 1927, foi mudado para a praça Oswaldo Cruz, tendo as tropas entrado pela rua Lamenha Lins, subido a Sete de Setembro, virando à direita na Ractcliffe (atual Desembargador Westphalen), seguindo pela Travessa Oliveira Bello, Quinze de Novembro e Barão do Rio Branco, utilizando um caminho quase que em sentido contrário ao que sempre se fazia.

Em suma, mais do que os desfiles de crianças e adolescentes, sendo na forma de Tiro de Guerra, Escotismo ou paradas escolares, havia uma concepção sobre que tipo de cidadãos se desejava para o futuro da pátria. Daí, inúmeras justificativas para as práticas já mencionadas. A exposição dos adolescentes nunca foi feita à toa, ela era uma imagem produzida em um contexto no qual se tinha um olhar diferenciado para a juventude, em que esta representava uma esperança, mas para que as boas expectativas tivessem sucesso, era necessária uma educação moderna, com “bons valores”.

No programa educacional paulista de 1905 (SOUZA, 2000), por exemplo, os exercícios militares compreendiam marchas, formaturas em filas e fileiras, evolução da companhia sem e com armas. O ensino da ginástica e dos exercícios militares fazia parte do currículo para os alunos do sexo masculino. Esses alunos tinham suas aulas no contra-turno do horário regular em sala e normalmente apareciam para a sociedade em desfiles cívicos e em eventos de grande importância de caráter nacionalista. Esses desfiles faziam sucesso em suas cidades, impressionando a multidão de pais e curiosos que admiravam a reprodução da ordem e da disciplina existentes no exército pelas crianças. Assim, a escola tinha sucesso quanto a cumprir seu objetivo de mostrar crianças bem educadas, disciplinadas e capazes de se comportar muito bem em locais públicos. Por isso, aproximar a noção de educação fornecida a jovens em alguns tipos de escolas públicas¹⁵ com a noção de educação necessária no mundo do trabalho parecia uma boa solução para fazer os jovens “emendarem” os estudos com o trabalho. Havia, também, nesses desfiles, a representação da ordem vigente no novo regime, a República. Essa representação de um novo momento, voltado ao povo brasileiro

¹⁵ Por exemplo, a Escola de Aprendizes Artífices. No entanto, deve-se tomar cuidado com a generalização da idéia que o ensino público necessariamente educava crianças para o trabalho industrial.

estabelecia uma ligação entre as pessoas e a história do Brasil, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de uma *civilidade*, para a formação de um sentimento de pertencimento à mesma pátria por todas as pessoas.

Por isso, os militares buscavam associar a militarização à juventude. Exemplo dessa estratégia é a presença deles no escotismo, estendendo assim sua “zona de influência” sobre os jovens e criando a mística do cidadão-soldado (HORTA, 1994, p.59). Juntamente com a erradicação do analfabetismo, grande ênfase foi dada à educação cívica, considerada elemento fundamental para o ressurgimento moral da nação, para a cultura do patriotismo e para a defesa da nacionalidade. Foi nesse contexto que surgiu e se intensificou nos meios educacionais e políticos a defesa do escotismo como fator de educação do caráter e de defesa da pátria. As práticas cívico-militares atendiam a múltiplos propósitos: a perpetuação da memória histórica nacional, a exibição das virtudes morais e cívicas inscritas na obra formativa escolar, a ação educadora da escola para o conjunto da sociedade ou a expressão do imaginário sócio-político da República. As práticas de militarização da infância demonstram como as políticas de educação popular aliaram a educação moral e cívica às políticas do corpo.

Antes da educação chegar diretamente ao corpo já havia a noção de que existia um conjunto de falhas no próprio cenário brasileiro: não à toa, apareciam com frequência reportagens falando sobre o amplo domínio político das oligarquias rurais, os problemas com a corrupção e com o coronelismo, a ineficiência dos governos federal e estadual para transformar a república em um regime de voto secreto, mais participativo, entre outros elementos encontrados que compunham um conjunto de fatos que indicavam um negativismo sobre aquele momento. Um elemento tinha certo destaque e era apontado como uma das principais falhas no Brasil, o analfabetismo:

E', por certo, desconcertante a constatar-se que no nosso paiz a porcentagem de analphabetos ascende a cifras quase inacreditaveis. Mais desoladores, porém, são as conseqüências que delle decorrem e que mancham de sangue as páginas da história da nossa incipiente nacionalidade. Outra não foi a causa do desastre de Canudos e das lutas inglórias do Contestado, onde se perderam milhares de vidas preciosas que seriam tão úteis na lavoura, na industria, no commercio e nas fileiras do nosso exército. Já não fazemos referência as despezas formidáveis que semelhantes operações militares acarretam para os anêmicos cofres da nação; todo dinheiro desse mundo não vale a perda de uma vida...

Mas as lições do passado parece que pouco valem, em geral, para os nossos homens públicos, de sorte que por mais demonstrado que fique que esses descalabros teem origem no analphabetismo, continuaremos sempre no

melhor dos mundos possíveis, sem termos necessidade de encarar esses problemas, na lógica terrível segundo a qual, ao explodirem esses movimentos, há forças para mobilizar com o fim do julgal-os e dinheiro se arranja de qualquer forma, nem que seja pelos empréstimos com juros phantásticos. Ainda agora, ao que constam os telegramas, houve necessidade de remetter para Goiaz onde grupos de bandoleiros commetem toda sorte de tropelias. Vidas serão sacrificadas e dinheiro abundantemente será gasto. Urge, pois que os nossos estadistas volvam as suas vistas para essas cousas, a menos que se queira que sejamos sempre indignos da civilização do século (**Gazeta do Povo**, 04 de fevereiro de 1919, ano 1, n. 2 – Matéria intitulada *O Analphabetismo*).

A questão do analfabetismo, da falta de educação, foi ligada diretamente à violência popular. Mais do que isso, uma aparece como consequência direta da outra. No caso, um sério problema estrutural como a qualidade da escolarização e, em muitos lugares, a ausência de escolas e de um sistema eficiente de ensino, estaria levando à revoltas populares e messiânicas como Canudos e Contestado. Talvez esses tivessem servido de exemplo por terem sido movimentos na área rural e associados à crença em um messianismo e, no caso de Canudos, à monarquia. Talvez essa vinculação faça parte de um momento passado que se queria superar. Conseguir combater efetivamente o analfabetismo podia significar acabar com uma herança horrível deixada pelo regime imperial. A utilidade das pessoas no mundo do trabalho (lavoura, indústria e comércio) aparece como um referencial do que podiam fazer aquelas pessoas, mas não necessariamente aparece como um complemento à escola. Então, ainda seria melhor que estivessem trabalhando, produzindo, do que “perdidas” em conflitos que, além de tudo, tiravam dinheiro da nação. Aparecem pelo menos duas críticas ao governo também. A primeira, por não conseguir, ou até pelo tom de quem escreveu, por não se esforçar para acabar com esse problema. Além disso, subentende-se que uma guerra era sinônimo de aumento do problema financeiro pelo qual já passava o Estado. A falta de compromisso dos governantes teria como consequências a perda de mais vidas e ainda o esvaziamento dos cofres públicos.

A última referência à questão do ensino era a sua ligação com a civilização. Um país educado estaria muito mais próximo da civilidade do que um que possuísse diversos conflitos internos resultante de um conglomerado de pessoas sem instrução alguma. O analfabetismo seria uma das causas da incivilidade brasileira e, caso o país quisesse progredir, ser comparável aos países mais modernos, deveria extirpar esse mal da sua realidade. Como oposição à situação do sistema escolar, a educação do corpo era

uma solução que parecia agradar aos intelectuais. Através dela, a mente e o espírito também desenvolveriam uma melhor postura, pessoal e social. Dessa forma a função do escotismo seria *educar para a vida, preparando a raça, primeiro factor da grandeza da nação. A nação precisa ter em suas características a mesma finalidade cívica como exige a identidade de crença e fé de seus filhos* (**Diário da Tarde**, 16 de agosto de 1927, ano 29, n. 9922 – matéria intitulada *Pelo Escotismo*, assinada Altamirano Nunes Pereira).

A expressão “preparar a raça” dá uma conotação quase que de preparo militar, de fortalecimento, agilidade e destreza vigor físico. Além disso, a formação cívica, de caráter a amor ao país, com valores que fixem a nacionalidade em cada indivíduo. Comparar o civismo com a fé foi um modo de reafirmar que as pessoas precisavam acreditar na nação, criar um sentimento de unidade, como o que se tem na religião, de que todos são irmãos. O exemplo para tratar do escotismo não poderia ser melhor do que o nome de Olavo Bilac, um dos fundadores da Liga Nacional e reconhecido em seu tempo como um dos maiores patriotas do país:

Billac, o poeta sublime do nacionalismo, num alvoroço bemdicto de entusiasmo civico foi, em tempos, com sua sensibilidade artística, com sua intelligencia e com o seu patriotismo, o lançador de uma onda de renovação, de activação do sentimento nacional. [...] No Rio Grande do Sul, ao terminar a extensão do Paiz, no altivo baluarte do Sul, proferiu Bilac uma sentença diante de uma parcella minima desse “gigante do porvir” que é a mocidade. Armava um jovem escoteiro e ao realizar o cerimonia, disse: “Armo-te escoteiro do Brasil, para a Honra, para a Virtude, para a Justiça e para a Bondade!” Nessas palavras, conttentes de elevação moral, Bilac synthetisara o codigo primeiro que se deva lançar ao coração neophyto pela grandeza da Patria.

Alcançar o desenvolvimento desse ideal, incarnado-o ás gerações a cada direcção estará o Brasil de amanhã sujeito, é o fundamento, o objectivo capital que visa o escoteirismo. Mas, sente-se de logo que a Honra, a Virtude, a Justiça e a Bondade são as qualidades que só um physico educado nas leis naturaes poderá espargir. E que só se tem a “meus ana incorpore sano” (sic). Dahi a concomittancia que occore da preparação physica dos escoteiros como base do aperfeiçoamento moral e cívico da especie. O escoteirismo busca por isso, no desenvolver o seu programma, a preparação physica como esteio da preparação moral e intellectual que prega. Elle não espera de subito transformar vicios atavicos ou hereditarios; tende, todavia, dentro de um alto purismo crear uma unidade civica e moral no correr nos tempos. A sua função poder-se-á crer mesmo, obedece a regra de Emerson que “desejaria a educação physica, moral e intellectual da criança, começada 100 annos antes della nascer. Vê-se quão nobre é a sua finalidade, o que exige a sua propagação e o seu incremento.

Creal-o no Paraná, animando-o, é estar-se convicto do que urge acompanhar o sopro de entusiasmo que vae pelo Brasil, revigorando a fé nos altos destinos da Patria (idem)

Interessante a colocação de que o escotismo faz parte de uma renovação do sentimento nacional, colocado no começo, ao referir-se à Bilac e no final, na forma de acreditar em um destino melhor que o Brasil possui. A noção colocada sobre o escotismo é extremamente próxima às noções do exército: armar, honrar, lutar por algo, enfim, a aproximação dos dois modelos de conduta transparece uma boa visão sobre o comportamento militar. Ao mesmo tempo em que o autor coloca escotismo e militarismo próximos, aponta também para virtude, justiça e bondade, como elementos inerentes às instituições, ou melhor, a quem pratica suas doutrinas. Honra, virtude, bondade são características entendidas como cívicas, que deveriam ser passadas pelas escolas, assim como as noções de ordem e disciplina, altamente presentes no exército e no escotismo. Da preparação física viria, indissociavelmente, a moral e o civismo. Tem-se, novamente, a educação de corpo, mente e espírito.

Esses bons valores também não seriam passados rapidamente, mas a educação seria feita aos poucos, ou seja, a prática do escotismo deveria ser contínua. Além disso, além da noção de educação cívica como meio regenerador, há a idéia de que a criança é uma espécie de “tábua rasa”, que vai sendo moldada ao longo da vida. Logo, quanto antes começasse a colocar valores dentro da sua cabeça, melhor ela vai apreendê-los, mais bem treinado ficará seu corpo e maior será seu apego à pátria. A importância de se educar crianças é a garantia de um futuro melhor, um concerto para um presente que desagradava. Para construir, então, a base do bom futuro, era necessário que se começasse a agir logo e em todo o território. Novamente tem-se a questão de pertencimento, quando se dirige o escotismo ao Brasil todo. No caso, todo o país precisa caminhar no mesmo passo, fazer os mesmos investimentos para que sua base – suas crianças – se desenvolvessem já melhor educadas.

A formação pelo trabalho poderia colaborar também para o desenvolvimento de uma identidade nacional. A concepção reinante ainda era de que o Brasil era um país jovem, em formação. Por isso, a busca por modelos já estabelecidos e importados, até que se tivesse autonomia para elaborar modelos de conduta tipicamente nacionais. Devido a esse pensamento sobre a jovialidade da pátria, vinha também a noção de que, se o presente ainda está em construção, com alguns desacertos, no futuro está guardada a recompensa para o esforço, ou seja, a concretização da civilização brasileira. Pela preocupação com o futuro, investia-se também nos jovens e nas crianças, que deveriam

chegar a esse futuro bem formados. A educação pelo escotismo tinha na sua própria natureza a concepção militar, já que seu idealizador, Baden Powell era general das forças inglesas que atuaram no sul da África, no século XIX. Segundo o autor do texto, depois de voltar ao seu país, o general concluiu que para melhorar a raça inglesa, pensando no futuro, *para ter typos de homens robustos, vigorosos capazes de enfrentar a vida, dentro de uma educação moral, civica e intellectual que assegurassem o valor de sua Patria – deveria crear o escoteirismo. Do que essa escola de educação integral, dil-o o proprio General Baden-Powell: “Não há rapaz algum, supponho eu, que não deseje ardentemente ser util ao seu paiz. Pois tem a seu dispor uma simples maneira de o conseguir: fazer-se escoteiro”* (idem).

A obediência aprendida dentro do escotismo deveria ser estendida à escola, à casa e às autoridades, uma educação que deveria ser permanente e útil para o mundo fora do escotismo. Dessa forma, aproxima-se do que FOUCAULT chama de *docilidade* dos indivíduos, ou seja, pessoas que foram educadas em um sistema que foi eficiente de tal forma que conformou as vontades daqueles sujeitos de modo a torná-los completamente submissos à determinadas vontades, sem questionamentos às ordens. O final de todas essas formações seria a virtude cívica, expressa pelo fato do escoteiro *conhecer sua bandeira, seus hymnos, suas datas gloriosas, seus heróes, sua extensão, sua organização politica, suas instituições, etc. Com isso o menino crê no futuro de sua Patria, sentindo-a em sua grandeza e preparande-se como elemento activo para o corpo social* (idem).

Quando o escotismo era assunto de reportagens por sua presença na cidade, o modo como se apresentava era claramente digno de elogios:

Vemos frequentemente passar pelas nossas ruas, marcial e enthusiasmada, a Associação Paranaense de Escoteiros. A multidão que vê passar aquelles bons meninos scinde-se no juízo que forma a respeito: para uns aquelle batalhão formado pelo patriotismo tenro de corações ainda não espadados no lodaçal das theorias utilitaristas da época, é um mero exhibicionismo ridículo de crençada já ávida do preconicio. Para outros, entre os quaes nos enfileiramos, o escotismo é uma bella escola de educação cívica, e de cultura physica tanto mais útil quanto começa na edade em que o espírito é como uma chama photographyca, formando-se o caráter pela incontestável e fatal influencia do meio, e o corpo necessita de racional desenvolvimento. Os pessimistas, os scepticos, os que riem de tudo muitas vezes pensando rir com Voltaire, soltar ao contrário, a parva gargalhada da estupidez, deveriam ouvir e ler o que se tem dito e escripto, mostrando-se o quanto é admirável o escotismo na formação de caracteres sadios, amantes do bem, da virtude e da

bondade, guiando as trêfegas creanças ao desprezo do vício, da maldade, do egoísmo.

Certo, vivemos numa época trabalhada por doutrinas corrosivas, que tudo negam, mesmo aquilo que os nossos paes consideravam como sagrado: a honra, o patriotismo são hoje consideradas como velharias imprestáveis. Impõe-se uma revolução que derrube essas influências corruptoras mas se isso ocorre até na literatura, onde é do gosto do publico o estudo do typo zolaico ou anatolesco, sente-se como desappressão do peito quando se encontra um “cyrano” nobre, leal, cavalheiro...

O escoteiro que vemos marchar pelas nossas ruas, seguindo o auriverde pendão da nossa terra, é um symbolo e uma visão da nossa Patria de amanhã, forte na fortaleza e no amor de seus filhos, grande porque é grandiosa uma nação cujos cidadãos relegam o circulo acanhado dos seus próprios interesses para se desvelar pelos interesses geraes da collectividade (**Gazeta do Povo**, 14 de fevereiro de 1919, ano 1, n. 11 – Matéria intitulada *O Escotismo*).

Todas as noções de ordem militares eram notadas nos exercícios e desfiles dos grupos de escoteiros: marcha, ordem, harmonia, ou seja, um conjunto de pessoas que se mostrava em completo equilíbrio, em completa sintonia, e causava admiração na população que parava para assistir esses momentos cívicos. Pela imagem montada sobre o desfile, o ideal de civismo estaria muito bem representado. A concepção disciplinar e de boa educação que foi discutida anteriormente aparece de modo quase que explícito no trecho destacado.

A admiração que o jornal apresentou pelos escoteiros remete a um entendimento de que os tempos eram péssimos, mas ainda havia uma salvação. Esta seria uma retomada de valores “corroídos” pelo tempo presente, ou pela modernidade, mas que foram resgatados pelos membros do escotismo: a honra e o patriotismo. Através desses dois valores, os escoteiros eram considerados honestos, de bom caráter, sadios e prevenidos quanto a vícios ou maldades que a sociedade poderia tentar passar. O escotismo não representava aquele momento ruim, representava um futuro promissor, digno, no qual o que importaria seria o bem público, coletivo, e não a individualidade. Essa noção que é estreitamente ligada ao patriotismo, pois se um indivíduo se dispõe a pensar primeiramente no que é de todos, na cidade, no estado, no país, e se deixa em último plano, este é um homem absolutamente socializado, disposto a colaborar com tudo pelo progresso.

O escotismo, então, além de ser visto como uma espécie de esperança para a educação e para os jovens, serviria também como uma prevenção ao que havia de ruim, como vícios, jogos etc. A noção de presente parece querer ser esquecida naquele momento, pois pensa-se que a educação deve voltar-se aos valores do passado,

esquecidos, para preparar a civilização para o futuro, ainda indefinido, porém com uma boa expectativa, em oposição àquele tempo. Para isso, exigia-se, mais do que a educação corporal ou cívica, um conjunto de posturas necessárias aos bons cidadãos, sendo que alguns perfis podiam ser considerados como inúteis dentro da sociedade:

O Optimista: vê tudo cor de rosa. Não vive no mundo dos feitos onde há acções e reacções, onde há nascimentos e mortes, onde há amores e ódios, prazeres e dores. Para elle o mundo é um sol sem manchas, uma continua cadeia de acontecimento prazenteiros, favoráveis tendentes ao maior progresso e bemestar da Humanidade. Este typo nunca foi constructivo para a Humanidade, jamais resolveu problemas políticos, económicos, sociaes, higyenicos etc. que se apresentavam fomentando o progresso. O que condenamos é o optimismo que fabrica castellos no ar em vez de fabrical-os com cal, o optimismo que vive somente dentro do mundo fantasmagórico creado por sua imaginação, ao envez de se por em contacto com os factos da natureza e da Humanidade.

O Pessimista: tampouco este vive no mundo dos factos sino no mundo lóbrego e tétrico de sua eferma phantasia. Para elle tudo é sombra sem luz, tudo é morte sem vida. Em vez de tornarem ambos o mundo como é ou esforçarem-se para melhoral-o, o primeiro cruza os braços e concorda com a derrocada porque acha inútil o esforço. - Para que? Si vivemos no melhor dos mundos. O segundo não se esforça, não trabalha, para que? Si tudo está perdido, si o remédio é impossível, si atravez de toda a vida não vale a pena viver-a. Ambos são um obstáculo para o progresso real.

O Conservador: e' outro typo que difficulta o verdadeiro progresso. Para esta classe de indivíduos todo facto, toda idea, há de se cingir ao rotulo do passado. Tudo que for novo condenam porque é novo. Si alguém protesta contra a escravidão – diz elle – como, si no passado houve escravos e há de havel-os sempre?! Se se trata de melhorar as classes operarias, sae o conservador, lembrando o que occorria no tempo de seus avós. Tudo quanto seja reforma, progresso o indigna.

O Radical: hoje está na ordem do dia, mas nem por isso deixa de ser um obstáculo e um grande perigo para o verdadeiro progresso. O radical ao inverso do conservador, quer tudo novo. Todo o passado em educação, economia, sociologia é mau e precisamente, por ser histórico; elle quer um céu e uma terra nova, em que não veja traços nem viços do passado. Futilidades em nuances, novidades, eis as suas panaceas, e só o que o preocupa. Com este typo não podemos contar também para impedir as catastrophes humanas e guiar a humanidade para o Progresso (**Gazeta do Povo**, 16 de dezembro de 1924, ano 6, n. 1744 – matéria intitulada *Quatro typos de homens inúteis – o optimista, o pessimista, o conservador e o radical. Uma esperança – o liberal do novo typo*).

O modelo de cidadão que podemos encontrar nas suas matérias seria algo como um indivíduo absolutamente contido em suas emoções, que conservasse a tradição dos antepassados de ser “honrado e patriótico”, e que não se entregasse às paixões políticas presentes naquele momento, como o radicalismo, que buscava mudanças estruturais profundas na ordem da sociedade, mas também não poderia ser absolutamente

conservador, a ponto de refutar qualquer reforma que viesse a ocorrer. Se esse era o modelo ideal de educação ou de indivíduos buscada, seria necessária muita disciplina física e mental, tanto para professor como para alunos e qualquer ato que não estivesse rigidamente dentro de normas pré-estabelecidas poderia ser considerado um desvio comportamental ou uma má influência dos maus tempos modernos. Interessante é que a própria matéria oferece o modelo de homem que se deseja:

O Liberal do Novo Typo: e' esse o homem com quem podemos contar, aquelle que no passado ajudou a Humanidade em sua marcha para a frente. Sua história é nobre e heróica. Durante o período da Reforma luctou para emancipar a consciência religiosa, para annular o direito divino dos reis, para restringir os abusos e as tyranias de autoridade civil ou religiosa. Mais tarde luctou para proclamar os direitos do homem pala educação popular, pelo suffragio universal, pelas reivindicações sociaes e polífticas da especie, etc. O novo liberal deve ser tolerante. Deve afastar-se o mais possível de cahir em um dos quatro casos em que homem se torna inútil. Deve ser amigo do scientifico sem esquecer porem, que a sciencia não fundou a sociedade. A sociedade é o producto de emoções, esperanças, fracassos, êxitos, dores e alegrias do homem. Deve aliar-se com o homem de sciencia porque este pode ajudal-o a encontrar os factos, porem sem esquecer que não nos cria; os factos são anteriores a sciencia e elle deve tratar, ordenar e harmonisar esses factos. Deve afastar-se das paixões, prejuízos, ódios, fanatismos das multidões mas, esforçar-se por infundir esse liberalismo em si mesmo, em sua casa, em seu partido (idem).

Há, possivelmente, uma agulhada nos políticos nacionais, quando o texto se refere ao voto universal, não aprovado no Brasil daquele momento, mas amplamente discutido nos meios intelectuais e políticos. Mais do que o sufrágio universal, a solução mais imediata para resolverem-se, ou começar a serem resolvidos os problemas da república brasileira, era o voto secreto. Dito nas próprias palavras do jornal, nossas eleições eram praticamente anti-republicanas, controladas ainda pelo cabresto dos fazendeiros membros das oligarquias dominantes. Outro ponto que pode ser destacado é a associação com a ciência. Na Primeira República, apesar do utilitarismo ser freqüentemente debatido, inclusive apontado como concepção ruim, que contrapunha a ação em prol da coletividade, esse mesmo utilitarismo era ligado à facilidade que a mecanização produzia dentro da fábrica, por exemplo. Naturalmente que o desenvolvimento de tecnologias industriais refletia na vida cotidiana, trazendo uma sensação de alta velocidade de mudanças à vida das pessoas. Esse quadro todo era alimentado por pensamentos “racionais”, embasado em diversas teorias científicas.

Curitiba, assim como diversas cidades brasileiras, era palco de um projeto que buscava a construir uma identidade nacional para o Brasil. Por isso, sentir-se parte de um evento no qual todo o país *investia* era tão importante. Mais do que isso, era fundamental também fazer com que a população, o povo, fizesse parte dessa brasilidade, para que o projeto conseguisse êxito. Dessa maneira, buscava-se a representação do elemento nacional em nomes de ruas e avenidas, em monumentos, em comemorações cívicas. Cada alteração de nome que sofria um determinado ponto da cidade, como uma praça ou uma rua, era uma busca por estar de acordo com o momento político-cultural da nação.

Uma outra forma de participar desse projeto de nacionalidade era representando a juventude como educada, disciplinada e correta, daí a importância dos desfiles. Militarizar significava colocar os jovens dentro de um padrão desejado de postura, elegância, maneiras de andar, de estar em público. A militarização, quando vinha a público, refletia uma uniformidade que poderia ser entendida como de toda a nação. Por essa busca de pertencimento à pátria, Curitiba também *investiu* na apropriação de locais públicos que se referissem ao nacional e a eventos que diziam respeito à identidade brasileira. Estar em conformidade com o Brasil era também símbolo de modernidade, de ajuda no progresso. Participar desses eventos era colaborar com o desenvolvimento do Brasil, com um futuro melhor, daí todo o investimento e a crença em batalhões e escoteiros como elementos nacionais e portadores de uma grande mudança rumo à civilização.

Todo esse projeto de nacionalidade era amparado por uma série de idéias que debatiam amplamente o que era nacional, civilizado e moderno. Essas concepções eram inspiradas em diversos exemplos, principalmente os que vinham do exterior e eram adaptados à realidade brasileira. Uma dessas idéias que tornou-se símbolo do elemento nacional e era capaz de englobar todos os cidadãos, fosse pela participação direta ou pela admiração, era a concepção militar de treino, obediência, amor á pátria, enfim, tudo o que cerca o exército em termos de pensamentos. Por isso, enquanto os militares progressivamente ganhavam força na república, seu estilo de ver o mundo foi prontamente apropriado como ideal para a sociedade. Longe de imaginar que isso fez parte de uma concepção militar de domínio do bem público, seus ideais pareciam

satisfazer as exigências do que se entendia como moderno e necessário para o desenvolvimento da civilidade nacional.

3. A REPÚBLICA E A VALORIZAÇÃO DO PENSAMENTO MILITAR

Até o início da República, a qualidade duvidosa dos soldados incorporados pelo recrutamento marginalizava o Exército e impedia que ele se modernizasse. O sorteio universal era a única solução possível para o problema. A luta por sua introdução continuou na República, facilitada então pelo maior poder político adquirido pela corporação. Mas a oposição também continuou na imprensa, no Congresso e, uma novidade, nas organizações operárias de fundo anarquista. No Brasil, a prestação obrigatória do serviço militar foi regulamentada, em 1906, pelo Marechal Hermes da Fonseca, na época Ministro da Guerra. Antes disso, o recrutamento não era muito bem organizado ou sistematizado, sendo muitas vezes conduzido de forma arbitrária. A efetivação do serviço militar obrigatório só ocorreu após uma ampla campanha nacional, iniciada pelos Jovens Turcos – oficiais de baixa patente como capitães e tenentes do Exército – que haviam recém voltado de um período de estudos e estágio na Alemanha, e tornaram-se idealizadores de diversas mudanças dentro do Exército, visando uma melhor operacionalização deste e uma melhora da sua imagem perante a população civil. Em 1916 criaram a revista *A Defesa Nacional*, que publicava artigos de análise da situação mundial, tradução de manuais alemães e críticas à política militar da época, obviamente com artigos escritos por militares ou simpatizantes de sua causa¹⁶ (KUHLMANN, 2001, p. 1).

A Defesa Nacional era composta por vários personagens de destaque da política e da literatura nacional, como Benjamin Constant, Olavo Bilac e Rui Barbosa. A Liga de Defesa Nacional divulgava o serviço militar obrigatório e o civismo através de palestras, cartilhas para o ensino primário, além de outros materiais como livros e folhetos com conteúdos ufanistas. Essa grande campanha era uma tentativa de aproximar Exército e sociedade e conter o movimento de ruptura existente após a República, educar a juventude para um pensamento cívico, eliminando possíveis pensamentos e ações que simpatizassem com doutrinas como o anarquismo e o socialismo. O serviço militar obrigatório foi considerado fundamental para fornecer uma “ideia de Pátria” à juventude e assim, começou a vigorar verdadeiramente no ano de 1916.

¹⁶ Os Jovens Turcos acreditavam que o serviço militar obrigatório, e seus possíveis benefícios, só seriam colocados em prática depois, ou através de uma ampla campanha nacional feita tanto por civis como por militares, daí a importância da divulgação dessas ideias através da Defesa Nacional.

Uma justificativa para a obrigatoriedade da prestação do serviço militar era a forte integração do Exército com a sociedade – pensando em todas as camadas sociais, já que tanto os filhos dos industriais como os filhos dos camponeses deveriam se alistar. Pelo fato de haver um “rodízio” anual dos contingentes, considerando que a minoria absoluta dos convocados seguia carreira militar, não ocorreria nenhum distanciamento entre as forças militares e a população; a obrigatoriedade também garantiria uma maior representatividade geográfica, étnica, social e religiosa: pelo alistamento englobar *todos* os homens que completavam 18 anos, era extremamente abrangente e acabava por reforçar os vínculos com a nação, evitando uma regionalização das forças. Buscava também conferir um caráter absolutamente nacional à Instituição; a presença, ou a representação da nacionalidade, pois em determinadas regiões, principalmente as mais afastadas dos grandes centros, as Forças Armadas poderiam ser o único símbolo de brasilidade ou, melhor ainda, da presença do Estado, e agiriam como principal fator da identidade nacional. Para que isto ocorresse, adotava-se um “dispositivo de dispersão” que visava estabelecer e manter um contato bem estreito com o povo.

Até o início da República, os contingentes militares eram distribuídos e tinham como função a defesa das fronteiras consideradas mais ameaçadas, no caso, as do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso, além da vigilância das principais cidades portuárias, como o Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém. Dois estados com inegável importância política e econômica, São Paulo e Minas Gerais, estavam praticamente desprotegidas. A segurança interna nesses territórios, e no interior da maioria dos estados brasileiros, era tarefa da, já considerada antiga, Guarda Nacional, uma vez que os efetivos policiais que deveriam cumprir esse papel eram também muito reduzidos. A grande concentração de tropas na capital federal e no extremo sul do Brasil tornava fundamentais essas duas guarnições caso houvesse intervenção dos militares na política. Não foi por acaso que a Questão Militar adquiriu mais força nesses dois estados e que o movimento de proclamação da República tenha sido obra de parte do efetivo montado no Rio de Janeiro. O governo republicano introduziu algumas mudanças da distribuição das tropas, sendo a principal o aumento das guarnições de Minas e São Paulo, acompanhada da forte diminuição das de Mato Grosso e dos estados do Norte. Aumentou-se também a concentração de tropas na capital federal, com uma leve redução no Rio Grande do Sul. Mesmo assim, essa redução não impediu que essas duas guarnições continuassem a controlar quase 50% do total de efetivos. Em resumo, as

mudanças indicam uma concentração das forças militares onde também se concentrava o poder político. A guarda de fronteiras foi retirada do centro-oeste e foi mantida apenas no sul e o policiamento se tornou encargo das polícias estaduais. A guarnição da capital federal tornou-se ainda mais decisiva. Seu controle, total ou parcial, continuou sendo fundamental para o êxito de qualquer movimento político contra o governo.

A questão da presença nacional – ou esmiuçando a expressão, a tentativa de ter uma representatividade mais forte, atuante, e reconhecida como tal em todos os lugares do território – pode ser somada à ideia de que o Exército poderia se constituir como uma grande escola de cidadania atuando na educação intelectual e física; no civismo, enfatizando o amor à pátria, respeito à sociedade, cuidado com o que é de todos. No período em que o jovem prestasse o serviço militar haveria a complementação do processo de educação e socialização iniciado nas escolas, com o desenvolvimento de “bons valores” e da moralidade, o respeito às leis – entenda-se também “respeito” como “silêncio”, já que se fossem copiados os moldes militares, leis/ordens foram feitas para serem cumpridas, não debatidas – e instituições. Se essa linha de raciocínio fosse aceita, nota-se que a presença nacional, ou territorial, tentava ir além da dimensão territorial, atingindo diretamente, ou agindo sobre, a dimensão social.

No meio de todas as tentativas de aproximação entre as Forças Armadas e a sociedade, uma das preocupações mais constante era a de afirmar que o soldado também era um cidadão, e mais tarde ainda, que a recíproca poderia ser verdadeira, ou seja, todo cidadão também era um soldado, mesmo que apenas um soldado em potencial. Nesta discussão, entre intelectuais e pensadores que se manifestaram a favor dessa idéia, novamente pode-se citar Olavo Bilac e Benjamin Constant. Para este último

a educação militar, além de atender “aos grandes melhoramentos da arte da guerra”, deveria conciliá-la “com a missão altamente civilizadora, eminentemente moral e humanitária que de futuro está destinada aos exércitos do continente sul-americano”. “O soldado, elemento de força, deve ser de hoje em diante o cidadão armado, corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso como garantia da ordem e da paz públicas... jamais instrumento servil e maleável por uma obediência passiva e insciente...”. Para tanto, precisa de uma “educação científica que...o habilite pela formação do coração, pelo legítimo desenvolvimento dos sentimentos afetivos, pela racional expansão de sua inteligência, a bem conhecer os seus deveres não só militares como principalmente sociais”. Segue um plano de “ensino integral”, obedecendo às leis “que tem seguido o espírito humano em seu desenvolvimento, começando na matemática e terminando na sociologia e moral como ponto de convergência de todas as verdades” (Apud MORAES, Op. cit, p. 74).

A ideia do cidadão-soldado casava-se muito bem com o positivismo civilista dos jovens oficiais e alunos de Constant, e serviu inclusive como justificativa para o 15 de novembro. Para Bilac, o serviço militar obrigatório deveria passar longe do militarismo, no sentido de fortalecer politicamente as forças armadas, mas seria uma forma de “democratizar” a defesa nacional:

As condições essenciais para a existência de qualquer despotismo são a ignorância e a indiferença da massa do povo. Quando nosso Exército for verdadeiramente nacional, não haverá no Brasil classe militar. Não queremos ter no Brasil um Exército mercenário ou assoldado, o que diminui o valor do soldado e da nação. Não queremos tampouco um Exército propriamente profissional em toda sua hierarquia, desde o general até o soldado raso. Queremos um Exército democrático de defesa nacional (Apud MORAES, Op. cit. p. 75).

Como contraponto a esse pensamento, manifestaram-se pensadores como Alberto Torres, que considerava o serviço militar obrigatório como a forma menos democrática de organização das forças armadas, pois criava um estado “feudal” de classes, com os oficiais acima do povo, destacados, e não necessariamente junto, misturado com a população. Ao contrário do que Bilac argumentava, Torres pensava ser extremamente nocivo ao país a combinação soldado-cidadão, porque fortaleceria politicamente demais o Exército, abrindo caminho para um possível golpe ou intervenção no governo. Torres foi um pensador social que também se preocupou com questões da unidade nacional e da organização social brasileira. Em seus escritos, tratou de combater os ideais socialistas e individualistas, entendendo-os como incompatíveis e inaplicáveis à realidade brasileira. Para obter-se uma melhoria real do país, deveria-se conhecer pontualmente a sociedade brasileira para que se pudesse elaborar mudanças radicais e eficazes para os problemas. Isto só seria possível com um grande estudo que levasse ao verdadeiro entendimento da realidade social, política e cultural, enquanto unidade nacional. Para as mudanças acontecerem, seria necessário um Estado forte, centralizado, que fosse preparado para conduzir todo o processo.

As duas formas de pensamento buscavam como o governo ideal um Estado centralizado e forte, deixando uma idéia de autoritarismo subentendida. Provável que nenhum desses homens fosse usar essa expressão, até porque todos diziam-se absolutamente democráticos. Em meados da Primeira República, pouco antes do início da década de 1920, a anti-democracia e a completa falta de liberdade eram representadas pelo governo comunista, que subiu ao poder na Rússia em 1917. Esse

exemplo deveria ser combatido e o “perigo vermelho” ganhou força com a fundação do Partido Comunista em 1922. A partir desse momento, os comunistas se tornaram uma ameaça real para os intelectuais, para unificação e o bem-estar do Brasil. Na Primeira República, parecia não haver a mínima contradição na busca por um Estado forte e a democracia. Para aqueles pensadores, ter um Estado centralizado que comandasse todos os aspectos do país era sinônimo de liberdade, que viria junto com civismo e cidadania. Mas nem sempre o civismo, que é caracterizado pelo amor à pátria e aos símbolos nacionais, pode ser considerado como cidadania, que corresponde mais aos direitos e deveres do cidadão, e a possibilidade de reivindicação ativa, aspecto esse não contemplado pelos republicanos históricos.

CASTRO indica que há na produção acadêmica sobre os militares no Brasil, duas visões básicas a respeito da importância da origem social para a compreensão do comportamento político e da visão de mundo dos militares. Uma privilegia a posição por eles ocupada na estrutura social, a partir da “classe”, “camada” ou do “estrato” de que seriam originários – o que os tornaria de alguma forma “representantes” desses grupos. Outra visão privilegia o peso da socialização profissional a que são submetidos os militares e a rede de interações sociais em que vivem. O autor compartilha desta segunda perspectiva teórica, e crê que a pergunta mais importante a respeito da origem social é como ela era percebida e representada pelos indivíduos, e de que modo isso afetava suas ações. No Brasil, a tendência de adoção de regras racionais e burocráticas de ascensão na carreira também diminuiu a atração que a carreira militar poderia exercer sobre membros da elite, já que reduzia as possibilidades de ascensão através de laços de parentesco ou de apadrinhamento político. O exército tornou-se, cada vez mais, uma instituição profissional “meritocrática”, aumentando a importância dos vínculos estabelecidos dentro da própria corporação e diminuindo o peso de fatores externos, como origem social e conexões de parentesco. Apenas o desenvolvimento desse processo é que permitiria, futuramente, a participação da instituição na política. Então, o exército no fim do Império, esquematicamente: adoção crescente de critérios burocráticos de promoção e do sistema de mérito, seus efeitos no sentido de abrir a carreira a pessoas não pertencentes à elite e, por fim, separação em relação à formação acadêmica (1995, pp. 27-29).

Assim, com a chegada da República, a instituição militar estava praticamente concluindo uma fase importantíssima da sua renovação das relações internas e externas. Uma nova ordem interna dentro dos quartéis refletiria uma nova postura perante a população civil, o que acarretaria em um novo tipo de imagem que essa população teria das idéias vigentes nas casernas que poderiam ser transpostas ao meio público.

O princípio organizador de todo esse drama social foi uma relação estruturalmente ambígua e conflituosa entre militares e civis. A profissionalização e a burocratização dos exércitos modernos levaram, através da relativa autonomização da instituição militar em relação à sociedade, ao surgimento de “questões” no relacionamento entre civis e militares. Elas estão presentes, em maior ou menor número e grau, na história de todos os países. Através de conflitos políticos e oposições simbólicas com os civis, a instituição militar de cada país desenvolveu um *ethos* específico, embora mantendo elementos comuns a todos os países. No Brasil, a proclamação da República foi um momento-chave desse processo: pela primeira vez na história brasileira, grupos de militares afirmaram publicamente e com força a existência de uma “classe militar” opondo-se ao governo. A questão da “honra”, tão acionada pelos militares, revela as contradições de status que eles acreditavam viver no Império: louvados em um plano por sua honra social específica – o sacrifício nos campos de batalha – discriminados e inferiorizados em outro – a vida normal, cotidiana – através de pouca importância atribuída pelo governo à instituição.

Em 1896, foi criada a Confederação Brasileira de Tiro como o primeiro passo para realmente aproximar os jovens de classe média e da classe alta do serviço militar. Algumas instituições foram inicialmente mantidas pelas prefeituras e sua finalidade era formar componentes para a defesa territorial, atividade mais de manutenção de pontos frágeis, em caso de conflito interno ou guerra. Apresentava as vantagens de não afastar os jovens das atividades escolares, não prejudicar a comunidade local, evitar o êxodo rural e ser uma solução econômica. Os jovens receberiam treinamento básico e de defesa territorial, que podia ocorrer nas primeiras horas da manhã, ou à tarde e nos sábados de manhã, numa tentativa de não interferir na eventual atividade profissional. Em alguns lugares, como em Curitiba, a criação das sociedades de tiro estava ligada à tradição da caça. Os primeiros locais de ensinamento de tiro na capital paranaense

foram criados por imigrantes e descendentes de alemães que caçavam e introduziram jovens nessa tradição, com uma instrução mais militarizada.

A iniciativa não teve muito sucesso, até que foi reativada por Hermes da Fonseca em 1906. No mesmo ano, além da lei do sorteio, Hermes organizou e realizou as manobras militares na forma de desfiles públicos, espetáculos inéditos para a população e que há muito não era visto no Exército. Como ministro da Guerra do então presidente da República Afonso Pena, Hermes da Fonseca deu um grande impulso à transformação do Exército: em 1908, tornou obrigatória a instrução militar, na forma de uma disciplina pertencente à grade curricular normal, dentro dos colégios que ofereciam ensino secundário. No ano seguinte, já existiam 50 sociedades de tiro organizadas no território nacional, com um total de 13.511 membros¹⁷. A partir de 1910, passou a ser obrigatória a apresentação da carteira de reservista aos candidatos a cargos públicos e a Confederação do Tiro de Guerra foi reorganizada sob controle do Exército, para absorver os alistados não incorporados.

Porém, a lei de 1908 não teve uma aplicação efetiva. Nem mesmo o fato do próprio Marechal Hermes, então ministro da Guerra, ocupar a presidência nos quatro anos seguintes garantiu seu sucesso. Foi necessária uma longa e intensa campanha, muito ajudada pelo advento da Primeira Guerra Mundial para que se conseguisse colocá-la em prática, porém, com algumas alterações. De acordo com SOUZA (2000), a Primeira Guerra não favoreceu a imagem dos Tiros, pelo contrário. A população começou a ver com maus olhos o fato de crianças carregarem armas e se assemelharem tanto ao exército, devido aos números e à proporção que a Guerra tomou ao longo dos cinco anos que durou. A partir de 1914, a prática militarizante que ganhou força foi o escotismo, que transparecia uma imagem muito melhor, “mais leve”, digamos assim, da concepção educacional que se propunha. Pela associação com a Guerra, os Batalhões perderam prestígio na segunda década do XX, enquanto os escoteiros ganhavam. Os Tiros só começaram a se reerguer a partir do começo da década de 1920 e o investimento neles foi crescente ao longo daquele período, tanto pelas escolas, quanto por veículos de mídia que os divulgavam aos seus leitores.

¹⁷ Relatório do Ministério da Guerra para 1909 e publicado em 1910, pp. 18-20. Números extraídos de CARVALHO, 2005, p. 23.

Buscou-se também ampliar a instrução militar através das escolas secundárias e superiores. Em 1926, já eram 226 as escolas com a instrução militar e havia 677 sociedades de tiro no Brasil. Como consequência quase inevitável de todo esse processo, a Guarda Nacional foi oficialmente extinta em 1918. Mesmo já tendo-se transformado em um instrumento de exclusivo uso político, sua extinção significava o fim da dualidade do serviço militar, um destinado às classes baixas, outro às classes altas. Significava também um ato de deixar enterrado no passado os resquícios dos tempos do império, já que a presença de um órgão militar criado pelo Imperador pressupunha uma ligação com o antigo regime. Dessa forma, a instituição militar teria a cara do regime republicano, sem cicatrizes. Com todas essas reformas, o Exército poderia contar com pessoas em grande número e supostamente qualificadas para as funções militares, assim como poderia e deveria modernizar e sistematizar todas as formas de treinamento, preparar reservas e promover a educação cívica, como desejaram Hermes, os Turcos e Bilac. Podia, principalmente, tentar diminuir o abismo que o separava da elite civil (CARVALHO, 2005, pp. 23-24).

O Exército teve tanto o número de praças como o de oficiais aumentado ao longo da República, crescendo o número de oficiais mais que proporcionalmente o número de praças, um claro reflexo de seu maior poder político. Além disso, não deixou de investir em uma aproximação com a população civil, seja pela presença física dos profissionais da instituição, seja pelos Tiros de Guerra, associados à educação. Mais do que divulgar a instituição militar em si, importava aliar os ideais militares a uma possível solução para os problemas do Brasil. Assim, as Forças Armadas poderiam ser reconhecidas como portadoras de valores necessários à população. As fontes que serão exploradas na sequência mostram como esses valores eram disseminados. Aqui, de forma destacada, busca-se esta comprovação na imprensa.

3.2 Os periódicos e as imagens da Militarização

Os periódicos da imprensa paranaense aqui utilizados para analisar o objeto oferecem visões e abordagens diferentes sobre o pensamento militarizante e a questão ao longo da década de 1920. Seja pela diferença entre os que escreviam em cada um deles, seja pelo público leitor ao qual atendiam, eles mostravam as questões do corpo, da nacionalidade e da militarização de uma forma diferente, embora não contraditória.

De maneira geral, o Diário da Tarde possuía um enfoque mais voltado para a questão educacional, dentro das escolas e seus reflexos na sociedade, e tratava mais abertamente da questão da nacionalidade como uma preocupação “de todos”. Por isso, publicava teses de médicos, engenheiros, professores, enfim, profissionais que escrevessem sobre o corpo, educação, desenvolvimento, relação entre o nacional e o estrangeiro, a pátria etc. Esses textos e teses podiam ser escritos exclusivamente para a publicação, podiam ser uma propaganda explícita de escolas ou também estudos elaborados para congressos que acabavam vinculados na mídia. Alguns também eram produzidos por intelectuais que constantemente tinham artigos publicados nas edições, como Raul Gomes. Em geral, quando esse tipo de artigo era publicado, era acompanhado pela assinatura do autor, o que não tornava necessariamente o jornal responsável direto pelos argumentos usados, embora implicitamente o mesmo concordasse com o que divulgava em suas páginas.

O Diário parecia ter uma preocupação maior com uma exposição de idéias, que vinculasse o presente ao futuro, buscando mostrar os problemas, mas também apontar soluções possíveis. Também deixava clara sua posição quanto aos temas levantados, comumente dando ênfase à questão do nacional, do patriótico, dos valores que deveriam ser passados aos jovens, da importância do desenvolvimento físico, moral, cívico e intelectual de cada cidadão. Buscava comparações com outros estados ou países para levantar pontos que julgava importantes serem divulgados. Por isso, parecia importar menos ao jornal detalhar desfiles ou comemorações cívicas, apesar de existirem reportagens sobre esses dias e sua importância.

A Gazeta do Povo abordava os mesmos temas de uma forma diferente. Apesar do tom a favor do nacional e do patriótico ser constante e muito próximo do Diário, esse periódico mostrava uma preferência por artigos mais gerais, não tão específicos como teses ou textos produzidos por intelectuais. Em geral suas reportagens eram anônimas, não interessando se tratavam de educação, política ou fatos internacionais. Raramente se viu na Gazeta uma preocupação com exposição de idéias que servissem como uma solução para alguns dos vários problemas do país que freqüentemente eram destacados

nas manchetes: por mais que uma edição inteira fosse destinada à política local, por exemplo, não se ofereciam soluções possíveis para resolver tudo o que estava errado¹⁸.

Nesse jornal, as reportagens que estavam relacionadas à educação, por exemplo, eram mais focadas no que era apresentado à população, digamos, na “aparência” do aparelho educacional da cidade – desfiles, prédios, apresentações, homenagens – do que na qualidade ou nas necessidades que professores e alunos tinham. Além disso, não se viu nenhuma discussão sobre propostas educacionais – formas de ensinar, o que era e porque era necessário transmitir aos alunos. Então, ao tratar da “imagem” que a educação já tinha, a Gazeta deixava de lado a preocupação intelectual que interessava ao Diário da Tarde, fazia uma opção diferente. Por isso, apesar de visível, a posição desse jornal normalmente ficava mais implícita, sendo demonstrada através de (muitos) elogios a tudo aquilo que consideravam bom/bem feito e críticas e desdém com atitudes, pessoas ou instituições que contrariavam o que havia sido elogiado. Quando o jornal fazia elogios, quem os ganhava tinha seu nome declarado, assim como os motivos da aprovação por parte dos que escreviam, mas isso não acontecia com as críticas. Quem as recebia não era diretamente apontado, mas sempre de uma forma a deixar claro o alvo, sem o nome propriamente dito. Assim, os criticados eram descritos por adjetivos como “os cétricos” ou “os invejosos”, ou referidos de maneira geral, como “membros do governo” ou “homens de renome”.

O que importa, a partir de agora, é discutir como as práticas da militarização eram expostas nos dois periódicos. Junto com isso, debater a relação entre os locais onde a educação era praticada e sua aproximação com a nacionalização da formação dos cidadãos e o treinamento do corpo jovem. Essa inserção por algumas matérias começa pelo Diário da Tarde e termina pela Gazeta.

A principal referência à questão do ensino era a sua ligação com a ideia de civilização. Um país educado estaria muito mais próximo da civilidade do que um que possuísse diversos conflitos internos resultante de um conglomerado de pessoas sem

¹⁸ Nesse sentido, de oferecer possíveis soluções aos problemas locais e nacionais, a única causa à qual aderiu o jornal, explicitamente, foi a que tratava do voto secreto. Do início até meados da década de 1920, a Gazeta fazia abertamente campanha contra o que chamava de oligarquias rurais e coronelismo que, segunda ela, eram absolutamente anti-democráticos por manipularem descaradamente as eleições e, por consequência, fazer com que o regime republicano não funcionasse como deveria. De acordo com o periódico, esse seria o principal fato que, naquele momento, tornava o republicanism uma caricatura no Brasil, sendo o voto secreto a única solução para recolocar a política nos trilhos certos.

instrução alguma. O analfabetismo seria uma das causas da incivilidade brasileira e, caso o país quisesse progredir, ser comparável aos países mais modernos, deveria extirpar esse mal da sua realidade. A educação do corpo era uma solução que parecia agradar aos intelectuais. Através dela, a mente e o espírito também desenvolveriam uma melhor postura, pessoal e social. Dessa forma a função do escotismo seria *educar para a vida, preparando a raça, primeiro factor da grandeza da nação. A nação precisa ter em suas características a mesma finalidade cívica como exige a identidade de crença e fé de seus filhos* (**Diário da Tarde**, 16 de agosto de 1927, ano 29, n. 9922 – matéria intitulada *Pelo Escotismo*). *Preparar a raça* tem uma conotação quase que de preparo militar, de fortalecimento, agilidade, destreza e vigor físico. Além disso, a formação cívica, de caráter e amor ao país, com valores que fixem a nacionalidade em cada indivíduo. Comparar o civismo com a fé foi um modo de destacar que as pessoas precisavam acreditar na nação, criar um sentimento de unidade, como o que se tem na religião, de que todos são irmãos. O exemplo para tratar do escotismo não poderia ser melhor do que o nome de Olavo Bilac, um dos fundadores da Liga Nacional e reconhecido em seu tempo como um dos maiores patriotas do país¹⁹:

Billac, o poeta sublime do nacionalismo, num alvoroço bemdicto de entusiasmo civico foi, em tempos, com sua sensibilidade artística, com sua intelligencia e com o seu patriotismo, o lançador de uma onda de renovação, de activação do sentimento nacional. Dentro das glorias que as musas lhe reservaram em baladas vertendo as lyricas sensações de um espirito evoluído, não esqueceu o poeta que, glorificado nas letras, só completaria esplendor, sacodindo a extensão immensa da Patria, com sua caminhada heroica, estimulando, vivendo o amor da Patria. E, assim, desenvolveu num viajar sereno pela extensão das serranias á amplidão dos descampados, a face do mesto pinheiral esguio ou nas dobras das cochilhas, das candigas aos pampas, o seu verbo incensado do mais puro e elevado civismo. No Rio Grande do Sul, ao terminar a extensão do Paiz, no altivo baluarte do Sul, proferiu Bilac uma sentença diante de uma parcella minima desse “gigante do porvir” que é a mocidade. Armava um jovem escoteiro e ao realizar o cerimonial, disse: “Armo-te escoteiro do Brasil, para a Honra, para a Virtude, para a Justiça e para a Bondade!” Nessas palavras, conttentes de elevação moral, Bilac synthetisara o codigo primeiro que se deva lançar ao coração neophyto pela grandeza da Patria.

Alcançar o desenvolvimento desse ideal, incarnado-o ás gerações a cada direcção estará o Brasil de amanhã sujeito, é o fundamento, o objectivo capital que visa o escoteirismo. Mas, sente-se de logo que a Honra, a Virtude, a Justiça e a Bondade são as qualidades que só um physico educado nas leis naturaes poderá espargir. E que só se tem a “meus ana incorpore sano”. Dahi a concomittancia que occorre da preparação physica dos escoteiros como base do aperfeiçoamento moral e cívico da especie. O escoteirismo busca por isso, no desenvolver o seu programma, a preparação physica como esteio da

¹⁹ A fonte analisada nesta página já foi utilizada anteriormente. No entanto, como a análise deste momento difere da que já foi feita, optou-se por explorá-la novamente.

preparação moral e intellectual que prega. Elle não espera de subito transformar vicios atavicos ou hereditarios; tende, todavia, dentro de um alto purismo crear uma unidade civica e moral no correr nos tempos. A sua função poder-se-á crer mesmo, obedece a regra de Emerson que “desejaria a educação physica, moral e intellectual da criança, começada 100 annos antes della nascer. Vê-se quão nobre é a sua finalidade, o que exige a sua propagação e o seu incremento.

Creal-o no Paraná, animando-o, é estar-se convicto do que urge acompanhar o sopro de entusiasmo que vae pelo Brasil, revigorando a fé nos altos destinos da Patria (**Diário da Tarde**, 16 de agosto de 1927, ano 29, n. 9922 – matéria intitulada *Pelo Escotismo*)

Interessante a idéia de que o escotismo faz parte de uma renovação do sentimento nacional, colocado no começo, ao referir-se à Bilac e no final, na forma de acreditar em um destino melhor que o Brasil possui. A noção do escotismo é extremamente próxima às noções do exército: armar, honrar, lutar por algo, enfim, a aproximação dos dois modelos de conduta transparece uma boa visão sobre o comportamento militar. Ao mesmo tempo em que o autor coloca escotismo e militarismo próximos, aponta também para virtude, justiça e bondade, como elementos inerentes a quem pratica suas doutrinas. Honra, virtude, bondade são características entendidas como cívicas, que deveriam ser passadas pelas escolas, assim como as noções de ordem e disciplina, altamente presentes no exército e no escotismo. Da preparação física viria, indissociavelmente, a moral e o civismo. Tem-se, novamente, a educação de corpo, mente e espírito.

Esses bons valores também não seriam passados rapidamente, mas a educação seria feita aos poucos, ou seja, a prática do escotismo deveria ser contínua. Além disso, além da noção de educação cívica como meio regenerador, há a idéia de que a criança é uma espécie de “tábua rasa”, que vai sendo moldada ao longo da vida. Logo, quanto antes começasse a colocar valores dentro da sua cabeça, melhor ela vai apreendê-los, melhor treinado ficará seu corpo e maior será seu apego à pátria. A importância de se educar crianças era a garantia de um futuro melhor, um concerto para um presente que desagradava. Para construir, então, a base do bom futuro, era necessário que se começasse a agir logo e em todo o território. Novamente tem-se a questão de pertencimento, quando se dirige o escotismo ao Brasil todo. No caso, todo o país precisa caminhar no mesmo passo, fazer os mesmos investimentos para que sua base – suas crianças – se desenvolvessem já melhor educadas.

O autor do texto acima, não identificado, aprofundou seus argumentos e elaborou uma tese que foi apresentada na Primeira Conferência Nacional de Educação ocorrida em Curitiba, no final de 1927. Para justificar a defesa da prática do escotismo, ele começa a embasar sua tese pela instrução primária brasileira:

Quem, de relance embora, penetra seus estudos sobre as necessidades nacionais em relação á preparação das creanças sente as falhas innominaveis que depreciam o merito de todos aquelles que até o presente vem collabroando para o engrandecimento patrio através essa preparação. No ensino primario que é feito pelos processos que cada Estado entende adoptar, seguindo methodisação diversa de um para outro, a educação primária, é na maioria delles, apenas a intellectual. Para alguns, já os programmas estabelecem determinados minutos para as instrucções civica, moral e physica.

Mas a instrucção civica simplifica-se, attingindo apenas o conhecimento dos hymnos, meramente decorados sem uma exposição succinta dos termos lexicos que fazem seus enredos, constituindo-os. O campo de aprendizagem nessa instrucção, fica limitado, não se conseguindo dar ás creanças a noção de alta finalidade civica que deveria comprehender a instrucção cuidadosa. A instrucção moral reside nas entrellinhas dos autores adoptados, ao criterio didactico de cada um delles, restando á creança a convicção que por si mesma venha adquirir. Essa aprendizagem não impressiona os reflexos pois faz-se ás pressas, papagaiando os textos. A instrucção physica, limitada sua pratica aos grandes centros, onde o aparelhamento e o pessoal para ensinal-a é facil obter , é inexistente pelo interior do Paiz. Observa-se que apenas nos grandes centros, sujeita mesmo a notavel precariedade de methodos e de resultados vae sendo essa instrucção processada, mais para fins recreativos do que propriamente educacionaes.

Pois bem, com todos os seus defeitos, não há, siquer uma face que a pudesse salvar, quanto a finalidade nacionalista que deveria ser esboçada. Processada ao prazer dos educadores de cada Estado, não há pontos de vistas comuns que a fizesse apreciar sob esse aspecto. Podemos mesmo accentuar que através sua pratica, realça-se o primeiro passo para a falta de unidade entre as creanças dos filhos do Brasil, mal ponderavel para a força da nacionalidade (**Diário da Tarde**, 23 de janeiro de 1928, ano 29, n. 10.058 – matéria intitulada *O que se pode esperar da educação escoteira para o progresso do Brasil*).

A crítica do autor à maneira como se fazia a educação no Brasil vai além das considerações sobre a falta de estrutura e número de escolas. A posição aqui corresponde aos anseios de uma época em que pensava-se que a educação, para ser boa, necessariamente deveria ser *completa*, ou seja, educar o físico, o mental e a alma dos indivíduos. Junto com isso, a troca do termo *educação* pelo *preparação* feita no texto, remete a uma necessidade de treinamento, de esforço, para conseguir chegar à finalidade do corpo são e do civismo, do engrandecimento nacional. A educação, então, adquiria uma função que extrapolava as boas maneiras e o bem pessoal e era pensada como algo coletivo. Por isso também a importância de práticas como desfiles de crianças, onde todo esse conjunto de valores era exposto na forma de uniformidade,

unidade e perfeição. Novamente tem-se a idéia central de um exército, treinando, insistindo, disciplinando o sujeito.

Se esta instrução dedica-se apenas a um dos três pilares, no caso reclamado pelo autor, à intelectualidade, ela acaba ficando superficial, simples demais. Se as crianças limitam-se a decorar os hinos, supõe-se que elas não entendem o real significado dos momentos cívicos que participam e acabam por não desenvolver o amor, o sentimento cívico que é o fim maior da educação. A crítica do autor é à maneira que a educação estava sendo conduzida, sem o devido compromisso que lhe era atribuído. Colocar exercícios físicos como recreação seria quase que acabar de vez com os princípios e finalidades que a educação deveria ter. O que se entendia por educação era um corpo em forma, resistente, robusto, forte. O problema estaria na estrutura que o país tinha quanto às escolas e a aplicação do que deveria ser ensinado, por isso, segundo o autor

não admirará a quem quer, que se affirme que a instrução essencial não existe no Brasil. Ella há de ser, por certo, aquella que possa fazer do homem um elemento activo da Nação. E não só com a alphabetisação se o terá, pois que, largados aos reconditos das caatingas, nos confins das campanhas, o individuo brasileiro, entregue a si mesmo pela falta de contacto com os grandes centros, como é certo que vive o grosso de nossa população rural, nenhum proveito tirará de sua alphabetisação. [...]

A instrução essencial para o individuo que há de passar sua vida na labuta pelo interior, há de requerer comtudo que outras subsidiarias lhe sejam ministradas. A essencial para o nosso caso de paiz novo, cujas necessidades primarias são as que dizem justamente em relação ao desenvolvimento das industrias extractivas e agricolas, ha de ser a que faça o lavrador – o homem que por principio deveriamos ter e de cuja posse ainda estamos afastados; que faça o artifice-carpinteiro, pedreiro, torneiro, etc. que deveria completar a função conquistadora que o primeiro esboça. [...] E o primeiro passo para conseguir-se o desenvolvimento da educação essencial ás creanças ruraes, as quaes receberão através as prelecções dos professores diplomados, os rudimentos para encetar na vida pratica, uma profissão que as torne elementos activos para o Paiz. Cumpre observar porem, que o ensino não deve ficar limitado ás noções theoricas, das prelecções em sala, sinão que deve ser tratado experimentalmente, nos campos de cultura. Está dado, comtudo, o primeiro passo.

Quando poderemos porém, contar pelo Brasil immenso, que essa seja a norma seguida – a de fazer-se do professor primario o elemento apto a activar nos homens de futuro o desenvolvimento das faculdades realizadoras. Só agora, tenta o professor Fernando de Azevedo, illustrado Director da Instrucção do Districto Federal dar ao ensino primario da Capital da Republica, a finalidade activa, pela criação de escolas prevocacionaes e vocacionaes. O projecto acha-se em discussão no Conselho Municipal do Districto, onde os legisladores por certo, lhe hão de reconhecer o caracter de seu alto valor, fazendo-o approvar. Elle acaba com os processos rotineiros em que temos vivido, fatigando o cerebro infantil sem lhe permitir o desenvolvimento de faculdades activas, para preparar as gerações futuras fortes na confiança de si mesmas. Mas, essa que encerra os termos de grande sabedoria, não irá tão cedo ser conhecido e experimentado pelos demais Estados do Brasil. Há de permanecer ainda por muito tempo, nos roçados,

nos campos de cultura, nas officinaes, etc. onde o elemento activo é o colono, os processos de exploração rotineiros e estacionarias (**Diário da Tarde**, 23 de janeiro de 1928, ano 29, n. 10.058 – matéria intitulada *O que se pode esperar da educação escoteira para o progresso do Brasil*).

O autor deixou de apontar o analfabetismo como uma das principais causas do atraso brasileiro justificando que a falta de livros, jornais e cartas tornava a alfabetização quase que desnecessária na realidade do interior do Brasil. Porém, aquelas pessoas deveriam ser úteis para o país e essa utilidade viria da sua produção laboral, pela força de trabalho. Para esses indivíduos, a educação deveria ser muito mais prática, técnica, o que poderia garantir-lhes o sustento e, indiretamente, combatia-se problemas sociais como desemprego, violência e mendicidade. Essa educação técnica, segundo o autor, transformaria todos em elementos ativos para o país, mas de forma alguma essa atividade seria na forma de cidadania, de participação política, de ganho de direitos democráticos, como se desejava até o início da década. A participação aqui seria como mão de obra, como construtores de um Brasil industrial, trabalhador.

A questão de utilidade que o escotismo forneceria ao jovem em relação ao seu país era o ponto fundamental para justificar a implantação deste nas escolas brasileiras. Ele seria justamente o que o ideal de educação buscava: a completa formação, do físico, do mental e da alma, o conjunto de fatores que formam o civismo. Do ponto de vista moral, os escoteiros seguiriam um código, estudado e compreendido pelos jovens, do qual teriam lições para a vida toda:

O primeiro artigo diz da Honra: “A palavra de um escoteiro é sagrada. Elle coloca a honra acima de tudo.” Por ahi, inicialmente passa-se a creança a saber que a maior virtude é a verdade [...]. Reside nessa regra a dependencia da honra para com o juizo recto, que dá a palavra sagrada, porque é veridica e vae no ensinamento, a base da moralidade.

Segue-se no segundo artigo do Codigo: “O escoteiro sabe obedecer. Comprehende que a disciplina é uma necessidade de interesse geral.” [...] A disciplina merece a consideração que é mister como força necessaria á harmonia, sem comtudo ser tida como resignação passiva.

Que “o escoteiro é um homem de iniciativa” diz o 3.º artigo. Por elle surge a convicção de que o homem equilibrado, são, deve ter um estado de vibração espiritual que o conduza a actividades realisadoras, para o bem pessoal ou collectivo, sem prejudicar o proximo.

O 4.º artigo resa que “o escoteiro aceita em todas as circunstancias, a responsabilidade de seus actos” , por isso que a sua preparação só há de permitir-lhe a pratica de bons actos [...].

“Leal e cortez para com todos, considerando todos os outros escoteiros como seus irmãos, sem distincção de classe social, generoso e valente, sempre prompto a auxiliar os fracos, mesmo com o perigo da propria vida [...] (idem).

O discurso aponta alguns elementos do código dos escoteiros (são doze ao todo), propaga-se a idéia de que esses ensinamentos dariam às crianças todas as noções educacionais que a pátria precisava para ter em seus cidadãos o retrato dos homens ideais: honra e compromisso com a verdade, obediência (aos pais, professores, guias, chefes, autoridades, etc. e a disciplina, fundamental para o aprendizado e para a harmonia e bom funcionamento da ordem. Ajudar ao próximo e ser responsável por seus atos (honestidade), como em fontes anteriores onde aparece a necessidade de se criar um modelo de educação que se aproxime do modelo da igreja de fé, amor ao próximo. Se esse discurso fosse entendido como plenamente aplicável o modelo escoteiro sem dúvida seria o ideal de educação para todo o povo brasileiro. Para a construção do bom caráter e da moralidade, o código demonstrava abranger todos os elementos desejáveis. Do ponto de vista físico,

aprendem os escoteiros a natação, a marcha a pé, nem cansaço, a vida ao ar livre, os jogos e competições desportivas, activando um enrijamento que lhes proporciona uma envergadura sadia. [...] A aprendizagem se faz progressiva, encadeada lojicamente, fazendo-se parelha sob qualquer aspecto. Nas provas de concurso para passagem de uma classe a outra, é o jovem escoteiro submettido a uma serie de trabalhos e de experimentações, em que se busca conhecer do equilibrio entre seus diversos conhecimentos para com sua preparação physica (idem).

A idéia da preparação física seria extremamente racionalizada, sem cometer abusos ou agressões ao corpo do escoteiro, assim como deveria ser a educação física nas escolas, visando a melhora do corpo, seu fortalecimento e aumento da sua agilidade. Mais do que isso, a melhora progressiva, aos poucos, que buscasse um equilíbrio entre o conhecimento e a aptidão física. Com esse acompanhamento, o intelecto também seria desenvolvido e, por esse processo, a criança tinha oportunidade de

paulatinamente, sem nenhum esforço excessivo, amestrar os cinco sentidos, a consciencia exacta, a personalidade caracterizada pela virtude Com passeios ou nos conselhos em sala, o chefe que deve ser exemplo de virtudes e ter os necessarios conhecimentos, dá-lhe as noções referentes a utilidade das plantas, as necessidades de hygiene individual e collectiva as regras para os bons processos de cultura, os processos racionaes de pesca, o aproveitamento do terreno, as condicções das boas estradas, o valor das madeiras, como se faz um levantamento do terreno, um esboço panoramico, as obrigações sociaes, etc. Em alguns centros de educação escoteira, ensina-se os conhecimentos dos cursos primarios. Vê-se assim, que sob o ponto de vista intellectual o escoteiro tem os delineamentos essenciaes para fazer-se o homem activo (idem).

Se no código escoteiro dizia que a obediência e a disciplina eram elementos fundamentais, aqui surge aquele que deveria ser o modelo de conduta, o chefe. Ele seria responsável pela organização do grupo, pelas noções de higiene e necessidades individuais e coletivas. A obediência aprendida dentro do escotismo deveria ser estendida à escola, à casa e às autoridades, uma educação que deveria ser permanente e útil para o mundo fora do escotismo. Dessa forma, aproxima-se do que FOUCAULT chama de *docilidade* dos indivíduos, ou seja, pessoas que foram educadas em um sistema que foi eficiente de tal forma que conformou as vontades daqueles sujeitos de modo a torná-los completamente submissos à determinadas vontades, sem questionamentos às ordens. O final de todas essas formações seria a virtude cívica, expressa pelo fato do escoteiro *conhecer sua bandeira, seus hymnos, suas datas gloriosas, seus heróis, sua extensão, sua organização política, suas instituições, etc. Com isso o menino crê no futuro de sua Patria, sentindo-a em sua grandeza e preparande-se como elemento activo para o corpo social* (idem).

Textos como esse que acabou de ser discutido davam o tom do Diário da tarde. Mas a preocupação com a formação dos jovens não deveria ser trabalhada apenas de uma determinada forma, como o escotismo, mas também poderia ser feita em um local apropriado, construído para uma formação diferenciada. Se a proposta do jornal era promover formas de educar, poderia promover também locais para educar. Provavelmente por isso, os donos se propuseram a fazer a propaganda da Escola de Aprendizes Marinheiros. A publicação deu-se devido a *uma carta solicitando-nos em nome do sr. commandante capitão tenente Frederico Soledade a nossa cooperação para a propaganda dos fins patrioticos do utilissimo estabelecimento que é a Escola de Aprendizes Marinheiros* (**Diário da Tarde**, 10 de janeiro de 1920, ano 22, n. 6.491 – matéria intitulada *Escola de Aprendizes Marinheiros: o que é essa útil instituição*). A primeira propaganda da escola vem no próprio anúncio da matéria, que já qualifica a instituição como útil e com fins patrióticos. A reportagem, na verdade, foi um texto produzido pelo 2º tenente Roberto Barrozo, professor da escola que estava em Curitiba, e publicado *afim de bem orientarmos os paes de familia, concorrendo desse modo para o fim em vista* [conhecer melhor a escola] (idem).

Os objetivos da escola são expostos logo no início do texto, assim como a sua utilidade:

As Escolas de Aprendizes Marinheiros, de accordo com a Constituição, formam uma parte dos viveiros da Armada. A sua utilidade é tão flagrante, tão inquestionavel, que basta o facto de lembrarmos a successão bi-annual de matriculas, com a ida das turmas para o Rio. Se não fôra a proveitosa permanencia dos menores nos estabelecimentos navaes, não chegariam as Escolas a preencher as suas vagas, numa continuidade sempre crescente.

E' obvio dizer-se que foram ellas creadas para o aproveitamento de menores cujas condições paternas não lhes permittam um largo futuro nas carreiras liberaes. Comtudo a Escola do Paraná apresenta casos de receber filhos de distinctas familias do Estado e de certa posição social. Isto dá-se devido as tendencias manifestadas, de seguirem a profissão de marinha que, parecendo rude e dolorosa para muitos não mais é do que um dos caminhos da vida onde tudo se póde alcançar com perseverança, disciplina e dedicação. Os que não vêm na existencia do marinheiro alguma coisa de aproveitavel são divididos em duas classes: – a dos desconhecedores do que seja ella e a dos que são refractarios aos salutareos principios de disciplina e consequente respeito á autoridade hierarchica.

Em poucas palavras desenharei sem floreios nem phantasias, o que seja a vida dos aprendizes marinheiros actualmente, sob a protecção da lei e o carinho constante dos seus educadores.

Começarei salientando o ideal extraordinario que formou a bella instituição, no intuito de livrar a Marinha de Guerra Nacional dos elementos duvidosos que constituiam o engajamento – tornando assim a escolha de pessoal de uma selecção absoluta, educando-o desde a infancia no ambiente a que terão de viver, aperfeiçoando-o na instrucção, facilitando-o na preferencia das especialidades, harmonizando, por assim dizer, o homem e o mar, encaminhando os menores á estrada do trabalho, do bem, do acatamento aos superiores, do cumprimento do dever, da observancia das leis e das ordens emanadas das autoridades competentes, numa diffusão brilhante de conhecimentos profissionaes e numa campanha persistente e gloriosa em beneficio da nossa marinha de guerra de passado tão faustoso e porvir que só nos poderá ufanar.

O principal das Escolas de Aprendizes é receber os menores, mesmo analphabetos, e ao tempo lhes ministrar a educação didactica, num curso de dois annos, formando a instrucção elemental, ir lapidando-lhes o character e os sentimentos incurtindo-lhe o amor á Patria, á Republica, tudo quanto possa concorrer para fazer-lhes brotar no coração o entusiasmo, o fervor e a veneração pelo paiz. Para isto ha palestras nas datas nacionaes e ha tambem ao içar e descer da Bandeira as continencias de pragmatica ao pavilhão nacional seguidas de cantos patrioticos e cívicos (idem).

A idéia da utilidade da instituição aparece em dois sentidos: útil para o país, que qualifica não só uma parte das suas Forças Armadas com número e qualidade de soldados, além de retirar os meninos das ruas, garantindo mais segurança às cidades e um futuro dedicado a um trabalho que será convertido em benefício da pátria; segundo, útil aos próprios meninos, que em geral são das camadas mais baixas e não teriam acesso à educação, leitura e matemática, principalmente, e, difficilmente conseguiriam alguma ascensão social ao longo de suas vidas. Dessa forma, a utilidade da escola dizia

resgatar crianças pobres e dar a elas uma boa perspectiva. Diretamente estaria influenciando assim o progresso do Brasil. As profissões liberais referidas pelo tenente eram aquelas que exigiam uma formação mais avançada, em cursos secundários ou superiores, como médicos, advogados e engenheiros, logo, destinados às poucas famílias que possuíam recursos para manter seus filhos na escola até a idade adulta.

A Escola de Aprendizes tinha, então, uma função social determinada e muito forte: colaborar diretamente na melhoria dos meninos pobres, transformando-os em trabalhadores úteis. Não há como saber porque o Paraná constituía uma exceção no quadro de alunos que, segundo o autor do texto, recebia filhos de famílias importantes. A justificativa no texto, de que a Marinha oferecia uma boa profissão pode ser vista como lógica, da mesma forma que era para os meninos pobres, mas não era algo comum naquela época essa interação social entre camadas ricas e pobres. Isso era visto nos colégios da capital, que tinham seus públicos muito bem definidos, mesmo quando eram instituições públicas de ensino. Talvez a melhor razão para que isso ocorresse fosse o fato da escola funcionar como uma correção para esses meninos ricos, caso não se dedicassem ao ensino normal, daí a contribuição dos marinheiros seria ensinar-lhes disciplina.

O autor buscou, de certa forma, desconstruir a imagem que o público podia ter das noções militares de disciplina e treinamento. No caso, a Marinha só seria um caminho rude para aqueles que não possuíam perseverança, disciplina e dedicação suficientes para viver dentro dos quartéis, escolas ou navios. De qualquer forma, o menino ou soldado que possuísse essas virtudes progrediria dentro da instituição e teria pela frente um grande caminho, pois só o despertar dessas noções já poderia ser um dos principais ensinamentos que se oferecia. Há a ênfase na disciplina e na hierarquia, mas quando se abordou esses dois pontos, o autor parece não se referir à necessidade de ambas apenas dentro da escola, mas sim no convívio em sociedade em geral. No caso, aqueles que não reconheciam o marinheiro como sujeito útil e ativo seriam contra essas noções. Isso poderia servir não só para os marinheiros, como para os membros do exército também. Ao longo da década de 20 a idéia que aliava o treinamento do corpo e a disciplina à noção de utilidade foi ganhando força e veio a ser incorporada na década seguinte pelo autoritarismo varguista. Durante todo o período Vargas, a concepção

militar estaria presente, não só no governo, como em demais instituições da vida pública.

Outro ponto que aparece nesse texto, assim como aparecia em outras reportagens do período, e parece mais uma tentativa de desconstrução do senso comum em relação à postura militar é a relação entre os superiores e os subordinados, ou melhor, entre professores e alunos. Evidencia-se na fonte que os alunos estariam sob proteção da lei e carinho dos seus educadores. Provável que essa parte do texto se dirigisse também aos pais interessados em matricular seus filhos na escola, como uma garantia de bons tratamentos, além do treinamento físico que os jovens teriam que passar. Se a imagem de uma instituição militar era de rigidez, talvez as pessoas aliassem a isso punições ou atitudes agressivas por parte dos superiores, o que não combinaria com uma escola, por isso enfatizar o bom relacionamento entre professores e alunos.

Esse tipo de discurso que mostrava uma boa relação dentro de instituições militares foi encontrado também em uma reportagem sobre o desfile cívico de 1927, quando houve uma homenagem no Tiro de Guerra Rio Branco pela despedida do instrutor, transferido para outra escola. Na cerimônia, *os atiradores da 1ª turma que era o que o sargento Ribeiro commandava, lhe fizeram oferta de um lindo presente, recordação sincera e immorredoura da amizade que lhes tributavam todos os seus commandados* (**Gazeta do povo**, 08 de setembro de 1927, ano 9, n. 2.538, p. 1 – matéria intitulada *O Sete de Setembro – as comemorações da data – Uma homenagem no TG 19*). Aos olhos do público, foi uma homenagem feita espontaneamente por parte dos alunos, como agradecimento pelos ensinamentos do professor, que *agradeceu a homenagem prestada, despedindo-se de seus atiradores, recebendo então numerosísimos abraços e votos de felicidade não só por parte dos atiradores da 1ª turma, como também por parte dos demais atiradores que muito o estimam*.

Da mesma forma que o Diário, a Gazeta apontava para a boa relação entre alunos e professores. Uma forma sutil de promover as instituições – nesse caso o Tiro, no Diário a Escola de Aprendizes – pois dentro dos textos essa é uma parte muito pequena, ao contrário de outros comentários e ênfases que são dados pelos autores. De qualquer forma, os leitores tinham exemplos de que era um bom ambiente e tudo que era necessário para vencer eram méritos próprios. A vida dos meninos dentro da escola foi retratada da seguinte forma:

O menor, ao ser matriculado fica depositado oito dias oficialmente, depois de serem legalizados os seus documentos e ser submetido a inspeção medica. Dahi começa o seu tirocinio cujo sucesso depende exclusivamente de seu adeantamento progressivo e seu comportamento. O actual commandante sr. capitão tenente Frederico Soledade é de um rigor indiscutível no que diz respeito ao trato aos aprendizes. Exige de todos o melhor contingente no esforço commum e ordena a maxima atençaõ e reiterada diligencia no conforto a que têm direito os menores.

A comida fornecida é optima e de primeira qualidade, sendo provada pelo official e até pelo proprio commandante. [...]

Elles tomam banho todas as manhãs, têm dias para tratamento e lavagem de roupa e quotidianamente encarregam-se do serviço geral da limpeza. Uma vez alistado percebe o aprendiz 35000 mensaes. Desta importancia é recolhido 10000 á Caixa Economica para formação do peculio de cada um e 25000 pagos no primeiro dia util de cada mez. Recebem, por semestre, adeantadamente, fardamentos de flanela, mescla e brim branco, roupa branca, sapatos e accessorios do fardamento, em maior prazo japona, colchão, cobertas, etc. A Escola dispõe de medico contractado, pharmacia bem sortida, sendo os medicamentos manipulados por um habil enfermeiro naval de 1ª classe e Enfermaria (idem).

O discurso, obviamente, se esforça para construir a melhor imagem possível da instituição. Nesse ponto, ao invés da ênfase no que os meninos devem fazer para evoluírem lá dentro – se esforçar ao máximo – o foco foi o que a escola oferece para que esse esforço torne-se possível. Em primeiro lugar, o cumprimento da lei e a inspeção médica, ligados à racionalidade, bastante promovidos na época. Uma necessidade de aprontar o ambiente e os menores da melhor forma possível. A inspeção médica mostra o cuidado com a condição física e também com a higiene, parte também da idéia de racionalização. Há também uma certa relação de troca entre a escola e os menores: no caso, se eles têm o direito ao acesso a todo o conforto oferecido, em troca devem doar seu esforço para obterem uma boa educação. O conforto é entendido como a quantidade e qualidade da comida, tomar banho e ter um ambiente limpo, com médicos e farmacêuticos, pecúlio e poupança²⁰.

Além da própria educação que garantiria um bom futuro aos meninos desamparados, o salário e a poupança apareciam como as primeiras rendas dessas crianças, que já começariam a ser recompensadas pelo seu esforço e ver a possibilidade de construção de uma nova realidade. Isso podia ser também uma forma de manter os meninos ligados à escola e evitar o abandono do ensino. Como a instituição era voltada

²⁰ Pecúlio era um pagamento mensal por uma atividade que não fosse trabalho braçal ou intelectual. Era pago normalmente em prisões, orfanatos e escolas governamentais, onde os estudantes morassem longe da família, como uma forma de sustento para eles. Com esse dinheiro compravam roupas, acessórios, enfim, coisas para o seu dia a dia.

também ao ensino técnico e oferecia a possibilidade de mudança para a capital federal depois de dois anos, os alunos já pareciam ganhar uma perspectiva desde que se matriculavam. Quanto às matérias que eram ministradas, foram listadas *as aulas de esgrima, gymnastica e natação, divididas no horario, aprendendo os aprendizes o manejo das armas, a gymnastica sueca, infantaria e natação*. A grande preocupação demonstrada pela lista é com a educação física, o que evidencia a preocupação com um corpo sadio e forte. Não se nota uma preocupação com o intelecto ou mesmo com a educação moral, apenas física. Talvez quando passassem para o segundo estágio, feito no Rio de Janeiro, fossem receber esse tipo de lição, mas não devia ser o caso aqui em Curitiba, onde

A Escola foi reorganizada em 1908. [...] Seria longo enumerar aqui o quanto aproveitam os menores na Escola – entram como simples aprendizes e podem chegar a capitão tenente Patreo Mor. Permanecem dois annos, no maximo e são depois transferidos para o Rio onde irão para a Escola de Grumetes especializando-se em artilharia, torpedos, radio-telegraphia, timoneiros, etc. A permanencia na Escola de Aprendizes varia segundo o tempo do menor conseguir a conclusão dos estudos que constituem o seu programma. E' realmente uma carreira solida e de valor para os menores que vivem confinados na incerteza de futuros quase sempre de desenganos, decepções e amarguras (idem).

Interessante observar que a escola passou por uma reorganização no ano de 1908, o mesmo ano da lei que tornava obrigatório o sorteio militar e instituiu a matéria de ensino militar pelas escolas secundárias de todo o país. Esse é um ponto importante para se perceber as investidas por parte do governo (militar) na educação como um projeto amplo, não apenas incluindo matéria na grade de aulas, mas dando um apoio maior a estabelecimentos que fossem modelos nesse tipo de educação militarizada, útil e cívica. Essa escola, que previa atuar principalmente entre a população pobre e oferecer a perspectiva de um bom futuro, era ligada diretamente à capital, já como garantia de bons frutos para o esforço dos meninos e também como símbolo de crescimento, ou seja, sair de uma cidade de médio porte – Curitiba – para a capital do país.

Esse tipo de texto publicado pelo Diário da Tarde fornece explicitamente o conjunto de ideias em voga na época que eram seguidas pelo jornal. Um caráter abertamente nacionalista e com apelo à uma educação considerada prática, útil. Da mesma forma, a outra matéria que tratava do escotismo colocava em discussão a educação moral dos jovens. O Diário costumava apoiar a causa nacionalista também

através de outros tipos de reportagens, que serão discutidas a seguir, dando ênfase à necessidade de bandeiras brasileiras nas escolas e nos materiais didáticos ou dando destaque à organização do 7 de setembro em colônias estrangeiras que ficavam na capital paranaense. Havia, ainda, as reportagens sobre as formaturas dos Tiros de Guerra e os juramentos dos reservistas. Estas matérias eram mais próximas às feitas pela Gazeta do Povo, que discutia educação através dos resultados que podiam ser mostrados ao público, como desfiles e homenagens.

A publicação de reportagens como a que se referiu à escola de Marinheiros demonstrava apenas um aspecto do que se imaginava ser uma boa educação naquele momento. Além de fornecer aos alunos uma rotina que lhes educasse o físico e o mental, também havia uma outra preocupação, manifestada em outra reportagem pelo exército:

O sr. Coronel Luiz Lobo, que, no commando do 9.º regimento de artilharia, tem sido um administrador criterioso e um verdadeiro tecnico de sua arma, acaba de revelar mais uma feição de seu esclarecido espirito de patriota, baixando, em Boletim n. 72 de 26 do passado, a seguinte ordem: “Educação civica dos sorteados e voluntarios

E’ do conhecimento dos Snsr. Officiaes d’este Regimento que a grande maioria dos sorteados e voluntarios aqui incomporado em contingentes annuaes vem de familias estrangeiras. Nos lares de que são oriundos, sua educação inicial se faz ouvindo as tradições patrioticas de um paiz que não é o seu, exprimindo suas idéas em lingua que não é nossa lançando a formação do seu espirito religioso sobre principios que não são os da maioria do povo brasileiro, e até seus costumes, por maior que seja o prazo que estejam seus paes a viver em nossa companhia – differem profundamente dos nossos, por qualidades especiaes de inadaptação.

Nossa mais alta missão, nossa mais patriotica finalidade em tempo de paz é fazer reservas, mas reservas boas, reservas ao mesmo passo aprimoradas no manejo de armas e consciente de seus deveres de patriotismo e de suas obrigações para com o Brasil. Da primeira parte, penso que temos conseguido magnificos resultados, mas soldados de que Patria? Precisamos fazer reservistas, mas reservistas brasileiros, e para isto é preciso antes do mais afervorar a educação civicas dos conscriptos e dos voluntarios, fazendo-os amar sua verdadeira Patria que é a nossa, infiltrando-lhes no espirito e no coração os sentimentos de brasilidade que lhes falta, e sem os quaes sua bravura, automatica apenas, não resistirá ao primeiro revéz nas luctas que empenharmos pela defesa do Brasil. Sei bem que isto não é tarefa que se realise em pouco tempo, mas por isto mesmo é preciso começal-a quanto antes (**Diário da Tarde**, 05 de abril de 1928, ano 29, n. 10.115 – matéria intitulada *A Educação Cívica dos Sorteados e Voluntários do 9º Regimento de Artilharia Montada*).

A publicação por parte do Diário de um texto deste caráter demonstra que o jornal se alinhava com o pensamento que via como uma necessidade de melhoria do

Brasil a educação de pobres e necessitados e também a nacionalização do estrangeiro. Indiretamente, o texto aponta para o problema que os imigrantes tornaram-se em um momento no qual o que era brasileiro deveria prevalecer, em todos os aspectos. Frisa-se que a reportagem foi feita, "às portas" da Revolução de 30, momento de forte radicalização da política nacional. No fim da década de 1920, os discursos de cronistas como Nestor Vitor e Rocha Pombo já não eram mais observados. De sinônimo de civilidade e educação, os estrangeiros passaram a ser retratados como diferentes, em um tom ambíguo, que demonstra preocupação no que se referia ao seu suposto amor pelo Brasil, mas busca não hostilizar a figura do imigrante. O coronel coloca como função do exército a educação patriótica dos meninos sorteados, mesmo que a longo prazo. A visibilidade conferida aos Tiros e aos Escoteiros podia ser, então, uma forma de mostrar que os jovens tinham uma educação inteiramente abrasileirada em uma cidade que tinha boa parte da sua população imigrante. Toda a imagem de civismo também poderia ser vista como uma contraposição ao estrangeiro²¹, ou melhor, ao ensino estrangeiro feito em escolas de imigrantes que existiam ao redor de Curitiba.

Esse tipo de reportagem não era comumente visto na Gazeta do Povo, que focava seus discursos em outras esferas e não parecia muito preocupada em discutir abertamente questões educacionais. Esse periódico deixava sua opinião mais subentendida do que o Diário. Este, por sua vez, demonstrava claramente o que os membros do seu corpo editorial pensavam. A questão nacional em relação aos imigrantes surgiu mais algumas vezes em reportagens, e o tom do periódico era bastante linear quanto a isso. Notou-se essa postura, só que mais indiretamente, ao relatarem uma comemoração da independência nacional em uma escola da Colônia Argelina, fundada pelos imigrantes franceses:

Revestiu-se de muito entusiasmo a comemoração da grande data nacional n'aquella Escola. A's 8 horas e meia já estavam os alumnos, trajados de branco, formados na sala de aula, que tem sua sede na aprazivel residencia da esforçada professora D. Julia do Amaral Di Lenna.

A sala estava artisticamente ornamentada com grande quantidade de flores naturaes, estando alçado em lugar de destaque o pavilhão nacional. Depois dos alumnos terem cantado com muita correcção os hymnos Nacional e da Independencia, a professora, alumnos e mais pessoas presentes fizeram

²¹ O texto prossegue com as determinações do coronel, que foram 12. Todas são referentes ao ensino do idioma dentro da caserna, assim como da história e geografia do Brasil. Além de insistir no ensino da língua portuguesa, houve a proibição de qualquer idioma estrangeiro nas casernas, assim como foi solicitada a compra de um aparelho cinematográfico para que fossem passados filmes sobre o Brasil, que mostrassem a cultura, os lugares e as conquistas militares.

preces para a paz do povo brasileiro e pelo progresso da Patria. [...] Ainda diversas alumnas recitaram algumas poesias adequadas ao memoravel dia. Depois foram distribuidos aos alumnos do terceiro anno 12 enveloppes fechados, que tinham sido enviados pelo Exmo. Sr. Dr. Lysimaco Ferreira da Costa, DD. Inspector Geral do Ensino. Os enveloppes continham elegantes cartões com uma pergunta expressiva sobre a Patria, que as creanças responderam de conformidade com as suas incipientes forças intellectuaes. Esses cartões foram recolhidos pela professora e fechados n'um envelope, em presença de todos, para serem remetidos á inspectoría. Terminou esta bella festa patriotica com a distribuição de doces aos alumnos e ás pessoas presentes, retirando-se os alumnos alegres e prasenteiros cantando a marcha da Independencia (**Diário da Tarde**, 13 de setembro de 1927, ano 29, n. 9.945 – matéria intitulada *O dia 7 de setembro na escola federal da colonia Argelina, a cargo da Professora D. Julia Di Lenna*).

Este tipo de reportagem, específica sobre uma localidade, não era ponto comum no Diário da Tarde. De maneira geral, seus textos davam conta do panorama geral da cidade, ou da educação. Colocar uma reportagem que destacava a colônia Argelina era algo interessante, que aponta na direção da nacionalização do ensino, novamente. A idéia central da matéria parece ser a afirmação de uma identidade nacional na colônia, desde o cantar dos hinos pátrios até a oração pelo progresso do Brasil. O tom não era de crítica ao ensino feito na colônia, ao contrário, é um discurso que indiretamente elogia o trabalho que estava sendo feito naquele local. A própria cena dos alunos responderem questões relativas à história brasileira confere ao ato um valor positivo, o que representava que ali era ensinado o conteúdo que ia ao encontro que se dizia correto.

O discurso que buscou retratar o feriado nacional na colônia Argelina pode ter sido colocado como um exemplo para outras localidades ou professores. Este texto vai ao encontro também, da ideia do coronel, de nacionalizar os estrangeiros, mesmo as duas tendo sido escritas em anos diferentes (1927 e 1928). De qualquer forma, os dois trazem a tona noções que apareciam muito fortes no final dos anos 20. Este tipo de noção que acabou conferindo toda a força ao movimento nacionalista da década seguinte, aumentando consideravelmente o prestígio de práticas como os Escoteiros e os Tiros de Guerra.

Quando o Diário publicou reportagem referente à uma formatura de reservistas do Ginásio Diocesano, esta foi bastante elogiosa, tanto no que diz respeito à cerimônia, quanto à utilidade da disciplina no âmbito escolar. O tom da propaganda do estabelecimento pode ter ganhado ênfase pela própria cerimônia montada para o ato de formatura, um evento do qual participaram diversas personalidades da vida política

curitibana, e os jornalistas foram convidados provavelmente com o propósito de divulgar tal acontecimento e dar ainda mais notoriedade à escola. Mais do que observar o lado da propaganda institucional, vale olhar com atenção o que foi registrado sobre os reservistas, dentro daquela situação:

O conceituado estabelecimento de ensino, gymnasio Diocesano, competentemente dirigido pelo padre Taddei, acaba de contribuir para a reserva do nosso exercito com uma turma de 29 reservistas, rapazes robustos e inteligentes que, hontem, na presença do sr. presidente do Estado, representante do sr. general commandante da circumscripção e outras autoridades revelaram o aproveitamento que receberam no adestramento das armas, aptos assim para defenderem a Patria quando necessário (**Diário da Tarde**, 22 de dezembro de 1922, ano 23, n. 7.885 – matéria intitulada *Gymnasio Diocesano – O juramento da bandeira pela 1ª turma de reservistas fornecida por este estabelecimento de instrução*).

A fonte indica que a instrução militar no Ginásio havia começado naquele mesmo ano de 1922, provavelmente junto com o início das aulas. Embora a reportagem não tenha utilizado essa nomenclatura, a militarização feita na escola era idêntica à prática dos Tiros de Guerra, ou Batalhões Escolares, já existentes pela cidade naquele ano. Nesse início de discurso, o que se pode entender sobre a instrução é que ela serve diretamente ao exército e, indiretamente, ao país, contribuindo para aumentar os reservistas. Dessa forma, poder-se-ia entender que o treinamento de jovens para exército estava diretamente ligado às escolas, vinculando a educação muito mais à conduta militar.

Embora o texto se refira diretamente à defesa da pátria, em caso de necessidade, essa foi a única referência à militarização encontrada nesse sentido. As demais retratam a prática como um ótimo meio para a formação de caráter e intelecto dos meninos, como elegância e educação, honestidade e outros valores considerados bons e que podiam ser encontrados na concepção militar. A idéia da educação completa, de corpo e intelecto, também foi abordada nessa reportagem, avaliando os rapazes como robustos e inteligentes. Nesse trecho, a fala se aproximou mais de outras reportagens sobre o tema, principalmente os da Gazeta do Povo quando se referia aos Tiros em desfiles cívicos.

Outro ponto que merece destaque nesse primeiro extrato da matéria é a presença do presidente do Estado e do representante do general responsável pela circunscrição. A presença do militar é algo que soa como lógico dentro dessa cerimônia, pois a disciplina era ensinada por um membro do exército destacado para a escola. Porém, o fato da

maior autoridade política ter sido chamada para a solenidade é interessante. Fica clara a grande proximidade entre governo, exército e clero e a formatura ter sido mostrada como um evento social, com a presença da imprensa e outras autoridades²², ajudava ainda mais a reforçar essa aproximação, que ganhou bastante força ao longo da década de 1920. A presença do presidente de Estado foi mais reforçada ainda durante a cerimônia:

Formados no pateo, depois de executado o hymno nacional pela banda da Força Militar do Estado, os guapos rapazes prestaram o juramento da bandeira, perante a comissão de officiaes do Exercito nomeada para tal fim. Terminada essa solemidade, os novos reservistas sob o commando do tenente Bley executaram bellas evoluções militares.

A seguir o capitão França Gomes convidou o sr. Presidente do Estado e D. João Braga para entregarem os titulos aos novos reservistas, o que foi feito individualmente, recebendo os novos reservistas, além do titulo, um aperto de mão do sr. Presidente do Estado e do sr. Bispo Diocesano (idem).

A representação das três esferas juntas – política, militar e religiosa – mostra uma cena de aliança entre as três. Embora políticos e militares muitas vezes fossem mostrados juntos, principalmente em eventos públicos e datas comemorativas nas quais aconteciam festejos populares, a presença da igreja não era uma constante. Nas fontes levantadas que tratam dessas ocasiões, membros do clero compareceram em pouco mais da metade desses eventos. Aqui, a própria cerimônia acontece em um estabelecimento de ordem religiosa, o Ginásio Diocesano.

Pela determinação da instrução militar nos colégios que possuíssem ensino secundário, a presença de oficiais era uma consequência lógica, mas o convite não só para o presidente do Estado, como para chefe da polícia e outras pessoas que exerciam cargos de destaque pode ser entendido como uma forma de propaganda da instituição – nesse caso reforçaria a imagem elitizada do colégio, o que era interessante aos que lá matriculavam seus filhos e, mais do que isso, de um local bem freqüentado pelos grupos influentes da sociedade. Essa representação coloca a própria formatura dos reservistas e a importância da prática em segundo plano, transformando-a em um evento social,

²² Segundo a fontes, além do presidente do Estado, também estavam presentes o dr. Albuquerque Maranhão, Chefe de Policia, D. João Braga, bispo diocesano, Prieto Martinez, Inspetor Geral do Ensino, tenente Alarico, representando o general comandante da circunscrição, capitão Euclides do Valle assistente da Presidência, tenente Alfredo Costa, ajudante de ordens do sr. Chefe de Policia, tenentes Tulio Paes Leme e Bley, lentes do estabelecimento e “outras pessoas gradas”.

próximo de eventos que ocorriam em outros locais, como sociedades e clubes pela cidade:

Depois de pequeno intervalo foi servido laudo almoço, ocupando os lugares de honra da mesa o sr. dr. Munhoz da Rocha, presidente do Estado, que foi ladeado pelos srs. dr. Albuquerque Maranhão, chefe de Policia e D. João Braga, Bispo Diocesano, padre Taddei, director do gymnasio, tenente Alarico, representante do sr. general commandante de circumscripção. Os outros lugares foram ocupados pelos demais convidados e corpo docente do estabelecimento. O almoço obedeceu o bem organizado “menu”, sendo regado com deliciosos vinhos. Passaram das 14 horas quando terminou o agradável agape, passando os convidados para as outras salas do confortavel estabelecimento, onde foram servidos café e charutos.

Os srs. padre Taddei, director do estabelecimento e Padre Antonio de Souza, foram de extrema fidalguia para com todos os presentes colimando-os de gentilezas e distincção. A’ hora 15 terminou a grata festividade, com a retirada do sr. presidente do Estado e demais pessoas, terminando assim, sob o mais completo entusiasmo aquella festa homenageativa dos jovens patricios que vieram aumentar a reserva do nosso exercito (idem).

Se no início da reportagem o foco era a formatura do Tiro, com ênfase na postura dos meninos e no suposto reforço que o exército nacional recebia naquele momento, além da fala que apontava a instituição como conceituada, no fim do texto a escrita foi direcionada completamente para as pessoas que freqüentaram a formatura. Daí algumas deduções são possíveis: a formatura do Tiro de Guerra acabou servindo como pretexto para uma propaganda, não da prática, mas da instituição na qual foi feita. Nesse caso, ao que parece, o fato de existirem novos reservistas não era visto como realmente fundamental nem para o exército, nem para a sociedade e nem como ação educadora dos meninos; a instituição, o Ginásio Diocesano, utilizou a imprensa e uma prática que era bem aceita pela sociedade para divulgar sua própria imagem, destacando quais personalidades foram convidadas para a cerimônia, evidenciado a rede de contatos que o colégio tinha e passar uma ideia de que era freqüentado por pessoas de destaque na política; junto a isso, a imagem de ordem e bom tratamento que o Ginásio tinha condições de oferecer aos que nele estudariam. Nesse caso, o Tiro de Guerra seria também uma propaganda, mas em segundo plano, como um dos elementos educacionais oferecidos pela instituição.

Entretanto, nem todas as reportagens sofriam esse “desvio” sobre a utilidade dos Tiros, e acabavam retratando uma grande cerimônia social na formatura dos mesmos. No ano seguinte, 1923, a turma que se formou pelo Ginásio Paranaense também foi reportada pelo jornal, mas em um tom diferente:

Hontem os alumnos do Externato e do Internato do Gymnasio Paranaense prestaram exames de reservistas do Exercito, após a instrução ministrada pelo 1.º sargento Sydney Hygino de Oliveira durante todo anno lectivo. A commissão examinadora compunha-se do capitão Enoah de Lima, 1º tenente Telmo Antonio Borba e do 2º tenente Admar Cruz, achando-se presente o capitão França Gomes, digno e zeloso inspector do Tiro de Guerra da 5º Região Militar.

A illustre comissão examinadora bem cumpriu o seu dever, exigindo provas fortes e demoradas de todos os seguintes alumnos que foram submettidos a exames: [...], sendo todos aprovados.

Esses jovens estudantes que opportunamente receberão a carteira de reservistas do Exercito Nacional, estão aparelhados para desempenhar com valor a sua missão militar a que estão sujeitos todos os jovens brasileiros que tiverem capacidade physica e moral. No proximo anno a instrução militar nos estabelecimentos de ensino desta capital será mais apurada, em virtude da intervenção do distincto inspector do Tiro de Guerra acima referido, o capitão Gomes, que é um militar idoneo e muito cumpridor de seus deveres (**Diário da Tarde**, 27 de dezembro de 1923, ano 24, n. 7.696 – matéria intitulada *Exames de reservistas*).

Ao contrário da imagem de festa e confraternização entre alunos, professores e repórteres que a matéria do ano anterior passava aos leitores, este texto pareceu querer transmitir a ideia de seriedade quanto ao exame e, principalmente, a aprovação dos alunos. Diretamente, também, esta seriedade seria vinculada à própria prática da instrução militar realizada naquele estabelecimento. Nenhuma menção sobre almoço ou fotografias, restringindo-se a contar sobre os exercícios que os meninos tiveram que efetuar para conseguirem ser aprovados. Este ambiente sério que foi montado na reportagem parece ser bem proposital, ao começar pela lista da banca examinadora, composta por membros do exército e pelo inspetor do Tiro de Guerra da 5ª região militar²³. Isso demonstraria a real aproximação/preocupação do exército com a qualidade desse ensino, especificamente. O fato dos meninos serem avaliados por militares também aponta para uma real intervenção militar na educação, o que poderia ser visto como um ponto positivo naquele momento, pois a concepção de civismo e disciplina sempre eram destacados como necessários a uma boa educação para qualquer jovem.

Quanto ao exame propriamente dito, ou o que se disse sobre ele, foi destacada a questão física dos alunos, que foram capazes de cumprir “provas fortes e demoradas”, mostrando o bom condicionamento e a força desenvolvida pelos garotos ao longo do

²³ Interessante apontar esse cargo, relacionado especificamente ao Tiro de Guerra. Em nada tinha a ver com a Inspeção de Ensino do Estado do Paraná, sendo, provavelmente, subordinado ao Exército. Talvez esta inspeção tenha sido criada para regular/acompanhar as práticas militares dentro das escolas, encaminhar professores e acompanhar o resultado dos que se formavam.

ano. Em comum com a fonte anterior há uma suposta preocupação com a guerra, ou questão militar, como foi chamada, ou ainda, com a defesa da pátria. Se a ideia de “defesa” for vista como um duplo sentido, pode-se entender defesa contra invasores, em caso de guerra mesmo, ou defesa contra algo que vá de encontro à questão nacional – como por exemplo, a cultura estrangeira. Lembrando que o Tiro e, pelo que percebe-se indiretamente na fonte, o exército, era freqüentado por rapazes/homens que tinham não só grande capacidade física, mas moral também. Logo, estariam aptos a defender, literal ou simbolicamente, a pátria de qualquer perigo.

O último aspecto desta fonte pode ser visto como uma lacuna, que merece ser pensada: por que havia a necessidade da instrução militar tornar-se mais apurada no ano seguinte? De acordo com quem escreveu a reportagem, seria pela intervenção do inspetor do Tiro de Guerra, que provavelmente acompanharia de maneira mais contínua os exercícios ou seria responsável direto pela instrução – não se pode concluir ao certo, pois o texto não deixa claro. De qualquer forma, é possível pensar que a instrução militar não tenha sido aplicada como deveria naquele ano de 1923, ou por causa do instrutor – que poderia estar em um momento de transferência – ou pelos alunos – que poderiam ter tido alguma forma de resistência à prática, não demonstradas na fonte. Talvez por isso os testes do exame final tenham sido rigorosos como foi dito, teriam sido uma demonstração de que a instrução foi sim bem trabalhada ao longo do ano letivo que terminara. Qualquer que tenha sido o objetivo, esta fonte passou a imagem mais comum que era associada aos Tiros, de boa forma física e boa conduta moral, retratando uma boa educação e seriedade por parte da instituição que o instruiu. Esse tom era bem mais próximo do que era dado aos desfiles, em vez do que foi tratado na reportagem anterior, na qual a formatura mais pareceu uma ocasião de solenidade social do que a concessão de um título aos meninos.

Além desse tipo de reportagem tratado acima, ao longo do período pesquisado não é difícil notar a presença, assim como os constantes elogios, dos desfiles dos Tiros na cidade, em especial o Tiro Rio Branco. Também é interessante observar a enorme empolgação que os jornais buscavam passar aos leitores sobre os momentos cívicos, especialmente até o ano de 1922, quando ocorreram diversas festividades relativas ao centenário da independência nacional. Na pesquisa, observou-se que a grande data para o Brasil era a independência e não a República. Enquanto a primeira era motivo de

orgulho e comemorações, a segunda era mostrada quase como motivo de vergonha, sempre relacionando a data ao momento presente da matéria, amplamente contestado e criticado²⁴.

Além da grande propaganda feita dos Tiros de Guerra e Escoteiros que desfilavam, também é comum encontrar notícias sobre festividades que aconteciam nos colégios ou nos quartéis, mostrados como grandes eventos sociais, muitas vezes com presença de autoridades.

Como fora anunciado, realizou-se, ante-hontem, no edifício do Seminário, no Batel, uma expressiva festa escolar, em que tomaram parte os alumnos desse modelar estabelecimento de instrução. Ao pateo do edifício achava-se estendido, em formatura, o garboso batalhão do Seminário.

A's 17 horas teve inicio o festival com a execução do Hymno da Academia pela orchestra sob direcção do maesro Léo Kesller, que foi cantado por um grupo de alumnos. [...]

Era immenso o numero de pessoas que enchiam literalmente o amplo salão, notando-se ali a presença do dr. Caetano Munhoz da Rocha, vice-presidente do Estado, dr. Candido Natividade, Inspector Escolar, representantes do clero, várias autoridades e distinctissimas senhoras, senhoritas e cavalheiros de nosso meio social..(**Gazeta do Povo**, 02 de setembro de 1919, ano 1, n. 180 – matéria intitulada *Festa Escolar no Seminário Episcopal*).

A festa referida na reportagem aconteceu como uma espécie de prévia para as comemorações do dia da Independência do Brasil. Até 1922 era comum esse tipo de prática. As reportagens sobre as comemorações da data começavam dias antes e alguns estabelecimentos comerciais, clubes e instituições de ensino promoviam confraternizações antes do “grande dia”. Algumas escolas que possuíam Tiros de Guerra ou Escotismo desfilavam pelas ruas, ensaiando para as comemorações populares. Na fonte acima, a presença do Batalhão colabora para reforçar a imagem patriota da festa, junto com o destaque dado à execução do hino nacional. Tem-se na reportagem o apontamento para uma festa privada. Esse tipo de destaque ajuda a pensar a militarização como uma prática de elites. Se os próprios locais onde era ensinada eram estabelecimentos de ensino secundário – que por si já eram absolutamente seletos em relação ao seu público e destinados às camadas mais abastadas da cidade – pelo menos aqui em Curitiba não se notou a colocação nem dos Tiros de Guerra nem do Escotismo

²⁴ Em vários momentos acontecerem críticas dos jornais ao modelo liberal e, principalmente, à forma como a política era conduzida no Brasil. Nesse ponto, os apontamentos eram em relação à falta de seriedade dos políticos e à supremacia de oligarquias rurais como detentoras de grande poder, o que, de acordo com os periódicos, contrariava a própria noção de República que se desejava.

como uma busca por melhoria da educação popular. Na prática, aconteciam em instituições elitistas e o discurso sobre a melhoria na educação (atingindo corpo e mente) e civilidade ficava restrito às pessoas supostamente já educadas e civilizadas.

Entretanto, o fato de um estabelecimento possuir o ensino militar nem sempre queria dizer que a prática receberia grande destaque nas propagandas. Como exemplo, tem-se dois anúncios de matrículas em colégios da capital. O primeiro é do Ginásio Paranaense:

O conceituado estabelecimento de ensino que é o INTERNATO DO GYMNASIO PARANAENSE, de acordo com o Regulamento do collegio D. Pedro II, da Capital Federal, ao qual está oficialmente equiparado abrirá as suas aulas no dia 1º de Abril.

A matrícula para os diferentes cursos – a qual deve ser renovada cada anno, mediante prévio requerimento – está aberta até 15 de Março. Os requerimentos, tanto para os exames de admissão, como para os de segunda época deverão ser apresentados na Secretaria deste INTERNATO até o dia 28 de fevereiro. Dispondo o INTERNATO de um curso annexo que habilita os alumnos para o exame de admissão ao curso gymnasial, aceita os mesmos no estabelecimento a partir do dia 22 de Fevereiro, como tambem os alumnos matriculados em 1927 que tenham algum exame a repetir em segunda epoca. Leva-se ao conhecimento dos Srs. Paes que os alumnos deste INTERNATO com mais de 15 annos de idade deverão frequentar a Escola de Instrucção Militar para obter a caderneta de reservista (**Diário da tarde**, 24 de fevereiro de 1928, ano XXXIX, n. 10.080 – matéria intitulada *Internato do Gymnasio Paranaense*).

Esse tipo de anúncio acabava por deixar uma dúvida em relação à aplicação do ensino militar dentro do estabelecimento. A disciplina não foi colocada, pelos que escreveram, como portadora de possíveis vantagens para os meninos ou para a educação nacional, de forma mais ampla. Ao contrário, foi descrita como uma obrigação aos que eram maiores do que determinada idade. Pode-se entender que a recompensa por frequentar as aulas seria a obtenção da caderneta de reservista, apenas. Se esta interpretação estiver certa, pode implicar na diferença entre o que se teorizava e se difundia (na imprensa) a respeito da prática e o que realmente se pensava e como se postava aos alunos. Se fosse vista por todos como algo indesejado, isto poderia ser por várias razões: uma aula no contraturno, elaborando movimentos militares que só seriam realmente utilizados caso algum daqueles jovens fosse seguir carreira no exército, ou em algumas datas em que teriam que desfilar pela cidade com uma grande multidão observando. O fato de, ao fim do ensino ginásial o menino receber a carteira de reservista seria uma forma de dispensa da apresentação ou do sorteio do serviço militar.

Isso já reduziria o número de alistados, embora – pelo menos na teoria – os garotos já estivessem contando como recrutas do exército, só não estariam em exercício (estariam na reserva).

Por outro lado, podemos observar que o ensino militar foi a única prática do colégio destacada na propaganda. Pode-se pensar, ao contrário do raciocínio anterior, que isso conferia a ela um status diferenciado. Dentro de toda a promoção feita da instituição, como dizer que era equiparado ao Dom Pedro II, o enfoque para a instrução militar foi apontado, o que poderia representar um “algo a mais” na educação que o colégio oferecia aos seus alunos, ou uma forma de assinalar a aplicação do Tiro. Pela própria visibilidade que os desfiles e os Batalhões ganhavam na mídia, é mais fácil imaginar que esta hipótese esteja mais próxima do que realmente acontecia. Se a propaganda feita no jornal visava angariar mais alunos e o jornal manifestava-se abertamente a favor da militarização e, indiretamente, da escola, parece pouco provável que o anúncio fosse contrário ao que se difundia na imprensa e entre os intelectuais. Essa forma de propaganda podia ser considerada normal para a época, pois um texto bastante semelhante foi encontrado, de outro estabelecimento:

Entre outros estabelecimentos de ensino existentes nesta Capital, destaca-se o Lyceu “Rio Branco”, fundado no anno de 1926, e já gozando assim das vantagens que são concedidas aos institutos officiaes. O alumno que fizer os seus exames Lyceu “Rio Branco”, fica habilitado a entrar para qualquer Faculdade, seja de Direito, Medicina ou Engenharia.

Está installado em o palace te sito a Travessa Marumby n° 67 e 69, com compartimentos amplos e sufficientemente arejados, dispondo de competente corpo docente que dirigem com verdadeira dedicação e sapiência os referidos cursos. O director tem a honra de convidar os interessados a visitar o estabelecimento onde encontrarão para seus filhos ou correspondidos, optima instrucção, uma alimentação de primeira qualidade, Gymnastica Suecca, Instrucção Militar e grande hygiene em todo edificio. Possui o Lyceu “Rio Branco” a escola de Tiro de Guerra N° 229 (**Diário da Tarde**, 27 de janeiro de 1928, ano 39, n. 10.062 – matéria intitulada Lyceu Rio Branco. Anúncio assinado pelo diretor do estabelecimento, Olynpio de Almeida).

Esta propaganda, o Rio Branco, parece ser mais dedicada a mostrar a escola e o que ela oferecia de melhor aos alunos – localização central, professores dedicados, por exemplo. Ao contrário do anúncio do Ginásio, a instrução militar aqui apareceu acompanhada de outra prática, a ginástica sueca. Ambas tinham princípios próximos no que se referia ao cuidado com o corpo e até mesmo o desenvolvimento deste. Também ambas eram utilizadas em festas públicas por transmitirem facilmente uma imagem de

ordem, disciplina e educação, embora tivessem discursos legitimadores diferentes e a ginástica fossem ensinada a bem mais tempo em Curitiba do que as práticas militarizantes. No caso do Rio Branco, o diretor – e autor do texto – pareceu apontar para a educação corporal como o diferencial do colégio, embora tenha falado sobre outros aspectos da instituição. O próprio fato do texto não citar que os meninos ganhavam a carteira de reservista já pode evidenciar que o foco, a preocupação da instituição não era apenas garantir essa comodidade aos jovens.

Aqui também, a educação do corpo parece ligada a alguns aspectos considerados modernos do ensino na época, como a preocupação com a higiene, amplitude e arejamento das salas, o que indiretamente mostra um espaço novo, recém construído e um acompanhamento do discurso higienista do período.

A última observação quanto ao Tiro, é seu número de identificação, 229. Era por esses números que a maioria dos batalhões era identificado na maioria das reportagens. Somente em raros casos eram identificados pelos nomes, o que nesse caso corresponderia a “Tiro do Liceu Rio Branco”. Raros, mas aconteciam. A única exceção para essa regra era o Tiro Rio Branco – que só possuía o nome em comum com essa instituição de ensino. Este tinha o código 19 e comumente era anunciado no meio de textos com distinção em relação aos demais. Era normal que a Gazeta, por exemplo, se referisse a todos que estavam em eventos como os Tiros 321, 372, 388, 229 e 19, o Rio Branco. Como já dito, não se sabe o motivo de tal distinção, assim como não se sabe se os leitores da Gazeta possuíam meios de identificar as escolas e sociedades às quais se referiam as matérias. Nas edições pesquisadas não foi encontrada nenhuma espécie de legenda ou algo que indicasse exatamente os nomes dos batalhões. Essas referências por números não aconteciam apenas quando se tratava de desfiles, mas em reportagens cotidianas:

PALMEIRA, 10 – seguiu ontem para Mandaçaia o Tiro 343, desta cidade, onde foi fazer exercícios de combate, sob as ordens do respectivo instructor, sargento Luiz Nogueira de Castro.

O percurso desta cidade a Mandaçaia, n’um total de 20 kilometros, foi feito em optima marcha pelos rapazes do Tiro. Hoje os atiradores desde cedo se prepararam para os exercícios de guerra. Todos estavam bem dispostos e gozando boa saúde.

Merece elogios o excellente estado da tropa, demonstrando assim que os rapazes se acham em optima forma, graças ao esforço do seu instructor (**Gazeta do povo**, 15 de novembro de 1928, ano X, n. 3089, p. 3 – matéria intitulada *Tiro de Guerra 343 está acampado*).

A ideia que o discurso busca transmitir é de excelente condição física dos garotos, junto com a boa saúde. Essa é uma das matérias na qual o Tiro é associado diretamente à guerra, ou aos exercícios necessários em um confronto armado. Embora o próprio nome da prática já indicasse, nos discursos, de forma geral, a elegância e a condição física dos meninos, assim como suas habilidades em marcha ganhavam mais destaque do que treinamentos que visassem efetivamente um conflito.

De qualquer forma, nessa reportagem, por mais que se elabore uma imagem ótima da condição física e dos exercícios que eram praticados pelos meninos, não havia como o leitor saber exatamente de qual Tiro se tratava a reportagem, a não ser que este soubesse os códigos de memória. Este fato poderia tornar esse tipo de reportagem um pouco ilógica, pois o jornal estaria publicando uma notícia que seu público não teria condições de compreender inteiramente. De qualquer forma, é possível também pensar na possibilidade dos códigos dos Tiros serem conhecidos pelos leitores, ou estarem dados em alguma seção do jornal que não se teve acesso.

Apesar das falas que dizem respeito à educação do corpo e da mente, em especial a educação masculina, havia em Curitiba uma instituição aparentemente desligada de qualquer instituição de ensino e apenas vinculado ao Exército: o Tiro Rio Branco.

Embora não fosse referido como uma escola e sim uma caserna, os meninos que freqüentavam o Tiro recebiam aulas de educação física e treinamento militar. Em segundo plano, indiretamente, vinha a educação da postura, que concedia “garbo e elegância” aos rapazes, que eram sempre motivos de destaque nos discursos sobre suas aparições. Por último, ainda teve-se notícias sobre competições de tiro ao alvo contra outros Tiros, de cidades diferentes. Algumas dessas competições foram realizadas fora daqui, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Não se tem conhecimento sobre a data exata da criação do Tiro Rio Branco, mas de acordo com SEGA (2001), este foi criado por João Gualberto, figura importante de Curitiba, militar que perdeu a vida em 1912, na Guerra do Contestado. Ainda de acordo com o autor, o prestígio de João Gualberto junto à sociedade curitibana foi muito elevado depois da atitude de criação do Tiro.

Acabou morrendo quando estava “no auge” desse prestígio e seu funeral foi um evento que mobilizou a cidade inteira.

Pela data da morte de seu fundador, 1912, sabe-se que o Tiro Rio Branco fora fundado, no máximo, no início da segunda década do século XX²⁵. Comumente, esta instituição ganhava destaque em meio a tantas outras nos discursos da *Gazeta do Povo*, como se fosse a “menina dos olhos” do jornal, sempre merecedor de elogios. O periódico, entretanto, nunca revelou um motivo especial para essa cobertura diferenciada que dava ao Tiro Rio Branco – que tinha como código o número 19, referenciado dessa maneira em algumas reportagens. Em 1919, dizia a *Gazeta*:

Essa patriótica associação que é por jus o título uma glória do Paraná, felizmente vai se animando, deixando-se infiltrar de uma alma nova, para reconquistar o brilho que tinha e que fazia os invejosos morder os lábios. Assim é que no próximo domingo, 9 do corrente, haverá às 10 horas formatura geral, devendo todos os atiradores e reservistas estar a essa hora na caserna da briosa associação cívico-militar. Breve, pois, a nossa garbosa mocidade desfilará pelas nossas ruas, a mostrar que em nossa terra o civismo, às vezes arrefece, mas não morre (***Gazeta do Povo***, 30 de abril de 1919, ano 1, n. 73, p.2 – matéria intitulada *Tiro Rio Branco*).

O que chama a atenção na breve notícia, além da propaganda do Tiro, é a menção ao civismo paranaense - “Arrefece, mas não morre”. No caso, o que envolve o Tiro seria uma manutenção, ou a possibilidade de reanimação de algo que havia de bom no passado e estava obsoleto no presente da reportagem, o civismo. O pensamento patriótico, às vésperas da década de 1920 voltava à ordem do dia ou, melhor ainda, ganhava cada vez mais força nos veículos de comunicação, nas falas e escritos dos intelectuais e na própria mentalidade da população, que aos poucos começava a comprar a ideia que dava total ênfase à questão do nacional, do brasileiro. Não era coincidência o fato da grande divulgação das práticas militarizantes, que se associavam diretamente a esse pensamento, dando a ele uma imagem real, prática, sólida. Assistir a um desfile desses era como observar de perto um ótimo exemplo de educação, civismo, patriotismo, enfim, o Tiro representava, sob esse ponto de vista, o modelo idealizado de cidadãos, mesmo que seus componentes fossem jovens ainda em formação. Então, para

²⁵ De acordo com o site da Polícia Militar do Paraná, João Gualberto fundou, em 1908, o Tiro de Guerra do Ahú e a Associação Cívica 7 de setembro. Foi eleito presidente do Tiro Rio Branco em 1909. O site, entretanto, não explica se os dois Tiros eram a mesma instituição que mudou de nome ou se João Gualberto trocou um pelo outro. Este foi o único veículo que forneceu uma data exata de criação para o Tiro (<http://www.pmpr.pr.gov.br/pmpr/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=81>)

o jornal, associar o Tiro ao civismo era uma maneira muito eficaz de chamar a atenção tanto para a prática em si, como para sua representação, absolutamente valorizada na matéria.

Um pouco complicado entender exatamente o que o jornal tomava como atitudes cívicas e patrióticas quando se referia à população, de modo geral. No caso, é difícil imaginar em Curitiba, e no Brasil, pelo menos nas primeiras décadas do século XX, uma população absolutamente patriota, nacionalista. Já por esse motivo a suposta necessidade de uma educação que valorizasse o elemento nacional. Esse tipo de visão só foi realizada pelo Governo Vargas, embora suas raízes tenham sido cultivadas a partir da segunda metade do século XIX. Mesmo que realmente o regime republicano tenha “conseguido esgotar os sentimentos nacionalistas” como chegou a afirmar o jornal em algumas outras reportagens, provavelmente não havia nenhum real perigo de um movimento considerado anti-patriótico ou anarquista que ganhasse força entre a população – salvo pontos de atuação localizados, como os anarquistas dentro de fábricas e a atuação do Partido Comunista, a partir de 1922. O que provavelmente acontecia com a população brasileira era uma grande indiferença para com a política municipal, estadual e nacional, conhecida desde o Império até a Proclamação da República²⁶. Essa indiferença pode ter sido causada pela não participação direta – no caso brasileiro, o voto não era universal – e pelo não envolvimento popular com a política desde os tempos de colônia, passando pelos momentos da independência e da proclamação da república.

O texto demonstra ainda a posição da Gazeta frente à instituição, elogiada amplamente. Há a colocação, embora indireta, sobre pessoas ou grupos que pareciam não ser favoráveis à prática do Tiro, chamados de invejosos. Em nenhum momento, aqui e em outras reportagens, são explicitados nomes ou se tem alguma referência direta à essas pessoas, nem à possíveis críticas feitas por elas. Se havia mesmo algum grupo

²⁶ Sobre a não participação popular no que se refere à política nacional, por falta de vontade ou impedimento, ver CARVALHO, J.M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 2004. O autor levanta o ponto que a proclamação da República, colocada nos discursos chamados de oficiais, como momento patriótico e como uma necessidade do povo brasileiro, foi recebida com indiferença pela grande população. No caso desse momento da história nacional, da mesma forma como acontecera com a Independência, foi um movimento político organizado pelos governantes e não pelas camadas populares, como ocorreu em outros países da América Latina. Por causa desse não envolvimento popular, os governantes do Brasil necessitavam constantemente legitimar a ação republicana e buscavam criar algumas memórias para ele. Partem daí as comemorações cívicas de caráter popular que os governantes faziam questão de organizar e divulgar, com o auxílio da imprensa.

que se manifestasse contra as práticas militarizantes, na imprensa pesquisada, pelo menos, ele não ganhou voz no período. É provável que em 1919, ano da reportagem, o Tiro Rio Branco estivesse em um processo de reestruturação ou reorganização interna, devido à fala que se refere a “ganhar uma nova alma e recuperar o brilho”. Através de outra reportagem, sabe-se que houve um intervalo de dois anos no seu funcionamento, mas a razão dessa interrupção também é desconhecida. Sua volta parecia trazer empolgação ao periódico e aos que dele participavam:

E' intenso o entusiasmo reinante entre a mocidade que compõe o garboso batalhão do Tiro Rio Branco, para a parada de amanhã. A caserna da rua Aquibadan tem sido nestes últimos dias freqüentada por grande numero de atiradores que ali vão se exercitar para a grande formatura. Ainda hontem, á noite, em exercício de marcha, uma companhia do 19 percorreu as ruas da nossa capital. Dada a animação reinante, é de prever que amanhã, apoz dois annos tenhamos occasião de assistir, desfilando garbosamente com seu effectivo completo e sob o commando do Sr, capitão Gasparino da Silva, o galhardo campeão do memorável torneio cívico militar de 7 de setembro de 1917, no Rio de Janeiro (**Gazeta do Povo**, 06 de setembro de 1919, ano 1, n. 184, p. 2 – matéria intitulada *Tiro Rio Branco*).

Deixando de lado os motivos que levaram à interrupção na história do Tiro, o momento da sua volta provavelmente foi muito bem pensado, as comemorações da independência. Se a imagem da prática já era completamente associada à questão do nacionalismo e civismo, a melhor hora para um retorno seria justamente quando essas ideias fossem mostradas à população. A fonte também fornece uma pista sobre o Rio Branco ser chamado de orgulho do estado do Paraná: a vitória em um concurso no Rio de Janeiro, na comemoração da independência, dois anos antes. Esse fato provavelmente simbolizava muito para os que buscavam constantemente uma espécie de afirmação frente a outros estados. Com a vitória do Tiro no concurso nacional, o Paraná podia ser visto como um local que dava importância às questões do nacionalismo, da educação do corpo e da mente e mostrava a qualidade dos seus jovens, representados pelos atiradores. Vale apontar também a localização, bastante próxima do centro da cidade, do quartel. A rua Aquidaban era uma continuação da rua Marechal Deodoro, paralela à XV de Novembro, artéria central de Curitiba²⁷. Também não era longe da praça da República, onde se localizava um grande quartel e era a praça onde

²⁷ A rua Aquidaban atualmente chama-se Emiliano Perneta e a praça da República foi rebatizada com o nome de Rui Barbosa. Ainda bastante próximo ao centro, havia o quartel da praça Oswaldo Cruz, como mais um exemplo da presença militar em Curitiba.

aconteciam boa parte dos desfiles militares na cidade. A presença militar na capital paranaense tinha bastante destaque, com quartéis em pontos de grande movimentação, além de possíveis desfiles e marchas que ocorriam pelas ruas com certa frequência.

O Tiro Rio Branco era colocado como um dos maiores símbolos de civismo na cidade, como se através dele fosse possível refletir, demonstrar, que em Curitiba havia um amor ao Brasil e ao elemento nacional, o que era bastante importante no início dos anos 20. Não era raro, também, que o Tiro desfilasse pelas ruas da cidade dias antes de comemorações públicas: *o glorioso Tiro Rio Branco realizará amanhã mais uma formatura preparatória para a grande parada do Centenário. O Batalhão deixará a sua caserna as 9 horas da manhã, e percorrerá as principais ruas da cidade [...]. Para a formatura são convidados todos os atiradores e reservistas, que por certo, não deixarão de comparecer* (**Gazeta do Povo**, 02 de setembro de 1922, p.1, n. 1101, matéria intitulada *O centenário 1822 – 1922 – a sua comemoração na capital, no interior e no litoral - Tiro Rio Branco*).

Não é possível saber, através do tom conferido pelo texto, se esse desfile preliminar à comemoração do centenário da independência foi feito como um ensaio para os garotos ou como uma forma de propaganda para o evento, como se desse destaque para uma das principais atrações, senão para ambos. Esse tipo de promoção, tanto do evento quanto do Tiro tinha sequência nas edições seguintes, até o dia do desfile efetivamente: *hontem as 9 horas da manhã o Batalhão do Tiro Rio Branco percorreu as principais ruas da cidade sob o comando do Tenente Hygino de Barros Lemos, em formatura preparatória para o Centenário. O desfile do glorioso batalhão causou optima impressão no espírito publico, pela disciplina e garbo de seus soldados* (**Gazeta do Povo**, 04 de setembro de 1922, p.1, n. 1102, matéria intitulada *O Centenário da Independência – continuam os preparativos para a grande comemoração - o Tiro Rio Branco e a formatura de hontem*). O texto dessa reportagem está mais próximo do que normalmente era o comentário sobre o desfile, com vários elogios, embora estes fossem quase sempre os mesmos: glorioso, elegante e disciplinado. Mesmo assim, a insistência em colocar o Rio Branco como símbolo de uma educação física e cívica ou como exemplo de uma postura que se conseguiu em um determinado número de jovens participantes merece ser apontada. A continuidade das referências positivas sobre o batalhão evidenciam que, ao longo dos anos 20 pelo

menos, o pensamento nacionalista refletido nele somente foi intensificado ou, no mínimo, manteve-se constante, não tendo perdido força nesse periódico.

3.3 Tiros, escoteiros, datas cívicas e os desfiles

Além de um possível caráter elitista, utilitarista, ufanista e cívico dado pelas reportagens, a militarização também ganhava outra forma de visibilidade – talvez a principal forma de ser vista e divulgada para a população: os desfiles, feitos como comemorações de datas importantes para a história estadual e nacional – e estas variaram consideravelmente ao longo da década de 1920. Em um primeiro momento, pelo menos entre 1919 e 1925, a data a ser comemorada, por excelência, era a independência. A partir de 1925, a proclamação da República ganhou destaque, juntamente com o 7 de setembro. Ainda neste mesmo ano, o 19 de dezembro – emancipação política do Paraná – passou a ser comemorado publicamente. Antes de 1925, essas datas eram pouquíssimo referidas pelos jornais e sempre sua referência era negativista, como se fossem menos importantes ou que faziam lembrar que aqueles tempos não eram bons nem mereciam celebração.

Não por coincidência, dentro de todo o fervor nacionalista que se desenvolvia às portas da década de 1920, os escoteiros e os batalhões ganhavam bastante destaque e a instituição de Tiro Rio Branco reapareceria para o público depois de dois anos inativo, em uma data chave: a comemoração da Independência, quando haveria uma festividade enorme e não faltariam notícias para os jornais, assim como não faltariam pessoas nas ruas para assistir ao desfile. A preocupação com as comemorações iam além de simplesmente organizar desfiles a festas em sociedades fechadas, mas era um momento de participar ativamente de um evento celebrado em todo o território nacional, então

Coritiba não podia, também deixar que despercebido passasse o dia de amanhã. Em nossa capital, como nas outras cidades do Brasil, a data da nossa independência vai revestir-se do brilho que é digno da glorificação que é merecedora. A nossa população, não discordando do uníssono jubilo da Patria inteira, prepara para amanhã uma carinhosa manifestação comemorativa á data. São diversos os festejos que já estão organizados.

Às 9 horas da manhã formarão em parada todas as forças militares aquarteladas em nossa cidade, inclusive o Tiro Rio Branco, os escoteiros de nossa capital, de Paranaguá, Morretes e Antonina e o batalhão diocesano. Estas forças em seguida desfilarão pelas ruas de nossa cidade, recolhendo-se após aos quartéis. Terminada a formatura, em todos os quartéis realizar-se-ão festas em homenagem á data, em que tomarão parte officiaes e soldados de todas as corporações.

Os nossos escoteiros offerecerão á tarde um chá ás autoridades e á imprensa [...] Durante todo o dia, a pedido do Conselho Superior dos Escoteiros, os cinemas America, Parisiense, Modelo e Palacio, serão franqueados aos jovens escoteiros que se apresentarem fardados.

Como se vê a gloriosa data de 7 de setembro será dignamente commemorada pela sociedade coritibana, que desta maneira mostra bem alto o seu sentimento cívico e a comprhensão nítida do que representa para o Brasil inteiro a data de amanhã. O Sr. Dr. Capitão Vianna de Carvalho, assistente da 3ª Brigada pede-nos que avisemos que todos os officiaes que se apresentarem fardados será franco o ingresso no pavilhão da praça da Republica, por occasião da parada de amanhã (**Gazeta do Povo**, 06 de setembro de 1919, ano 1, n. 184, p. 2 – matéria intitulada *O dia da Independência – as comemorações á data*).

O primeiro destaque do discurso é a participação de Curitiba em um evento comemorado em todo o país. Da mesma forma que já foi discutida anteriormente, na questão das reformas urbanas da cidade, aponta-se para um alinhamento da capital paranaense com as demais cidades brasileiras. Provavelmente isso era uma tentativa de estabelecer um pertencimento da cidade com o país, demonstrando que em todos os locais estavam sendo realizadas as festas e o Brasil tinha um motivo comum para comemoração e orgulho. Uma manifestação clara do pensamento que buscava construir uma identidade nacional, ou seja, que todo o território tivesse as mesmas festas, as mesmas tradições, os mesmos orgulhos, que deveriam remeter à pátria.

Para além da participação da cidade em um evento nacional, aponta-se que todas as forças que estavam de prontidão na cidade participariam do desfile. Se os jovens que desfilavam eram vistos como um futuro promissor para a pátria, os soldados não deveriam ser vistos como um elemento de salvação, já que eram freqüente e ininterruptamente educados com todas as noções cívicas possíveis? Não foi encontrada nenhuma menção nessa direção, em nenhuma das edições pesquisadas. O noticiário retrata apenas os batalhões e os escoteiros, sempre elogiando suas formações, sua disciplina e sua elegância, mas jamais referiu-se da mesma maneira ao exército profissional. Isso poderia refletir, para a imagem do jornal, uma tomada de partido a favor das forças armadas, que no caso também representavam o governo, constantemente criticado por diversos problemas políticos e econômicos pelos quais passava o país. Durante a campanha presidencial de Ruy Barbosa, a Gazeta manifestou-se a favor deste diversas vezes, enquanto o exército soltou uma nota que dizia que as forças armadas apoiariam qualquer candidato, menos Ruy. Mas, se os meninos que recebiam educação militar estavam nos melhores trilhos para um futuro promissor, por

que aqueles que educavam esses meninos e já faziam parte dessa instituição não poderiam representar o modelo ideal de conduta para a nação?

Nota-se o número maior de escoteiros do que de batalhões no desfile, inclusive com membros de grupos do litoral. Nesse caso, o destaque foram os jovens, que passaram por uma série de ruas, não especificadas na reportagem. Mais do que a presença juvenil no desfile, houve uma ênfase nas celebrações que estavam por acontecer após a aparição pública, dentro dos quartéis, em tom mais particular e não voltadas à população. O fato dos escoteiros se retirarem e dedicarem-se à uma cerimônia feita para as autoridades e para a imprensa, retrata uma situação que poderia ser interpretada como “desvio de foco” da festa. Se esta tinha um caráter de desfile e civismo, ao que parece ela acabou muito mais voltada para um número restrito de pessoas. Não que o momento do desfile não tenha cumprido seu papel, exibindo a prática do escotismo pelas ruas, mas talvez fosse de se esperar que o jornal apontasse para o que se esperava durante a celebração pública. Interessante também o comentário que diz que os escoteiros teriam entrada gratuita em alguns cinemas. Essa medida soa como um incentivo a um desfile informal pelo centro, que buscava fazer com que todos os membros de associações saíssem e mostrassem que praticam o escotismo. Seria uma forma alternativa de colocar em evidência a prática, fora do momento do desfile e em um dia de movimentação certa na cidade. Uma maneira de fazer propaganda, concedendo uma espécie de vantagem aos escoteiros, no caso, a entrada franca nos cinemas. Da mesma forma, o incentivo para que os oficiais saíssem nas ruas fardados para que tivessem livre acesso ao pavilhão da praça da República.

Passado o dia do desfile, na edição seguinte saíram as reportagens sobre os acontecimentos. Entre diversos fatos mencionados, como apresentações da orquestra sinfônica paranaense no Guaíra, executando exclusivamente um repertório nacional, recepções em clubes para senhoras e autoridades e bailes comemorativos e sociedades, apresentava-se uma nota sobre o desfile militar: *na parada de hontem os escoteiros coritibanos, paranaguenses e morretenses representavam o Brasil de amanhã, educado na escola da honra e do civismo. A actual geração saúda o Brasil vindouro, representado pelos juvenis patriotas, almejando-lhes o advento de uma era nova, em que a pátria se plethorise de progresso e do patriotismo de seus filhos* (**Gazeta do**

Povo, 08 de setembro de 1919, ano 1, n. 186 – matéria intitulada *Os escoteiros do Paraná*).

A ideia de que os jovens representavam sempre o amanhã, o futuro, passa uma imagem de que ainda se esperava uma melhor sorte para o país nos próximos anos. Falando de outra maneira, se os que eram novos estavam perfeitamente educados, era provável que o futuro fosse melhor do que o momento em que se escrevia. Essa fala remete também à noção de um país jovem, ainda em formação, que tinha suas necessidades ainda não supridas, mas que já estava se preparando para avançar no que dizia respeito à educação e civilidade. Se estes meninos já estavam tão bem educados física e moralmente, em teoria, nada deveria impedir que passassem a atuar, de alguma forma, na esfera pública. Vale ressaltar que também em momento algum foi apontado que esse civismo, elegância, educação e essa honra seriam utilizados para um trabalho braçal, dentro de fábricas. Fica subentendido que toda a boa educação passada a esses jovens seria utilizada no futuro sim, mas não operando máquinas, produzindo bens de consumo. Se a militarização foi uma prática predominante no ensino secundário, freqüentado sempre pelos filhos dos membros da elite, a educação moral e física recebida não visava, em hipótese alguma que o retorno futuro fosse dentro das indústrias. A idéia era que esses rapazes fossem *preparados* para grandes ações futuras e não *docilizados, disciplinados* – para fazer uso de expressões foucaultianas – como os indivíduos das camadas mais pobres.

Ainda na mesma reportagem, há a cobertura sobre o dia após o desfile e a rotina cumprida pelos escoteiros que visitavam a cidade. Interessante notar que a visita não ficou restrita apenas ao desfile do 7 de setembro, mas ocorreu também no dia seguinte: *visitaram-nos hoje os valentes escoteiros da bella cidade do litoral [...] que tem um effectivo de 120 escoteiros [...] Os escoteiros paranaguenses regressam amanhã á linda cidade visinha. Na passeata de hoje fizeram os escoteiros de Paranaguá uma marcha de três horas e meia, tendo no percurso da mesma cumprimentado as autoridades e o vice-presidente da Associação de Escoteiros em exercício* (idem). Esta foi uma das raras matérias em que foi citado o número de associados a alguma associação de Escotismo ou Tiros de Guerra. Como não há parâmetro de comparação, é não é possível saber se o grupo litorâneo era (muito) maior ou menor do que os que existiam na capital. De qualquer forma, o fato de ter tido um desfile “extra”, no dia seguinte chama a atenção.

Mais do que isso, não foi um desfile curto, mas de três horas e meia, o que era tempo suficiente para percorrer todo o centro da cidade e conferir grande visibilidade aos meninos. O que foi apontada foi a presença das autoridades. Pode ser que essa apresentação a mais tenha sido organizada como uma forma de mostrar o interesse dessas autoridades – também não referidas – na prática do escotismo, como uma forma de prestígio aos que participavam e promoção da própria instituição dos escoteiros.

A reportagem, entretanto, não aborda o número de pessoas que assistiram ou pararam para observar, o que normalmente os que escreviam chamavam de “curiosos”, mesmo estando em dias de desfile oficial. Não há, também, como ter noção do quanto este evento chamou a atenção na cidade, mas na sequência outros elementos são evidenciados: *a’s 6 horas o Sr. José de Abreu ofereceu em sua residência uma mesa de doces aos escoteiros de Paranaguá. Em seguida foram os escoteiros visitar sua madrinha, a gentil senhorita Eugenia Tabora, que lhes ofereceu um mimoso ramalhete de flores. A’ tarde visitaram o Sr. João Abreu, fundador do escotismo em Paranaguá* (Idem). Da mesma forma que a reportagem que tratou da formatura do Tiro do Ginásio Diocesano, esta acaba por transformar a passagem dos escoteiros por Curitiba em um evento social.

Por mais que tenham desfilado na comemoração da independência e no dia seguinte, parece que a matéria foi encerrada mostrando que, além dos desfiles propriamente ditos, havia um lado destinado aos membros da elite, como eventos de recepção e visitas a nomes ligados ao escotismo.

Em alguns momentos, parece haver a vontade de ligar a militarização à um universo que não diz respeito nem à escola, nem aos desfiles ou à finalidade da sua educação, mas torná-la parte de eventos – ou meios – mais *elitizados*, por assim dizer. Por fim, a própria fala do periódico transparece sua posição em relação aos escoteiros: *gratos pela gentileza da visita, almejamos aos escoteiros paranaguenses uma vida cheia de venturas*. O tom de encerramento da reportagem aparenta carinho e atenção aos que irão embora, como se fosse uma despedida de uma personalidade, ou uma pessoa muito querida de quem escreveu. O leitor, nesse caso, pode realizar uma imagem de cortesia e educação refinada tanto por parte dos escoteiros, que desfilaram e participaram de eventos, como do jornal, que se dirigiu a eles com uma proximidade muito pouco vista em outras seções ou assuntos. Este tipo de abordagem evidencia uma

tentativa de legitimação da prática do escotismo. Indiretamente, o jornal mostra que os escoteiros tem sido muito bem educados, ou seja, o que se falava e pensava sobre o escotismo, estava sendo mostrado na realidade, nos relatos do repórter.

Mais interessante ainda notar que as falas sobre esses escoteiros de fora não pararam no dia seguinte ao evento do qual vieram participar, mas estendeu-se por mais um dia, e mais uma nota na primeira página do jornal:

Depois de abrilhantarem magnificamente os festejos do dia da independência, emprestando-lhes o seu precioso concurso, seguiram hoje, para Paranaguá e Morretes os jovens e correctos escoteiros destas duas cidade vizinhas. Em sua estadia na nossa capital receberam os disciplinados rapazes as maiores provas de symphatia e o mais fidalgo acolhimento de nossa sociedade, ao que fizeram jus a sua linha impecavel e brilhante disciplina. Era um espetáculo agradável presenciar-se a galhardia dos pequenos escoteiros, que, ao lado dos seus companheiros curitibanos, marchavam orgulhosamente pelas ruas da nossa urbs, erguendo bem alto o nome e o civismo de suas terras. Partiram hoje pelo trem da marinha. A' estação compareceram os nossos escoteiros e seus comandantes, diversas pessoas gradas, tento abrilhantado a despedida a banda de musica do 4º R.I (**Gazeta do Povo**, 09 de setembro de 1919, ano 1, p. 3 – matéria intitulada *Echos do dia da Independência – os escoteiros*).

Na *Gazeta do Povo* era normal que alguns dos acontecimentos julgados mais significativos das comemorações públicas fossem destacados por um ou dois dias, mas o fato de ter sido um desses temas os escoteiros não foi visto em outra oportunidade. Nesta última fala já apareceram elogios mais próximos dos que eram dados quando se tratava do desfile e da aparição nas comemorações públicas, como *corretos* e *disciplinados*. Essas referências foram feitas à sua postura e educação, exibidos no momento em que se apresentavam ao público. Corretos, no que dizia respeito à conduta, boas maneiras e disciplinados pelo desenvolvimento da marcha, da simetria dos movimentos feitos enquanto passavam pelas ruas. Essa era comumente a imagem que se buscava dos escoteiros e dos Tiros, e não a que eles freqüentavam eventos de senhoras ou autoridades. Se o discurso buscava uma promoção da imagem das práticas militarizantes, seria mais direto e eficiente que se promovesse os resultados, o que se via como aplicação prática, nas ruas, e não em cerimônias fechadas.

A imagem montada de que ambos os grupos, curitibanos e de Paranaguá desfilaram com orgulho e, principalmente, exibiam o civismo do Paraná era normalmente o que se relacionava com os escoteiros, em qualquer tipo de discurso

sobre eles. Estava, na época, muito presente também a ideia de que os grupos escoteiros serviriam para fornecer aos jovens uma educação que não se tinha mais, uma educação nacionalista e cívica. Por isso, os constantes apontamentos sobre o civismo que, ao que parece, era o principal mérito desse tipo de educação. O civismo muitas vezes era apontado como uma espécie de solução para um momento político conturbado, como o início dos anos 20, quando o modelo liberal de governo começava a se esgotar. Uma solução possível seria recorrer ao elemento nacional, educando e trabalhando para e pela pátria. Aos olhos de quem lia, a expressão desse civismo e dessa educação “salvadora” eram os escoteiros e os Tiros de Guerra.

O que as reportagens fornecem também é uma boa descrição do momento dos desfiles, da sua dinâmica, sendo possível traçar o percurso onde ocorriam e quantos tipos de instituições apresentavam seus batalhões e escoteiros:

Por motivo do mau tempo o local da parada, que deveria ser a praça da República, foi transferido para a rua Marechal Floriano Peixoto.

A's 11 horas as unidades que deveriam tomar parte na parada foram rumando áquella rua, que também já se ia enchendo de curiosos. Os batalhões postaram-se do lado esquerdo da rua.

A's 12 horas uma bateria da artilharia deu as salvas do estylo. Logo após, o Sr. General comandante da circumscripção, em companhia do Sr.dr. presidente do Estado em ladeau, passou em vista as forças, seguindo pelo Sr. Coronel Bevilacqua, commandante das tropas e seu estado maior.

Após a revista o Sr. General e o presidente do Estado dirigiram-se ao Palacio Rio Branco, onde foram aguardar o desfile das forças.

Estas desfilaram na seguinte ordem: 15º Batalhão de Caçadores, 5º Batalhão de Engenharia, Força Militar do Estado, Tiro Rio Branco, Batalhão Infantil do Gymnasio Diocesano, Batalhão de Escoteiros, Escola Republicana, Collegio Backer, Companhia de Metralhadoras, 9º Regimento de Artilharia.

O aspecto geral das tropas era excellente, notando-se o garbo com que todas as unidades se apresentaram. E' justo, porém, que salientemos o Tiro Rio Branco e o 15º Batalhao de Caçadores, que chamaram a atenção geral pela uniformidade da marcha, austeridade da cadencia, galhardia dos seus soldados e precisão das suas evoluções (**Gazeta do Povo**, 08 de setembro de 1920, ano 2, n. 495 – matéria intitulada *A data de hontem – o 98º aniversário da nossa Independência teve hontem uma brilhante commemoração*).

Os desfiles ocorriam em um local absolutamente central da cidade, tanto o desfile que havia sido inicialmente programado, quando o que ocorreu, por causa da chuva. Vale lembrar que na década de 20, a Marechal Floriano era, além de uma rua comercial que passava pelo centro, a principal via de acesso à São José dos Pinhais, cidade próxima importantíssima para o comércio e centro de várias colônias de imigrantes. A troca da Praça da República por esta rua não foi à toa, já que ela também podia

simbolizar grandeza e modernização em Curitiba. Também pela sua melhor condição do que a praça, já que ela suportava o mau tempo, ou seja, as chuvas, provavelmente já pavimentada naquela época, ao contrário de boa parte das ruas da cidade.

Nota-se também uma certa propaganda sobre o número de pessoas que presenciaram o desfile, mostrado como alto, o que simbolizava uma grande visibilidade das práticas que ali eram mostradas. Da mesma forma, o sucesso da festa retratava a boa organização de quem a organizou, no caso, o governo, além de salientar a interação de Curitiba com as demais capitais do país, também em festa pela data. Importante apontar que batalhões juvenis desfilavam simultaneamente com batalhões de adultos e regimentos de artilharia, aparentemente sem diferenciação alguma por categoria ou qualquer forma de apartá-los. Aqui nota-se também a presença de um batalhão formado por alunos de curso superior, o Batalhão de Engenharia. Embora as fontes não forneçam destaque para a militarização feita na Universidade do Paraná – sua organização e quantos alunos atingia – é importante notar a prática em uma outra esfera de ensino. Da mesma forma que as outras reportagens, ainda em caráter elitizado, visto que o ensino superior era frequentado por uma parcela absolutamente minoritária da população. Também pode-se pensar que os Batalhões da Universidade eram minoria em relação aos dos colégios, visto sua pouca aparição em eventos públicos, ao contrário dos Tiros escolares. Infelizmente, não se teve acesso à discursos ou reportagens que tratassem da importância ou dos objetivos dessa prática junto aos universitários, para que fossem investigadas as semelhanças e diferenças em relação aos meninos mais novos.

Na reportagem é dado destaque também para o presidente do Estado. Presença constante nas festividades comemorativas de caráter público, sempre junto dele estava algum representante do exército, como na fonte supracitada, um general. Normalmente suas aparições eram rápidas, chegando ao local com todo o cerimonial já preparado e passando em revista às tropas, abrigando-se depois desse ato em algum camarote. De vez em quando, após cumprir o protocolo de revista, dirigia-se a outros locais, fora das festas da população, como recepções ou eventos que não contavam com a presença do grande público. Em outras oportunidades, como na reportagem acima, ficava no final do desfile, o Paço Municipal. Ali era o local de grande concentração de público e a do local podia passar aos curiosos a ideia de proximidade com a autoridade. Também na frente do Paço, aconteciam apresentações de crianças cantando o hino nacional mostrando

coreografias de ginástica e a presença do Presidente do Estado indicava o prestígio da festa e às instituições que preparavam seus alunos para aquelas datas.

Embora naquela ocasião tenha desfilado o Batalhão do Ginásio Diocesano, não foi apontada a presença, na festividade, dos padres que dirigiam o colégio. Se, a partir da década de 1930, a presença eclesiástica era constante, sempre junto aos políticos e militares, essa linearidade não é perceptível na década de 1920. Em algumas comemorações houve o relato de que os membros do clero estavam nas tribunas ao lado dos generais e políticos, mas isso não se verificou em todos os eventos. Não que isso represente uma força política ou educacional menor para a igreja católica que, na prática, era uma força social extremamente influente, em todas as esferas. Tanto que dois dos batalhões que mais eram citados eram os do Ginásio Diocesano e do Ginásio Paranaense, duas instituições de ensino que eram regidas pela igreja. O que chama a atenção é o pouco destaque à visibilidade dos membros do clero, ao contrário que aconteceu no Governo Vargas. É muito remota a possibilidade de que essa não aparição seja obra dos repórteres que escreviam as matérias, visto que o modelo de conduta oferecido pela igreja era entendido como fundamental para qualquer boa educação. No caso, quando se falava da importância de educar crianças ou jovens, associava-se a boa educação à fé católica. Ela entraria na esfera da educação cívica, da mente dos que estavam ainda em formação, ou seja, tão importante quanto a educação oferecida pela militarização. Apesar da forte presença eclesiástica nas instituições de ensino, ela não foi notabilizada para a população.

Se havia uma aproximação entre os modelos de cidadão e educação desejados pelos membros da Igreja, em especial a católica, e os membros do exército, essa aproximação poderia ser facilmente realizada dentro das escolas que tinham instrução católica e batalhões. Além disso, essa concepção de educação moral e física – uma educação completa, de corpo e mente – encontrava grande respaldo entre imprensa e intelectuais do período, transformando esse tipo de educação quase que em uma necessidade para os jovens. A presença militar dentro das escolas não parecia diminuir ou ocultar a influência do clero. Igreja e Exército, em alguns aspectos, trabalhavam juntos por uma educação que se acreditava ser correta, modelar.

Em toda a pesquisa, o ano que mais destaque teve por parte da imprensa na cidade foi o de 1922. Naquele ano foi comemorado o centenário da Independência

nacional, fato esse que mobilizou, segundo s jornais, todo o país, com diversas celebrações e festas de todos os tipos. Em Curitiba, a data foi amplamente divulgada e comemorada em clubes, sociedades, nas ruas, enfim, onde se podia promover algum tipo de lembrança e celebração, esta foi feita. Oportunamente, também, o governo da cidade entregou, nas comemorações oficiais, duas grandes obras para a população: a Avenida Sete de Setembro e o Palácio da Instrução, ambos já referidos neste trabalho. Também fez-se grande propaganda do que seriam as comemorações públicas, feitas em três dias – 7, 8 e 9, com diversos eventos, desde as inaugurações de obras públicas, passando por desfiles militares, concertos públicos, nas praças Rui Barbosa, Santos Andrade e Tiradentes e privadas no teatro Guaíra, missa na praça Rui Barbosa, entre outras coisas. O que interessa aqui é o que se disse sobre a parada militar, que naquele ano, novamente, envolveu forças do exército profissional e dos Tiros de Guerra, embora isso tenha sido dito dias antes do desfile. Na programação, apareceram da seguinte forma²⁸:

DIA 7

[...]

HORA 14 – Parada das forças do Exército e do Estado S. S. Excias os srs. dr. Presidente do Estado e General Commandante da Circumscrição Militar, passarão em revista, na Avenida 7 de Setembro, as tropas que, a seguir, desfilarão pela rua Barão do Rio Branco, assistindo as autoridades, do Palácio da Presidência, a marcha das forças.

HORA 16 – Inauguração da herma do Padre Ildefonso, na Praça Santos Andrade. Fallará nessa solemnidade o Exmo. sr. dr. Marins Alves de Camargo, Secretario Geral d’Estado. As creanças das escolas, em numero de 5.000, entoarão o Hymno da Independencia, desfilando em torno da Praça e pela rua XV de Novembro, até a Praça Ozorio. S. Excia, o sr. dr. Presidente do Estado e demais autoridades apreciarão, do Palácio da Universidade, as evoluções da legião infantil. [...]

DIA 9

HORA 9 – Festival escolar, nos campos do Internacional, com gymnastica e hymnos por 1200 creanças. [...] (**Diário da Tarde**, 06 e 07 de setembro de 1922, ano 23, n. 7.297 – matéria intitulada *A comemoração: programma official das festas commemorativas do 1.º Centenario da Independencia do Brasil*).

Parece estranho que justamente naquele ano, dito o mais importante em termos de celebrações cívicas, não tenha havido qualquer detalhamento quanto aos Tiros, Escoteiros ou Regimentos que desfilaram, o que era bastante comum nos outros anos. Válido apontar que o desfile teve seu início na avenida recém inaugurada, a Sete de

²⁸ Fonte já utilizada anteriormente, na página 70. No entanto, pela diferença de análise nos dois momentos do trabalho, optou-se por repetir a citação.

Setembro, provavelmente como mais uma forma de mostrar ao povo as obras feitas pela prefeitura, e seu término foi no Paço municipal.

Entretanto, o ponto alto daquele ano foi o duplo desfile de jovens (crianças e adolescentes), promovido pelos organizadores. Esta parte do evento ocupou cerca de quatro horas de todo o dia sete, um tempo significativo se pensarmos que isso representa quase toda a tarde de comemorações. Também é interessante notar que em 1922 foi detalhado o número de crianças que comporiam o espetáculo na Santos Andrade, cinco mil. Apesar de não ter sido fornecida a quantidade dos jovens que desfilaram junto com o exército, provavelmente não deveria ser um desfile pequeno, principalmente para ocupar duas horas do dia.

O fato dos organizadores exporem crianças e adolescentes para a população, como educados, uniformizados e capazes de realizar uma festa daquele porte que se prometia evidenciar a importância de mostrar a atenção que era dada à educação e aos jovens pelo governo, já que tanto exército como aquelas escolas eram subsidiadas por verbas governamentais. Poderia ser visto como um retrato da preocupação com o futuro, com a educação que melhoraria em todos os aspectos a vida do brasileiro. Essa exibição das crianças foi ainda prolongada na forma de um outro desfile, pela rua XV de Novembro. Interessante imaginar que dois desfiles feitos em seguida foram postos em duas ruas que eram importantíssimas para a cidade e onde estaria, provavelmente, concentrada a massa de espectadores, concentrando a atenção do principal dia no foco educacional, que demonstrava uniformidade, disciplina, elegância, boa postura e, indiretamente, na boa conduta e educação fornecidos pelas instituições de ensino e pelo exército. Além do dia sete, houve as apresentações de ginástica e hinos no dia nove, também feitas por crianças. Talvez a data, e toda a comemoração feita em cima dela, tenham sido a melhor oportunidade de promoção para o ensino que o governo tenha tido, já que a independência era colocada como o evento de maior orgulho da nação. Daí, enfatizar tudo que se podia sobre civismo, amor à pátria e demais sentimentos nacionalistas.

Pela reportagem mostrada acima, pode-se imaginar que era muito difícil algo dar errado, ou que pela programação um grande número de pessoas fosse comparecer, mas uma outra matéria, do dia seguinte, mostrou outro cenário:

O pequeno numero de homens que hontem formou na parada, impediu que esta tivesse grande imponência marcial, a despeito do garbo das unidades que a Ella concorreram. Mas se á parada faltou a imponência marcial, sobrou-lhe imponência cívica. A Avenida 7 de setembro, onde Ella se realizou, em toda sua extensão era uma só massa popular, festiva, bizarra. Automóveis e carruagens conduzindo famílias e senhoritas, extendiam-se em duas filas ao longo da Avenida (**Gazeta do Povo**, 08 de setembro de 1922, p.1, n. 1105, matéria intitulada *A parada militar*).

Em reportagens de anos anteriores, pelo menos em algumas que se referiam ao Tiro Rio Branco, falou-se que o comparecimento nos desfiles seria opcional por parte dos atiradores. Embora não se saiba se essa escolha poderia ser feita também pelos membros do exército profissional, essa notícia sobre a pequena adesão soa estranha, ainda mais em uma celebração daquele tamanho. Infelizmente, também não foi possível apurar os motivos que levaram a esse resultado – mau tempo, como em outros anos? Mesmo assim, o texto dá conta de montar uma bela imagem da parada, transferindo a grande quantidade de pessoas das tropas para a multidão, e colocando a animação do público e dos que desfilaram como se originada no civismo comum de todos.

O elogio que era comum a todos que desfilavam – o garbo – foi colocado, como sempre, como uma maneira de ressaltar a boa qualidade e uniformidade das tropas, mas no caso desse pequeno texto, especificamente, é importante reparar essa mudança relativa à empolgação e ao civismo: em vez de serem mostrados pelos que desfilavam e serem citados como mérito e exemplo a ser seguido, como comumente era feito, foram “passados” para a população, fazendo a imagem de uma grande festa cívica, patriótica. Como se o baixo número do contingente tivesse sido compensado por todo o orgulho e civismo que esse conseguiu passar para o povo que assistia. Mostrou-se, novamente, qual era o foco principal dos discursos remetidos às práticas militarizantes, a tentativa de ajudar em uma unificação nacional, fabricar uma imagem de pertencimento ao público, ao comum, à pátria.

Esse pequeno texto coloca a massa, o povo, como elemento ativo da festa, o que subentende um orgulho cívico, e que toda a preocupação de passar o nacionalismo para o povo “indiferente” estava dando certo. Se uma das preocupações de Olavo Bilac – bastante referido no período como o maior poeta nacional e defensor árduo da causa brasileira – era fazer uma propaganda patriótica e divulgar esse ideal através da imprensa – daí a fundação da Defesa Nacional – e do cidadão-soldado – daí a

militarização e o apoio à lei do sorteio militar – seus defensores e admiradores poderiam considerar que a tarefa estava sendo muito bem feita, se essa descrição do jornal for entendida como verdadeira. Válido notar que não foi feita nenhuma referência a um possível fracasso do evento do sete de setembro, nem por falta de público, nem por poucas pessoas aderirem. Sempre nas falas dos jornais, a comemoração foi um completo sucesso, o que também retratava Curitiba como uma cidade patriótica, que entendeu e aderiu à causa nacional, que se fez presente em um evento no qual as principais cidades também estavam e isso demonstrava sua importância no cenário nacional, em teoria pelo menos.

Através das reportagens sobre os desfiles em datas cívicas, pode-se perceber também algumas mudanças de valores que aconteceram ao longo do período estudado. Notou-se ao longo da pesquisa que aconteceu uma alteração quanto à data que “deveria ser comemorada” como a data nacional por excelência, passando da Independência para a República em meados dos anos 20. A partir de meados da década também ganhou força o dia 21 de abril, o feriado da Inconfidência Mineira, mas este era mais representado por textos que exaltavam, e muito, a imagem de Tiradentes, do que por comemorações públicas. Algumas poucas foram feitas, mas com expressão menor do que as outras datas. Mesmo assim, a figura de Joaquim José da Silva Xavier era reverenciada como um dos grandes nomes da história nacional, colocando-o como um dos maiores heróis da pátria. Sua imagem era ligada à independência, ou melhor, à primeira tentativa de libertar o Brasil do domínio português e por isso era visto como grande pensador da nossa liberdade, tendo recebido diversos textos que homenageavam seus atos, assinados por intelectuais paranaenses bastante reconhecidos.

De maneira geral, a simbologia das datas cívicas era a mesma – festejar a nação, sua memória, seus heróis, manifestar o civismo – sendo qual fosse a data comemorada. O que foi alterada foi exclusivamente o dia de festejo, mas os discursos continuaram muito parecidos. Também não houve necessariamente uma perda de força por parte da Independência, de modo que em alguns anos ela foi tão comemorada quanto as outras. Em outros, ela foi pouco referenciada nos jornais, com algumas notas ou pequenos textos, como a República era no início da década. Uma comparação possível entre a diferença de comemoração de ambas foi no ano de 1925, no qual tiveram destaques bem

diferentes. Primeiramente, ao se referir à parada militar, a Gazeta deu poucos detalhes, como se noticiasse quase que por obrigação ou hábito aquela festa:

A PARADA

A's 9 horas da manhã realizou-se á parada á Avenida Candido de Abreu todas as forças da região e tiros de guerra. O Sr. Coronel Vargas Neves, commandante inteirino desta região militar acompanhado do Sr. Dr. Presidente do Estado passou em revista ás tropas.

O DESFILE

Após a parada as forças desfilaram garbosamente por diversas ruas da capital (**Gazeta do Povo**, 07 de setembro de 1925, n. 1970, matéria intitulada *7 de setembro – a's comemorações á data*).

Um ponto diferencial daquele ano foi o local do desfile, a rua Candido de Abreu. Na década de 1920 ela não tinha a importância que possuía as ruas XV de Novembro, Marechal Floriano ou Barão do Rio Branco, pontos de desfile de anos anteriores. Também não conseguiria agrupar o mesmo número de espectadores das referidas ruas, ou da praça Rui Barbosa, que chegou a abrigar desfiles cívicos. Esse fato pode indicar um evento de menor proporção do que outros que já haviam sido feitos. Se continuamente, ano após ano, a parada militar era realizada em ruas e avenidas de importância significativa, em 1925 foi feita em uma rua secundária.

A pouca referência ao acontecimento, de uma forma geral soa estranho, diferente. A Gazeta costumava dar algum destaque para os Tiros de Guerra ou escoteiros, ou até expor quais artilharias estariam no desfile, e em 1925 não detalharam nada disso. Da mesma maneira foram tratadas as demais comemorações que foram feitas naquele dia. Enfim, reportagens bastante discretas em relação aos anos que haviam passado, sem textos sobre o momento da independência ou sobre a importância de Dom Pedro I para a história do Brasil.

Ao contrário desta comemoração e desta matéria, a proclamação da República recebeu uma atenção que nunca havia ganho, pelo menos desde 1919. Se no início da década falar da ruptura com o império e do regime republicano era motivo para criticar efusivamente o mesmo, teve-se em 1925 uma mudança radical de discurso:

A data de 15 de novembro terá, neste anno, em nossa capital, uma commemoração condigna, estando elaborado para festejal-a, um programma brilhantíssimo, promissor de extraordinário esplendor das festas comemorativas. O mau tempo, que nestes últimos dias vem reinando, talvez venha a prejudicar o brilho das festas das ruas, que, sempre são as que mais popularmente se evidenciam por empresarem a cidade um característico

rigosijo geral e entusiasmo. Assim mesmo, tenhamos a nossa esperança que o tempo se firme. Nas sociedades curitibanas estão preparadas imponentes reuniões, em que o esplendor social de Curitiba se mostra em toda a sua distinção e magnificência.

Uma parada militar de todas as forças aquarteladas nesta capital será realizada, sendo que para o seu brilhantismo vêm as tropas realizando, desde dias atrás, imponentes marchas pelas ruas da nossa cidade. Nos estabelecimentos de ensino, conforme já é de nossas praxes escolares, colocar-se-ão condignas comemorações estendendo até os alumnos a significação cívica da grande dia de amanhã (**Gazeta do povo**, 14 de novembro de 1925, ano VI, n. 2028, p. 1, matéria intitulada *O grande feriado de amanhã – as festas commemorativas da data republicana nos quartéis – nos estabelecimentos de ensino – nas sociedades*).

O próprio início do texto demonstra que em anos anteriores a data não tinha a mesma atenção que recebia naquele ano. Também fica explícito o fato da comemoração se estender aos clubes, ou seja, celebrações em uma esfera mais “social”, mais fechada, como bailes e festas fechadas. A ideia de haver toda uma programação salienta a importância atribuída à comemoração e a preocupação de que a cidade participe, ou melhor, que a população se envolvesse nos eventos que aconteceriam nas ruas. É possível notar que esses eventos públicos, supostamente, empolgavam a massa de curiosos que ia assisti-los, dando uma impressão de grandeza à festa, de adesão. A data seria comemorada, então, em locais públicos e privados.

O que chama a atenção no discurso também é que as tropas voltaram a desfilar dias antes da apresentação, o que buscava chamar o público para “o grande dia”, mas que normalmente era colocado como ensaio para os batalhões e artilharias. Da mesma forma, a fala sobre os estabelecimentos de ensino, que comemorariam a data como sempre faziam na independência. Da mesma maneira, o discurso aponta para a questão do civismo como ponto fundamental de todo o espírito que envolvia o evento. Ao contrário do Sete de Setembro, o Quinze de Novembro teve sua programação lançada no jornal:

AS COMEMORAÇÕES DE AMANHÃ

Entre as comemorações que se efectuarão amanhã, em homenagem a 15 de novembro, destacam-se as seguintes:

A PARADA MILITAR

A parada militar de amanhã está marcada para as 9 horas na praça da Republica.

O JURAMENTO DA BANDEIRA

A cerimônia do juramento da bandeira, pelos circunscriptos desse anno, realizar-se-á também amanhã. Na guarnição de Curitiba serão reunidas para

essa solemnidade todas as unidades, devendo ser observadas a seguinte instrução:

I – Às 8 horas 30, os corpos desta guarnição, o T.G 19º, as E.I.M e o Tiro de Morretes deverão estar formados em columna estando as unidades em linha por quatro na praça da República [...]

III – para a cerimônia do juramento os circunscriptos deverão avançar ficando em fileiras de 50 homens de frente com 0m80 de intervalo e distanciadas as fileiras de 1 metro.

IV – nessa formação ao toque de sentido – apresentar armas, será prestado o juramento.

V – terminado o juramento os circunscriptos desfilarão em continência individual á bandeira. Para isso a primeira fileira fará direita-volver e marchará á esquerda. A continência começará na primeira bandeira de signal e cessará na segunda. As fileiras seguintes acompanharão o movimento da primeira fazendo de antemão direita-volver. Depois da cerimônia aquellas fileiras irão ocupar seus logares na primeira formação.

VI – terminado o desfile aquellas unidades formarão uma columna ainda sob o comando do major Rei e Silva e marchará obedecendo o seguinte itinerário: [...]

VII – ao chegar nessa praça as unidades irão parando sucessivamente as [ilegível]. O 15º B.C pela rua Voluntários da Pátria; o 9º R.A.M. pela Travessa Genuíno Marcondes; os Tiros e E.I.M dando volta a praça regressarão pela rua 15 de novembro.

VIII – a esta cerimônia deverão comparecer todos os officiaes desta guarnição assim também os da os da reserva de 1ª e 2ª [ilegível]. [...] (Idem)

Provavelmente uma das mudanças simbólicas mais significativas dessas comemorações de datas cívicas foi o juramento à bandeira, bastante detalhado no trecho acima. Até o ano anterior, este era feito na independência, o que aponta para uma mudança real na dedicação do governo e dos organizadores quanto ao Quinze de Novembro. O fato dos reservistas daquele ano prestarem seu juramento na proclamação da República evidencia uma alteração de qual data passara a ser vista como mais importante.

Esta cerimônia, pública, era similar a outras já analisadas neste trabalho do Ginásio Paranaense e do Ginásio Diocesano, que foram feitas em cerimônias fechadas por se tratar de instituições privadas de ensino. O que juravam a bandeira publicamente eram os soldados regulares do exército, jovens de 18 ou 19 anos que foram sorteados naquele ano e membros de EIM – Escolas de Instrução Militar – públicas, assim como os meninos do Tiro Rio Branco. Da mesma maneira que os garotos dos Ginásios, estes recebiam suas carteiras de reservistas após o juramento. A própria cerimônia do juramento é um dos maiores simbolismos dentro do exército, na qual o soldado vincula-se ao seu país, jurando fidelidade à sua terra, representada pela bandeira nacional. Por isso, também, o Sete de Setembro era retratado como simbolicamente importante para o

exército, e essa alteração nas datas podia causar impacto ao leitor, uma nova impressão sobre o feriado de novembro.

O destaque dado ao juramento foi tão grande que preencheu boa parte da primeira página da Gazeta todo aquele detalhamento da cerimônia. Como em outras reportagens, nota-se que o Tiro 19, o Rio Branco, ganhou mais destaque, embora ainda discreto, do que outras escolas de Tiro ou mesmo que as EIM. Nem a presença do Tiro de Morretes foi apontada como um diferencial para o desfile, fato que anos antes tinha sido motivo de várias reportagens sobre a visita de escoteiros de Paranaguá. Naquele ano também nada foi dito sobre os escoteiros, de Curitiba ou de outras cidades próximas. Nessa reportagem obviamente não apareceriam por se tratar de uma manobra estritamente militar, mas no desfile, de maneira geral, não foram apontados.

Embora a notícia não tenha detalhado muito quais forças estariam desfilando, apontou para onde cada tropa deveria seguir, como cumprir seu itinerário. Desde a concentração na praça da República até a saída das tropas e o caminhar pela rua XV mostram que o local de desfile estava novamente concentrado em um ponto central da cidade. Possivelmente o juramento à bandeira foi naquela praça porque ela abrigava um dos grandes quartéis da cidade, o que ajudava a reforçar a presença militar no evento e na própria cidade.

Interessante a atitude do jornal de divulgar a obrigatoriedade para todos os oficiais e reservistas do exército, funcionando como se um caminho entre as ordens dos superiores para os comandados dentro da instituição militar. Isto já havia ocorrido em outras notas, algumas sobre convocações para reuniões e eleições do Tiro Rio Branco²⁹, por exemplo, com mensagens assinadas pelo presidente da instituição, e também notas relativas ao exército profissional, dizendo onde os soldados e oficiais deveriam se encontrar e formar a tropa. Não há como ter certeza sobre o motivo desse tipo de mensagem ser divulgada na mídia, já que concernia apenas ao funcionamento da lógica

²⁹ Como exemplos desse intermédio feito pela Gazeta, da Diretoria do Tiro aos seus subordinados e associados, tem-se as seguintes reportagens: **Gazeta do Povo**, 27 de abril de 1919, ano 1, p. 03 – Matéria intitulada *Tiro de Guerra n. 19 Rio Branco*, **Gazeta do Povo**, 05 de maio de 1919, ano 1, n. 76, p. 04 – Matéria *Tiro de Guerra Rio Branco n. 19 Assembléia Geral Extraordinária 2ª convocação*, **Gazeta do Povo**, 21 de maio de 1919, ano 1, n. 90, p. 4 – Matéria intitulada *Tiro Rio Branco – 19 do tiro de guerra – concurso de tiro*, **Gazeta do Povo**, 23 de maio de 1919, ano 1, n. 92 – Matéria intitulada *Concurso de Tiro*. Em todas as reportagens o jornal fala em nome da Diretoria para transmitir datas de reuniões, eleições ou concursos internos.

interna do Tiro e do exército e, pelo menos em teoria, a população não precisaria ficar sabendo de eleições ou determinações de dentro das casernas.

Dois anos depois, em 1927, o local de desfile foi novamente alterado e a independência no Brasil recuperou seu prestígio, que parecia perdido anos antes, ao receber, depois de alguns anos, uma grande comemoração na cidade, com um desfile consideravelmente maior do que o último que se tinha notícia:

A parada militar de amanhã, em homenagem á data, effectuar-se-á ás 8 horas e meia da manhã, na Avenida Sete de Setembro, onde as tropas serão passadas em revista, pelo Sr. General Comandante da Circunscrição Militar. [...] Em commemoração á data de 7 de setembro, deverão formar, para revista, todas as tropas disponíveis desta guarnição bem como os T.G. 19, 186, 677 e as diversas E.I.M desta capital. Para tal fim será organizado um Destacamento, sob o comando do sr. Cel Joaquim do Amaral, composto das seguintes unidades: [...] 1 B.C.; T.G. 19; 2 B.C.; T.G 186 e 677 E.I.M 146, 194, 229, 239 e 250. A tropa de vera se achar formada, nesse dia, na Avenida Sete de Setembro, ás 8h30m, para revista (Infantaria e quatro fileiras) do seguinte modo: 15º B.C., com a direita apoiada na rua Lamenha Lins, frente para o sul. Cia F.M. Paraná á esquerda do 15º B.C, com o flanco direito apoiado na rua 24 de maio. G.B.C á esquerda da Cia F.M Paraná, com a direita na rua Alferes Poly. 9 R.A.M á esquerda do G.B.C com a direita apoiada na rua Marechal Floriano Peixoto. Em seguida á revista o destacamento desfilará em continência ao General Comandante da Região que assistirá da frente do quartel do 9º R.A.M. Para o referido desfile será observada entre as unidades a ordem estabelecida no parag. II, com a formação de columnna por quatro para a infantaria e columnna por peça para a artilharia. [...] (**Gazeta do povo**, 06 de setembro de 1927, ano IX, n. 2536, p. 1, matéria intitulada *As comemorações do 7 de setembro amanhã*).

Naquele ano desfilaram muito mais Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar do que nos anteriores. Foram três escolas de Tiro e mais cinco de Instrução Militar, um aumento significativo se for comparado ao desfile que tinha sido realizado em 1925. O que é diferencial neste texto é o caráter avaliativo que a organização teria que ter cumprido, ficando devidamente organizada como se fosse ser julgada por ter ou não executado a formação da maneira certa. Só não é dito no texto quais seriam os eventuais problemas caso essa organização não conseguisse formar da maneira que mandava o referido parágrafo II.

Essa medida poderia ser uma forma de padronizar os desfiles ou organizar melhor algo que tenha saído errado em anos ou datas anteriores e que não tenha agradado ao comando militar. Pela própria exigência, a ordem do desfile veio mais detalhada em relação à postura e formação do que aos locais pelos quais passariam e

onde deveriam dispersar. Pelo texto também é possível entender que os Tiros não faziam parte das “forças aquarteladas na cidade”, como ficava sugerido em fontes anteriores. Eles eram considerados apenas como locais onde os reservistas se preparavam e ganhavam treinamento, mas não contavam efetivamente como membros do exército nacional. Os reservistas eram, digamos, o contingente de espera, que entrariam em ação em caso de necessidade, mas poderiam ter outras atribuições, não tendo a obrigação de estarem permanentemente ligados às forças armadas. A repercussão deste desfile foi lida no dia seguinte:

Teve lugar pela manhã a grande parada militar. A tropa formou ao longo da Avenida Sete de Setembro tomando parte todas as forças disponíveis da guarnição da capital, os Tiros 19 (Rio Branco), 186, 167 e as E.I.M. 146 (Gymnasio), 194 (Universidade), 229, 239, 250, sob o comando do Sr. coronel Joaquim do Amaral.

A's 9 e 10 minutos o Sr. general com. da 5ª Região Militar escoltado pelo respectivo piquete passou em revista as tropas que ocupavam galhardamente toda a extensão da Avenida Sete de Setembro. Após a revista, as tropas contornaram a praça Oswaldo Cruz, entrando na rua Lamenha Lins, subindo a rua Dr. Pedrosa, entrando na rua Brigadeiro Franco, desfilando em continência ao comandante de Região que assistiu da frente do quartel do 9º R.A.M em companhia de seu estado-maior, autoridades civis, Sr. arcebispo, exmas. Famílias e officiaes da activa e da reserva que não tomaram parte na formatura. Para o referido desfile foi observado entre as unidades a ordem estabelecida no parag. II, com a formação de columna por quatro para a infantaria e columna por peça para artilharia. A marcha prosseguiu pela Avenida Sete de Setembro novamente, rua Barão Ratecliff, Travessa Zacarias, rua 15 de novembro e rua Barão do Rio Branco.[...] (**Gazeta do povo**, 08 de setembro de 1927, ano IX, n. 2538, p. 1 – matéria intitulada *O Sete de Setembro – as comemorações da data*)

Um ponto que parece faltar nas falas referentes à comemoração da independência feita em 1927 é o referente ao civismo do povo e das forças militares. Se era comum esse tipo de elogio, que falava do espírito cívico e também da disciplina ensinados aos jovens pela boa educação que lhes era oferecida, aqui nenhum dos dois foi citado, como se a organização do desfile fosse ainda mais importante. O único elogio direto aos que desfilavam foi sobre sua elegância (galhardia), também ponto comum do jornal quando retratava os Tiros.

O que esse texto fornece de inédito é a nomenclatura de alguns Tiros e EIM, além dos seus códigos. Por isso, ficou-se sabendo que 146 era o código do batalhão do Ginásio – embora não especifique se é o Paranaense ou o Diocesano e o 194 era o batalhão da Universidade do Paraná, composto por alunos já adultos. O que ainda

mostra-se estranho é que as demais instituições foram limitadas aos seus códigos, sem especificação. Talvez isso indique uma espécie de hierarquia entre os Tiros ou a pura preferência do periódico quanto aos que destacou, além do 19, o Rio Branco, inevitavelmente referido quando aparecia publicamente.

O cenário deste evento foi uma outra praça, que ficava em frente a outro quartel, próximo ao centro da cidade. Foi uma aparição rápida, um desfile curto, pelas próprias dimensões do local, que era bem menor do que a praça da República, por exemplo. Isso torna a ocasião mais interessante ainda, pois havia diversos Tiros e soldados para um local relativamente pequeno, o que pode indicar a necessidade de montar uma imagem de um número enorme de homens na comemoração, estabelecendo uma relação de patriotismo por parte dos que estavam lá presentes, que encheram a praça e cumpriram com um dever cívico, embora não tenham sido usadas essas palavras diretamente. Após a apresentação na praça, todo o contingente foi dirigido para a rua XV de Novembro, na qual provavelmente estaria a grande parte do público que foi ao centro para assistir as comemorações.

Um outro elemento que retornou à fala do jornal foi a presença do clero na ocasião, fato não registrado há alguns anos. Em outros desfiles cívicos, apareciam batalhões de instituições católicas, mas não havia nota direta sobre a presença de padres junto às demais autoridades como foi feito aqui. Embora não se acredite que chegou a existir um distanciamento entre políticos, militares e igreja ao longo da década de 1920, quando esta aliança era explicitada, mostrada, ficava mais fácil para o leitor notar as três presenças em eventos que se dirigiam à pátria.

O último destaque deste texto, publicado no dia seguinte ao desfile, é a atenção dada à ordem que se exigia no já falado parágrafo II, que especificava a necessidade de uma determinada ordem entre as tropas. A afirmação desta ordem também poderia significar obediência às normas e capacidade de organização por parte dos instrutores e alunos. Esse caráter de avaliação por parte do próprio exército era inédito nos desfiles, pois normalmente passava-se uma imagem ao leitor de que quem observava com atenção e cuidado, e constantemente elogiava os garotos era o próprio periódico e não os oficiais que não estavam junto às tropas. Naquele ano de 1927, o Sete de Setembro parecia ter recuperado sua importância e seu destaque que sempre lhe foi atribuído pelo periódico, ficando “ao lado” do Quinze de Novembro como os momentos mais

significativos da história nacional, que mereciam atenção e comemoração nas ruas, conferindo visibilidade ao Estado e aos que se propunham a evidenciá-lo com textos, festas ou discursos, entre outras maneiras de expressar o patriotismo necessário naquele momento.

Em comparação a toda essa grande festa pela Independência, a festa que celebrava a República foi bem mais discreta ou, se fosse possível dizer, mais “íntima”, comemorada pelos militares sem a presença da população, mas que foi noticiada. Não houve menções à festas públicas e paradas nas principais ruas, mas mesmo assim, o que se publicou teve um foco interessante:

Commemorando a grande data da proclamação da Republica, o 15° B.C. e o 9° R.A.M. organizasaram uma festa intima que levaram a effeito no campo da linha de Tiro “Affonso Camargo”, no Bacachery. Houve um torneio desportivo, que constou dos seguintes números: [...]

Depois das provas, em mesas improvisadas, foi servido o almoço, que alem de muitas iguarias notava-se o churrasco á Rio Grande, acompanhado de chops.

Em seguida houve a distribuição dos prêmios. Os batalhões formados desfilaram garbosamente, vindo ao som da excellente banda de musica do 15° B.C desfilam em continência á estatua de Floriano.

Tanto o general quanto a officialidade não pouparam esforços para dar á festa o realce de civismo e camaradagem, notando-se em todos a alegria sincera e o amor que dedicam á classe, que merecidamente representam (**Gazeta do povo**, 15 de novembro de 1927, ano IX, p. 3 – matéria intitulada *Festa cívica da 5ª região militar*).

No discurso, o autor buscou transmitir um cenário de confraternização entre os militares como uma forma de comemorar a data. Como já havia acontecido com outras reportagens, esta não menciona o motivo de não terem tido festas públicas para tal celebração, mas o que se buscou foi evidenciar que para o exército, o fato era sim digno de comemoração e festa. Ao invés de falar sobre a disciplina e a postura, ou passar um tom de ordem como o do Sete de Setembro, em que existia uma necessidade de provar disciplina para cumprir um determinado regulamento, na proclamação da República preferiu-se uma festa que parecia mais descontraída, sem obrigações formais e sem julgamentos por bancas.

A não organização de um evento de participação popular poderia ter diversas causas, mas é interessante a festa feita pelo Exército. Era como se os militares resolvessem transmitir uma imagem de que poderiam também ter momentos divertidos, íntimos, sem a necessidade de boa forma e disciplina para a aparição que os desfiles

exigiam. Novamente, a construção dessa imagem, que exhibe militares profissionais e batalhões, parece buscar uma aproximação com a população civil que não fosse feita pela admiração ou como uma necessidade daquela educação absolutamente formal como uma forma de civilidade. Mostrar uma festa com chopp e mesas improvisadas fornecia um clima descontraído, ao contrário da imagem séria e responsável constantemente passada para os leitores e para os que viam os militares nas ruas cotidianamente ou em desfiles de ensaio.

Importante também apontar a colaboração da Gazeta do Povo na divulgação dessa imagem “alternativa” das forças armadas. Não é possível provar se esse evento foi forjado ou espontâneo, ou saber se foi extraordinário ou era corriqueiro, mas de qualquer forma o fato de haver lá entre os que festejavam um repórter para registrar e divulgar no jornal também aponta para a simpatia que a imprensa tinha para com o Exército. Se isso já era notório nos muitos e repetitivos elogios feitos em desfiles, ficava ainda mais claro em uma reportagem desse estilo. Se aquela era uma festa íntima, por qual motivo algum membro da imprensa havia sido convidado ou tinha interesse em documentar? Pode-se pensar em propaganda militar, ou em uma divulgação de uma imagem alternativa, de uma boa convivência dentro das casernas, o que não deixava de ser bastante interessante ao exército.

De qualquer forma, como se fosse para não perder o hábito, o autor do texto fez os elogios costumeiros aos que desfilarão: ressaltou a elegância dos soldados e se referiu ao civismo, associado à camaradagem e ao amor dos que pertenciam à classe do Exército. Um ponto que difere dos demais desfiles foi para o que os soldados desfilarão: se normalmente batiam continência para a bandeira nacional, desta vez saudaram a estátua do proclamador da República e primeiro presidente do Brasil após o Império, o Marechal Floriano Peixoto. Nada de errado, afinal se a data comemorava o feito daquele homem e era ele quem merecia tal homenagem. Nessa reportagem também é possível saber da existência de mais um Tiro, o Afonso Camargo, nunca referido antes em desfiles ou reportagens específicas. Talvez este fosse um dos Tiros que eram chamados pelos códigos, e que normalmente não eram explicados.

Se em 1927 o Sete de Setembro parece ter sido novamente a data nacional por excelência, no ano seguinte o Brasil pareceu ter duas grandes datas, como se tivesse um equilíbrio de forças entre as comemorações da Independência e da República.

Provavelmente que esse caráter patriótico e nacionalista tivesse ganhando força naquele final de década, quando a política, não só brasileira, mas mundial, já caminhava para o fechamento econômico e cultural dos regimes totalitários e autoritários. Por isso, o engrandecimento da memória pátria e a questão da nacionalidade ganhavam cada vez mais força entre intelectuais, políticos, imprensa e mesmo entre a população, que acabou por aderir ao ideal ditatorial e “comprou” toda a doutrina que já vinha sendo trabalhada, semeada, desde o início da década de 1920. Se aqueles tempos foram realmente conturbados e com uma crise mundial ferrenha como demonstram as reportagens e a bibliografia sobre o período, o nacionalismo parecia realmente uma boa saída para combater supostos perigos que rondavam as pessoas e o Brasil. Então, não parece estranho ou coincidência que cada vez mais datas nacionais fossem destacadas e comemoradas nas ruas e divulgadas na imprensa. Quanto a 1928, a Independência foi festejada da seguinte forma:

A data de hoje vai ser festivamente comemorada nesta capital, tendo sido organizado um atrahente programma. Haverá formatura de todas as forças aquarteladas aqui, inclusive os T.G e o E.I.M. [...] A's 15 horas realizar-se-á a grande parada, na qual tomarão parte todas as tropas, inclusive os T.G. 19, 250, 446, 229 da capital, Morretes, Campo Largo e S. José dos Pinhaes que formarão rua Marechal Floriano Peixoto. Nessa ocasião o Sr. general Monteiro de Barros, commandante da 5ª Região Militar, acompanhado do seu estado maior, passará revista ás tropas, seguindo-se o desfile que terá o seguinte itinerário: ruas Pedro Ivo, Rio Branco, 15 de Novembro, Avenida Luis Xavier e Praça Ozorio. Na Avenida, num coreto construído especialmente, as altas autoridades civis e militares assistirão o desfile. [...] A's 9 horas será interrompido o transito de vehiculos no trecho compreendido entre as ruas Ebano Pereira e Voluntarios da Patria (Avenida Luis Xavier) afim de ser executado o juramento á bandeira dos conscriptos de 1928. [...] Após o desfile será fechado o trecho da Avenida Luiz Xavier, reservando-se ao publico os passeios (**Gazeta do povo**, 07 de setembro de 1928, ano X, n. 3031, p. 2 – matéria intitulada *As comemorações cívicas de hoje – além das tropas da guarnição formarão os tiros de guerra da capital, Morretes, Campo largo e São José*)

Algumas pequenas mudanças são perceptíveis em relação aos anos anteriores. Primeiramente, a volta do juramento à bandeira no Sete de Setembro. Isso poderia retratar uma retomada definitiva da data, mas não necessariamente simbolizar um juízo de valor entre as duas, apenas firmar em uma delas tal cerimônia, sempre em evidência na imprensa. O apontamento sobre a interrupção do tráfego em ruas centrais merece destaque. Se, normalmente, o juramento era feito em praças públicas, por que em 1928 foi necessário interferir no trânsito? Podia ser uma simples alteração por causa do

percurso dos que desfilavam, mais uma maneira de chamar a atenção para o desfile ou, ainda, resultado do crescimento da cidade.

Além disso, a presença de Tiros de fora de Curitiba, o que não acontecia há alguns anos. Formaram naquela oportunidade sete Tiros, sendo quatro da capital, dois de cidades que se desenvolviam muito próximas a Curitiba e eram comercialmente fortes, além de colônias de imigrantes, junto com um do litoral. Isso poderia ser uma forma de promover o evento nos pequenos núcleos urbanos próximos a Curitiba, chamando sua população para as festividades, colocando uma instituição de sua cidade como um dos pontos de destaque da celebração. Junto com isso, a atração do litoral, que podia ajudar a compor um cenário de união entre os jovens atiradores. Indiretamente, também, é passada a imagem de que as práticas militarizantes não ficavam concentradas apenas na maior cidade do estado, mas tinham presença garantida em diversos pontos do território paranaense.

A representação disso no imaginário da população poderia ter vários sentidos: primeiro, que havia no Paraná uma boa educação, formadora de caráter e transmissora de valores cívicos, nacionalista e que passasse aos jovens a disciplina necessária para o futuro; segundo, a força das práticas militarizantes, presentes em locais diferentes e que podiam simbolizar também presença militar nas escolas e nas ruas, dando a impressão de segurança para as pessoas; terceiro, pelo fato de São José dos Pinhais e Campo Largo serem localidades que tiveram sua povoação iniciada por imigrantes, a presença de um símbolo do civismo nesses locais podia significar a atenção conferida pelo governo e pelo exército à questão da defesa do nacional, não em uma referência ao combate contra os estrangeiros, mas de proteção ao que era brasileiro – a cultura, o território etc.

Outra alteração na cena do desfile foi, novamente, a ausência do clero junto às autoridades civis e militares. Ainda naquela oportunidade, falou-se sobre o coreto montado no meio da avenida para que tais autoridades observassem o desfile e frisou-se a presença militar e dos políticos civis, sem nenhuma referência à Igreja. Assim como no último desfile em que não foi destacada, aqui a sua ausência provavelmente não significava diminuição de poder ou influência política e educacional. De qualquer forma, o registro dessa ausência é valioso, pois pode mostrar uma instabilidade na relação entre o clero e os políticos e comprova a constante representação de militares e políticos e a irregularidade da aparição da Igreja em cerimônias públicas.

A notícia sobre o Quinze de Novembro ofereceu outros elementos de análise sobre os desfiles, mas de modo geral não pareceu contraditório ao Sete de Setembro, no que diz respeito à organização do evento:

A's 15 horas teve logar a grande formatura de todas as tropas e tiros de guerra da capital e cidades visinhas, formando ao longo da rua Marechal Floriano Peixoto. Nessa occasiao, o Sr. presidente do Estado e general commandante da Regiao, acompanhado do seu Estado Maior, passaram revistas ás tropas, commandadas pelo coronel Poeta da Fontoura, tendo nessa occasião o 9º R.A dado as salvas de estylo, com uma bateria formada na praça Carlos Gomes. Apezar da chuvinha impertinente que cahia, grande massa do povo assistia a esse acto. Seguiu-se o desfile dos 4.500 homens pelas ruas Pedro Ivo, Barão do Rio Branco, 15 de novembro, Avenida Luiz Xavier e praça Ozorio, tomando ahi as forças o destino de suas unidades. Formaram as tropas na seguinte ordem: 45º Batalhão de Caçadores, Corpo de Bombeiros, Companhia de Metralhadoras da Força Militar, dois batalhões de infantaria, constituídos pelos Tiros Rio Branco, do Gymnasio, Escola Remington, Lyceu Rio Branco, Parthenon Paranaense, desta capital, e os de Morretes, Campo Largo, S. José dos Pinhães e Paranaguá. [...]

Em um pavilhão armado em frente ao Cinema Popular, viam-se o Sr. presidente do Estado, General comandante da Região, autoridades outras, federaes, estaduaes e consulares, bem como exmas famílias. As tropas, nesse local, passaram em columnas de pelotão, prestando as continências devidas (**Gazeta do povo**, 15 de novembro de 1928, ano 10, n. 3089, p. 1/3 – matéria intitulada *A formatura e revista ás tropas*).

Em comum com o Sete de Setembro, teve este desfile a presença de Tiros de fora de Curitiba, incluindo o de Paranaguá, que não havia participado da festa anterior. O mais interessante, aqui, é que foi a primeira vez que todos os Tiros tiveram seus nomes declarados, fornecendo ao leitor uma informação mais “completa”, podendo este saber efetivamente quais eram os batalhões que desfilavam. Mais importante do que as nomenclaturas, foi o número de pessoas que desfilaram na parada militar informado pela reportagem: 4.500 homens. Sem sombra de dúvida era um número muito expressivo que precisaria de uma grande organização e facilmente tomaria conta das ruas do centro da cidade, o que passava a impressão de uma grande festa e, mais do que isso demonstrava o tamanho da força do exército na cidade, não interessando se o desfile também foi composto por garotos reservistas que não faziam parte do efetivo militar.

Através do número de soldados é muito mais fácil visualizar o tamanho daquele evento e também é possível uma tentativa de perceber o impacto que um desfile de mais de quatro mil homens causava no imaginário dos que estavam nas ruas e presenciavam todas as tropas passando em marcha, ordenada, uniformizada e, de certa forma,

imponente. Não é de se admirar que esses desfiles chamassem mesmo muito a atenção da população, tanto pela beleza estética que forneciam às comemorações (a ordenação das fileiras, as manobras e os passos sincronizados), quanto pela simbologia que conseguiam montar para os espectadores – além de possibilidades já citadas, pode-se pensar também que esses grande contingente transmitia, principalmente, uma certeza de segurança. Também era muito provável que as referências do jornal ao grande número de pessoas – a massa, nas próprias palavras do periódico – fosse bem próximo da realidade. É de se imaginar que um evento organizado dessa maneira atraísse boa parte da população da cidade e isso facilitava, bastante, a divulgação do pensamento nacionalista.

Mostrar que a ordem estava presente na cidade e no estado podia transmitir a imagem de competência aos governantes e aos militares, responsáveis pela defesa – literal e simbólica – do Paraná e do Brasil. Além disso, a propaganda implícita que se tinha da educação completa, formadora de bons meninos, bons cidadãos, de corpo e espírito. Os desfiles mostravam, ou melhor, colocavam ao alcance dos olhos de todos que lá estavam o civismo, a ordem, o patriotismo e a disciplina, tão promovidos pelos discursos da época, que buscava a civilidade brasileira através desses conceitos.

4 CONCLUSÕES

Nas três primeiras décadas do século XX – período em que se buscava construir política e culturalmente uma identidade nacional brasileira – não havia meio de comunicação, divulgação e informação mais eficiente do que os diversos jornais que circulavam por todo o país, independente do seu caráter e objetivo. Não há dúvida de que a importância sócio-cultural dos periódicos foi gigantesca. Junto com eles, um meio de divulgar ideias muito utilizado também eram as crônicas. Com linguagens e visões diferentes dos jornais, elas ofereciam aos leitores opiniões, contos, casos e descrições feitas por viajantes e intelectuais que buscavam acompanhar de perto o objeto do qual estavam falando, procuravam sentir, ver e ouvir situações e pessoas para dar mais credibilidade aos seus escritos.

Pela sua característica de deixarem suas paixões e opiniões bastante claras, os cronistas muitas vezes conseguiam uma proximidade com seu público que influenciava na construção de panoramas e cenários imaginários por parte de quem lia. Seus ideais e concepções muitas vezes ficaram enraizados em hábitos e culturas de diversos lugares, assim como seus escritos fornecem aos seus leitores, contemporâneos ou posteriores, todo o conjunto de práticas e desejos que se tinha quando o texto foi escrito, da forma que pode-se enxergar, explícita ou implicitamente, o que se queria/via como certo ou errado, bom ou ruim, importante ou desnecessário para uma cidade, população ou país.

O recuo temporal feito no primeiro capítulo deste trabalho foi necessário por contemplar um conjunto de visões sobre Curitiba que tornou possível visualizar as mudanças urbanas e culturais pelas quais passou a capital paranaense em um período muito curto de tempo, cerca de vinte anos. Se um dos objetivos deste trabalho era apontar e discutir elementos de modernização – a partir da definição de Berman – essa discussão só se tornou possível devido às visões fornecidas pelos cronistas Nestor Vitor e Rocha Pombo, e pelos jornais, *Gazeta do Povo* e *Diário da Tarde*. Notou-se que em pouco mais de dez anos – considerando que Pombo escreveu em 1900 e Vitor em 1912 – a questão de modernizar era bastante complexa e envolvia principalmente duas coisas: ter um bom número de fábricas, que oferecesse trabalho e progresso para a cidade através de empregos e de uma expansão econômica que pudesse ser comparável com o melhor referencial que se tinha em termos de Brasil, São Paulo; junto com isso, colocava-se como importante ter na cidade um elemento que colaborasse com a

construção de uma civilidade e que servisse também de exemplo para a vontade de trabalho e disciplina dentro deste, e este elemento vinha de fora, de outro continente, os imigrantes.

Tudo o que circundava os imigrantes e o trabalho tinha um juízo muito positivo, muito elogiado e o crescimento urbano de Curitiba era apontado como bom, certo, como um desenvolvimento progressista feito pelo esforço de sua gente, retratada como ordeira e pacífica. Esse crescimento pautado no trabalho, na civilidade e na disciplina era o próprio retrato da modernização paranaense. Há um esboço sobre a colaboração que a capital do estado poderia dar ao Brasil, pela sua vontade de ir adiante, de progredir, e esse seria o espírito necessário ao desenvolvimento do país. Na cidade, isso foi construído, supostamente, a partir da combinação de brasileiros e estrangeiros, que na troca de influências haviam criado um local no qual a boa convivência e a disposição para boas ações florescia à vista de qualquer um que quisesse ver.

Moderno era o pensamento que priorizava o desenvolvimento urbano, asfaltando, calçando, enfim, modificando o visual da cidade, mas sempre com um referencial maior, uma fonte de inspiração, o que nesse caso correspondia a dois exemplos: se o pensamento fosse voltado ao trabalho, o que se buscava era São Paulo; se o ideal era a civilidade, a educação social, a inspiração era o Rio de Janeiro. Assumia-se, diretamente, que Curitiba ainda estava começando seu processo de modernização, por isso a busca constante por uma afirmação, uma cópia de outros modelos, supostamente já consolidados. Indiretamente, os cronistas colocavam *a cidade* como local de civilidade, de mudanças abruptas e constantes, como local privilegiado para o progresso.

Observar estes mesmos conceitos – modernização, progresso e disciplina – nos periódicos que foram escritos cerca de dez anos depois das crônicas foi um movimento importante para a discussão. As promessas de neutralidade e imparcialidade feitas por ambos não eram verificadas na leitura de suas reportagens. Na década de vinte, muito do que era escrito buscava passar ao leitor uma ideia de pertencimento à pátria, de estar em comum acordo com as necessidades da nação. Em meio a isso tudo, desenvolviam-se duas necessidades: a primeira alterar o visual urbano, novamente, com o propósito de melhoria do quadro, ora redimensionando o que já havia sido feito, ora reconstruindo, deixando a antiga arquitetura para trás em prol de uma nova, mais bonita, eficiente e

moderna. Esse conjunto de alterações mostrava-se digno de orgulho e era a visualização do trabalho feito pelos governantes. A efetuação dessas novas obras, mais imponentes do que o visual antigo, fornecia, de acordo com as reportagens, um orgulho da cidade, por tudo que esta podia comportar. Sob este ponto de vista, a própria Curitiba era um dos personagens principais dos jornais, enquanto nas crônicas havia uma predominância das pessoas, dos tipos humanos que habitavam a habitavam; a segunda, a questão do pertencimento ao elemento nacional, de estar em concordância com o que o Brasil precisava em termos de educação, civismo e patriotismo, fazia tornava importante mostrar o esforço feito em Curitiba a favor da pátria.

Por isso ganhavam cada vez mais visibilidade as práticas militarizantes, tanto a forma de escoteiros como de Tiros de Guerra. Tratar dos seus desfiles e elogiar seus valores, assim como sua elegância e disciplina, evidenciava que na capital paranaense havia uma preocupação em educar para a civilidade, com bons valores, uma formação que buscava alcançar corpo e mente dos jovens para torná-los bons homens, bons cidadãos, supostamente capazes e proteger o país em caso de necessidade. Indiretamente, junto com os desfiles mostrava-se também o novo cenário urbano que se construía, visto que as tropas passavam, normalmente, pelas principais praças, ruas e avenidas da cidade. Os desfiles serviam, então, como uma maneira de mostrar o cenário e as preocupações educacionais e cívicas de Curitiba.

A evidência constante das práticas militarizantes ao longo da década de 1920 oferece diversas interpretações: aparentemente, a prática tinha predominância em estabelecimentos educacionais onde estudavam filhos de famílias importantes, ou seja, locais restritos à grande maioria da população. Dessa forma, esse tipo de educação moral e corporal não teria o mesmo sentido da educação fornecida aos filhos de operários nas escolas profissionalizantes. O civismo e a boa educação que os jornais divulgavam ser inerente aos batalhões e aos escoteiros acabavam por ficarem restritos aos membros das classes altas, enquanto a educação prática, utilitarista e voltada ao trabalho braçal era destinada às classes mais baixas.

Enquanto os discursos sobre o escotismo referiam-se muito mais à educação dos meninos, como se fossem perfeitamente instruídos no civismo, no altruísmo e na elegância, os que se referiam aos Tiros de Guerra procuravam uma ênfase no físico dos jovens, ressaltando seu porte elegância, assim como sua resistência nos exercícios e nas

marchas. Em comum, ambas as formas de militarização tinham o amplo e declarado apoio dos jornais, que lhes conferiam matérias sobre suas marchas pela cidade, seus acampamentos, a organização de um novo Tiro ou Associação de Escotismo e suas formaturas no final do ano. Também mostravam sua ligação com um lado mais elitizado da sociedade, através de recepções e cafés que lhes eram oferecidos ou que ofereciam às autoridades em dias de comemorações públicas.

A prática dos Tiros, principalmente, evidenciava uma atenção dada aos jovens já na década de 1920 e que foi bastante enfatizada em todo o governo Vargas, o foco sobre sua educação como um veículo de melhoria social, com ênfase no civismo e na moral da pátria, feita diretamente pelo exército e, muitas vezes, também pela Igreja. Se na década referente a este trabalho a aproximação entre militares e o clero já era muito clara, a partir da década seguinte ela foi posta à vista de todos, abertamente.

Interessante e curioso o fato de nem sempre os membros da igreja serem apresentados aos leitores como presentes nos eventos que provavelmente estavam, ao lado das demais autoridades civis e militares. Comumente os batalhões dos colégios católicos desfilavam e seria absolutamente normal que os diretores estivessem junto das outras autoridades para acompanharem as performances de seus alunos. Enquanto isso, o Escotismo era discutido nos periódicos como uma forma de transformação da realidade para melhor, através de todas as suas práticas educativas, que englobavam o físico e o moral dos alunos. Mesmo desfilando juntos e tendo ideais parecidos, o Escotismo nunca pareceu ligado à Igreja, somente às Associações aparentemente independentes de instituições de ensino.

Embora pareça óbvio dizer que a década de 1920 foi uma “preparação de terreno” para todo o governo Vargas, a partir de 1930, a particularidade deste estudo está em colocar a militarização no meio de um conjunto de ideias consideradas modernas – discutidas aqui como constantes reformas urbanas, as insistentes tentativas de construção da imagem de uma cidade que buscava pertencer a um todo, o Brasil, as demandas que o novo século exigia – civilidade, progresso, trabalho, a busca por uma inspiração em lugares que eram tidos como modelos de modernidade e, por último, o pensamento militar – e indiretamente autoritário – absolutamente em pauta naquele momento.

É difícil precisar o motivo maior que deu aos Tiros e aos Escoteiros um destaque tão grande naquele momento em Curitiba. Talvez tenha sido o próprio histórico da cidade, sitiada na Revolução Federalista no fim do século XIX; talvez, se for puxada uma memória mais antiga ainda, a questão da cidade ter sido palco, durante os séculos XVII e XVIII, de disputas territoriais entre portugueses e indígenas; naquele começo de século XX, principalmente, a questão da Guerra do Contestado, que mobilizou a cidade para o confronto e morreram pessoas que nela viviam, mesmo que a capital não tivesse sido campo de batalha; a tradição da prática de caça, comum entre alguns grupos da cidade.

Essa memória histórica de insegurança e conflitos constantes pode ter favorecido o imaginário daqueles que aprovavam os Tiros. Eles poderiam passar uma (falsa) sensação de preocupação com a defesa, com a segurança, com a proteção das pessoas. Junto a isso, não se pode esquecer que a década de 1920 marca, no mundo ocidental, o esgotamento do regime político liberal e ascensão de regimes militaristas, autoritários e totalitários, que davam ênfase justamente a tudo que os batalhões representavam – disciplina, patriotismo, saúde física e mental, preocupação com o futuro, enfim, era um retrato muito bem montado do que parecia ser uma necessidade eminente aos países que aderiam àquele tipo de política. A partir deste ponto de vista, pode-se considerar o nacionalismo intrínseco dos Tiros e Escoteiros como uma boa maneira de opor o elemento nacional ao estrangeiro, que tinha muito destaque na sociedade curitibana.

O pensamento militarista podia ser considerado absolutamente moderno nas primeiras décadas do XX. Se a militarização era vista como uma necessidade, uma forma de encarar aqueles tempos ditos complicados, de crise, pode-se dizer que ela foi muito bem implantada e aceita em Curitiba. Só entre os Tiros que foram diretamente citados em reportagens tem-se uma boa lista: Rio Branco (19), Remington (388), Liceo Rio Branco (229), Gymnásio Paranaense (146), Gymnásio Diocesano, Universidade do Paraná (194), Corityba (321), Afonso Pena e mais os que foram citados apenas por seus códigos, 186, 167, 239 e 250. Isso sem listar os que existiam no litoral e no interior.

Evidentemente, os Tiros, os Batalhões e o Escotismo eram práticas fortes e já possuíam destaque na antes mesmo da década de 20, mas falta ainda uma maior exploração por parte da historiografia, uma lacuna que este trabalho buscou ajudar a preencher com ideias e conjecturas que podem, no futuro, serem mostradas como

errôneas ou incompletas. Cada uma daquelas instituições que estão na lista acima possuem sua história, seus discursos, seus membros, enfim, toda uma rede de acontecimentos e visões que merecem ser trazidos à tona e que contribuem significativamente para novas abordagens e debates sobre a mentalidade social, cultural e política do Brasil da primeira metade do século XX.

5 REFERÊNCIAS

BECKER, J. J. **A opinião pública**. In: RÉMOND, R. (Org). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998, 2ª edição, pp.185-211.

BERBERI, E. **Impressões**: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 2004.

BONI, M. I. M de. **O espetáculo visto do alto**: vigilância e punição em Curitiba (1890-1927). São Paulo: USP, departamento de História, tese de doutorado, 1985.

BOSCHILIA, R. **Juventude, ultramontanismo e educação católica**. In: História: Questões & Debates. Curitiba: Editora UFPR, ano 22, n. 43, julho a dezembro de 2005, pp. 87- 102.

BRANDÃO, A. **Fábrica de ilusão**: o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba (1905-1913). Curitiba: Prefeitura Municipal, Fundação Cultural, 1994.

BÜCKER, K. **Die Anfänge des Zeitungswesens**. In: Die Entstehung der Volkswirtschaft, 10ª Ed, Vol 1, Tübingen, 1917, p. 257.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

_____. **Pontos e bordados**: escritos de uma história política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CARVALHO, M.A.R de; VIANNA, L.W. **República e civilização brasileira**. In: BIGNOTTO, N. (org) Pensar a República. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, pp. 131 - 154.

CASTRO, C. **Os militares e a república**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CHAVES JUNIOR, S. R. **A educação física do Ginásio Paranaense ao Colégio Estadual do Paraná**: contribuições para a construção de uma história de uma disciplina escolar (1931-1951). Curitiba: UFPR, Setor de Educação, dissertação de mestrado, 2004.

COSTA, A.H.C.I. da. **A educação para trabalhos no Estado de São Paulo**. In: Revista de Estudos Brasileiros. São Paulo: 1982.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: edições Loyola, 2007.

_____. **Vigiar a Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GOODSON, I. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.

HABERMAS, J. **Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa**. In: MARCONDES FILHO, C. Imprensa e capitalismo. São Paulo: Kairós, 1984, pp. 141-157.

História Geral da Civilização Brasileira – volume 8 – Estrutura de poder e economia (1889-1930) – sob a direção de Boris Fausto, editora Bertrand Brasil, 8ª edição, 2006.

KARVAT, E. C. **Discursos e práticas de controle: falas e olhares sobre a mendicância e vadiagem (Curitiba 1890 – 1930)**. Curitiba: UFPR, Departamento de História, dissertação de mestrado, 1996.

KUHLMANN, P.R.L. **Serviço Militar Obrigatório no Brasil: continuidade ou mudança?** In: Seminário sobre Pesquisa e Educação em Defesa e Segurança de 2001. Texto da internet, disponível em <http://www.ndu.edu/chds/journal/PDF/Kuhlman-final.pdf>.

LAUHERTA, M. **O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia**. In: AGGIO, A; LAHUERTA, M. (org). Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional da América Latina. São Paulo: Editora Unesp, 2003, pp. 217-258.

LOUREGA, M. J. M. **A criança sob o olhar vigilante do adulto: Curitiba (1909 a 1927)**. São Paulo: USP: Departamento de História, tese de doutorado, 1991.

MORAES, J. Q. **O positivismo nos anos 20: entre a ordem e o progresso**. In: COSTA, W. P; LORENZO, H. C (Org). A década de 20 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: UNESP, 1997.

OLIVEIRA, M. A. T; MEURER, S. dos S. **Tensões entre o prescrito e o realizado na escolarização paranaense na década inicial do séc. XX: experiências de professores primários a partir da análise dos relatórios de instrução pública**. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia: UFU, Anais, 2006.

PANDINI, S. **A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná: “Viveiro de homens aptos e úteis” (1910-1928)**. Curitiba: UFPR, mestrado em educação, 2006.

PASTOUREAU, M. **Os emblemas da juventude: atributos e representações dos jovens na Idade Medieval**. In: LEVI, G; SCHMITT, J.C. (Orgs). História dos jovens: da antiguidade à era moderna. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

PINHEIRO, P. S. **O proletariado industrial na Primeira República**. In: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, volume 9 – O Brasil republicano: Sociedades e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 8ª edição.

QUELUZ, G L. **Concepções de ensino técnico na República Velha (1909-1930)**. Curitiba: Editora CEFET, 2000.

SCHNAPP, A. **A imagem do jovem na cidade grega**. In: LEVI G; SCHMITT, J.C. (Orgs). História dos jovens: da antiguidade à era moderna. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

SEGA, R.A. **A capital Belle Époque: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916)**. Curitiba: 2001.

SOUZA, R. F. de. **A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira**. In: Cadernos CEDES. Campinas: Unicamp, 2000.

TRINDADE, E. M. C. **Clotildes ou Marias: as mulheres em Curitiba na Primeira República**. São Paulo: USP, Departamento de História, tese de doutorado, 1992.

TRINDADE, J. M. B. **Metamorfose: de criança para menor (Curitiba, início do século XX)**. Curitiba: UFPR, Departamento de História, tese de doutorado, 1998.

VELLOSO, M. **A modernidade carioca na sua vertente humorística**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, v. 8, n. 16, 1995, pp. 269-277.

VIEIRA, C.E. **O jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em história da educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos 20**. In: OLIVEIRA, M.A.T de. Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

5.2. Fontes

ALMANACH DO PARANÁ, 1912. Curitiba: Typ da Livraria Econômica, 1912.

A REPÚBLICA, ano XXIV, Curitiba, 19 de março de 1909.

D'Albuquerque. B. B. L. **Inspector Escolar da Capital**. In: CERQUEIRA, A P. Relatório do Director Geral da Instrução Pública do Paraná. Curitiba: S. Ed, 1908, p. 46.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, DEAP/PR **Relatório do Inspector Geral do Ensino César Prieto Martinez**. Curitiba: Typ. Da Penitenciária do Estado, 1924.

Diário da Tarde, 06 e 07 de setembro de 1922, ano 23, n. 7.297 – matéria intitulada *A Comemoração – Programma Official das festas commemorativas do 1.º Centenario da Independencia do Brasil*.

Diário da Tarde, 22 de dezembro de 1922, ano 23, n. 7.885 – matéria intitulada *Gymnasio Diocesano – O juramento da bandeira pela 1ª turma de reservistas fornecida por este estabelecimento de instrução.*

Diário da Tarde, 27 de dezembro de 1923, ano 24, n. 7.696 – matéria intitulada *Exames de reservistas.*

Diário da Tarde, 16 de agosto de 1927, ano 28, n. 9.922 – matéria intitulada *Pelo Escotismo.* Texto assinado por Altamirano Nunes Pereira.

Diário da Tarde, 13 de setembro de 1927, ano 29, n. 9.945 – matéria intitulada *O dia 7 de setembro na escola federal da colonia Argelina, a cargo da Professora D. Julia Di Lenna.*

Diário da Tarde, 27 de janeiro de 1928, ano 29, n. 10.062 – matéria intitulada *Lyceu Rio Branco.* Anúncio assinado pelo diretor do estabelecimento, Olynpio de Almeida.

Diário da tarde, 24 de fevereiro de 1928, ano 29, n. 10.080 – matéria intitulada *Internato do Gymnasio Paranaense.*

Diário da Tarde, 05 de abril de 1928, ano 29, n. 10.115 – matéria intitulada *A Educação Cívica dos Sorteados e Voluntários do 9º Regimento de Artilharia Montada.*

Gazeta do Povo, 04 de fevereiro de 1919, ano 1, n. 2 – Matéria intitulada *O Analphabetismo.*

Gazeta do Povo, 14 de fevereiro de 1919, ano 1, n. 11 – Matéria intitulada *Homenagem.*

Gazeta do Povo, 14 de fevereiro de 1919, ano 1, n. 11 – Matéria intitulada *O Escotismo.*

Gazeta do Povo, 27 de abril de 1919, ano 1, p. 03 – Matéria intitulada *Tiro de Guerra n. 19 Rio Branco.*

Gazeta do Povo, 30 de abril de 1919, ano 1, n. 73, p.2 – matéria intitulada *Tiro Rio Branco.*

Gazeta do Povo, 05 de maio de 1919, ano 1, n. 76, p. 04 – Matéria *Tiro de Guerra Rio Branco n. 19 Assembléia Geral Extraordinária 2ª convocação.*

Gazeta do Povo, 21 de maio de 1919, ano 1, n. 90, p. 4 – Matéria intitulada *Tiro Rio Branco – 19 do tiro de guerra – concurso de tiro.*

Gazeta do Povo, 23 de maio de 1919, ano 1, n. 92 – Matéria intitulada *Concurso de Tiro.*

Gazeta do Povo, 02 de setembro de 1919, ano 1, n. 180 – matéria intitulada *Festa Escolar no Seminário Episcopal.*

Gazeta do Povo, 06 de setembro de 1919, ano 1, n. 184, p. 2 – matéria intitulada *Tiro Rio Branco.*

Gazeta do Povo, 06 de setembro de 1919, ano 1, n. 184, p. 2 – matéria intitulada *O dia da Independência – as comemorações á data*.

Gazeta do Povo, 06 de setembro de 1919, ano 1, n. 184, p. 2 – Matéria intitulada *O dia da independência – as comemorações á data – A parada de amanhã*.

Gazeta do Povo, 08 de setembro de 1919, ano 1, n. 186 – matéria intitulada *Os escoteiros do Paraná*.

Gazeta do Povo, 09 de setembro de 1919, ano 1, p. 3 – matéria intitulada *Echos do dia da Independência – os escoteiros*.

Gazeta do Povo, 15 de novembro de 1919, ano 1, p. 1 – matéria intitulada *15 de Novembro*.

Gazeta do Povo, 08 de setembro de 1920, ano 2, n. 495 – matéria intitulada *A data de hontem –o 98º aniversário da nossa Independência teve hontem uma brilhante commemoração*.

Gazeta do Povo, 06 de setembro de 1921, ano 3, p. 1 – matéria intitulada *As commemorações de amanhã*.

Gazeta do Povo, 02 de setembro de 1922, p.1, n. 1101, matéria intitulada *O centenário 1822 – 1922 – a sua comemoração na capital, no interior e no litoral – Tiro Rio Branco*.

Gazeta do Povo, 04 de setembro de 1922, p.1, n. 1102, matéria intitulada *O Centenário da Independência – continuam os preparativos para a grande commemoração - o Tiro Rio Branco e a formatura de hontem*.

Gazeta do Povo, 07 de setembro de 1922, ano 4, n. 1106, p. 22 – matéria intitulada *Curityba moderna – suas construcções e alguns factores de seu progresso*.

Gazeta do Povo, 07 de setembro de 1922, ano 4, n. 1106, p. 44 – matéria intitulada *Aspectos de Curityba elegante – a Casa Carioca, na rua 15 de novembro*.

Gazeta do Povo, 08 de setembro de 1922, p.1, n. 1105, matéria intitulada *A parada militar*.

Gazeta do Povo, 19 de novembro de 1922, ano 4, n. 1190 – nota ao lado do nome do jornal.

Gazeta do Povo, 16 de dezembro de 1924, ano 6, n. 1744 – matéria intitulada *Quatro typos de homens inúteis – o optimista, o pessimista, o conservador e o radical. Uma esperança – o liberal do novo typo*.

Gazeta do Povo, 07 de setembro de 1925, n. 1970, matéria intitulada *7 de setembro – a´s commemorações á data*.

Gazeta do Povo, 14 de novembro de 1925, ano VI, n. 2028, p. 1, matéria intitulada *O grande feriado de amanhã – as festas commemorativas da data republicana nos quartéis – nos estabelecimentos de ensino – nas sociedades*.

Gazeta do Povo, 08 de setembro de 1926, ano VII, n. 2280, p. 1 – matéria intitulada *A data da Independência brasileira – as comemorações de ontem – na Escola Normal Secundária – A Solemnidade do juramento a bandeira, o concurso militar – outras notas.*

Gazeta do Povo, 19 de dezembro de 1926, ano VIII, n. 2362, p. 1 – matéria intitulada *Com imponentes festejos e expressivas solemnidades, Curitiba comemorou ontem a maior data paranaense - os melhoramentos da rua Quinze – o acto oficial – o aspeto da nossa principal rua a tarde e a noite.*

Gazeta do Povo, 06 de setembro de 1927, ano IX, n. 2536, p. 1 – matéria intitulada *O que vai ser a praça Tiradentes.*

Gazeta do Povo, 06 de setembro de 1927, ano IX, n. 2536, p. 1, matéria intitulada *As comemorações do 7 de setembro amanhã.*

Gazeta do Povo, 08 de setembro de 1927, ano IX, n. 2538, p. 1 – matéria intitulada *O Sete de Setembro – as comemorações da data.*

Gazeta do Povo, 08 de setembro de 1927, ano 9, n. 2.538, p. 1 – matéria intitulada *O Sete de Setembro – as comemorações da data – Uma homenagem no TG 19.*

Gazeta do Povo, 15 de novembro de 1927, ano IX, p. 3 – matéria intitulada *Festa cívica da 5ª região militar.*

Gazeta do Povo, 01 de janeiro de 1928, ano X, p. 1 – matéria intitulada *Recordações do passado e orgulho do presente de nossa terra.*

Gazeta do Povo, 07 de setembro de 1928, ano X, n. 3031, p. 2 – matéria intitulada *As comemorações cívicas de hoje – além das tropas da guarnição formarão os tiros de guerra da capital, Morretes, Campo largo e São José.*

Gazeta do Povo, 15 de novembro de 1928, ano 10, n. 3089, p. 1/3 – matéria intitulada *A formatura e revista às tropas.*

Gazeta do Povo, 15 de novembro de 1928, ano X, n. 3089, p. 3 – matéria intitulada *O Tiro de Guerra 343 está acampado.*

GUIDE des écoles a l'usage – rédigé d'après les règles et les institutions du Vénérable Champagnat. 3. ed. Paris: Librairie Catholique Emmanuel Vitte, 1923 (tradução de Roseli Boschilia).

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Guairá Limitada, 1939, 3ª edição.

_____. **Quantos somos e quem somos**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941.

POMBO, J. F. R. **O Paraná no Centenário**. Curitiba: José Olympio, 1980.

SANTOS, N. V. **A terra do futuro**: impressões do Paraná. Rio de Janeiro: Typo do Jornal do Commercio, 1913.